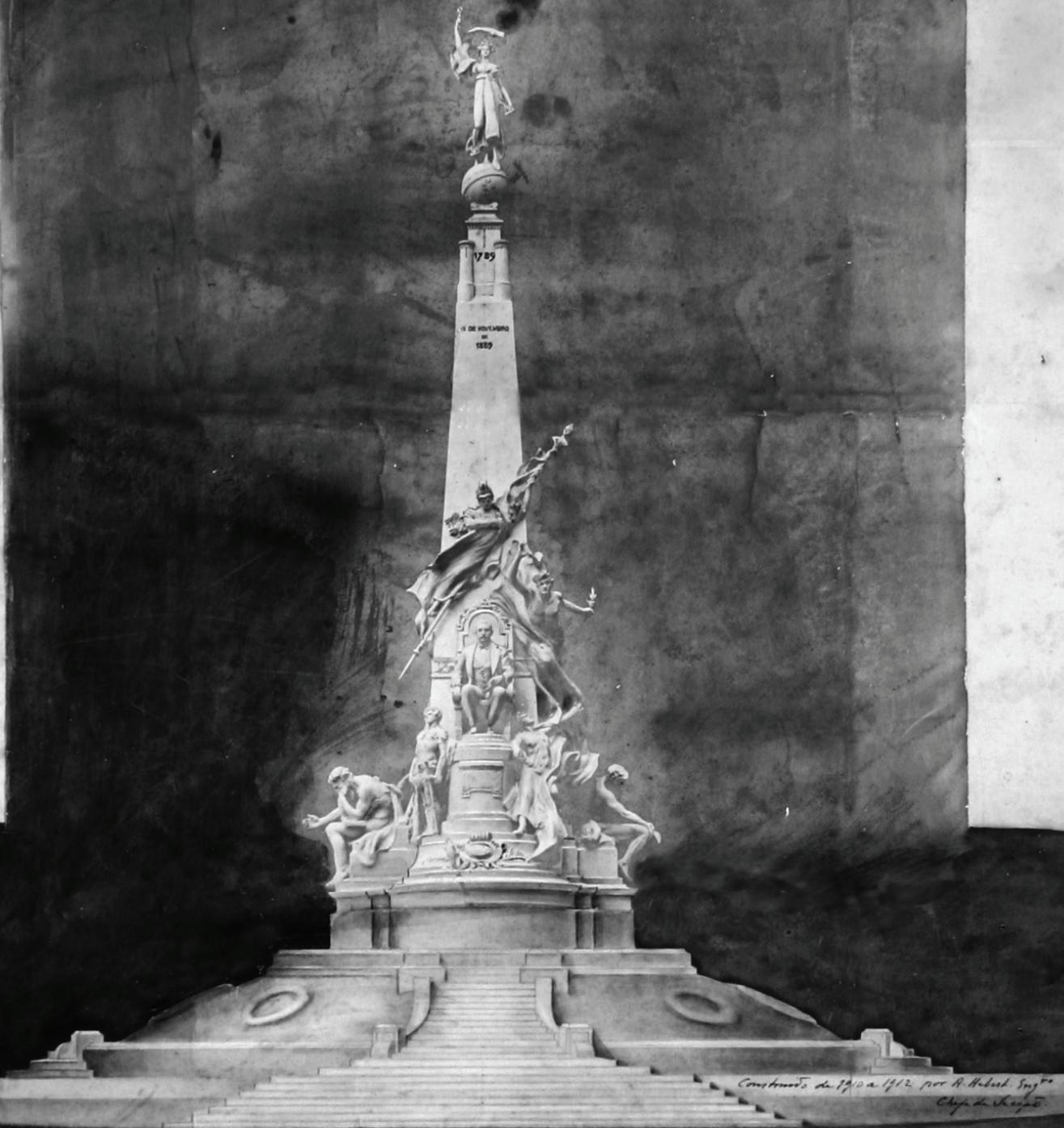


Affonso Hebert.

*Ecletismo Republicano no
Rio Grande do Sul*



Samantha Gonza Diefenbach

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

**AFFONSO HEBERT: ECLETISMO REPUBLICANO NO
RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação submetida ao
Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura
da Universidade Federal do RioGrande do Sul
como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Arquitetura**.

SAMANTHA SONZA DIEFENBACH

Orientação: Professor Cláudio Calovi Pereira, Ph.D

Porto Alegre, julho de 2008.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E
PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA:

E-MAIL: samantha.diefenbach@gmail.com

*Dedico este trabalho à memória do meu pai,
Odilon Diefenbach (1952-1999), pelo exemplo de caráter
e por ter certeza de que ele adoraria ter participado desta pesquisa.*

- Pai, mais uma etapa vencida!!!

Agradecimentos

Ao professor **Cláudio Calovi Pereira**, meu orientador, por ser um dos poucos pesquisadores desta faculdade a reconhecer e a valorizar a arquitetura do Rio Grande do Sul; pelo seu apoio e suporte com a bibliografia e fontes para o desenvolvimento deste trabalho e pelo incentivo e confiança ao longo de todo o tempo de pesquisa.

Ao professores do PROPARG pelos conhecimentos transmitidos.

À querida **Rosita Borges dos Santos**, secretária geral do PROPARG, pelo carinho e atenção ao longo de todo o curso.

Aos amigos **Eduardo Rocha** e **Ana Paula Neto de Faria** pela amizade, incentivo, apoio e crédito ao longo da minha graduação e durante todo o tempo de mestrado.

À querida amiga **Isabela Belém Meneghello**, pela companhia, amizade e incentivo dentro e fora do PROPARG.

Aos colegas e amigos que enriqueceram as discussões em sala de aula e fora dela, companheiros de cafezinhos, trabalhos, projetos e divagações: **Rodolfo Marques Sastre** e **Ricardo Calovi**. Com agradecimento especial ao amigo Ricardo pelo aporte fotográfico contemporâneo inigualável de toda a dissertação.

Ao arquiteto **Renato Savoldi**, que viabilizou o acesso aos arquivos da Secretaria de Obras Públicas do Estado, pelo reconhecimento, atenção e boa vontade quando foi solicitado.

Aos familiares de Hebert, **Sizínio** e **Sandra**, pelo acolhimento e dedicação na descoberta das informações que lhe foram solicitadas.

Aos amigos incondicionais que também colaboraram de maneira decisiva: **Sílvia**, **Renata**, **Roberta**, **Liziane**, **Carolina**, **Lisete**, **Marcos**, **Gabriela**, **Leandro**, **Cristine** e **Marcus**, principalmente pelo suporte emocional.

Às minhas irmãs, **Natalie** e **Sophia**, que aprenderam a lidar com a distância, a dividir os problemas para não sobrecarregar ninguém e a somar alegrias a cada reencontro.

Ao meu amado **Fernando**, pelo companheirismo, amor e carinho nos bons e maus momentos.

À melhor mãe do mundo, **Tânia**, pelo carinho, dedicação, sabedoria e compreensão; por acreditar que o futuro está na educação e abdicar de vontades próprias em virtude da educação das suas filhas.

Lista de figuras

- Figura 1: Affonso Hebert, 1911. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta. 25
- Figura 2: Perfil dos morros de Porto Alegre, gravura comemorativa da visita de Dom Pedro II a Pôrto Alegre, setembro de 1864 de Balduíno Röhring. Edifícios presentes na imagem: Igreja Matriz, Santa Casa de Misericórdia, Palácio Provincial; Alfândega; Igreja do Rosário; Assembléia; Arsenal de Guerra; Mercado; Cadeia; e Teatro São Pedro. Chafariz da Praça da Alfândega (à esquerda) e Chafariz da Praça do Portão (à direita). Ao centro uma vista geral da cidade. Fonte: COUTO E SILVA, Morency; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo. *Biografia duma cidade: monumento do passado, documento do presente, guia do futuro pelo capitão Álvaro Franco*. 1940 - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho. 32
- Figura 3: Foto da Casa da Real Fazenda após a reforma feita por Normann. Sem data. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em dezembro de 2006. 34
- Figura 4: Foto dos edifícios de Philip von Normann, junto a Praça da Matriz. Por volta 1880. Fonte: Acervo digital Projeto Monumenta. 34
- Figura 5: Foto do Palácio Provincial após a reforma, por volta de 1860. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em dezembro de 2006. 34
- Figura 6: Gravura do Edifício do Seminário Episcopal, atual Cúria Metropolitana de Porto Alegre, sem data. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em dezembro de 2006.. 34
- Figura 7: Foto aérea do Asilo da Mendicidade, sem data. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em fevereiro de 2007. 35
- Figura 8: Foto do Hospício São Pedro, sem data. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em fevereiro de 2007. 35
- Figura 9: Foto da antiga Praça Dom Pedro II, após a instalação dos postes de iluminação em torno do chafariz central no ano de 1874. À esquerda a Antiga Igreja Matriz (iniciada em 1779), ao centro o Antigo Palácio do Governo da Província (iniciado em 1797) e à direita a Casa da Real Fazenda (concluída em 1790). Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta. 36
- Figura 10: Projeto para o Palácio e Secretaria de Governo de Álvaro Nunes Pereira – plantas baixas – 1883. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 37
- Figura 11: “Projeto de um edifício para Palácio e Secretaria do Governo à Praça Dom Pedro II em Porto Alegre (No local do Palácio atual)” por Álvares Nunes Pereira. Fachada lateral acima e Fachada principal abaixo. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 38
- Figura 12: Foto do Edifício da Assembléia dos Representantes – por volta de 1900. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em dezembro de 2006. 39
- Figura 13: Foto dos edifícios gêmeos projetados por Philip Von Normann (Teatro São Pedro e Palácio da Justiça) junto a Praça Marechal Deodoro – por volta de 1890. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta. 40
- Figura 14: Esboço para fachada do Palácio do Governo por Affonso Hebert – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 47
- Figura 15: Figura XX: Ópera de Paris, Paris, por Charles Garnier, 1861. Fonte: Enciclopédia Britânica Online www.britannica.com, acessada em março de 2008. 48
- Figura 16: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Planta do 1º Pavimento – março de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 49

- Figura 17: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Planta do 2º Pavimento – março de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 50
- Figura 18: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Fachada principal – março de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 52
- Figura 19: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Fachada lateral – abril de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 54
- Figura 20: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Fachada do fundo – maio de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 55
- Figura 21: Esboço para fachada do Palácio do Governo por Affonso Hebert. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 56
- Figura 22: Foto da Casa Rosada (sede do Governo Argentino em Buenos Aires) na década de 1890, antes da reforma proposta por Tamburini. Fonte: Sítio eletrônico da Wikipédia, disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Casa_Rosada>, acessado em maio de 2008. 57
- Figura 23: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – plantas baixas – 1897. Fonte: Relatório de Obras Públicas do Estado de 1899, sem número de página. 58
- Figura 24: Projeto do Palácio do Governo por A. Hebert – fachada principal – abril de 1897. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 59
- Figura 25: Projeto do Palácio do Governo por A. Hebert – fachada lateral – 1897. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 60
- Figura 26: Projeto do Palácio do Governo por A. Hebert – fachada do fundo – 1897. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 62
- Figura 27: Projeto do Palácio do Governo por A. Hebert – detalhes de portas e janelas - 1897. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 63
- Figura 28: Foto das obras do Palácio do Governo, ainda segundo o projeto de Affonso Hebert. Fonte: Relatório de Obras Públicas do Estado de 1899, sem número de página. 64
- Figura 29: Foto do início das obras em 1909, quando demolidas as paredes e alicerces do projeto de Hebert de 1897. No círculo preto, de sobretudo e chapéu, está o Arquiteto Affonso Hebert, fiscal das obras, representando a Secretaria do Obras Públicas. Fonte: CORONA, Fernando. Palácios do Governo do Rio Grande do Sul: histórico de projetos, construção, obras de arte e seus autores. Porto Alegre: [s.n], 1973. p. 19. 66
- Figura 30: Foto da Casa de Correção, por volta de 1900. Fonte: "Porto Alegre - Um Século em Fotografia" Editora da ULBRA 1997. 68
- Figura 31: Projeto da Penitenciária por A. Hebert – planta baixa – 1896. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1898, sem número de página. 69
- Figura 32: Panóptico, Jeremy Bentham, cerca de 1790. Um disposição funcional produz-se enfatizando uma finalidade do edifício em detrimento de todas as demais; nesse caso, a vigilância de quem ocupa os espaços "A" a partir da torre central. Fonte: MARTINEZ, Afonso Corona. Ensaio sobre o projeto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 99..... 70
- Figura 33: Projeto da Casa de Correção do Rio de Janeiro – planta baixa – 1831. Fonte: Sítio eletrônico da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Rio de Janeiro <www.seap.rj.gov.br>, acessado em abril de 2008. 71
- Figura 34: Foto aérea do edifício da Casa de Detenção de Manaus – fotógrafo Afonso Tadeu. Fonte: VALOIS, Luís Carlos. *Casa de Detenção – Cadeia "Des. Vidal Pessoa"*. Página da Vara de

Execuções Criminais do Amazonas. Disponível em < www.internext.com.br/valois/vec >, acessado em abril de 2008.....	71
Figura 35: Projeto da Penitenciária por A. Hebert – planta baixa – 1896. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1898, sem número de página.	72
Figura 36: Fachada do Hospício São Pedro, projeto de Álvaro Nunes Pereira. Fonte: Recorte da Planta da Cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, 1906. Desenho de Attilio Trebbi. Publicado pela Casa Editora – Livraria do Comercio.	73
Figura 37: Gravura do Alto da Praia, onde erguiam-se os principais edifícios públicos da cidade. No canto inferior direito, o edifício da Casa da Real Fazenda Portuguesa – 1800. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta.	75
Figura 38: Foto do Edifício da Assembléia dos Representantes – por volta de 1900. Fonte: Famiglia Prati em < www.fotosantigas.prati.com.br >, acessado em dezembro de 2006.....	76
Figura 39: Projeto de Reforma do edifício da Assembléia dos Representantes por A. Hebert – fachadas atuais e fachadas projetadas – outubro de 1899. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	77
Figura 40: Recorte do Projeto de Reforma do edifício da Assembléia dos Representantes por A. Hebert – fachada principal projetada – outubro de 1899. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	78
Figura 41: Recorte do Projeto de Reforma do edifício da Assembléia dos Representantes por A. Hebert – fachada lateral projetada – outubro de 1899. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.	79
Figura 42: Planta da Cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, 1906. Desenho de Attilio Trebbi. Publicado pela Casa Editora – Livraria do Comercio. Edifícios presentes na imagem: Escola Militar, Palácio do Governo, Banco da Província, Igreja Nossa Senhora das Dores, Intendência Municipal, Atheneu Riograndense, Hospício São Pedro, Escola de Engenharia, Tesouro do Estado, Palácio dos Chaves, e Monumento a Júlio de Castilhos. Fonte: Editora Nova Roma.....	82
Figura 43: Foto do Prédio da Bailante, pertencente à Companhia Hidráulica Porto Alegrense, com o muro a ser substituído citado em seguida ao fundo – por volta de 1900. Fonte: Famiglia Prati em < www.fotosantigas.prati.com.br >, acessado em janeiro de 2008.	85
Figura 44: Recorte da reprodução do Projeto dos Depósitos para o Arquivo Público – planta baixa – 1910. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1911.	87
Figura 45: Projeto de ampliação e embelezamento da praça Mal. Deodoro e abertura de uma avenida até o cais projetado, por Atílio Trebbi. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1909.	88
Figura 46: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 1ª fase – Estantes, Estrutura em ferro vazada e escada deslizante – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.....	89
Figura 47: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 1ª fase – Galeria de comunicação entre os compartimentos – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.....	89
Figura 48: Projeto dos Depósitos para o Arquivo Público – fachada e planta baixa – 1910. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1911.....	90
Figura 49: Foto do Arquivo Público do Estado concluído / Edifício 1ª fase – Escadarias e parte da fachada – por volta de 1915. Fonte: Famiglia Prati em < www.fotosantigas.prati.com.br >, acessado em novembro de 2007.	91

- Figura 50: Foto da construção da ala esquerda do arquivo Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – fachadas – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página..... 92
- Figura 51: Foto da ala esquerda do Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – fachada principal (compartimento de ligação recuado) – por volta de 1920. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em novembro de 2007. 93
- Figura 52: Recorte do Projeto do Arquivo Público | ala esquerda | depósitos – plantas baixas – 26 de julho de 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 93
- Figura 53: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – Estantes e escada de ferro deslizante – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006..... 94
- Figura 54: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – Estantes. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em março de 2007. 94
- Figura 55: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – Estrutura em ferro vazada e escada de acesso aos pavimentos – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006..... 95
- Figura 56: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – Vão do monta-cargas e compartimentação vertical do edifício – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006. 95
- Figura 57: Recorte do Projeto do Arquivo Público | ala esquerda | depósitos – fachada – 26 de julho de 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 96
- Figura 58: Levantamento dos Pavilhões de Depósito do Arquivo Público – planta baixa – setembro de 1934. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 97
- Figura 59: Edifícios do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – vista aérea a partir do hotel em frente – 2008. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2008..... 98
- Figura 60: Edifícios do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – vista aérea a partir do estacionamento ao lado – 2008. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2008..... 98
- Figura 61: Foto do Monumento Funerário em homenagem a Júlio de Castilhos no Cemitério da Santa Casa, em 1909. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em novembro de 2007..... 100
- Figura 62: Foto do Monumento em homenagem a Júlio de Castilhos na Praça da Matriz, com o Palácio do Governo de Maurice Gras sendo construído ao fundo, por volta de 1913. Fonte: Acervo digital Projeto Monumenta..... 100
- Figura 63: Foto da estátua do Conde de Porto Alegre na Praça Conde de Porto Alegre, 1912. Fonte: Histórico da Praça da Matriz. Disponível em <www.mp.rs.gov.br>, acessado em março de 2007... 101
- Figura 64: Foto da Praça da Matriz, com a estátua do Conde de Porto Alegre em destaque, por volta de 1890. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta..... 101
- Figura 65: Foto da base projetada e construída por Affonso Hebert, bem com o cadafalso movediço. Hebert se encontra em primeiro plano na fotografia. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta.. 102
- Figura 66: Projeto para as fundações e andaime do “Monumento de Júlio de Castilhos”, por A. Hebert – corte e planta – 1911. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 104
- Figura 67: Foto do Monumento a Júlio de Castilhos, com todas as peças de bronze colocadas, mas ainda com o andaime – 1912. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta. 105
- Figura 68: Foto do Monumento em homenagem a Júlio de Castilhos na Praça da Matriz – 1913. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta..... 105

- Figura 69: Imagem publicada pelo jornal “A FEDERAÇÃO” na data da inauguração do Monumento a Júlio de Castilhos – 1913. Fonte: Jornal “A FEDERAÇÃO” de 25 de janeiro de 1913, p. 05..... 106
- Figura 70: Desenho de Hebert após a conclusão do Monumento a Júlio de Castilhos. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 109
- Figura 71: Foto aérea da Praça Marechal Deodoro, após a construção do Monumento a Júlio de Castilhos. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 110
- Figura 72: Foto da construção da Biblioteca Pública do Estado | 1ª fase – fachadas – 1912. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1912, sem página. 113
- Figura 73: Biblioteca Pública do Estado | 1ª fase – plantas baixas – 7 de janeiro de 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 114
- Figura 74: Biblioteca Medicea Laurenziana – Michelangelo - Florença, 1525-1571. Fonte: HEYDENREICH, Ludwig H., LOTZ, Wolfgang. Architecture in Italy 1400 to 1600. London: Published by Penguin Books, 1974. p. 244. 115
- Figura 75: Projeto para ampliação do edifício da Biblioteca, por A. Hebert – planta baixa – 16 de setembro de 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. 116
- Figura 76: Projeto para edifício da Biblioteca Pública, por A. Hebert – detalhe da fachada principal – 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 117
- Figura 77: Foto externa da Biblioteca Pública do Estado – detalhe dos bustos na fachada – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006. 118
- Figura 78: Foto da Biblioteca Pública do Estado | 1ª fase – obra concluída – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página. 120
- Figura 79: Foto da Biblioteca Sainte Geneviève (projeto 1839-1842, obra 1845-1851), por Henri Labrouste – Paris. Fonte: Foto de James Austin no Sítio eletrônico A&A – art e architecture, disponível em <www.artandarchitecture.org.uk>, acessado em abril de 2008. 121
- Figura 80: Fases de construção da Biblioteca Pública do Estado – planta segundo pavimento – 1912, 1913 e 2006. Fonte: Montagem da autora. 122
- Figura 81: Projeto do Acréscimo do edifício da Biblioteca Pública em construção – Fachada da Rua General Câmara – por A. Hebert – 12 de junho de 1919. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 126
- Figura 82: Fachada Sul da Biblioteca Pública do Estado, 2006. Fonte: Desenho de Luísa D. Rocca. In: ROCCA, Luísa Durán. Levantamento e Diagnóstico da Biblioteca Pública Porto de Porto Alegre – RS. Porto Alegre: Monumenta, 2006. 127
- Figura 83: Foto da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – obra concluída – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página. 128
- Figura 84: Corte Transversal da Biblioteca Pública - por Teófilo Borges de Barros – 22 de novembro de 1920. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 129
- Figura 85: Planta baixa do pavimento térreo - Biblioteca Pública do Estado - 2006. Fonte: Desenho de Luísa D. Rocca. In: ROCCA, Luísa Durán. Levantamento e Diagnóstico da Biblioteca Pública Porto de Porto Alegre – RS. Porto Alegre: Monumenta, 2006. 130
- Figura 86: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – compartimento de acesso – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página..... 131

Figura 87: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – salão nobre – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.	131
Figura 88: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – salas de leitura para senhoras – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.....	132
Figura 89: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – salas de leitura para senhoras – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.....	132
Figura 90: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – Gabinete do Presidente do Estado – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.....	133
Figura 91: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – Gabinete do Presidente do Estado – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.....	133
Figura 92: Planta baixa do segundo pavimento - Biblioteca Pública do Estado - 2006. Fonte: Desenho de Luísa D. Rocca. In: ROCCA, Luísa Durán. Levantamento e Diagnóstico da Biblioteca Pública Porto de Porto Alegre – RS. Porto Alegre: Monumenta, 2006.	133
Figura 93: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – sala das estantes – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.	134
Figura 94: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – sala da secretária – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.	135
Figura 95: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – sala dos professores – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.....	135
Figura 96: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – elevador – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.	136
Figura 97: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – sala da direção – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.	136
Figura 98: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – sala da direção – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.	136
Figura 99: Plantas da Biblioteca Pública do Estado, 2006. Fonte: Desenho de Luísa D. Rocca. In: ROCCA, Luísa Durán. Levantamento e Diagnóstico Biblioteca Pública Porto de Porto Alegre – RS. Porto Alegre: Monumenta, 2006.	136
Figura 100: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – sala de leitura – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.	137
Figura 101: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado 2ª fase – jardim interno – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.	137
Figura 102 e Figura 103: Detalhes do interior da atual sala de leitura, antigo salão nobre do edifício Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.	138
Figura 104 e Figura 105: Detalhes do interior da atual sala de acesso à internet, antigo gabinete do presidente do Estado Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.	138
Figura 106 e Figura 107: Detalhes internos do vestibulo e escadaria Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.....	138
Figura 108 e Figura 109: Detalhes da pintura interna da atual sala da administração, antiga sala de reunião de professores Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.	139

Figura 110: Detalhe da pintura inteira da ante-sala do elevador do segundo pavimento Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.....	139
Figura 111: Ante-sala do elevador e elevador do pavimento térreo Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.....	139
Figura 112 e Figura 113: Detalhes da pintura interna da atual sala da direção, antiga sala do diretor Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.	139
Figura 114: Edifício para a Assembléia dos Representantes, de A. Hebert. Desenho de A. Trebbi – perspectiva – 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	140
Figura 115: Edifício para a Assembléia dos Representantes, de A. Hebert – planta baixa do segundo pavimento – maio de 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	141
Figura 116: Edifício para a Assembléia dos Representantes, de A. Hebert – corte transversal esquemático – 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	142
Figura 117: Edifício para a Assembléia dos Representantes, de A. Hebert – esboço da fachada principal – 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	143
Figura 118: Projeto do Porto de Porto Alegre – Secretaria das Obras Públicas – Diretoria de Viação – 1910. Fonte: Relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas de 1910, sem página.....	145
Figura 119: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – planta do primeiro pavimento – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	147
Figura 120: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – planta do segundo pavimento – novembro de 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.	148
Figura 121: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – fachada principal – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	149
Figura 122: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – fachada lateral – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	150
Figura 123: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – fachada posterior – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	151
Figura 124: Foto do edifício da Secretaria dos Negócios da Fazenda por Teófilo Borges de Barros, década de 1930. Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre e Moysés Velinho.....	152
Figura 125: Foto da Escola Elementar da Praça General Osório em construção – acesso principal – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página.....	155
Figura 126: Foto da Escola Elementar da Praça General Osório em construção – fachada lateral, junto à Praça e fachada principal – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página.....	155
Figura 127: Escola Elementar da Praça General Osório – fachada lateral, junto à Praça – 1918. Fonte: Álbum da cidade de Porto Alegre: comemorativo do 1º Centenário da Independência 1822-1922, sem página.....	157
Figura 128: Escola Elementar, levantamento realizado em 1935 – montagem com recortes das plantas: porão, primeiro pavimento, segundo pavimento, galerias – 1935. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.....	158
Figura 129: Projeto para a Escola Elementar, por A. Hebert – Esgotos para Edifício do Colégio Elementar, por Hebert – março de 1914. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.	159

- Figura 130: Projeto para a Escola Elementar, por A. Hebert – fachada principal, corte de pele e planta do térreo – setembro de 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 160
- Figura 131: Projeto para a Escola Elementar, por A. Hebert – detalhe da fachada principal – abril de 1914. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 161
- Figura 132: Foto da Escola Elementar da Praça General Osório – fachada lateral esquerda e fachada principal, a partir da Rua Duque de Caxias – 2006. Fonte: Foto da autora. 162
- Figura 133: Foto da Escola Elementar da Praça General Osório– fachada lateral direita e fachada de fundos, a partir da esquina das Ruas General Vasco Alves e Fernando Machado – 2006. Fonte: Foto da autora. 162
- Figura 134: Foto da Escola Complementar da Rua General Auto, por Teófilo Borges de Barros, concluída – acesso principal – 1922. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1922, sem página..... 163
- Figura 135: Foto aérea da Praça Marechal Deodoro, após a construção do Monumento a Júlio de Castilhos. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado..... 167
- Figura 136: Foto da Biblioteca Pública do Estado | 1ª fase – obra concluída – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página. 167

Sumário

RESUMO.....	15
ABSTRACT	16
1. INTRODUÇÃO	17
2. A BIOGRAFIA DE HEBERT	24
3. A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE HEBERT	30
3.1 Hebert como Desenhista (durante o Império).....	31
3.1.1 <i>Projeto para o Palácio e Secretaria do Governo.....</i>	<i>36</i>
3.2 Hebert como Diretor Interino da SOP	42
3.2.1 <i>Projeto para o Palácio do Governo do Estado.....</i>	<i>45</i>
3.2.2 <i>Projeto da Penitenciária do Estado.....</i>	<i>67</i>
3.2.3 <i>Projeto de reforma do edifício da Assembléia dos Representantes</i>	<i>75</i>
3.3 Hebert como Chefe da Seção de Obras Públicas da SOP	81
3.3.1 <i>Arquivo Público do Estado.....</i>	<i>85</i>
3.3.2 <i>Projeto de implantação do monumento a Júlio de Castilhos</i>	<i>99</i>
3.3.3 <i>Biblioteca Pública do Estado</i>	<i>111</i>
3.3.3 <i>Projeto para a Assembléia dos Representantes do Estado.....</i>	<i>140</i>
3.3.3 <i>Projeto para a Secretaria da Fazenda do Estado.....</i>	<i>145</i>
3.4 O final da trajetória de Hebert	153
3.4.1 <i>Escola elementar da Praça General Osório.....</i>	<i>154</i>
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168

Resumo

Este estudo investiga a arquitetura produzida pelo poder público do Rio Grande do Sul durante os primeiros anos da República em Porto Alegre, através das obras do arquiteto Affonso Hebert. Com formação na Europa, Hebert ingressou na Secretaria de Obras Públicas como desenhista, ainda durante o Império, e teve a oportunidade de chefiar a Diretoria de Obras Públicas do Estado sob o comando de diferentes governantes. Neste período, Hebert deu às suas obras uma identidade própria, inspirada na arquitetura eclética europeia e principalmente na Paris da *Belle Époque*. O ponto de partida deste trabalho foi uma revisão bibliográfica cuidadosa, combinada com investigação em arquivos e relatórios sobre as obras produzidas por Hebert durante sua estada na Secretaria de Obras Públicas. Em seguida, foram buscadas, junto aos descendentes do arquiteto, informações sobre sua formação e sobre as possíveis referências utilizadas por ele em seus projetos. Posteriormente, foram feitas análises das obras por ele realizadas, buscando identificar a sua inserção no panorama local e em contextos mais amplos da arquitetura do início da era republicana. O panorama analítico de sua produção visa constituir uma contribuição à tarefa de identificar e interpretar a produção arquitetônica gaúcha nos primórdios do século XX.

Abstract

This dissertation investigates the work done by the architect Affonso Hebert in the capital city of Porto Alegre. Hebert was head of the office of public works of the state of Rio Grande do Sul, southern Brazil, during the first decades of the republican regime. Educated in Europe, Hebert began his public career as a draftsman during the Imperial period. Later, he directed the office of public works under the command of many presidents of the state. During his term, Hebert designed in a singular form, inspired in European eclecticism, and particularly in the architecture of Paris in the Belle Époque. This dissertation has started with a thorough bibliographic review, combined with archival investigation related to the works made by Hebert in his stay at the office of public works. Further information was obtained with the descendants of the architect. This stage was followed by a formal investigation of the projects and buildings designed by Hebert, which also tried to frame his work in the local and extra-local contexts at that time. The outline of the architect's work intends to make a meaningful contribution to the understanding of the architecture of Rio Grande do Sul in the beginning of the 20th century.

Introdução

1. Introdução

O objetivo fundamental desta dissertação é investigar a arquitetura produzida durante os primeiros anos da República em Porto Alegre através da obra do arquiteto Affonso Hebert. As obras por ele realizadas foram analisadas com o intuito de identificar a sua inserção no panorama local e em contextos mais amplos da arquitetura do início da era republicana.

A transferência do regime político Imperial para o regime Republicano, entre o final do século XIX e início do século XX no Brasil, acarretou uma série de mudanças de ordem econômica, social e política em todo o país. Os primeiros anos desse novo regime conhecido por “Primeira República” ou “República Velha”, correspondem ao período de implantação do sistema capitalista no país, com a criação de um mercado interno e a consolidação de uma ordem urbano-industrial. Nesse momento, também se dá a ascensão da burguesia urbana e a desagregação da sociedade agrária patriarcal, que ocorre em função do surgimento das relações assalariadas de produção.

No Rio Grande do Sul, as transformações sócio-econômicas foram influenciadas pela presença de uma peculiar política republicana, que foi decisiva na condução das políticas de Estado Regional (período em que os Estados gozaram de uma ampla autonomia federativa), durante a República Velha. A instauração da República no Rio Grande do Sul representou uma profunda ruptura no controle político do Estado, redundando na ascensão do Partido Republicano Riograndense (PRR) ao poder. Segundo HERRLEIN JR. (2004), essa ruptura constituiu-se em uma verdadeira revolução política, de natureza burguesa e conservadora, que provocou o deslocamento da oligarquia vinculada à economia pastoril da campanha, bem como o desmonte da forma de dominação tradicional e patrimonialista.

As concepções do PRR estavam embasadas na filosofia positivista, opondo-se tanto ao liberalismo político quanto ao liberalismo econômico. Os republicanos sul-riograndenses entendiam que cabia ao Estado papel fundamental na organização da sociedade, garantindo a harmonia social (ordem) e promovendo o desenvolvimento econômico (progresso)¹. Mesmo defendendo a livre iniciativa e dando prioridade à

¹ Ver PINTO, Celi R. J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

concorrência contra o regime de monopólio, o PRR não aceitava a supremacia do livre mercado sobre a vida social.

Durante este período, o Estado entendia que deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma tutela social, com responsabilidades sobre as condições de abastecimento e ocupação da população social. A ideologia positivista justificava a intervenção do Estado na vida econômica, legitimando, no campo ideológico, as ações consideradas fundamentais para o plano econômico republicano pelo seu caráter social.²

O modelo regional de desenvolvimento capitalista foi estruturado sob o amparo do Estado, que se articulou economicamente e através da estrutura de poder com as forças sociais novas e dinâmicas, desvinculadas do latifúndio tradicional. Os governos republicanos empreenderam ações que determinaram largamente o movimento da economia e a organização da sociedade durante esse momento crucial da transição capitalista. O Estado apoiou a colonização e a expansão da agropecuária colonial, aplicando recursos e fornecendo infra-estrutura.

A modernização de diversos setores ocorreu em todo o Estado, mas principalmente em Porto Alegre. SOUZA (2004) traduz as prerrogativas desse período:

Como centro do poder, Porto Alegre era quem concentrava e articulava o saber técnico tanto para a cidade como para a região, na mesma ótica positivista de Comte, de valorização da capital do país ou região, o que ficava claro nos discursos proferidos pelos políticos e técnicos. Na seqüência vinha a municipalização dos serviços, que também fazia parte do ideário do PRR como meio de melhor governar.

O município passava a se responsabilizar por serviços que em outras cidades ficavam a cargo do estado.

(...)

A educação era um dos projetos administrativos da política castilhistas, que levava no seu bojo a idéia de que o Estado deveria garantir os meios de acesso à cultura e proporcionar aos cidadãos todos os serviços básicos.

(...)

Concentravam seus esforços nos melhoramentos da cidade, estimulando o desenvolvimento da cultura, da economia, e em especial do comércio, dos serviços e da indústria, aspirando a uma cidade moderna. O novo regime da República mostrava grande interesse por enfrentar os problemas urbanos a partir das novas técnicas de tratamento do transporte, do tráfego de veículos, do crescimento da população (especialmente do proletariado), do

² Ver HERRLEIN JR., Ronaldo. *A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação*. Economia e Sociedade, Campinas - SP, v. 22, p. 85-103, 2004.

saneamento, higiene e saúde pública. O objetivo era alcançar o progresso, como nas nações desenvolvidas, e desenvolver na população hábitos semelhantes aos dos habitantes das cidades européias, nas quais especialmente a burguesia estava criando uma nova maneira de viver. (SOUZA 2004, p. 47-48).

Até o fim do conturbado período inicial de instalação do governo republicano e a definição por uma opção de política de mercado, não existiam condições para realizações de obras de vulto. No entanto, a partir de 1908 houve uma seqüência de obras notáveis, tanto públicas quanto privadas.

No setor público, Porto Alegre foi beneficiada, pois contava com duas Diretorias de Obras bastante preocupadas com o processo de modernização da cidade proposto pelo Governo: a Diretoria de obras do município e a Diretoria de obras, terras e colonização do Estado. Em 1892, a capital gaúcha teve sua estrutura administrativa municipal organizada. Foi criada Secretaria da Intendência, dividida em sete seções, uma delas de Engenharia³. Em 1896, Luiz Faria dos Santos toma posse e regulamenta a Secretaria da Intendência Municipal, criando três diretorias independentes subordinadas ao intendente. A antiga seção de Engenharia transformou-se na Diretoria de Obras, com a competência de dirigir e executar as obras municipais. A regulamentação determinava que o intendente deveria elaborar anualmente um relatório das obras realizadas no exercício findo, além da especificação, detalhamento e orçamento daquelas que pretendia realizar para o próximo ano, para submetê-las à votação do conselho.

Segundo SOUZA (2004), a partir da criação desta diretoria, viabilizou-se a modernização por parte da administração municipal. Porém, somente durante a gestão de José Montaury⁴ foi implantada a política federal de modernização de portos na cidade. Foram feitos os aterros necessários (atividades vinculadas ao estado), implantadas as redes de água, esgoto e eletricidade, melhorados os serviços de transporte, construídos vários prédios públicos (que deram início à transformação da paisagem da cidade), regulamentadas as vias públicas, através da definição dos alinhamentos das construções e dos passeios de pedestres, alargados

³ Segundo FERRAZ (2004), esta Secretaria, 63 anos mais tarde, viria a dar origem à Secretaria Municipal de Obras e Viação – SMOV.

⁴ José Montaury de Aguiar Leitão nasceu no Rio de Janeiro (1858) e formou-se engenheiro na Escola Politécnica. Foi transferido para o Rio Grande do Sul, como funcionário federal na comissão de Terras e Estabelecimento de Imigrantes. Indicado por Júlio de Castilhos para concorrer à administração municipal, foi reconduzido ao poder por várias gestões por reafirmar sua lealdade ao partido e ao governador Borges de Medeiros.

e saneados os becos, transformando-os em ruas, além de iniciada a ocupação do novo litoral, junto ao porto, e a reformulação da Praça da Alfândega. Visando adequar a cidade aos novos tempos, Montaury articulou uma política de reformas na qual as demandas simbólicas da nascente burguesia local foram também contempladas, para que a cidade pudesse parecer moderna, como estava no ideário da época. Para implementar essa política, organizou a Comissão de Melhoramentos e Embelezamentos de Porto Alegre e solicitou a ela a elaboração do primeiro plano de urbanismo da cidade, o Plano Geral de Melhoramentos, elaborado por João Moreira Maciel em 1914. Este sintetizaria todos os projetos existentes e proporia novos, articulando a remodelação em torno da área de ampliação do porto, cujas obras estavam em execução, regularizando as vias públicas através de prolongamentos e alargamentos das vias previstas, e ligando o centro histórico com a periferia até os limites do Primeiro Distrito. Dessa forma, Montaury iria contar com um instrumento que conduziria a modernização da cidade.

Em paralelo à Diretoria de Obras de Porto Alegre, atuava a Secretaria de Negócios das Obras Públicas do Estado (SNOP) criada em 29 de dezembro de 1889. Esta secretaria era responsável por todas as obras patrocinadas pelo Estado. Porém, a sua atuação em Porto Alegre, por se tratar da capital estadual, era mais evidente.

O Governo do Estado, através SNOP, promoveu um intenso programa de obras públicas para atender necessidades que iam além das demandas viárias, sanitárias e administrativas. Entre 1893 e 1898, o Estado é presidido por Júlio de Castilhos dando início a uma série de governos alinhados com a doutrina positivista. O governo de Castilhos foi amplamente ocupado com o êxito militar de seu partido na Revolução Federalista (1893-95). Mesmo assim, houve uma notável preocupação por parte do Governo na demarcação arquitetônica de seu projeto político na capital gaúcha. Em 1896, Castilhos solicita à SNOP um novo Palácio de Governo e, paralelamente, comissiona a construção do palácio da Intendência Municipal de Porto Alegre. O investimento em dois palácios públicos, de ampla visibilidade e dotados de sofisticado tratamento escultórico e decorativo, demonstra a importância da arquitetura no projeto castilhista.

Borges de Medeiros assume o poder em 1898 e governa o Estado por dois termos (1898-1903 e 1903-1908). No entanto, sua preocupação com a arquitetura do Estado é menor. Neste período, os empreendimentos expressivos na capital

relacionam-se aos primeiros edifícios universitários: a Escola de Engenharia (1898-1900), o Instituto Eletrotécnico (1906-10) e o conjunto do Observatório Astronômico, Château e Castelinho (1906-8). Embora subsidiadas e monitoradas pelo governo provincial, estas escolas superiores eram oficialmente entidades privadas.

Em 1908, é eleito Carlos Barbosa Gonçalves para a presidência do Estado, que governa até 1913. Favorecido pela boa fase econômica vivida pelo Estado, Barbosa estimula, através do patrocínio do Estado, uma intensa atividade construtiva em Porto Alegre. Neste período, é construído o Palácio Piratini, o monumento a Júlio de Castilhos, o Arquivo Público, a Biblioteca Pública e a sede da Secretaria de Obras Públicas. Também são iniciadas as obras do porto com a construção do aterro junto à Praça da Alfândega, para nela localizar quatro novos palácios públicos e uma gare de passageiros junto ao Guaíba.

Com isso, Barbosa dá início a um amplo programa construtivo na capital gaúcha, estimulando, inclusive, a construção de iniciativa privada. O arquiteto Affonso Hebert foi responsável por várias das obras públicas importantes construídas neste período, fazendo uso de uma linguagem eclética, de base predominantemente clássica em seus projetos. A análise desta arquitetura, produzida pelo Estado sob a responsabilidade de Hebert, é o objeto deste trabalho.

Assim, no primeiro capítulo é abordada a biografia do arquiteto. O objetivo principal, nesse momento, foi contextualizar os anos formativos de Hebert, para posteriormente, fazer relações deste contexto com seus projetos.

No segundo capítulo, é traçada a trajetória profissional do arquiteto, desde sua entrada na Repartição de Obras Públicas Provinciais como desenhista, até sua aposentadoria compulsória em 1922. Neste capítulo, procurou-se identificar as razões da adoção de uma estética de tradição clássica pelo arquiteto que representava o Estado nos edifícios da capital. Este capítulo é dividido cronologicamente, de acordo com a função exercida pelo arquiteto, e, ao mesmo tempo, relacionando o volume de trabalho de Hebert dentro da Secretaria.

Por fim, o trabalho procura identificar a participação de Hebert no contexto de sua época. Para isto, faz um comparativo entre o ecletismo produzido pelo arquiteto que representa o Estado e o ecletismo utilizado pelos outros arquitetos (Manoel Itaquy,

Theo Wiedersphan, Otto Menchen e Maurice Gras) que também contribuíram no programa construtivo desta época em Porto Alegre.

Em alguns pontos do trabalho, são inseridos parágrafos explicativos de temas relevantes para a compreensão da dissertação. Essas porções são assinaladas por grandes colchetes.

Biografia

2. A Biografia de Affonso Hebert



Affonso Hebert, cujo nome se encontra grafado de diversas formas, como Alphonse, Afonso, Hébert e Herbert, nasceu em Porto Alegre em 25 de janeiro de 1852. É filho dos franceses Joseph François Hebert e Jeanne Marie Gay, dos quais teve quatro irmãos: Jean, Alfred, Jeanne Cristine e Joseph François.

Hebert estudou engenharia e arquitetura na Alemanha e na França até 1875⁵. Após esta data, regressou ao Brasil.

Em 6 de março de 1876, ingressou no poder

Figura 1: Affonso Hebert, 1911. Fonte: público quando nomeado desenhista da Acervo digital do Projeto Monumenta.

Repartição de Obras Públicas Provinciais⁶.

Neste período, trabalhou como agrimensor e suas atividades eram confeccionar cartas, plantas e cópias e auxiliar o engenheiro responsável pelos projetos da Repartição. Neste cargo, Hebert teve a oportunidade de trabalhar com o arquiteto Álvares Nunes Pereira, responsável pelo projeto do Hospício São Pedro (inaugurado em 1884) e do Asilo da Mendicidade (1881-1888).

Affonso Hebert casou-se com Maria Luísa Paranhos, filha de Antônio da Silva Santos Paranhos e Clemência Maria da Conceição, em 21 de outubro de 1878. O casal teve seis filhos: Afonso, Hugo, Georgina, Roberto, Luiz e Frederico.

Com o advento da República, a Repartição de Obras Públicas sofreu grandes alterações. Neste momento, Hebert foi promovido ao cargo de ajudante (30 de dezembro de 1890). Em 19 de maio de 1891, tornou-se sub-diretor, e logo teve que assumir o cargo de diretor interino (24 de outubro de 1891).

⁵ Informações obtidas em entrevista com a bisneta Sandra Hebert Bastos e mencionadas em WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul, 1892/1945*. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2004. p. 85. No entanto, inexistem documentos ou dados mais precisos sobre a formação acadêmica de Hebert.

⁶ Relatório da Diretoria de Obras Públicas, 1891, Quadro Pessoal, anexos. Primeiro relatório feito após a Proclamação da República. Este relatório traz o histórico da Secretaria desde 15 de novembro de 1889 até 17 de setembro de 1891.

Em 31 de janeiro de 1895, com uma nova reestruturação da Diretoria de Obras Públicas, Affonso Hebert assume o cargo de Chefe da 1ª Seção de Obras Públicas. Porém, ainda se mantém no cargo de diretor interino até 28 de novembro de 1896.

Secretaria de Obras Públicas do Estado

Tendo em vista que a obra conhecida de Hebert se realiza exclusivamente no setor público, torna-se importante entender o funcionamento da Seção de Obras Públicas do Estado nos primórdios da República.

Em 31 de dezembro de 1888 (durante o Império), em virtude da Lei nº 1754, a Repartição de Obras Públicas Provinciais foi considerada extinta⁷. Neste período, José Francisco do Santos Queima ocupava o cargo de diretor da Repartição. Este apresentou o último Relatório da Repartição ao Presidente da Província, Joaquim da Silva Tavares (o barão de Santa Tecla), em 7 de novembro de 1888.

Em 1º de janeiro de 1889, foi criado um Escritório com o pessoal remanescente da extinta Repartição. Neste momento, foram nomeados: o chefe do escritório (Eng. Carlos Augusto Osório Bordini⁸), dois condutores, dois desenhistas, um colaborador e dois adidos, um servindo de copista. Com o advento da República, foi dada uma nova organização ao serviço de obras públicas. Em 29 de dezembro de 1889, foi criada a Diretoria de Obras Públicas através do ato nº 32, pelo então Governador Político do Estado, o militar gaúcho José Antônio Correia da Câmara, ficando extinto o Escritório da antiga Repartição de Obras Públicas.

A nova Diretoria, nomeada em 30 de dezembro de 1890, foi composta de um Diretor (João José Pereira Parobé), um sub-diretor (João Luiz de Faria Santos), um ajudante (Affonso Hebert), dois condutores (João Propício Rodrigues da Silva e Julio Antonio Vasques), dois auxiliares fiscais (Joaquim Ricardo de Magalhães e José Victorino de Almeida e Albuquerque), um escriturário (Franklin Luiz de Vasconcellos Ferreira) um desenhista (Israel Affonso de Azambuja) e um arquivista (Marcos Avelino de Andrade).

Por urgência do serviço, passaram a exercer interinamente os cargos: de Superintendente de obras públicas, o Diretor João José Pereira Parobé; de Diretor, o sub-diretor João Luiz de Faria Santos, sendo substituído por Luiz Caetano Ferraz; de sub-diretor, o ajudante Affonso Hebert (19 de maio a 3 de julho de 1891, e de 21 de julho a 24 de outubro 1891), passando

⁷ Neste período a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul estava sob a administração de Joaquim Galdino Pimentel (mandato: 8 de dezembro de 1888 a 25 de junho de 1889).

⁸ Segundo PORTO-ALEGRE (1917), Carlos Augusto Osório Bordini nasceu em Porto Alegre em 17 de agosto de 1847. Foi engenheiro e militar. Filho do coronel João Carlos Augusto Bordini e de Maria Felícia Osório Bordini (irmã do marquês do Herval), fez seus estudos preparatórios no Colégio Gomes, seguindo depois para o Rio de Janeiro, onde continuou na Escola Central. Terminado seus estudos retornou à Porto Alegre, filiado ao partido liberal.

a exercer o de diretor (24 de outubro de 1891 a 22 de janeiro 1892 e de 26 de maio a 31 de julho de 1892) em substituição à Luiz Caetano Ferraz; e de ajudante o condutor João Propício Rodrigues da Silveira, passando a sub-diretor. Os cargos de arquivista, auxiliar fiscal e condutor também sofreram várias alterações nesse momento.

Nesta ocasião, Hebert foi responsável por uma série de atividades, tais como reformas, reparos e complementações de edifícios do Estado (Secretaria de Obras, Cadeia Civil, Palácio do Governo, Estação da Guarda do Menino Deus, Estação da Guarda Azenha, Assembléia Provincial, Hospício São Pedro, Atheneu e Teatro São Pedro); projeto de pontes, pontilhões e estradas para municípios do Estado (Estrela, Rio Pardo, Taquara, Passo da Charqueada, Colônia de Nova Petrópolis, Dois Irmãos e São Francisco de Paula de Cima da Serra); e organização de orçamento para projetos (barracão que servisse de Hospital para os variolosos; rede telefônica entre Porto Alegre e Itapuã; e forno de incineração de lixo de Porto Alegre).⁹

Em 1894, a Diretoria de Obras Públicas foi transformada em Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização (DOPTC), compreendendo duas seções: 1ª Seção – de obras públicas; e 2ª Seção – de terras e colonização. Esta Diretoria passou a pertencer à Secretaria de Negócios das Obras Públicas (SNOP). Para a 1ª Seção, foi nomeado chefe Affonso Hebert e para 2ª Seção Francisco José Simch em 31 de janeiro de 1895.¹⁰ Não tendo sido preenchido o cargo de Diretor da DOPTC, Affonso Hebert permanece no cargo até a nomeação como Diretor do Eng. Francisco Ávila da Silveira, em 28 de novembro de 1896.¹¹ Nesta mesma data, Hebert retoma a função de Chefe das Obras Públicas do Estado.

Neste cargo, Hebert foi responsável pelo projeto de diversos edifícios do Estado: Projeto da Penitenciária (1896); Palácio do Governo (1897); Projeto de Reforma do Edifício da Assembléia dos Representantes (1899); Arquivo Público do Estado (1909 e 1913); Projeto para as fundações e andaime do “Monumento Dr. Júlio de Castilhos” (1911); Projeto do Edifício da Biblioteca Pública do Estado (1912) e sua ampliação (1913/1919); Projeto da Assembléia dos Representantes (1912); Projeto da Secretaria da Fazenda do Estado (1912); Projeto de um Edifício para Escola Elementar na Praça General Osório (1913). Além disso, executou, fiscalizou, reformou e adaptou edifícios do Estado cujo projeto não era de sua autoria.

⁹ Informações referentes ao histórico da Secretaria extraídas do Relatório da Diretoria de Obras Públicas, 1891, p. 01-04 e anexos.

¹⁰ Relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas, 1895, p. 39.

¹¹ Relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas, 1897, anexos.

Em paralelo aos encargos de Chefe da Seção de Obras Públicas, Hebert assume o cargo de Diretor do Observatório Astronômico entre os anos de 1897 e 1909, quando este passou pertencer à universidade. O arquiteto foi enviado em “comissão especial às Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai”¹² entre 14 de novembro de 1896 e 8 de fevereiro de 1897, a fim de receber treinamento específico para assumir tal cargo. Em função disto, Hebert foi o principal responsável, durante estes doze anos, pela manutenção e modernização dos equipamentos, bem como pelas medições anuais realizadas pelo observatório e presente nos Relatórios da Secretaria.

Em 1902, é nomeado professor da Escola de Engenharia, ministrando aulas no Curso de Estradas¹³. No mesmo ano, realiza o plano para a Praça Central de Taquara¹⁴. No ano seguinte, é convidado a dar aulas no Curso de Arquitetura sobre Construção em Geral, Estabilidade e Higiene¹⁵. Porém, pela falta de afinidade com a área acadêmica, ainda no segundo semestre deste ano pediu demissão da Escola e nunca mais voltou a dar aulas.¹⁶

De acordo com WEIMER (2004), Affonso Hebert desenvolveu, ainda, projetos para clientes particulares. Segundo este autor, o arquiteto tinha um escritório na Rua do Andradas, número 62.¹⁷

Hebert foi Maçom, chegando a ser *Venerável Mestre* da Loja porto-alegrense *Luz e Ordem*¹⁸. Além disso, foi fundador e presidente honorário da Sociedade Protetora dos Animais¹⁹.

Após uma seqüência de licenças para tratamentos de saúde, finalmente, pelo decreto nº 2939 de 22 de fevereiro de 1922, Hebert “foi aposentado com o vencimento integral (...) por ter sido julgado incapaz do serviço”²⁰. Assume o seu

¹² Relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas, 1897, p. 41.

¹³ Segundo o Estatuto da Escola de Engenharia aprovado em outubro de 1896, o ensino da Escola seria composto por cinco cursos independentes: Curso de Agrimensura; Curso de Estradas; Curso de Hidráulica; Curso de Arquitetura; e Curso de Eletrotécnica. Ver WEIMER, Günter. *A vida cultural e a arquitetura na República Velha Rio-grandense: 1889-1945*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 298.

¹⁴ Sobre este projeto nada foi encontrado, até então. Essa menção é feita por WEIMER (2004), p. 86.

¹⁵ Informações obtidas no Arquivo da Escola de Engenharia da UFRGS.

¹⁶ Ver WEIMER (2004), p. 86.

¹⁷ Quanto a esta informação, não se encontraram subsídios para uma pesquisa mais aprofundada junto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Inclusive a família desconhece tal fato.

¹⁸ Informações obtidas por entrevista com a bisneta Sandra Hebert Bastos.

¹⁹ Ver WEIMER (2004), p. 86.

²⁰ Ver Relatório da Secretaria de Obras Públicas, 1922, p. 03.

lugar o arquiteto Teóphilo Borges de Barros, que já vinha trabalhando com Hebert no cargo de ajudante.

Com o advento da aposentadoria, o arquiteto mudou-se para Nice, na França, onde veio a falecer em 27 de junho de 1925 com 73 anos. Durante o tempo que viveu em Nice, Hebert morou na Rua Marechal Joffre, número 24.²¹

²¹ Informações obtidas na Participação de Falecimento de Hebert, 1922.

Trajectoria Profissional

3. A trajetória profissional de Hebert

Este capítulo procurará abordar de forma sistemática a trajetória profissional de Affonso Hebert, desde seu ingresso na Repartição de Obras Públicas Provinciais como desenhista, suas efetivações, seu desempenho nos diferentes Governos Republicanos, até a sua aposentadoria compulsória. Está dividido em três partes, tendo início com seu trabalho como desenhista, durante o período imperial do Brasil; em seguida como Chefe da Seção de Obras Públicas do Estado, no auge da sua vida profissional; e, por fim, com as últimas obras de Hebert, não menos importantes, mas em menor número.

3.1. Hebert como desenhista (durante o Império)

O período imperial tem início com a Independência do Brasil (1822). Porém, ainda nessa época, o Brasil possuía uma sociedade latifundiária e escravista.

O Segundo Reinado (1840) foi caracterizado pela preeminência dos produtores de café, no sudeste do País, que eram latifundiários, escravistas e defendiam uma monarquia centralizada que impedia maior autonomia das províncias. Com a Lei Euzébio de Queiroz (1851), que extinguiu o tráfico de escravos, os cafeicultores passaram a utilizar a mão-de-obra livre de origem imigrante, que estava chegando ao país neste período. Nesse momento, diante da extinção do tráfico negreiro, novos investimentos foram destinados à indústria, ao comércio e à agricultura, acarretando a expansão do mercado interno.

Já no Rio Grande do Sul, esse período foi marcado pelo desenvolvimento da pecuária voltada principalmente para o charque. Segundo PESAVENTO (1997), a produção do charque consagrou-se como atividade principal da economia do sul do país e principal fornecedora do mercado interno brasileiro. Porém, de acordo com Carta Constitucional de 1824 (que regeu o sistema político do Império), era estabelecido que, das rendas arrecadadas pelas províncias, o Governo Imperial (estabelecido no Rio de Janeiro) determinava quanto permanecia na província e quanto reverteria em favor do centro do país, ou seja, para a economia cafeeira. Em desacordo com essa situação, eclodiu no Rio Grande do Sul a Revolução Farroupilha (1835-1845), quando os gaúchos enfrentaram o governo central do Brasil. Com o final da Revolução Farroupilha (1845), vários arquitetos e engenheiros

imigrantes se instalaram no estado trazendo às províncias inovações na construção civil.

Segundo WEIMER (1989), neste período, diante de um palácio em condições bastante precárias, o presidente do Estado, Soares d'Andrea encarregou o arquiteto Philip von Normann de elaborar um projeto para o Palácio Provincial. No entanto, até hoje nenhuma documentação referente a esse projeto foi encontrada.

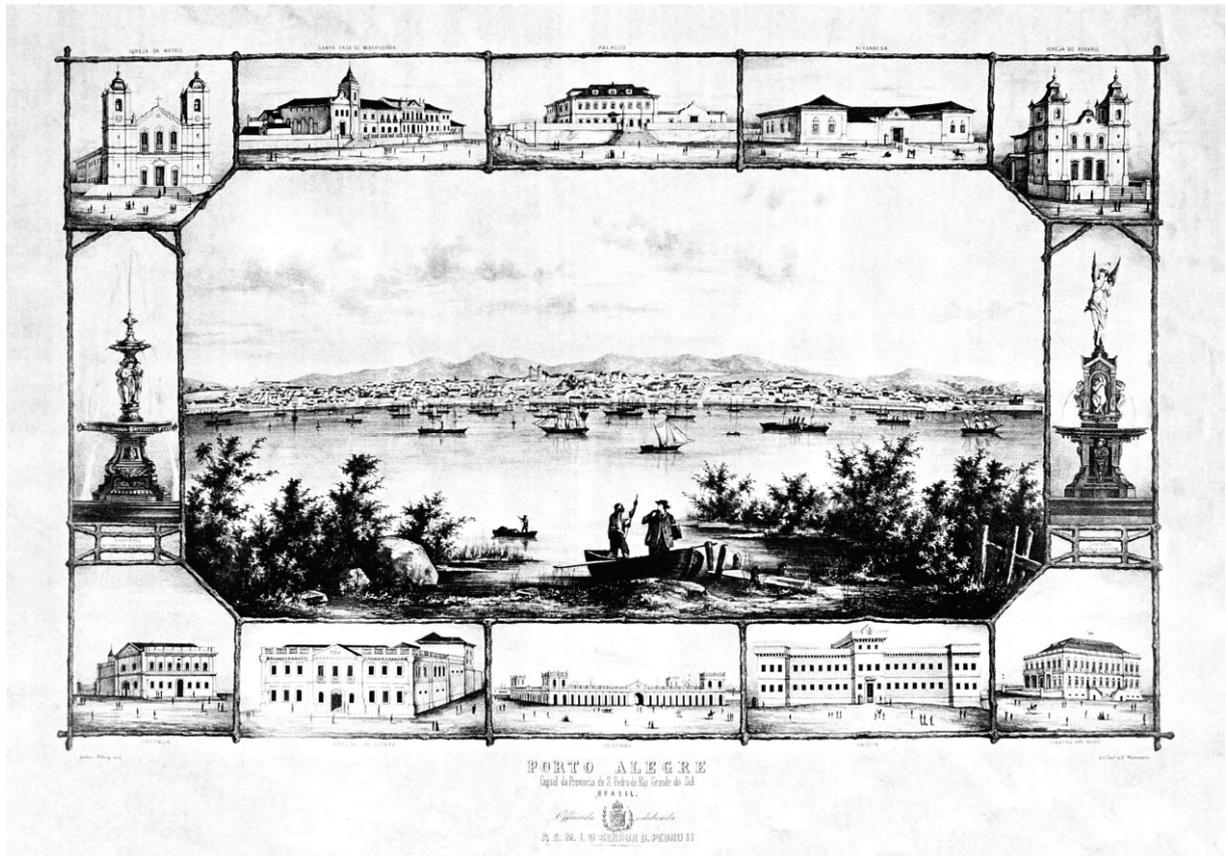


Figura 2: Perfil dos morros de Porto Alegre, gravura comemorativa da visita de Dom Pedro II a Pôrto Alegre, setembro de 1864 de Balduíno Röhring. Edifícios presentes na imagem: Igreja Matriz, Santa Casa de Misericórdia, Palácio Provincial; Alfândega; Igreja do Rosário; Assembléia; Arsenal de Guerra; Mercado; Cadeia; e Teatro São Pedro. Chafariz da Praça da Alfândega (à esquerda) e Chafariz da Praça do Portão (à direita). Ao centro uma vista geral da cidade. Fonte: COUTO E SILVA, Morency; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo. *Biografia duma cidade: monumento do passado, documento do presente, guia do futuro pelo capitão Álvaro Franco*. 1940 - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

A arquitetura oficial reflete os estilos adotados na capital do país de modo rápido. Grande parte da arquitetura colonial remanescente, aos poucos, é adaptada ao estilo neoclássico, sob influencia tanto da Missão Francesa, que ditava o estilo no Rio de Janeiro, e também dos imigrantes, que traziam consigo o conhecimento das novas tendências. A inserção de elementos de arquitetura, como platibandas, eliminando os beirais e o redesenho das aberturas, agregavam aos prédios

características neoclássicas. Esta transformação, muitas vezes, foi feita por meio de legislação, a fim de atribuir um caráter de modernidade às cidades.

Essas obras alteraram a linguagem arquitetônica provincial, que passou de seu caráter militar e rústico para uma forma de expressão mais cidadina e burguesa. O empirismo colonial deu lugar a referências da arquitetura clássica aplicadas pelos arquitetos e construtores locais. Essa transferência durante o Império marca o advento do neoclacíssimo²² no Brasil. Hebert começou a sua carreira de arquitetura nesse contexto.

As alterações mais notáveis na arquitetura da província começam a ser feitas junto a Praça Marechal Deodoro. Em 1849, o arquiteto Phillip von Normann é chamado para reformar o edifício da Casa da Real Fazenda, a fim de adaptá-lo ao novo uso como Assembléia Legislativa. Em seguida, o mesmo arquiteto projeta dois edifícios muito parecidos para o lado norte da Praça: o Teatro São Pedro (1850) e a Casa da Câmara (1858)²³. Em 1860, o Palácio Provincial tem sua fachada reformada. Os beirais são eliminados para dar lugar a uma platibanda cega que contorna o

²² Conforme REIS FILHO (2002), a origem do neoclássico no Brasil é identificada pela contratação da missão cultural francesa, chefiada por Lebreton, chegada ao Rio de Janeiro no início do século 1816, que reunia, entre diversos artistas de renome da Europa, o arquiteto Grandjean de Montigny, acompanhado de assistentes e de artífices. O objetivo de D. João VI era utilizar os mestres europeus para “estabelecer no Brasil um Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em que se promovia e difundia a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados não só aos empregos públicos da administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria e comércio, fazendo-se, portanto, necessário aos habitantes o estudo das Belas Artes com aplicação referente aos ofícios mecânicos cuja prática, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos teóricos daquelas artes e difusivas luzes das ciências naturais, físicas e exatas...” (TAUNAY 1956, p.18) o projeto foi retardado, e somente em novembro de 1826 foram inaugurados os cursos da que foi denominada Imperial Academia de Belas-Artes.

A arquitetura elaborada sob influência da Academia era caracterizada pela clareza construtiva e simplicidade de formas. Apenas alguns elementos construtivos como cornijas e platibandas eram explorados como recursos formais. Em geral, as linhas básicas da composição eram marcadas por pilastras, sobre as quais, nas platibandas dispunham-se objetos de louça do Porto, como: urnas; ou figuras representando as quatro estações do ano, os continentes, as virtudes etc. As paredes, de pedra ou de tijolo, eram revestidas e pintadas com cores suaves, como branco, rosa, amarelo ou azul pastel e sobre esse fundo se destacavam as janelas e portas, enquadradas em pedra aparelhada e arrematadas em arco pleno, em cujas bandeiras dispunham-se rosáceas com vidros coloridos.

Os corpos de entrada, salientes, compunham-se de escadarias, colunatas e frontões de pedra aparentem formando conjuntos, cujas linhas severas evidenciam um rigoroso atendimento às normas vitruvianas. Nesses pontos, sobretudo, é que se aplicava com esmero a imaginação dos arquitetos, na utilização dos ensinamentos acadêmicos, com o objetivo de marcar as obras em termos de estilo.

²³ O edifício da Casa da Câmara sofreu um incêndio na década de 1950. Ocupa o local, atualmente, o edifício do Palácio da Justiça (1953-1968), projeto dos arquitetos Luis Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet.

edifício²⁴. No ano de 1868, Johann Grünewald, foi contratado para realizar o projeto do Seminário Episcopal²⁵, que hoje abriga a Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Todos estes de acordo com o estilo arquitetônico que estava sendo proposto.

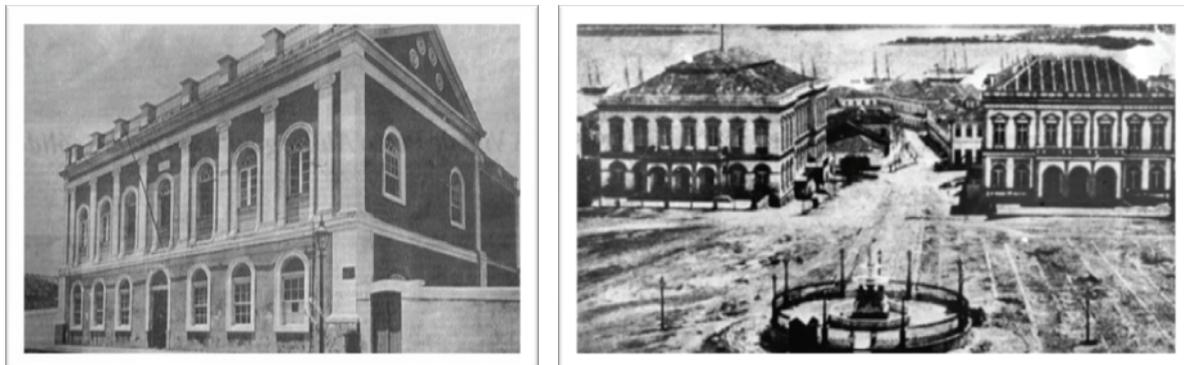


Figura 3: Foto da Casa da Real Fazenda após a reforma feita por Normann. Sem data. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em dezembro de 2006.

Figura 4: Foto dos edifícios de Philip von Normann, junto a Praça da Matriz. Por volta 1880. Fonte: Acervo digital Projeto Monumenta.



Figura 5: Foto do Palácio Provincial após a reforma, por volta de 1860. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em dezembro de 2006.

Figura 6: Gravura do Edifício do Seminário Episcopal, atual Cúria Metropolitana de Porto Alegre, sem data. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em dezembro de 2006.

Em 1879, o arquiteto Álvaro Nunes Pereira assumiu a chefia da Repartição de Obras Públicas Provinciais. Neste mesmo período, Affonso Hebert ingressa como desenhista desta mesma Repartição.

Conhecido como o primeiro Diretor da Escola de Engenharia²⁶, Nunes Pereira foi responsável pelos projetos do Hospital São Pedro (inaugurado em 1884) e do Asilo da Mendicidade (1881-1888). Estes edifícios revelam uma disciplina geométrica

²⁴ A reforma do Palácio ocorreu quando a Câmara, 1890, aprovou uma lei que impedia a existência de beirais no alinhamento das ruas. A lei chamava-se "istilício". Ver CORONA, Palácios do Governo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1973. p. 04.

²⁵ Segundo WEIMER (2004), essa obra havia sido iniciada pelo arquiteto francês Jules Villain, que, no entanto, faleceu antes de terminar as fundações. Gruenewald reformulou todo o projeto inicial.

²⁶ Ver WEIMER (2004), p. 135.

neoclássica (em planta e fachada) e maior ênfase decorativa nas fachadas principais.

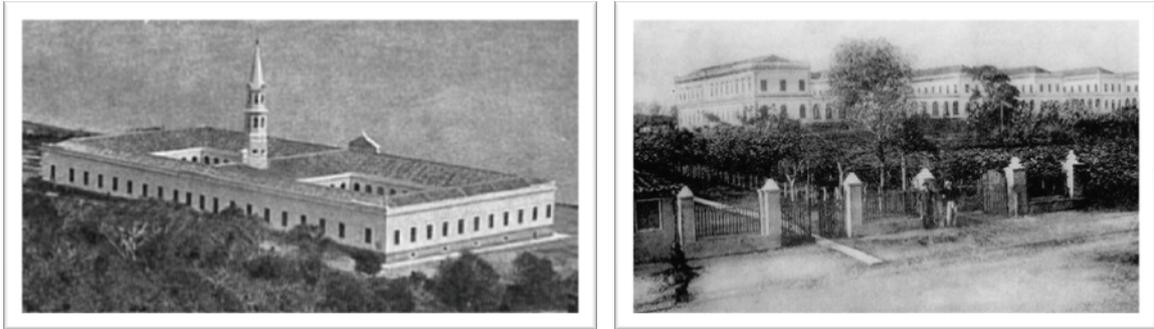


Figura 7: Foto aérea do Asilo da Mendicidade, sem data. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em fevereiro de 2007.

Figura 8: Foto do Hospício São Pedro, sem data. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em fevereiro de 2007.

Em 1883, no final do Regime Imperial e com o Partido Liberal²⁷ no poder, definiu-se entre os governantes a intenção de construir um novo edifício para sediar o governo do Estado. Álvaro Nunes Pereira, como Chefe da Repartição de Obras Públicas Provinciais, foi encarregado de desenvolver esse projeto. A análise desse projeto, bem como a contribuição deste no desenvolvimento profissional de Affonso Hebert é o que será discorrido a seguir.

²⁷ No Rio Grande do Sul, o partido liberal possuía grande força na medida em que, com suas reivindicações de federalismo e descentralização, respondia aos interesses dos pecuaristas locais. A formação do Partido Conservador se deu apenas em 1848.

3.1.1. Projeto para o Palácio e Secretaria do Governo

Descrição original: “Projeto de um edifício para Palácio e Secretaria do Governo à Praça Dom Pedro II em Porto Alegre (No local do Palácio atual)”.

O Projeto de Álvaro Nunes Pereira para o novo palácio provincial nunca chegou a ser iniciado em função da queda do regime monárquico e da instabilidade política nos primeiros anos da República²⁸. Com data de novembro de 1883 e desenho de Affonso Hebert, ainda consta no acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado. Trata-se de um sobrado, em linguagem clássica, que foi pensado para ocupar o lugar do Antigo Palácio do Governo da Província, localizado na antiga Praça Dom Pedro II, atual Praça Marechal Deodoro.

O lote destinado ao projeto corresponde ao lote do antigo palácio e fazia limite com o edifício da Antiga Igreja Matriz, à esquerda e com a Casa da Real Fazenda à direita. A Antiga Igreja Matriz apresentava características coloniais, enquanto a Casa da Real Fazenda já apresentava uma fachada em estilo neoclássico.

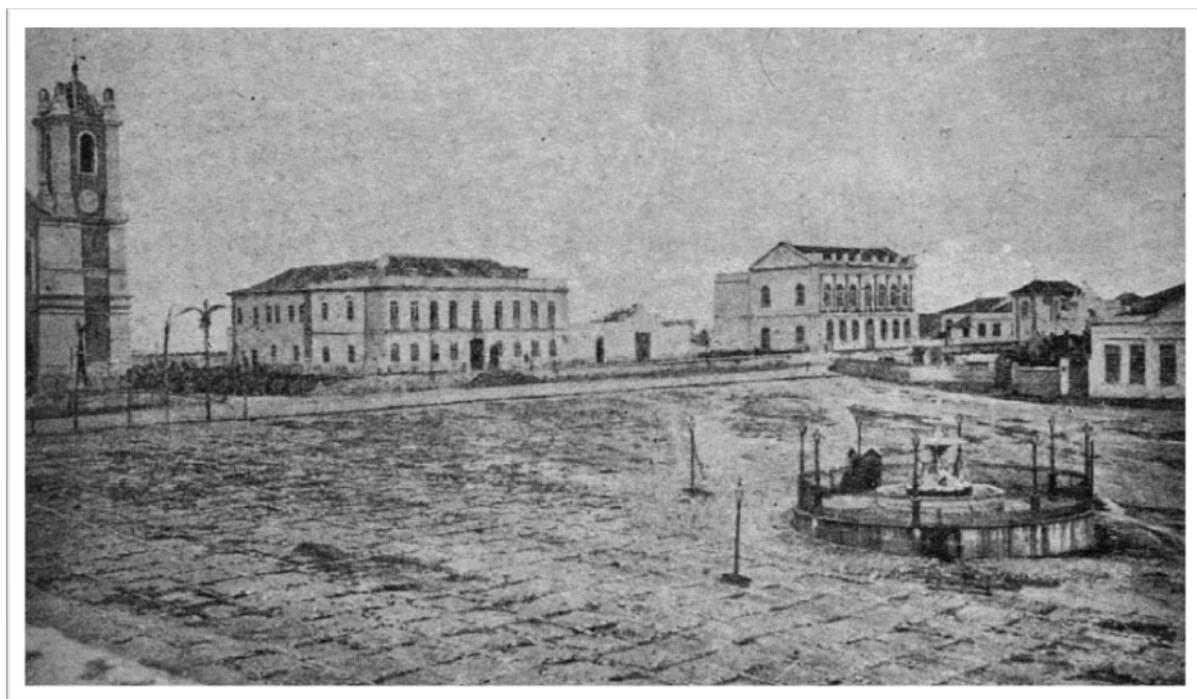


Figura 9: Foto da antiga Praça Dom Pedro II, após a instalação dos postes de iluminação em torno do chafariz central no ano de 1874. À esquerda a Antiga Igreja Matriz (iniciada em 1779), ao centro o Antigo Palácio do Governo da Província (iniciado em 1797) e à direita a Casa da Real Fazenda (concluída em 1790). Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta.

²⁸ Ver WEIMER, Günter. *A vida cultura e a arquitetura na República Velha rio-grandense 1889 – 1945*. Porto Alegre: EDIPUCSRS, 2003. p.193.

O projeto para o Palácio de Nunes Pereira apresenta um partido constituído de um bloco retangular, quase quadrado (aproximadamente 37 metros de frente e 34 metros de profundidade), com pátio central em forma de “U” que contorna a escadaria principal, duas áreas laterais simétricas reservadas para jardins e volume em destaque mancando o acesso principal.

O projeto conta com várias opções de acesso ao edifício. O acesso principal ocorre através de um grande vestíbulo com uma escada monumental que dá acesso ao pavimento superior. Duas portas localizadas simetricamente nas extremidades da fachada principal levam à sala de espera da secretaria e a sala do corpo de guarda do Palácio; enquanto duas escadarias dispostas simetricamente nas fachadas laterais, através de escadas secundárias, dão acesso direto às alas laterais do segundo pavimento. Ainda há uma entrada no centro da fachada posterior destinada a veículos, que faz ligação direta com o pátio interno.

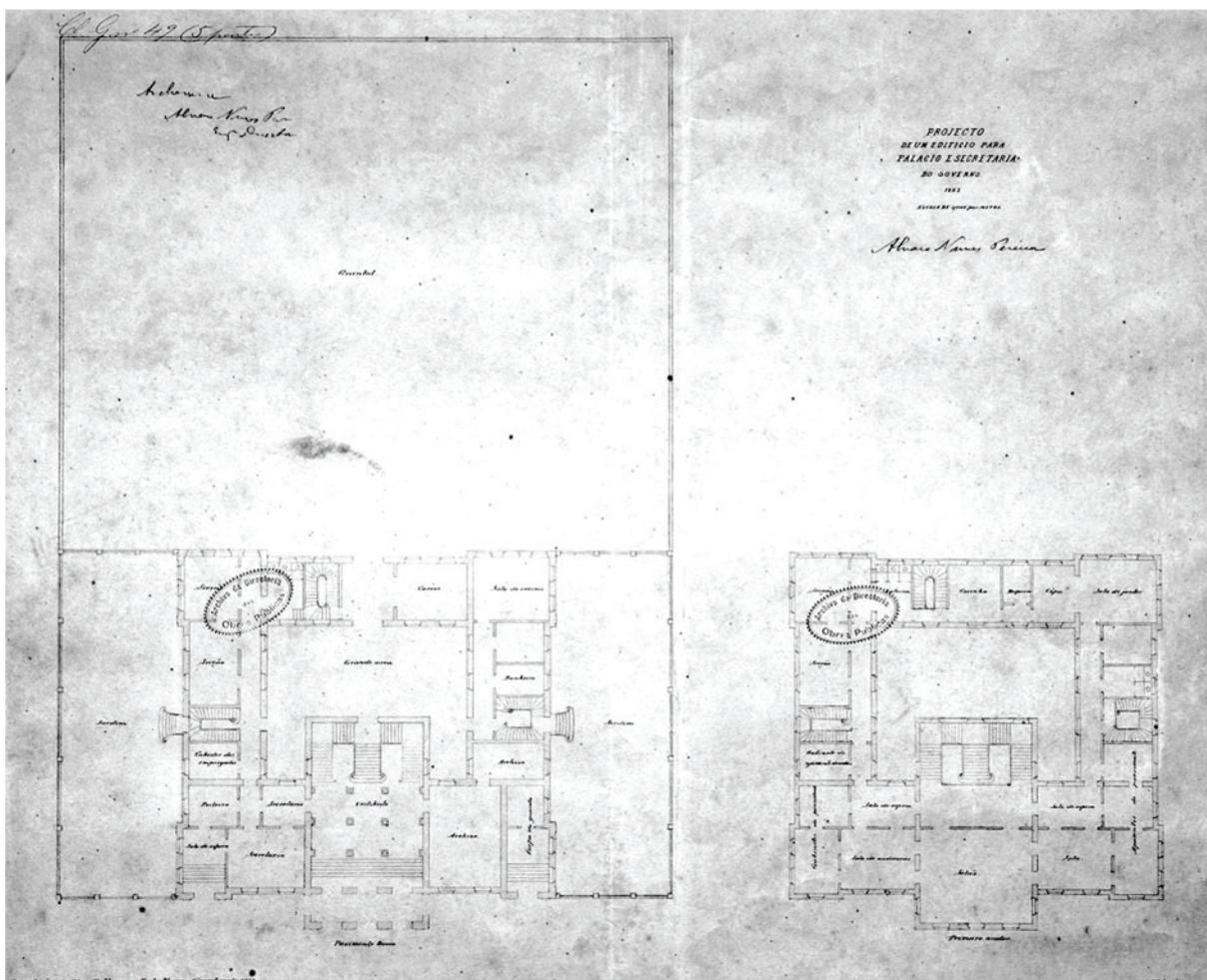


Figura 10: Projeto para o Palácio e Secretaria de Governo de Álvaro Nunes Pereira – plantas baixas – 1883. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A entrada principal do palácio se dá através de três vãos arrematados por arcos plenos separados do vestíbulo por uma pequena escadaria de seis degraus. Esse vestíbulo possui no seu centro duas fileiras de pilares de seção quadrada que demarcam o caminho principal que conduz à principal escadaria do edifício.

A área do pavimento térreo é destinada para atividades administrativas complementares ao exercício da presidência, acomodando compartimentos como secretaria, seção e arquivo, e conta com quatro escadarias que dão acesso ao pavimento superior. Ao acessar o segundo pavimento pela escadaria principal encontra-se um espaço de caráter transitório que dá acesso ao salão principal do Palácio, localizado no volume central da fachada. Esse salão dá acesso aos gabinetes presidenciais localizados ao longo da fachada principal, à administração na ala lateral da esquerda e à residência do presidente provincial na ala lateral esquerda e ala dos fundos.

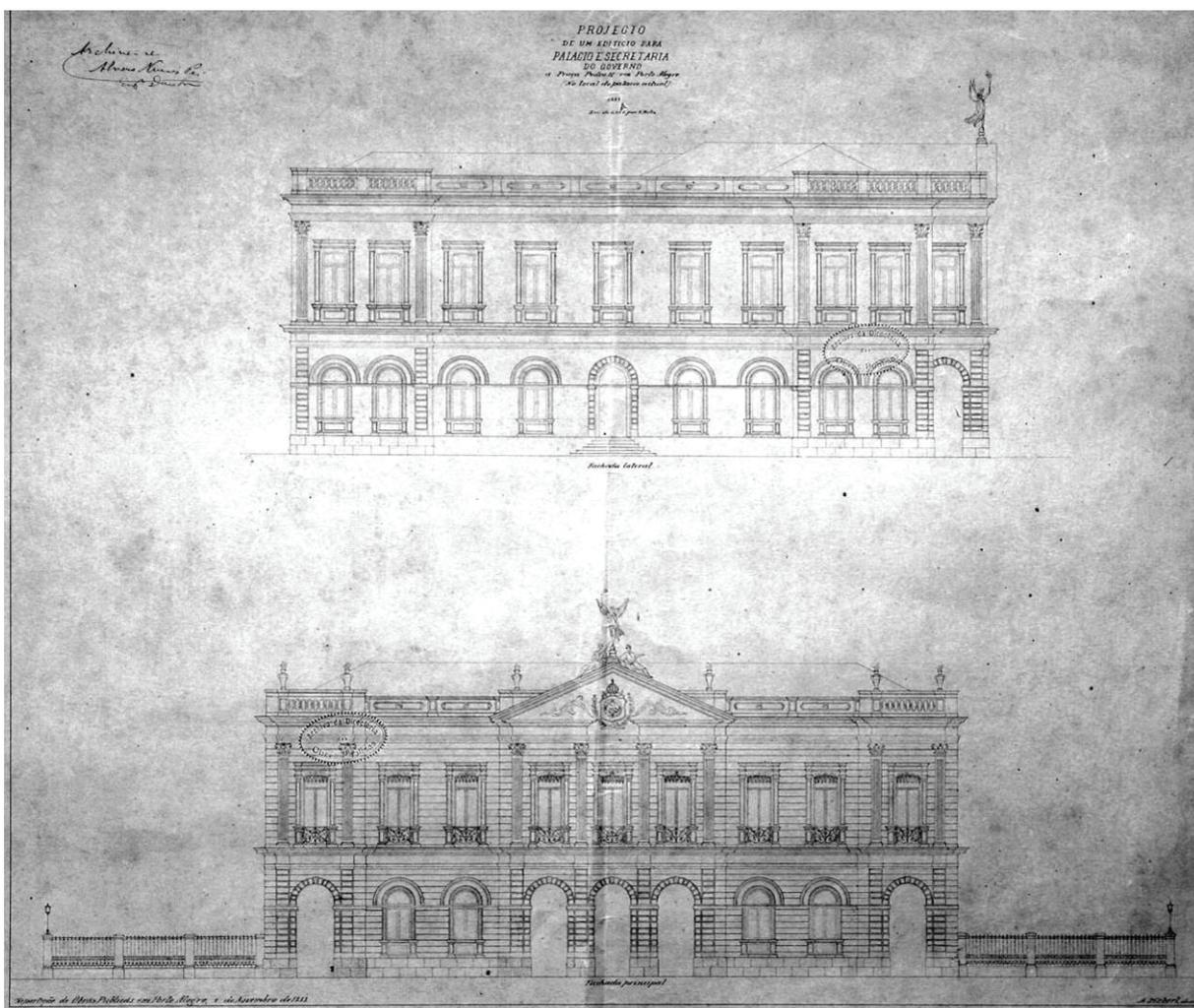


Figura 11: “Projeto de um edifício para Palácio e Secretaria do Governo à Praça Dom Pedro II em Porto Alegre (No local do Palácio atual)” por Álvaro Nunes Pereira. Fachada lateral acima e Fachada principal abaixo. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A fachada principal do edifício se caracteriza pelo seu aspecto mural, tratamento sóbrio e superfícies totalmente rusticadas, inclusive nas pilastras. Apresenta organização simétrica, com pavilhão central (demarcando o acesso principal), alas curtas e leves ressaltos nas extremidades (demarcando os acessos secundários). O volume central se destaca externamente pelo frontão triangular ornado com as armas do império e pilastras de ordem coríntia. As mesmas pilastras também dão destaque à fachada nas extremidades em ressalto.

Em todas as fachadas conhecidas para o edifício, o arquiteto propõe aberturas em arco pleno arrematado por frisos também em forma de arco, no primeiro pavimento; e janelas retangulares com moldura clássica dotadas de sacadas em formato *bombée* com gradis de ferro trabalhado (na fachada principal) e alvenaria com aplicações em massa (na fachada lateral), no segundo pavimento. Estilisticamente bem definidas e pouco diversificadas, as fachadas conferem ao edifício uma arquitetura de base clássica e controlada.



Figura 12: Foto do Edifício da Assembléia dos Representantes – por volta de 1900. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em dezembro de 2006.

Algumas analogias em relação à arquitetura local foram localizadas quanto às fachadas do projeto de Álvaro Nunes Pereira. A primeira referência é o edifício da

Beneficência Portuguesa (1867)²⁹ e está relacionada com a estrutura organizativa da fachada principal.³⁰ Em ambos os edifícios, a fachada principal apresenta organização simétrica, com pavilhão central demarcando o acesso principal, alas de transição e leves ressaltos nas extremidades. No entanto, a fachada do edifício da Beneficência Portuguesa apresenta alas de transição com três aberturas (enquanto o projeto do Palácio apresenta apenas duas aberturas) e o volume central é encimado por um ático (ao passo que no projeto para o Palácio esse volume é destacado por um frontão triangular). O projeto de Álvaro Nunes Pereira se distingue, ainda, pelo acabamento rusticado das superfícies que acabam por unificar o jogo de ressaltos da fachada, enfatizando seu estilo neoclássico.



Figura 13: Foto dos edifícios gêmeos projetados por Philip Von Normann (Teatro São Pedro e Palácio da Justiça) junto a Praça Marechal Deodoro – por volta de 1890. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta.

A outra referência local encontrada diz respeito ao esquema de aberturas e está nos edifícios de Philip von Normann para o Teatro São Pedro (1850) e para o antigo Palácio da Justiça (1858). Estes edifícios apresentam um esquema de aberturas retangulares sobre aberturas em arco pleno com molduras, mesma estratégia usada por Nunes Pereira no projeto para o Palácio. A diferença está nos frontões

²⁹ Segundo a WEIMER (2006), o projeto é de autoria do engenheiro Frederico Heydtmann. Começou a ser construído em 1867 e foi finalizado em 1870.

³⁰ Ambos os edifícios seguem a composição de fachadas estabelecidas por Claude Perrault na fachada leste do Museu do Louvre (c. 1670) em Paris.

triangulares colocados acima das janelas retangulares dos edifícios de Normann. Esse tipo de tratamento com elementos padronizados dispostos em série sobre planos murais limpos é típico do neoclacissismo.

A descrição e análise do projeto de Álvaro Nunes Pereira, desenhado por Hebert, é importante por mostrar o tipo de trabalho com o qual Affonso Hebert estava envolvido na SOP e as influências que recebeu em seus primeiros anos de atuação profissional. Além disso, mostrar-se-á um precedente importante, quando Hebert recebe o encargo do projeto do novo Palácio em 1896.

3.2. Hebert como Diretor Interino da SOP

Em 1889, com o advento da República no país, o Governo Provisório decretou o regime republicano e federalista e a transformação das antigas províncias em “estados” da federação. O Império do Brasil chamava-se, agora, com a República, Estados Unidos do Brasil.

Nesse período, promoveram-se a criação de um mercado interno, a implantação de portos, ferrovias e bancos, novas estruturas administrativas e a indústria, que despontava incipiente no meio urbano. Esse processo é acompanhado pela introdução de relações assalariadas, pelo declínio da sociedade agrária patriarcal e pela da ascensão da burguesia. Embora permanecesse o ideário de defesa da propriedade (fosse ela agrária ou industrial, comercial ou financeira), a elite urbana (progressista, positivista e inspirada no modo de viver do mundo europeu) contrapunha-se à sociedade tradicional, de índole agrária e conservadora. Os antigos escravos perdiam progressivamente a sua condição de mão-de-obra com a chegada, cada vez maior, de trabalhadores mais qualificados da Europa.

Positivismo no Rio Grande do Sul

Em 1889, é proclamada a República no Rio de Janeiro, mudando o regime político da nação. Dentre os partidários da república, destaca-se um grupo de políticos identificados com o positivismo de Comte. Como parte do movimento de contestação do Império, é fundado, em Porto Alegre, o Partido Republicano Riograndense (PRR) por um grupo de jovens egressos da Faculdade de Direito de São Paulo, em 26 de fevereiro de 1882. O partido caracterizava-se pela valorização da ordem social (a preocupação com a segurança do Estado e do indivíduo para a obtenção do bem público) e pela consciência de serem portadores de uma missão social de “regenerar a sociedade”. O Estado deveria se colocar acima das classes, gerenciando conflitos, sem pertencer a nenhuma classe, grupo ou interesse.³¹

No entanto, o PRR era pouco expressivo politicamente e carecia de uma sólida organização interna. Mesmo nestas condições, o partido é levado ao poder com o golpe de Deodoro da Fonseca, com a missão de desmontar a administração local de Silveira Martins. Porém, o governo, com um secretariado formado pelos jovens republicanos liderados por Júlio de Castilhos, não chegou a durar três meses.

³¹ Ver detalhes em FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Seguiu-se uma fase de instabilidade administrativa no Estado, com constantes substituições dos governantes. No restante do país, a falta de coesão das forças no poder fez com que a nova Constituição fosse generosa em relação a atribuições dos Estados. Júlio de Castilhos soube se valer desta situação para forçar a aprovação de uma constituição estadual. Esta foi aprovada em 14 de julho de 1901, no dia da comemoração da Revolução Francesa com a eleição de Castilhos, por via indireta, para a presidência do Estado.³²

Com a ascensão pessoal de Castilhos e do PRR se afirma o caudilhismo. O Governo castilhista apresenta uma ideologia baseada no positivismo, porém, “(...) menos sistemática, mais concisa, formulável sem recurso a conhecimentos científicos e passível de compromissos com novos modismos, em suma, mais flexível e de entendimento mais fácil ao público riograndense politicamente relevante”³³

Neste período, o setor de Obras Públicas sofreu uma série de adaptações, reflexos da nova ordem política no Rio Grande do Sul, que adotou o regime republicano em 1889. Neste momento, o grupo político que toma o poder no Rio Grande do Sul dá início a um intenso programa de obras públicas para atender as necessidades da sociedade. Esta iniciativa é favorecida pela grande autonomia dada aos estados no novo regime.

Em 1889, Affonso Hebert foi promovido a ajudante da Diretoria de Obras, e em menos de seis meses, a sub-diretor. Logo em seguida, assumiu o cargo de diretor interino. Passados pouco mais de quatro anos, Hebert é nomeado chefe da seção de obras públicas, mas, mesmo assim, se mantém como diretor interino até a posse de Francisco Ávila da Silveira.

Júlio de Castilhos assume a presidência do Estado em 1893 e se mantém no poder até 1898, dando início a uma série de governos alinhados à doutrina de Comte. Mesmo ocupado com o triunfo militar de seu partido na Revolução Federalista (1893-95), Castilhos dá início a importantes obras públicas em Porto Alegre.

Em 1896, Castilhos encomenda à DOPTC os projetos para o novo palácio de governo e para a nova penitenciária do Estado, que são desenvolvidos pelo chefe da seção das obras públicas, Affonso Hebert.³⁴ Já no ano seguinte, são iniciadas as

³² Ver WEIMER, Günter. *O positivismo gaúcho e sua arquitetura*. Porto Alegre: UFRGS/FA, 1985.

³³ Ver BOEIRA, Nelson. “O Rio Grande de Augusto Comte”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 41.

³⁴ Ver Relatório da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação, 1896, p. 37.

obras do novo palácio, acarretando a demolição do antigo palácio colonial do século XVIII, e as obras da penitenciária. Paralelamente às obras do Estado, o presidente comissiona a construção do palácio da Intendência Municipal de Porto Alegre, indicando o italiano João Carrara Colfosco para projetá-la.³⁵ O investimento em dois palácios públicos de ampla visibilidade e dotados de sofisticado tratamento escultórico e decorativo demonstra a importância dada à arquitetura por Castilhos. A arquitetura eclética de base clássica, com profusa decoração e volumes animados por projeções e ressaltos, indica o afastamento do sóbrio neoclassicismo da arquitetura imperial em Porto Alegre.³⁶

Em 1898, Borges de Medeiros assume a presidência do Estado, mantendo-se no Governo por dois mandatos (1898-1903 e 1903-1908). Durante o seu período de Governo, o investimento na arquitetura oficial é menor. Borges dá prioridade a investimentos para a construção dos primeiros edifícios universitários: a Escola de Engenharia (J. J. P. Parobé), e o conjunto do Observatório Astronômico, Château e Castelinho (M. Itaqui). Estes edifícios, embora subsidiados e monitorados pelo governo provincial, abrigavam escolas superiores que eram oficialmente entidades privadas. Esse baixo índice de construção de edifícios do Estado é justificado, em relatório, por circunstâncias de ordem financeira.

O número de projetos arquitetônicos solicitados pelo Estado à DOPTC no período entre 1889 e 1908 foi muito pequeno, porém representativo. Affonso Hebert foi responsável pelo Projeto da Penitenciária Estadual (1896), pelo Projeto do Palácio do Governo (1897) e pelo Projeto de reforma do edifício da Assembléia dos Representantes (1899). Os dois primeiros foram requeridos ainda durante o Governo de Júlio de Castilhos e o último no Governo de Borges de Medeiros. Em seguida, será apresentado o histórico destes projetos, bem como a sua análise descritiva e crítica.

³⁵ Ver WEIMER (1985), p. 52.

³⁶ O legado imperial na cidade inclui os já referidos Teatro São Pedro, Tesouro do Estado (antiga Casa de Câmara) e a nova fachada da Assembléia Provincial, devendo-se adicionar o Atheneu Rio-grandense, o Hospício São Pedro, o Asilo da Mendicidade (ambos de Álvaro Nunes Pereira), o Mercado Público (antes da reforma de 1912), a Beneficência Portuguesa, a capela do Bom Fim e o Seminário Episcopal.

3.2.1. Projeto para o Palácio do Governo

Descrição original: “Projeto do Palácio do Governo”

Com o fim da Revolução Federalista, no ano de 1895, que deu a vitória ao Partido Republicano Riograndense (PRR), o então governador, Júlio de Castilhos, ordena que seja construída uma nova sede para o governo estadual. O novo palácio deveria ser construído no mesmo local onde se encontrava o Palácio Antigo, cujo projeto é atribuído ao Capitão Alexandre José Montanha.

Cada vez torna-se mais necessária a conveniente construção de um novo palácio para residência do Chefe se Estado, porque o que existe é tão velho e acha-se em estado tal que dificilmente se pode conservá-lo satisfazendo as condições de asseio e higiene indispensáveis. Constantemente está o velho palácio a ser reparado e todos os dias aparecem novas necessidades, urge por um paradeiro a isto e o meio é construir um novo edifício, que às condições higiênicas reúna a elegância e a solidez das construções modernas. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1894, p. 10-11)

Segundo Rocha-Peixoto, quase todas as capitais estaduais providenciaram, nesta época, o palácio do Governo, a assembléia legislativa e o fórum, como expressão de modernização e autonomia.³⁷ Porto Alegre é uma das capitais a ter essa iniciativa.

O PRR busca criar uma nova imagem do poder quando assume o governo e torna-se o responsável pelo desenvolvimento do Estado. Esse desenvolvimento é favorecido pela diversificação da base econômica estadual através expansão da agricultura, da indústria e do comércio, que aos poucos vão tomando o espaço da pecuária, tão forte no estado. A arquitetura serve como instrumento para simbolizar o poder do Governo.

Em 1896, foi solicitado à Secretaria de Obras Públicas do Estado (SOP), sob a Direção do Engenheiro Francisco de Ávila Silveira e chefiada pelo Arquiteto Affonso Hebert (Seção de Obras Públicas), que fosse desenvolvido o projeto para o novo Palácio do Governo. O projeto ficou a cargo de Hebert, que elaborou mais de um estudo até chegar ao projeto executivo, o qual começou a ser construído no segundo semestre de 1897.

Resolvida a demolição do atual palácio, fui por via incumbido de proceder aos estudos para o projeto de um novo Palácio em

³⁷ Ver CZAJKOWSKI, Jorge Daniel. *Guia da Arquitetura Eclética do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. p. 08.

acomodações no primeiro andar para a residência do Presidente e família e no segundo para a sala de recepção, biblioteca, etc.
As plantas e fachadas estão prontas: assim que me for possível darei começo aos desenhos dos cortes e detalhes.
O edifício será construído no lugar ocupado atualmente pelo velho Palácio. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1896, p. 37)³⁸

No acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado, foram encontrados diferentes estudos para o Palácio do Governo com autoria de Affonso Hebert: um esboço de fachada em grafite; o projeto de 1896; um desenho de fachada pintado com aquarela; e o projeto de 1897.

O esboço a grafite não possui indicação de data. Porém, em função da estrutura organizativa da fachada que é proposta, dá indícios de que seja a primeira intenção de Hebert para o projeto do Palácio.

Do projeto de 1896, foram encontradas a planta do primeiro pavimento, a planta do segundo pavimento e a fachada principal com data de março; fachada lateral de abril; e fachada de fundos de maio. Nestas pranchas, estão registradas as observações “Sem Affonso Hebert” (nas fachadas) e “Reformado” (nas plantas baixas) seguidas da assinatura de Hebert. Embora tendo sido autor do projeto, Hebert sinaliza nestas anotações que não participou da finalização e graficação, e que se tratava de um projeto inacabado, faltando, ainda, maior desenvolvimento.

O desenho de fachada pintado com aquarela, também não é datado, e se mostra bastante diferente de todos os estudos relacionados ao Palácio. Dá indícios de que anteceda o projeto de 1897, pois propõe telhados tipo mansarda (presentes no edifício da Casa Rosada em Buenos Aires, cuja construção estava em evidência durante a estada de Hebert na cidade³⁹), nunca antes propostos, que são parcialmente incorporados ao edifício do projeto de 1897.

Do projeto de 1897, foram encontradas plantas baixas do primeiro e segundo pavimento, fachada principal, fachada lateral, fachada posterior, pranchas de detalhamento de portas e janelas, projeto de escavação do terreno, planta de fundações com detalhes e planta indicando a cantaria de granito projetada, as quais

³⁸ Neste trecho Affonso Hebert escreve sobre a sua própria incumbência de desenvolver o projeto para o novo Palácio, pois, mesmo já tendo sido nomeado Chefe da Seção de Obras Públicas, desempenhava a função de Diretor interino, e era responsável pela Seção de Obras Públicas no Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado.

³⁹ Segundo o Relatório da Diretoria de Obras Públicas de 1897, Affonso Hebert esteve em “comissão especial nas Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai” de 14 de novembro de 1896 até 08 de fevereiro de 1897.

permitiram uma análise descritiva e crítica do projeto. Este é o projeto que começa a ser construído pelo Governo do Estado.

Primeiro esboço

Trata-se de um estudo de fachada a grafite sem data. Esta fachada apresenta-se dividida em corpo principal e pavilhões cobertos por cúpulas nas extremidades, enquanto as fachadas dos outros estudos encontrados apresentam-se divididas em corpo principal, trechos de transição e volumes em ressaltado nas extremidades. Por esta razão, pode-se supor que, em função da estrutura organizativa proposta, este estudo parece anteceder os demais.

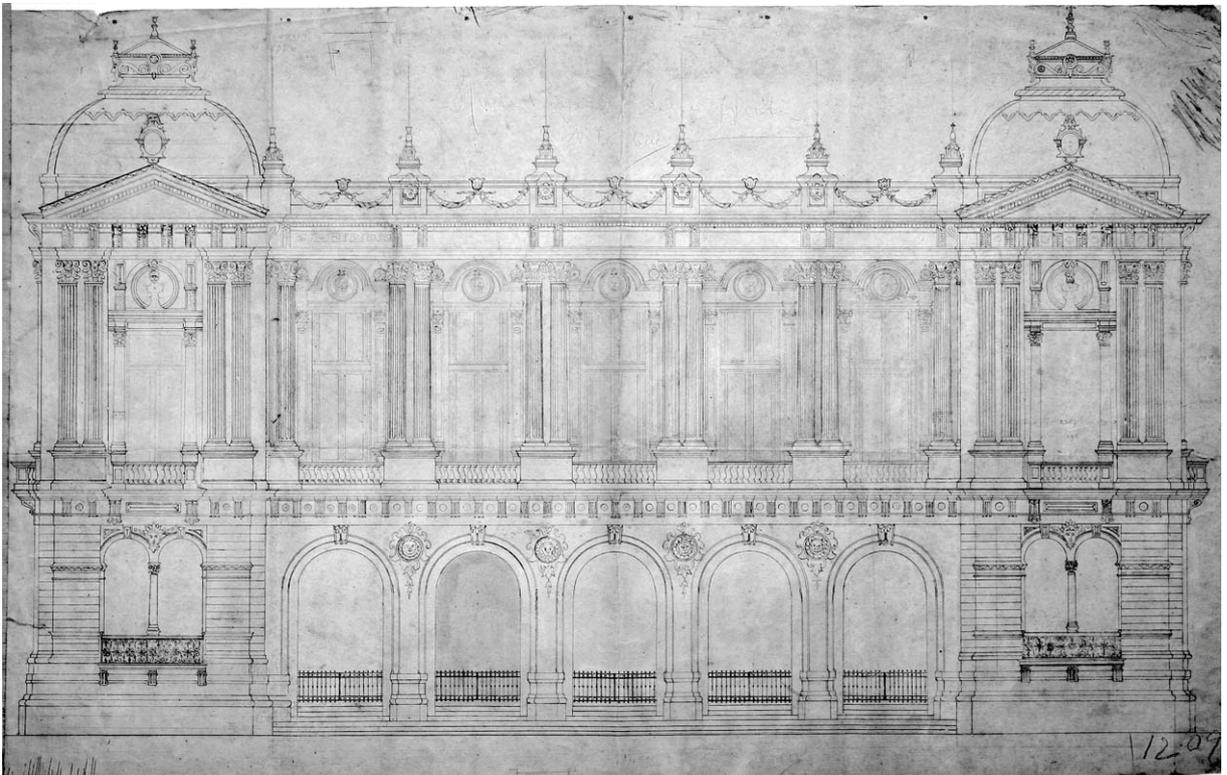


Figura 14: Esboço para fachada do Palácio do Governo por Affonso Hebert – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

O corpo principal é articulado por base e piso superior arrematado por entablamento. A superfície da base é lisa e apresenta aberturas em arco pleno ornadas por brasões. Já o pavimento superior é caracterizado pelo uso de colunas aos pares que seguem a modulação do pavimento térreo. Este pavimento possui janelas retangulares dispostas entre as duplas de colunas que nas extremidades do corpo aparecem sozinhas. O coroamento do núcleo do edifício é destacado por pináculos colocados logo acima do entablamento com aplicações em massa. Os pináculos também obedecem à modulação do térreo.

Os dois extremos da fachada principal são destacados por dois corpos salientes ao corpo principal do edifício e as paredes no térreo aparecem revestidas por uma rusticação leve. No segundo pavimento, são dispostos dois torreões, com duas colunas, entablamento e frontão triangular emoldurando a janela.

Uma referência bastante clara neste esboço é o edifício da Ópera de Paris (1861) de Charles Garnier. Ambos os projetos apresentam a fachada dividida em corpo principal e pavilhões nas extremidades, cujo conjunto de volumetrias articuladas é diferenciado pela ornamentação.

Nos dois projetos, o corpo principal possui aberturas em arco na base e pavimento superior com pórtico de colunas aos pares intervaladas por janelas encimadas por efígies. Os pavilhões das extremidades são diferenciados apenas pelo frontão que emoldura a abertura do pavimento superior que no edifício da Ópera de Paris trata-se de um frontão de segmento e no esboço do Palácio de um frontão triangular.



Figura 15: Figura XX: Ópera de Paris, Paris, por Charles Garnier, 1861. Fonte: Enciclopédia Britânica Online www.britannica.com, acessada em março de 2008.

Projeto de 1896

A edificação proposta para o Palácio do Governo de 1896 é constituída de um único bloco de dois pavimentos, medindo aproximadamente 45 metros de frente e 48 metros de profundidade. Apresenta um partido constituído de um bloco retangular e

pátio central em forma de “U” que contorna a escadaria principal. A organização é muito próxima ao projeto para o Palácio de Nunes Pereira, analisado anteriormente.

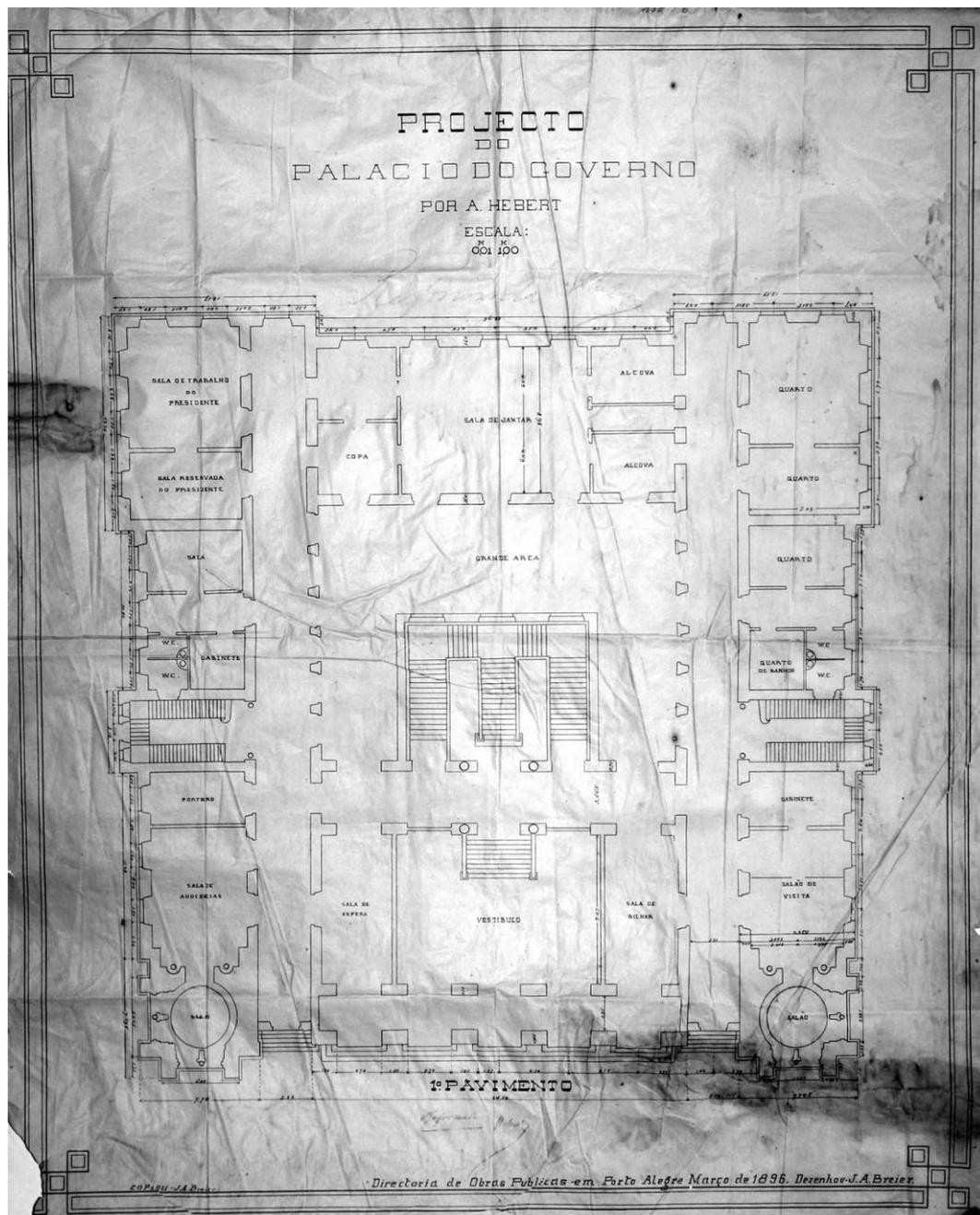


Figura 16: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Planta do 1º Pavimento – março de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Na parte frontal do edifício, foram localizadas as dependências destinadas a recepções e a atividades governamentais. As dependências destinadas de acesso restrito destinadas ao uso particular do governador e sua família estão situadas na parte posterior da edificação, estabelecendo, assim, certa hierarquia entre os compartimentos.

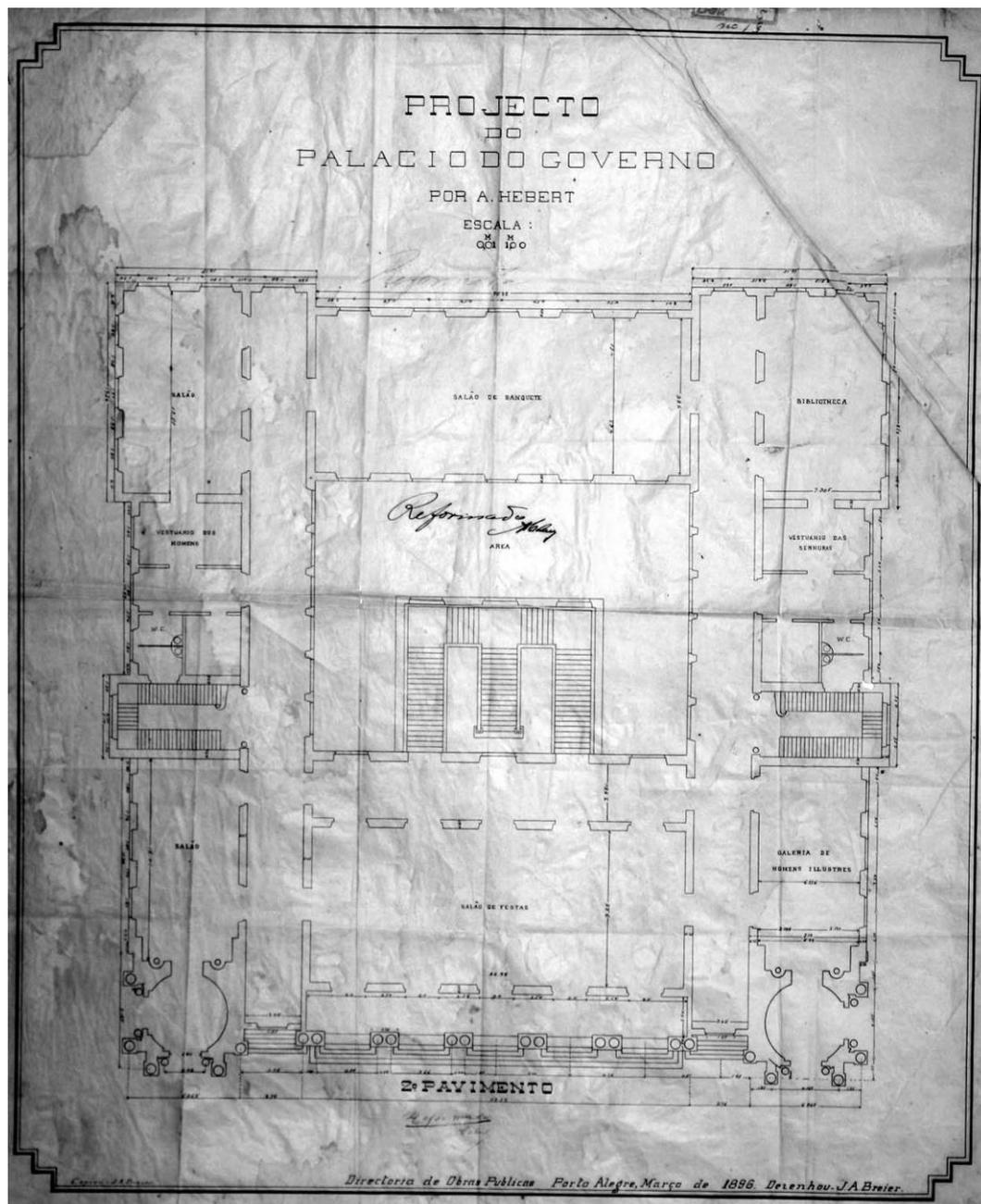


Figura 17: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Planta do 2º Pavimento – março de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

O acesso ao edifício poderia ser feito de quatro formas. O acesso principal que se dá através da *loggia* localizada no térreo da fachada principal. Outros dois acessos, ainda na fachada principal, dispostos simetricamente ao lado da *loggia* dão acesso direto às galerias do primeiro pavimento. Duas escadarias dispostas simetricamente nas fachadas laterais encurtam o acesso às galerias do térreo e, através de escadas secundárias, dão acesso às galerias do segundo pavimento. E, ainda, quatro aberturas na fachada posterior dão ao subsolo da edificação.

O acesso principal da edificação é feito através de um pórtico rusticado com cinco aberturas em arco centralizadas na fachada principal. Essas aberturas se abrem para uma galeria de entrada ou *loggia*. A partir dessa galeria, pode-se chegar ao vestíbulo (pelo centro), à Sala de Bilhar (pela direita) e à Sala de Espera de uso da Sala de Audiências (pela esquerda). O deslocamento, em ambos os pavimentos, é feito através de galerias, sendo que as galerias do térreo podem ser acessadas diretamente da rua.

Ao acessar o edifício pelo vestíbulo, é encontrada uma pequena escadaria que leva a uma circulação que dá acesso à escadaria principal do edifício, que se projeta no pátio principal, e o usuário leva ao pavimento superior. A escadaria principal é composta de cinco lances, com dois braços e primeiros degraus comuns. No espaço de transição entre as duas escadarias o arquiteto situou dois pares de colunas, como uma estratégia para indicar o trajeto principal destinado aos visitantes.

Ao acessar o segundo pavimento pela escada principal, encontra-se uma ante-sala que dará acesso às galerias e ao grande Salão de Festas. Trata-se de um espaço nobre de grandes dimensões (22,98 metros de comprimento e 9,22 metros de largura), demarcado, junto à fachada principal, por uma galeria composta de colunas de ordem coríntia, voltada para a rua, servindo como balcão. O Salão de Festas ainda permite o acesso indireto aos salões circulares localizados nas extremidades da planta e voltados para a fachada principal. Esses salões estão ligados a um salão para eventos menores, à esquerda; e a uma Galeria de Homens ilustres, à direita.

Da mesma forma que no pavimento térreo, as galerias conduzem o acesso aos demais compartimentos localizados nas alas laterais do edifício (sanitários e vestiário masculino à esquerda, e sanitário e vestiário feminino à direita), aos compartimentos situados nas extremidades da planta e da fachada posterior (segundo Salão menor à esquerda e Biblioteca à direita), e, por fim, ao Salão de Banquetes. Este espaço está localizado simetricamente ao Salão de Festas, porém, sem a ante-sala e o balcão para a rua. De um lado é voltado para os jardins do palácio; e, de outro, para o pátio interno.

A fachada principal se mostra muito semelhante ao estudo de fachada à grafite, analisada anteriormente, porém um pouco mais desenvolvida e mais rica em detalhes. A fachada do projeto apresenta organização simétrica com corpo principal

central, alas de transição (que não estão presentes na fachada estudo) e pavilhões laterais cobertos por cúpulas.

O corpo principal, que corresponde ao comprimento do Salão de Festas, do Pátio Interno e do Salão de Banquetes, é destacado. Este volume é articulado por base rústica e piso superior colunar arrematados por entablamento. A superfície da base apresenta acabamento rusticado de blocos maiores e aberturas em arco pleno separadas por pilastras com o mesmo acabamento e encimadas por brasões. O pavimento superior é caracterizado pelo uso de colunas de ordem coríntia aos pares com entablamento, que demarcam o balcão do Salão de Festas. O coroamento deste volume é destacado por seis pináculos colocados logo acima do entablamento bastante detalhado.

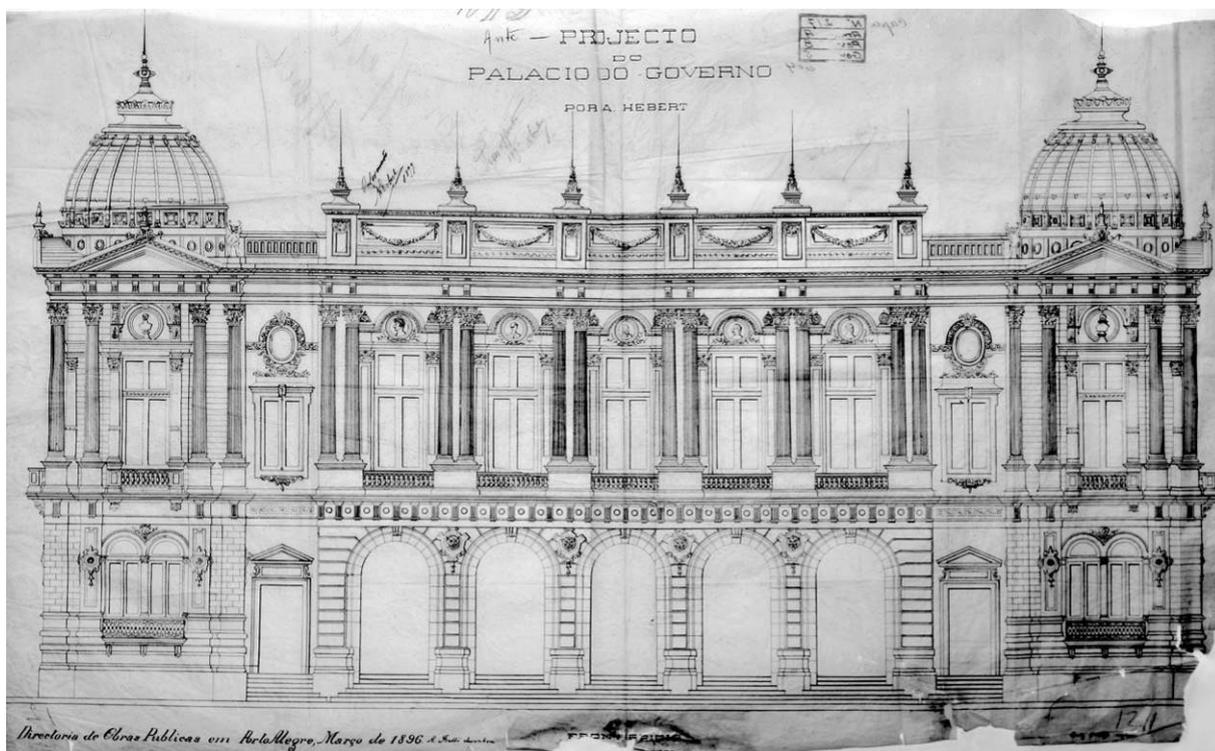


Figura 18: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Fachada principal – março de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

As alas de transição entre o volume central e os pavilhões laterais compreendem um intercolúnio. No térreo, a abertura desse espaço, que dá acesso direto às galerias, é encimada por um frontão triangular. Já no pavimento superior, a janela retangular encontra-se sob uma discreta cornija encimada por uma efígie. O coroamento destas alas é feito por um entablamento seguido de uma platibanda vazada.

As duas extremidades da fachada principal são marcadas por corpos levemente salientes do restante do edifício, com paredes revestidas por rusticação leve nos dois pavimentos. Dois torreões são dispostos no segundo pavimento, tratados como pavilhões clássicos “tridimensionais”. Esses pavilhões, com duas colunas, entablamento e frontão triangular emoldurando a janela, são repetidos nas duas fachadas laterais, como se acompanhassem o contorno da cúpula. Esse gesto enfatiza a independência formal das partes que compõem a fachada, que se caracteriza por uma dificuldade de coordenação e pela abundância de ornamentos e elementos diferentes, atribuindo ao edifício um caráter verdadeiramente eclético. Apesar disso, a rusticação do térreo e a ordem coríntia do piso nobre fazem a amarração do jogo. A principal diferença entre a fachada principal deste projeto e o primeiro esboço para o Palácio, é que neste projeto os volumes laterais são separados do pórtico central por um trecho em negativo que acentua a independência entre as partes e dinamiza o jogo de volumes. No entanto, o precedente da Ópera de Paris ainda é a base.

As fachadas laterais procuram dar continuidade em tom menor à composição proposta na fachada principal. Apresentam uma composição dividida em cinco partes: um corpo saliente coberto por cúpula na extremidade que coincide com a fachada principal; um acesso marcado por uma leve saliência em relação à fachada e por um telhado de mansardas; um volume saliente na extremidade da fachada posterior; e dois volumes simétricos que fazem a ligação entre as partes citadas acima.

O corpo saliente na extremidade, que coincide com a fachada principal, é a repetição dos pavilhões clássicos tridimensionais da fachada principal, mantendo as mesmas características e os mesmos acabamentos. O volume de acesso apresenta elementos bastante diferentes dos presentes nas demais fachadas, mas mantém a articulação de base e piso superior arrematados por entablamento. A superfície da base possui acabamento rusticado leve, uma porta com escala bastante reduzida e duas janelas retangulares despojadas de ornamento dispostas simetricamente à porta. O pavimento superior apresenta uma superfície rusticada em blocos maiores e é destacado por duas semi-colunas de ordem coríntia que marcam as extremidades do volume que apresenta uma abertura em arco pleno, parecendo tratar-se de um vitral. O coroamento do volume é feito por um entablamento detalhado seguido de um telhado com mansardas bastante ornamentado.

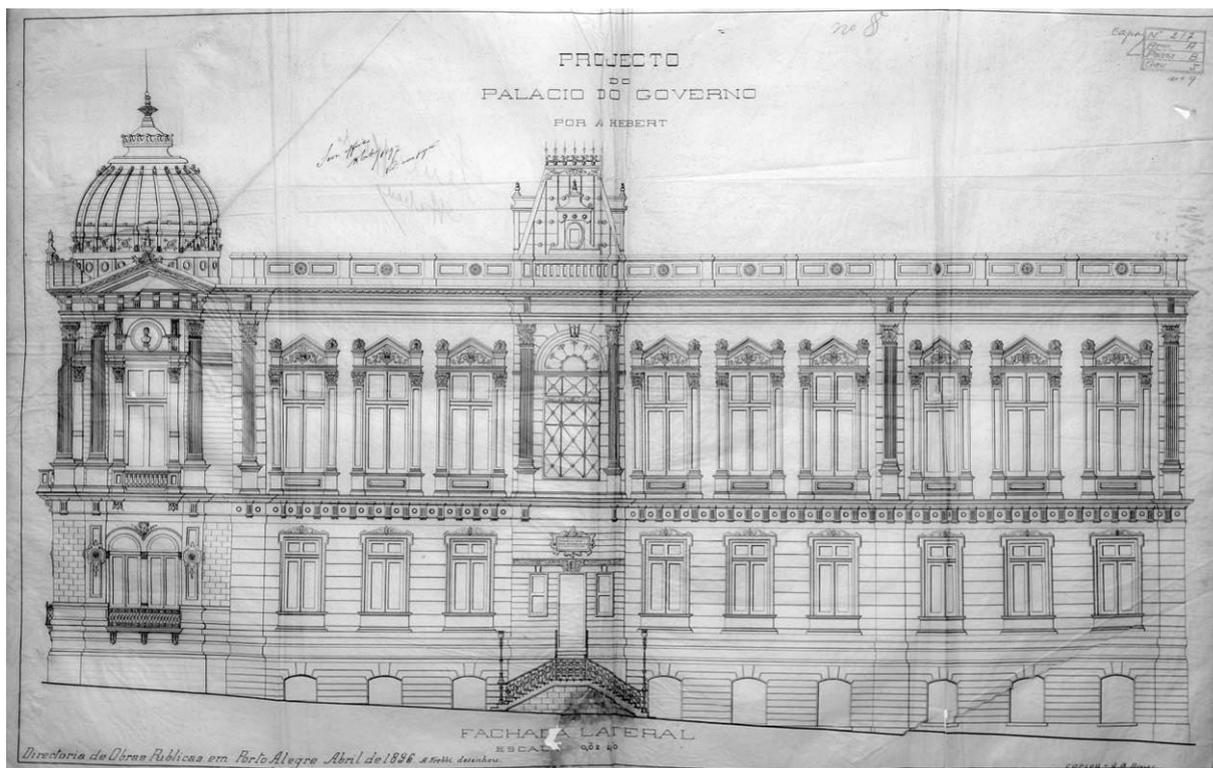


Figura 19: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Fachada lateral – abril de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

As alas de transição e o volume saliente da extremidade da fachada posterior, também possuem base e piso superior arrematados por entablamento. A superfície da base é rusticada e as janelas retangulares apresentam uma moldura levemente decorada. Já no segundo pavimento, as janelas retangulares são emolduradas e encimadas por frontão triangular ornamentado. O coroamento dessas partes é dado por um entablamento rico em aplicações em massa. Em função do declive do terreno, na fachada lateral pode-se notar a presença de um pavimento abaixo do térreo cujo acabamento é rusticado e as aberturas em arco abatido variam a altura de acordo com a inclinação do terreno. Estas fachadas são bem menos unitárias em sua composição se comparadas com a principal e posterior.

A fachada posterior apresenta organização simétrica com corpo principal central e volumes salientes nas extremidades, porém o tratamento das partes é uniforme. Todos os volumes são articulados por base e piso superior arrematados por entablamento. O subsolo apresenta um acabamento rusticado leve, janelas em arco abatido e portas em arco pleno, ambas desprovidas de ornamentação. A faixa correspondente ao pavimento térreo também apresenta acabamento rusticado com a utilização de blocos maiores e as janelas retangulares apresentam uma moldura

levemente decorada. Na faixa correspondente ao segundo pavimento, as janelas retangulares são emolduradas e encimadas por frontão triangular ornamentado. O coroamento é dado por um entablamento rico em aplicações em massa.

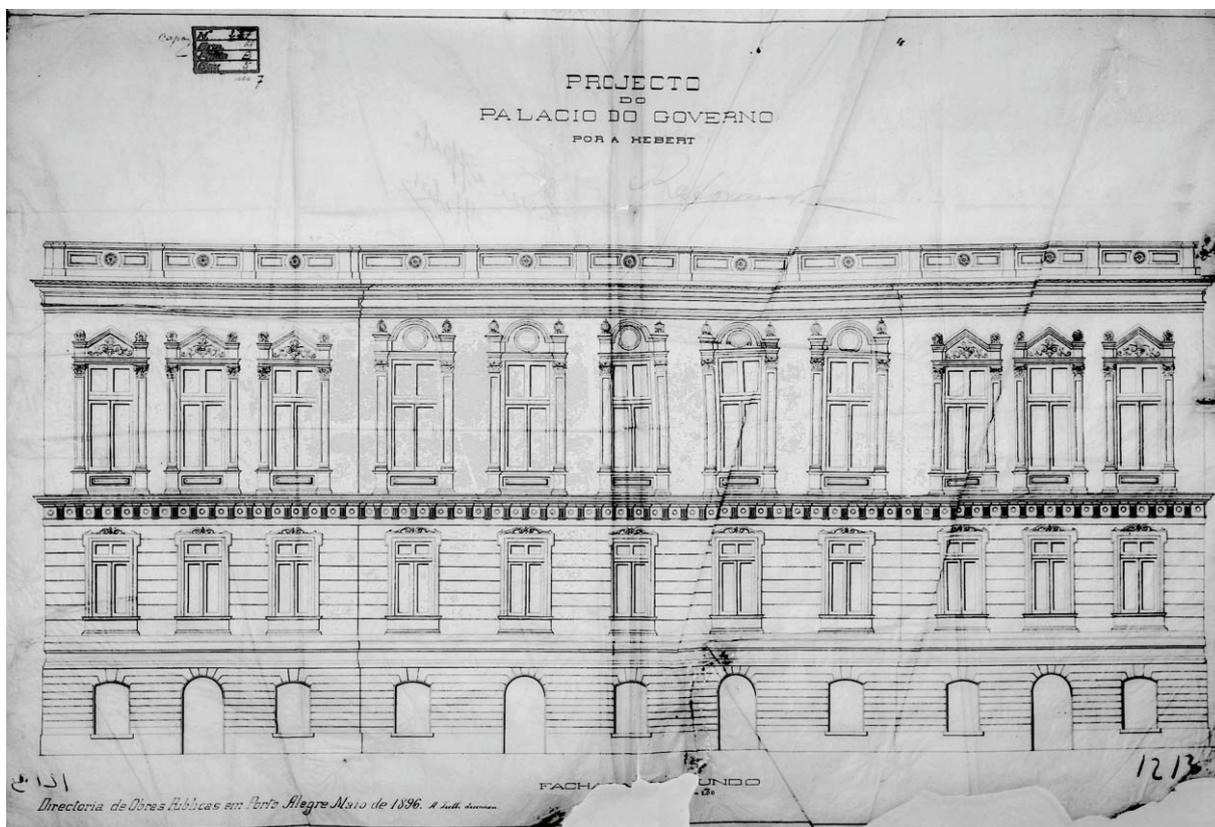


Figura 20: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – Fachada do fundo – maio de 1896. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Esta é a fachada menos ornamentada de todas e que apresenta maior unidade, exceto pelas molduras das janelas do piso superior. Ela é muito semelhante às fachadas neoclássicas de Heydtmann e Nunes Pereira.

O projeto para o Palácio de 1896 pode ser considerado um palacete eclético pela sobrecarga de elementos decorativos, mas também pela presença de características formais identificadas na fachada principal, como: o motivo da base rústica com arco e o *piano nobile* porticado; e a transição de duas formas distintas pela sutil reentrância do trecho de transição em que os coroamentos, em cúpula, conferem verticalidade aos extremos com a horizontalidade característica do núcleo do edifício.

Desenho de fachada para o Palácio

O segundo⁴⁰ esboço encontrado para o Projeto do Governo, assim como o primeiro, não é datado. No entanto, por apresentar, como novidade, o telhado tipo mansarda que é parcialmente utilizado no projeto de 1897, dá indicações de que se trate de um estudo intermediário entre os dois projetos.

A fachada apresenta organização simétrica dividida em volume central destacado, alas de ligação e pavilhões nas extremidades. Todo o edifício apresenta superfície rutilada e é articulado por base e piso superior colunar arrematados por entablamento e telhado alto. O acesso principal ao edifício se dá pela base do volume central, composta de três aberturas em arco pleno. O pavimento superior é caracterizado pelo uso de colunas de ordem coríntia aos pares com entablamento, que demarcam um espaço que se parece com um balcão. O coroamento do núcleo do edifício é destacado por um ático com o brasão do estado centralizado acima do entablamento ricamente ornamentado. Ao fundo, mas ainda em primeiro plano, percebe-se a presença de um telhado tipo mansarda, ornado por óculos e encimado por pináculos.

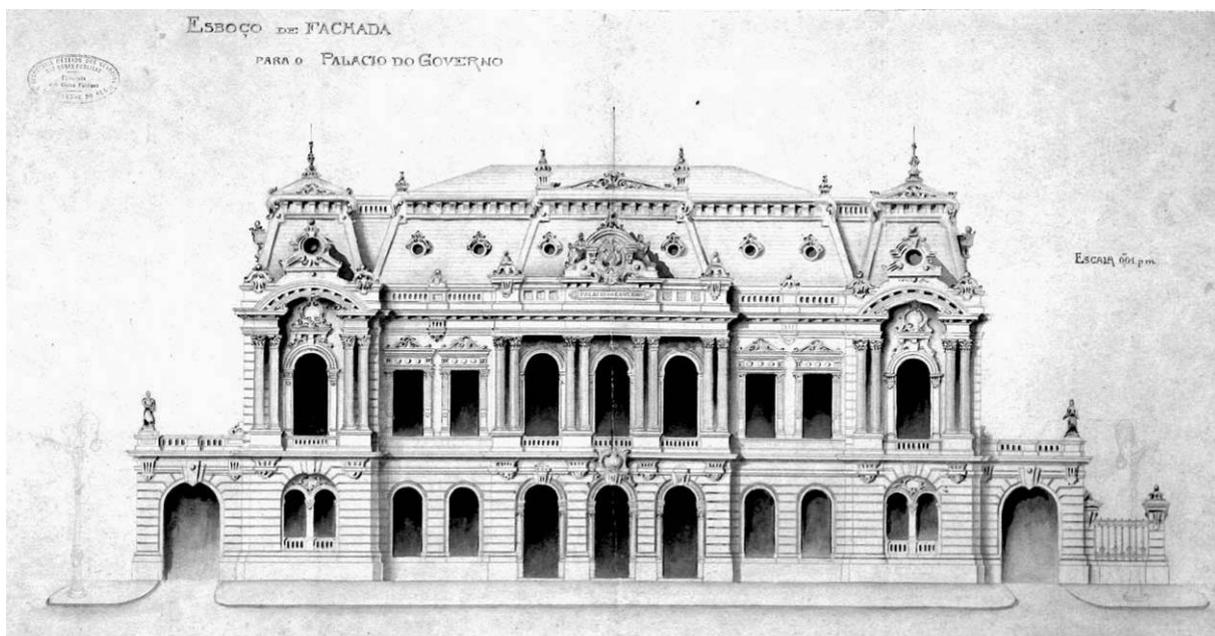


Figura 21: Esboço para fachada do Palácio do Governo por Affonso Hebert. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A cobertura apresenta um jogo no qual os telhados em ressalto se sobrepõem ao telhado principal. Um trecho de telhado em recuo aparece como ligação entre o telhado do volume principal e dos pavilhões laterais. As alas apresentam aberturas

⁴⁰ Denominação dada pela autora, de acordo com a ordem cronológica dos estudos para o Projeto do Palácio, por ela estabelecida.

em arco pleno, despojadas que qualquer ornamentação, na base e janelas retangulares, emolduradas e encimadas por um frontão de volutas, no pavimento superior.

Os dois extremos da fachada são ressaltados por dois corpos um pouco mais salientes que o restante do edifício. A base é destacada por janelas bíforas, típicas da arquitetura florentina, centralizadas; e o pavimento superior repete a estratégia dos pavilhões clássicos tridimensionais. Neste caso, os pavilhões com duas colunas de ordem coríntia e frontão de segmento sob um frontão triangular seguido de um óculo, que juntos emolduram a abertura em arco pleno, dão idéia de continuidade nas fachadas laterais. O telhado tipo mansarda, rico em ornamentos, é repetido na cobertura dos torreões.

Uma referência clara neste esboço é o edifício da Casa Rosada, reformada pelo arquiteto italiano Francisco Tamburini entre os anos de 1894-1898. Esta referência diz respeito ao telhado tipo mansarda e às janelas bíforas na base dos pavilhões propostos por Hebert para a fachada do palácio, já existentes no edifício da Casa Rosada, mesmo antes da reforma.⁴¹



Figura 22: Foto da Casa Rosada (sede do Governo Argentino em Buenos Aires) na década de 1890, antes da reforma proposta por Tamburini. Fonte: Sítio eletrônico da Wikipédia, disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Casa_Rosada>, acessado em maio de 2008.

⁴¹ Este edifício estava sendo reformado no período em que Hebert esteve na Argentina em Comissão Especial do Governo (de novembro de 1896 a fevereiro de 1897). Ver histórico completo do edifício no sítio eletrônico da Casa Rosada <www.caserosada.gov.ar>, acessado em março de 2008.

Projeto de 1897

Projeto de 1897, de Affonso Hebert, parece reunir características de todos os estudos desenvolvidos para o Palácio até então. O projeto foi desenvolvido durante o primeiro semestre de 1897 e começou a ser construído no segundo semestre do mesmo ano, sua construção foi paralisada em 1901. Finalmente, o palácio de Hebert foi substituído por outro projeto em 1908⁴².

Esse projeto constitui um bloco único de dois pavimentos. Apresenta planta retangular com pátio central e volumes em destaque nas extremidades do edifício e no centro fachada posterior.

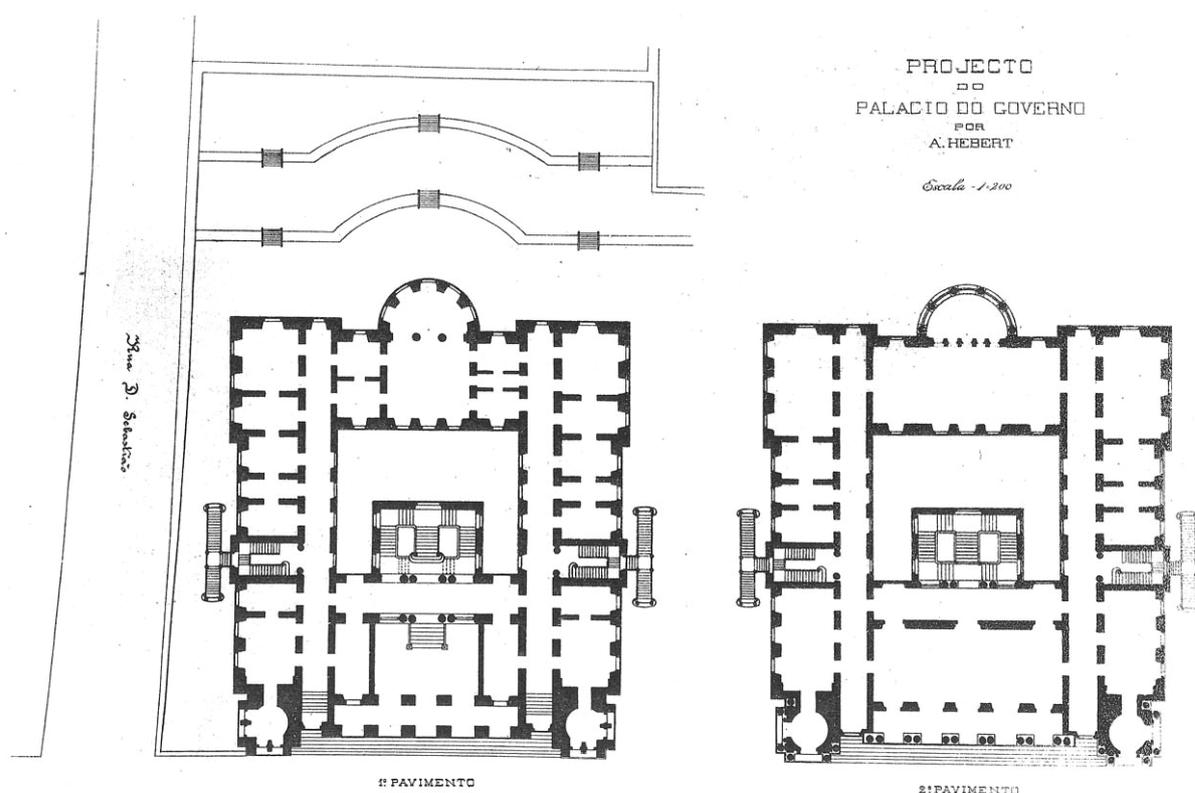


Figura 23: Projeto do Palácio do Governo por Affonso Hebert – plantas baixas – 1897. Fonte: Relatório de Obras Públicas do Estado de 1899, sem número de página.

Os acessos ao edifício são muito semelhantes aos acessos do projeto de 1896. Hebert repete a estratégia de acesso principal por galeria seguido de acessos secundários que permitem o acesso direto às galerias de deslocamento dentro do edifício. Os acessos dispostos simetricamente nas fachadas laterais recebem uma escadaria externa de três lances, com dois braços e últimos degraus comuns, já

⁴² Ano em que Carlos Barbosa convoca um concurso em Paris para obter um projeto francês para o Palácio do Governo.

insinuadas nas fachadas do projeto de 1896, porém, ausentes nas plantas, que valorizaram as fachadas laterais.

No entanto, a alteração maior está no acesso da fachada posterior do projeto. Hebert cria uma marcação para o que se encontra centralizado na fachada posterior do edifício. Este acesso, coberto por um balcão de formato semicircular, é voltado para o jardim em patamares e dá acesso ao subsolo.

A compartimentação e o zoneamento das plantas não sofrem alterações em relação ao projeto de 1896, a não ser pela inserção do acesso e balcão na fachada posterior do edifício, já mencionados. No entanto, as principais diferenças entre os projetos de 1896 e 1897 estão na exploração das fachadas e nos telhados do edifício.

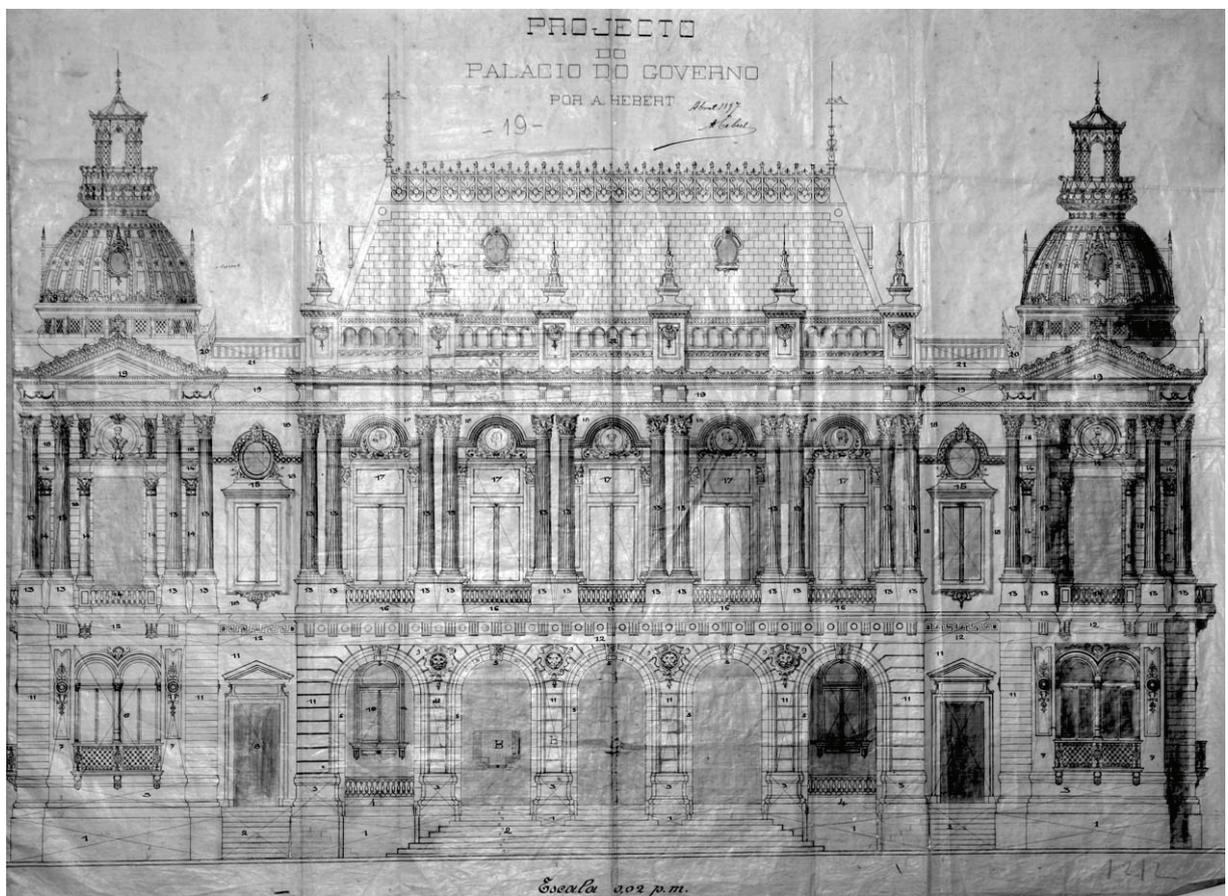


Figura 24: Projeto do Palácio do Governo por A. Hebert – fachada principal – abril de 1897. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Na fachada principal deste projeto, predominam as idéias da fachada principal do projeto de 1896 com a adição do telhado alto no centro inspirado do segundo esboço de fachada para o palácio. A fachada apresenta organização simétrica com corpo principal central, alas de transição e pavilhões laterais cobertos por cúpulas.

As fachadas laterais apresentam elementos e ornamento que, de certa forma, procuram dar continuidade à composição proposta na fachada principal. Apresenta base com acabamento rusticado e uma composição dividida em seis partes: um corpo saliente coberto por cúpula na extremidade que coincide com a fachada principal; um acesso marcado por uma escadaria e detalhes no coroamento; um volume saliente na extremidade da fachada posterior; dois volumes simétricos que fazem a ligação entre as partes citadas acima; e um volume, em segundo plano, que marca o acesso na fachada posterior do edifício.

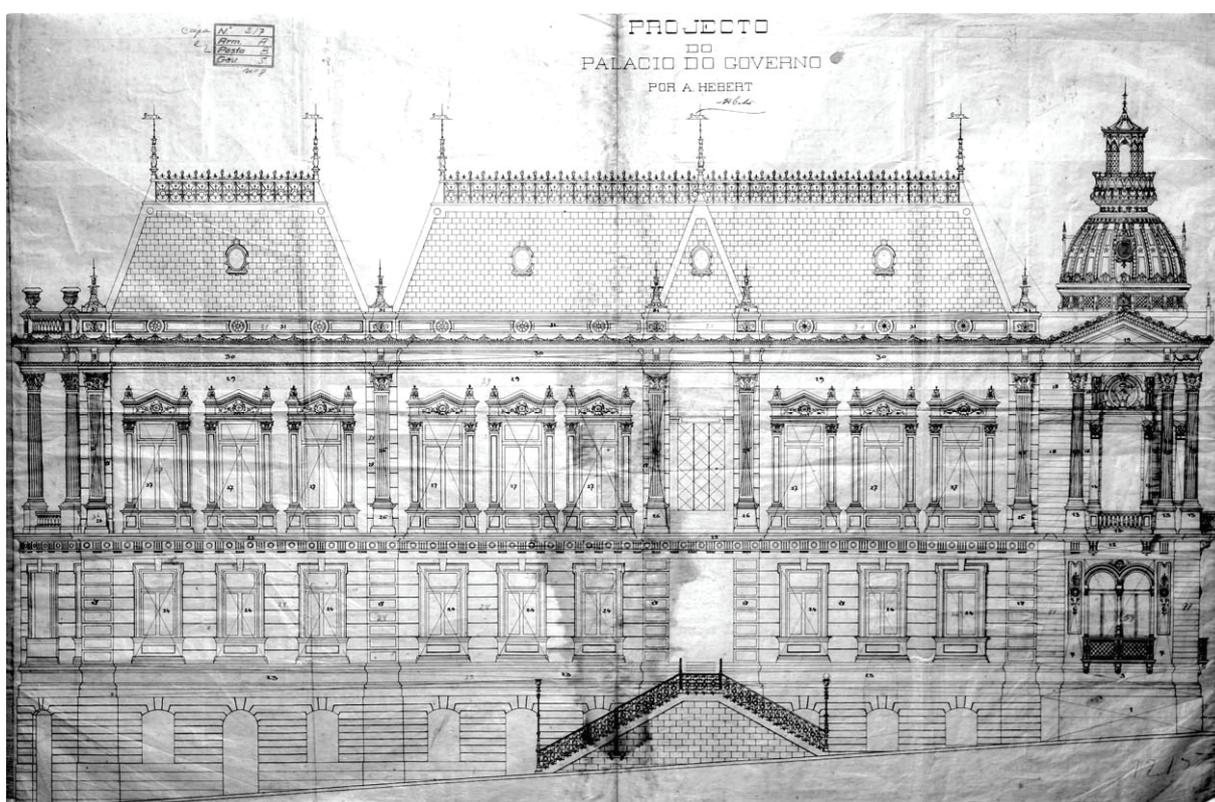


Figura 25: Projeto do Palácio do Governo por A. Hebert – fachada lateral – 1897. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

O corpo saliente na extremidade que coincide com a fachada principal é a continuidade dos pavilhões clássicos tridimensionais da fachada principal, mantendo as mesmas características e os mesmos acabamentos. O volume de acesso mantém a articulação de base e piso superior arrematados por entablamento. A base apresenta uma abertura correspondente a todo o vão entre as pilastras rusticadas que demarcam o acesso. Já o pavimento superior, é destacado por duas pilastras de ordem coríntia que marcam as extremidades do volume, as quais apresentam uma abertura em vitral de formato retangular. O coroamento deste volume é destacado por dois pináculos colocados logo acima do entablamento

bastante detalhado, e ainda, por um detalhe no telhado tipo mansarda, em segundo plano.

As alas de transição e o volume saliente da extremidade da fachada posterior, também possuem base e piso superior arrematados por entablamento. A base é caracterizada por janelas retangulares com moldura levemente decorada e o pavimento superior por janelas retangulares, as quais são emolduradas e encimadas por frontão triangular ornamentado. O coroamento dessas partes é dado por um entablamento rico em aplicações em massa destacado por pináculos nas extremidades dos volumes. Nota-se, ainda, a presença do volume que marca o acesso da fachada posterior em segundo plano, que será analisado em seguida. Em função do declive do terreno, na fachada lateral pode-se notar a presença de um pavimento abaixo do térreo cujo acabamento é rusticado e as aberturas em arco abatido variam a altura de acordo com a inclinação do terreno. Embora haja aberturas padronizadas nas faixas correspondentes à base e ao pavimento principal, isto não é suficiente para coordenar a grande variação formal destas fachadas.

A fachada posterior é a que demonstra as maiores alterações em relação ao projeto de 1896. A fachada apresenta organização simétrica com corpo principal central em destaque, alas de transição e volumes salientes nas extremidades. Todos os volumes são articulados por base e piso superior arrematados por entablamento.

O volume central semicircular demarca o acesso ao subsolo, que apresenta um acabamento rusticado leve e aberturas em arco abatido desprovidas de ornamentação. A base que corresponde à área de prolongamento da Sala de Jantar, também apresenta acabamento rusticado com a utilização de blocos maiores. As janelas têm formato retangular e apresentam uma moldura levemente decorada. A maior alteração está no pavimento superior, que apresenta um balcão caracterizado por colunas de ordem coríntia que contornam o formato do volume. O coroamento é dado por um entablamento seguido se uma balaustrada decorada por urnas.

As alas de transição, simetricamente dispostas, fazem a ligação entre o volume central e os volumes salientes das extremidades. A base do edifício apresenta acabamento rusticado. O subsolo é caracterizado por aberturas em arco abatido e a faixa correspondente ao térreo do edifício por janelas retangulares emolduradas semelhantes às encontradas no volume central. O segundo pavimento apresenta janela retangular emoldurada por pilastras de ordem coríntia seguidas de

entablamento encimado por um frontão de segmento decorado por brasão. O coroamento é dado por um entablamento decorado com aplicações em massa.

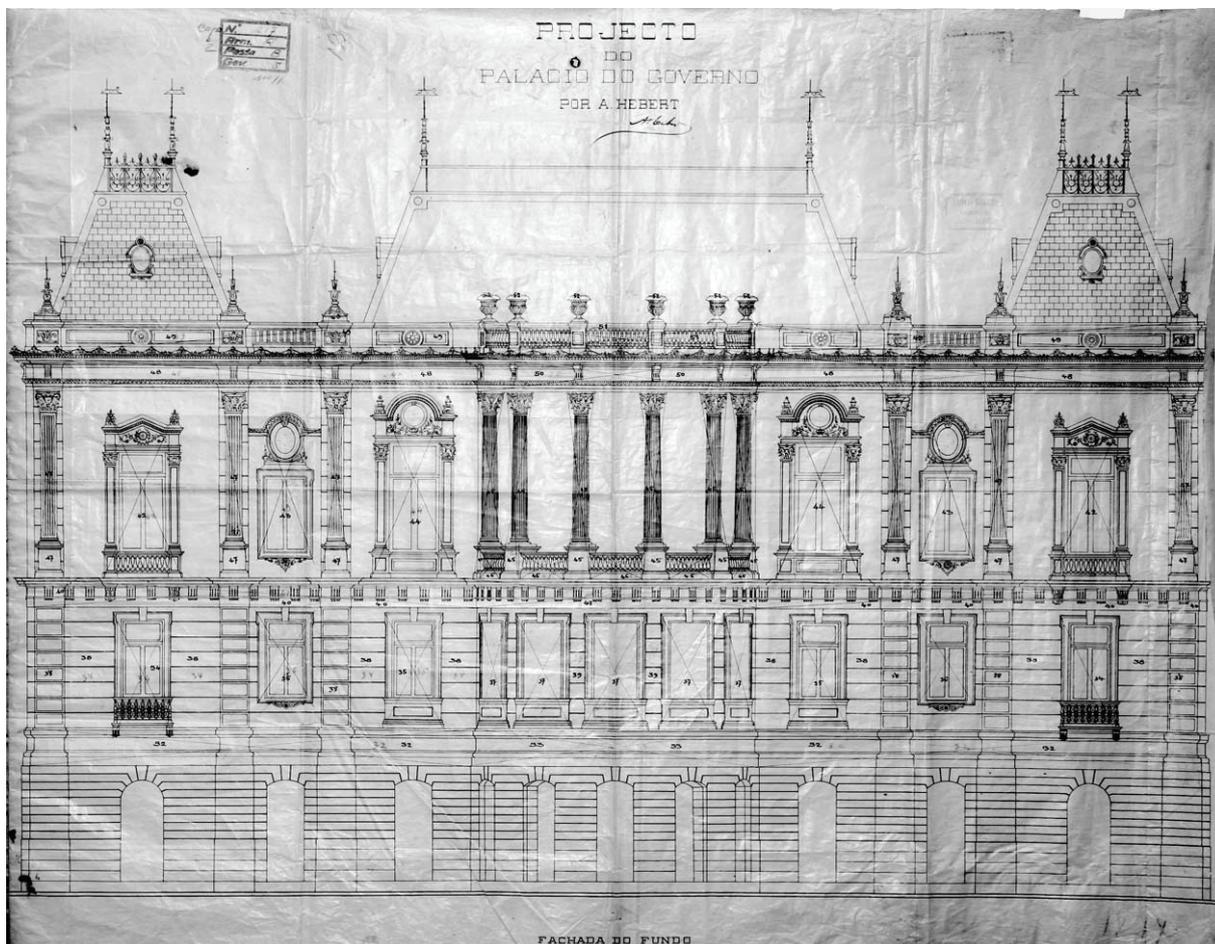


Figura 26: Projeto do Palácio do Governo por A. Hebert – fachada do fundo – 1897. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

O volume das extremidades apresenta-se dividido em duas partes bastante distintas, intervaladas e finalizadas por pilastras seguidas de entablamento e base rusticada. A primeira parte, mais próxima das alas de transição, apresenta aberturas em arco abatido no subsolo, janelas retangulares emolduradas no térreo e janelas retangulares emolduradas encimadas por óculo no segundo pavimento. A segunda parte é destacada pela cobertura em telhado tipo mansarda sobre a Biblioteca de um lado e o Salão de Apoio, do outro lado. Apresenta abertura em arco pleno, no subsolo; abertura retangular emoldurada com sacada, no térreo; e abertura retangular emoldurada por pilastras de ordem coríntia seguidas de entablamento encimado por frontão triangular decorado. O coroamento é dado por um entablamento de decoração diversa decorado por pináculos.

A fachada posterior mostra a maior variedade de soluções formais, exceto pelos estratos horizontais da base e dois pisos. As faixas horizontais correspondentes aos pavimentos procuram articular uma série de elementos distintos (janelas, molduras, ornamentos e intercolúnios), sendo difícil perceber traços de unidade.

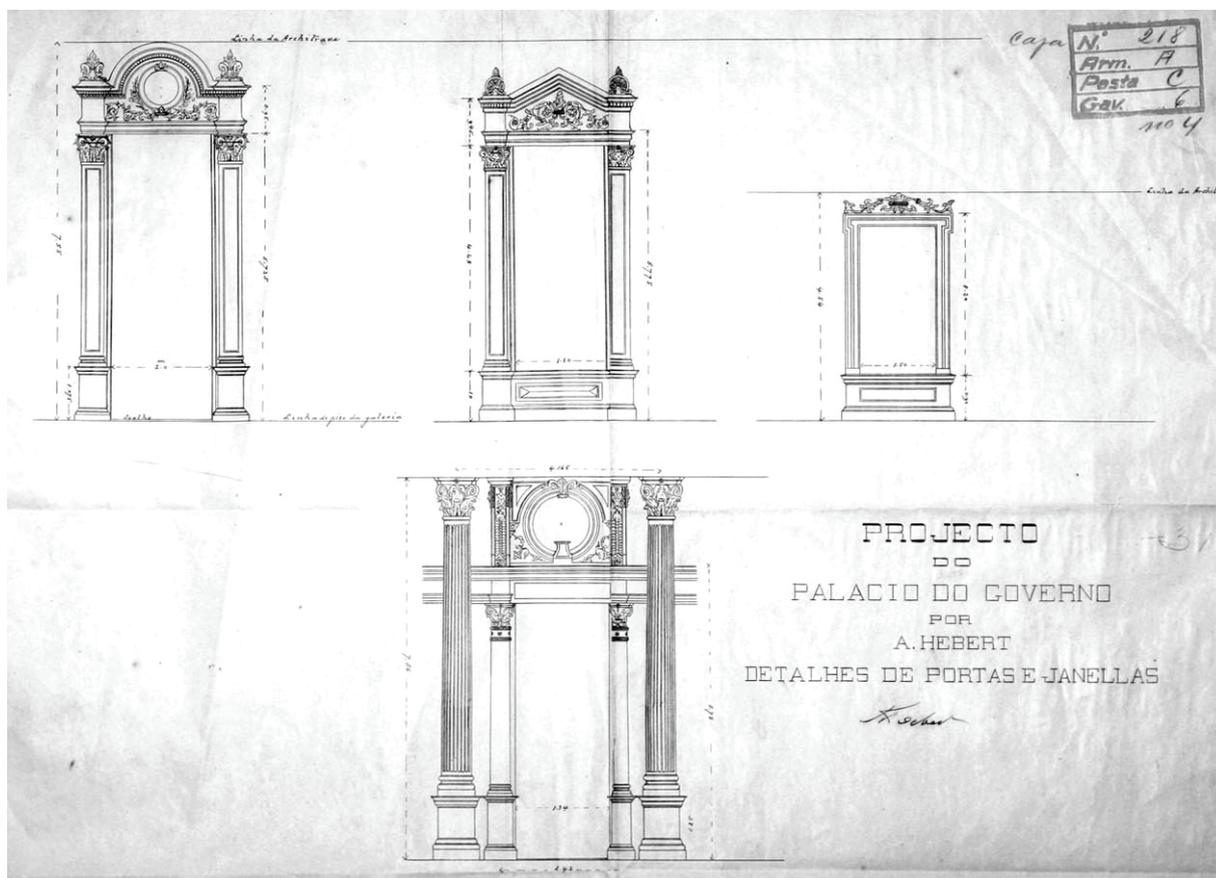


Figura 27: Projeto do Palácio do Governo por A. Hebert – detalhes de portas e janelas - 1897. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Os ornamentos das portas e janelas foram registrados em uma prancha de detalhamentos, onde Hebert especifica as dimensões e os alinhamentos na fachada. Através dessa prancha e das anotações em cada elemento presentes nas fachadas do projeto, pode-se notar a preocupação do arquiteto com a ornamentação de cada elemento da fachada.

Neste projeto, Hebert explora o telhado do edifício e o torna um elemento importante e significativo na composição das elevações. As superfícies das fachadas, com reentrâncias e saliências, estabelecem um sistema próprio que é correspondido na cobertura subdividida entre telhados e cúpulas. A composição segue o esquema com ressaltos de esquina cobertos por cúpulas e o restante com telhados separados sob forma de mansardas. Esse tipo de telhado em mansarda, ao mesmo tempo em

que eleva a altura do edifício, conferindo maior desenvoltura à fachada, também dificulta a leitura visual da edificação, pois prejudicou as proporções e a coordenação das partes.

As atividades para a construção do novo Palácio tiveram início com as obras de demolição do “velho palácio”⁴³ em 16 de julho de 1896. Para isto, foram contratados, em virtude de concorrência pública, os serviços do empreiteiro Francisco Gastaldoni. As obras de demolição do antigo palácio foram concluídas em 2 de março de 1897. Em seguida, deu-se início a movimentação de terras pelo mesmo empreiteiro.⁴⁴

Devido ao enorme movimento de terras, tornou-se necessária a construção de muros de arrimo. Para isso, foram trazidas pedras do Rio de Janeiro, pois o granito daqui era considerado duro e difícil de trabalhar.

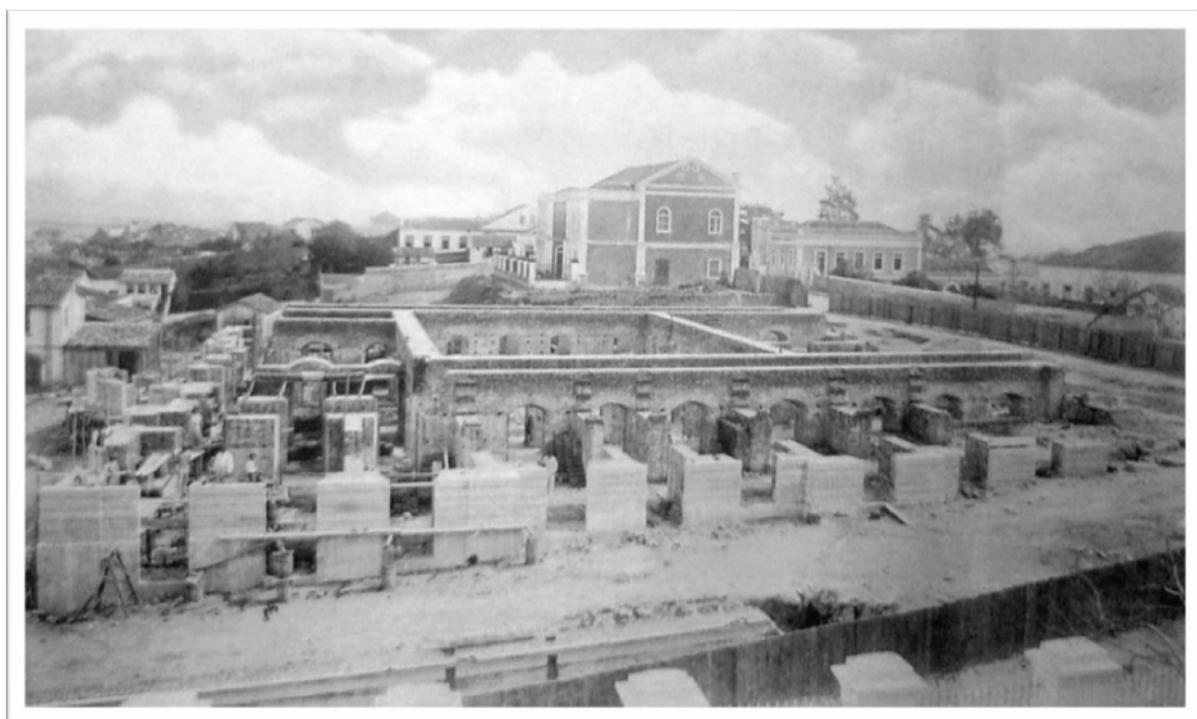


Figura 28: Foto das obras do Palácio do Governo, ainda segundo o projeto de Affonso Hebert. Fonte: Relatório de Obras Públicas do Estado de 1899, sem número de página.

A construção dos alicerces do palácio do governo foi começada a 26 de setembro 1897, antes mesmo de ser assentada a pedra fundamental do edifício que ocorreu em 27 de outubro do mesmo ano. Para a execução dos alicerces, foi contratado, por meio de concorrência pública, o serviço do Sr Manoel Conte Jogada. Os alicerces

⁴³ Denominação utilizada nos Relatórios de Obras Públicas da SOP, quando se referiam ao edifício projetado pelo Capitão Alexandre José Montanha.

⁴⁴ Ver Relatório dos Negócios das Obras Públicas, 1897, p. 42.

foram executados de acordo com o projeto oficial desta diretoria, descrito e analisado acima.⁴⁵

Em 1901, durante a presidência de Borges de Medeiros, as alvenarias da construção já estavam na altura do respaldo do primeiro pavimento, ou seja, no nível da Rua pela Praça, quando, por ordens superiores, foram suspensas as obras e dispensados todos os funcionários⁴⁶.

Desde alguns anos, devido às circunstâncias de ordem financeira, não tem notado grande desenvolvimento na construção de edifícios públicos sendo, aliás, alguns deles reclamados há muito pela conveniência indispensável à marcha regular dos serviços administrativos.

A construção de escolas públicas para o curso urbano e rural, o prédio para escola complementar do ensino primário, a fundação de colônias para o conveniente tratamento dos alienados e a edificação da penitenciária, satisfazendo as exigências da ciência moderna, são instalações que se impõem desde já, em face do desenvolvimento material e da nossa cultura intelectual.

O novo palácio para o governo, principado há dez anos e atualmente com as obras paralisadas, convém que seja reencetado e concluído, de acordo com as projeto primitivos e com os fundamentos que aconselharam a sua construção. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1907, p. 02)

As obras mantiveram-se paralisadas até 1907, quando Carlos Barbosa foi eleito presidente do Estado em sucessão a Borges de Medeiros. Carlos Barbosa, então, retomou o projeto do novo palácio provincial, porém se recusou a usar o projeto de Affonso Hebert, iniciado em 1897 e que tinha todas as fundações e subsolo prontos. Ao invés disso, convoca um concurso em Paris para obter um projeto francês⁴⁷, mas também o descarta. No local foi erguido o atual Palácio Piratini,⁴⁸ projetado pelo arquiteto francês Maurice Gras e iniciado em 1909.⁴⁹

Mesmo assim, Hebert participou da fiscalização das obras do Palácio do Governo durante os primeiros anos, e executou as obras de acabamento interno e da ala residencial de acordo com o projeto desenvolvido por Gras.

⁴⁵ Ver Relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas, 1898, p. 21-23

⁴⁶ Ver OLIVEIRA, Lea. *Levantamento histórico do Palácio do Governo*. Porto Alegre: Secretaria de Obras Públicas, 1962.

⁴⁷ Ver detalhes sobre o concurso em CALOVI PEREIRA, Cláudio; DIEFENBACH, Samantha Souza; CALOVI, Ricardo. "Acrópole e Ágora: as novas Praças de Porto Alegre na República Velha". In: ABREU, Silvio Belmonte de (Org.); CALOVI PEREIRA, Cláudio. (Org.). *Porto Alegre de papel: avenida e praça (1910-1980)*. Porto Alegre: PROPAR - UFRGS, 2006.

⁴⁸ A denominação Piratini é adotada em 1955, por decreto do governador Ildo Meneghetti, e trata-se de uma alusão à cidade que sediou a primeira capital farroupilha em 1836, homenageando, portanto, um capítulo muito significativo e marcante da história riograndense.

⁴⁹ Ver histórico detalhado do Palácio de Maurice Gras em LACAVA (2002).



Figura 29: Foto do início das obras em 1909, quando demolidas as paredes e alicerces do projeto de Hebert de 1897. No círculo preto, de sobretudo e chapéu, está o Arquiteto Affonso Hebert, fiscal das obras, representando a Secretaria do Obras Públicas. Fonte: CORONA, Fernando. Palácios do Governo do Rio Grande do Sul: histórico de projetos, construção, obras de arte e seus autores. Porto Alegre: [s.n], 1973. p. 19.

3.2.2. Projeto para Penitenciária do Estado

Descrição original: “Projeto da Penitenciária por Hebert.”

Projeto de Affonso Hebert, embora o material tenha sido adquirido, teve suas obras paralisadas em 1900, as quais nunca foram retomadas⁵⁰. Trata-se de um projeto para uma nova penitenciária para a cidade, previsto juntamente com o projeto do novo Palácio, a ser implantado na Chácara das Bananeiras⁵¹.

O atual edifício da cadeia civil, não estando em condições de prestar-se ao moderno sistema do regime das prisões, resolve-se mandar projetar um edifício para a Penitenciária, para ser construída na chácara das Bananeiras. (...)

O edifício comportará 500 células e 5 compartimentos para oficinas, casa da administração e mais dependências próprias de um edifício dessa ordem, com todos os melhoramentos compatíveis com um estado de adiantamento. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1896, p.37)

Até então, existia em Porto Alegre apenas uma instituição penitenciária, a Casa de Correção. A Casa de Correção de Porto Alegre foi projetada por Frederico Heydtmann. O edifício começou a ser construído em 1852 às margens do Guaíba por iniciativa do Conde de Caxias e com verbas da Província. Em 1855, estava concluído o primeiro pavilhão com capacidade para 200 pessoas. Era denominada Cadeia Civil e somente em 1897, passou a ser chamada Casa de Correção. Durante a década de 1920, teve sua área ampliada. Em 1854, sofreu um grande incêndio provocado pelos próprios presos, que danificou grande parte da sua estrutura. O edifício foi dinamitado em 1962, quando se inaugurou o Presídio Central de Porto Alegre⁵².

⁵⁰ Ver Relatório da Secretaria de Negócio das Obras Públicas, 1896, p.37.

⁵¹ Segundo FRANCO (2006), a Chácara das Bananeiras é o local onde atualmente se encontra o Bairro Coronel Aparício Borges. A ocupação da região onde está localizado o bairro tem suas origens na segunda metade do século XIX. O local onde hoje se encontram os contingentes da Brigada Militar (implantados após a República) era conhecido como Chácara das Bananeiras, e foi incorporada ao município em 1855. O bairro foi criado oficialmente pela lei municipal 2.022 de 07/12/1959, e possui uma área de 278 ha. Sua denominação é em homenagem ao Tenente Coronel Aparício Borges, morto na batalha de Buri/SP, episódio da Revolução Paulista de 1932. O decreto de fundação do bairro está ligado ao crescimento da Avenida Cel. Aparício Borges, que se originou da Rua Dois Irmãos. Com a implementação do plano de melhoramentos para as vias do município, na década de 1930, são unidas as ruas Dois Irmãos com o Beco do Lazareto (antigo caminho que ligava Chácara das Bananeiras com a Estrada do Mato Grosso, atual Bento Gonçalves). A Cel. Aparício Borges, elevada à categoria de avenida por lei municipal em 1958, era a principal via de acesso e ligação entre os bairros Partenon, Glória e Teresópolis; e, atualmente, a avenida integra a III Perimetral.

⁵² Ver FRANCO, Sérgio. Guia Histórico de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2006. p. 90 e 124-125.

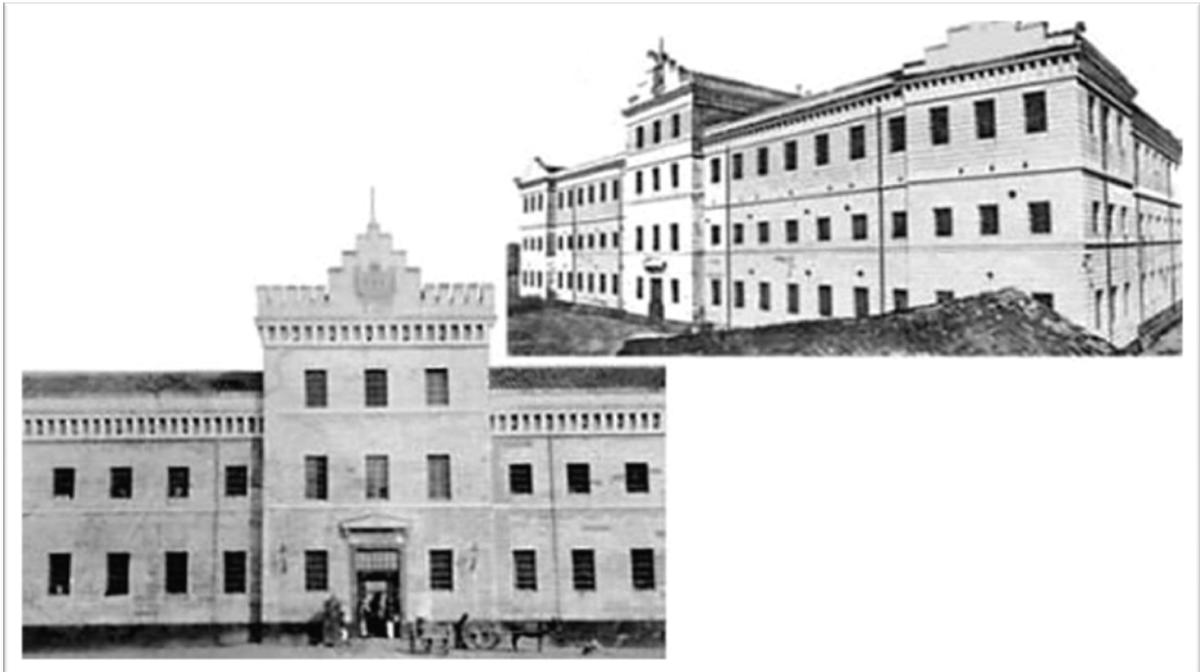


Figura 30: Foto da Casa de Correção, por volta de 1900. Fonte: "Porto Alegre - Um Século em Fotografia" Editora da ULBRA 1997.

Conforme descrição de BRITTO (1934), tratava-se de um edifício marcante na paisagem da cidade:

A Penitenciária de Porto Alegre está situada numa faixa de terra que fica entre o Rio Guaíba e à Rua General Salustiano, no extremo da península. Quando se procura a cidade, após haver atravessado a Lagoa dos Patos, ela é o principal edifício que se avista de longe e que avança pelo porto... Defendida por um muro de 6,30 m na parte da rua, na parte que dá para o rio, num muro de 9 m, ambos com postos de observação, penetra-se no recinto do cárcere por um largo portão, único aberto nessa silenciosa fachada. Depara-se então com uma área quase triangular, dentro da qual estão, à direita, o pequeno e antigo pavilhão da administração; e à esquerda, o corpo da guarda. Fechando o pátio, levanta-se o pavilhão do almoxarifado, recentemente construído, e um trecho de muro no qual se abre o segundo portão, que dá passagem para o segundo pátio. É aí que se levanta o majestoso edifício da Casa de Correção, o qual ocupa uma área de 2250m², exceção das oficinas. O conjunto das edificações assenta numa área de 4630m², sendo a área Livre de 7530m². O almoxarifado é um esplêndido edifício, com dois pavimentos e foi construído pelos próprios sentenciados. O corpo da penitenciária, propriamente dita, desdobra-se em três andares e apresenta um aspecto imponente. Neles, estão noventa e nove células, das quais dezoito se destinam a reclusões disciplinares, barbearia, dormitório dos guardas, pavilhão de tuberculosos, cozinha da enfermaria, escola, depósitos de roupas, gabinete dentário e cárcere das mulheres. Observa-se asseio em todas elas, mas infelizmente, sendo elevada a população carcerária, e reduzido o número de células, chegamos a ver dez a quinze reclusos numa só prisão. Cada prisão apresenta, em média, a cubagem de 180m³.

No segundo semestre do ano de 1896, foi desenvolvido o projeto para uma nova instituição penitenciária em Porto Alegre. Tal edifício teve sua pedra fundamental assentada em 27 de outubro de 1897, assim como o Palácio do Governo. Ainda neste mesmo ano, foi feita a marcação da obra e lançou-se a concorrência pública para execução de seus alicerces.⁵³

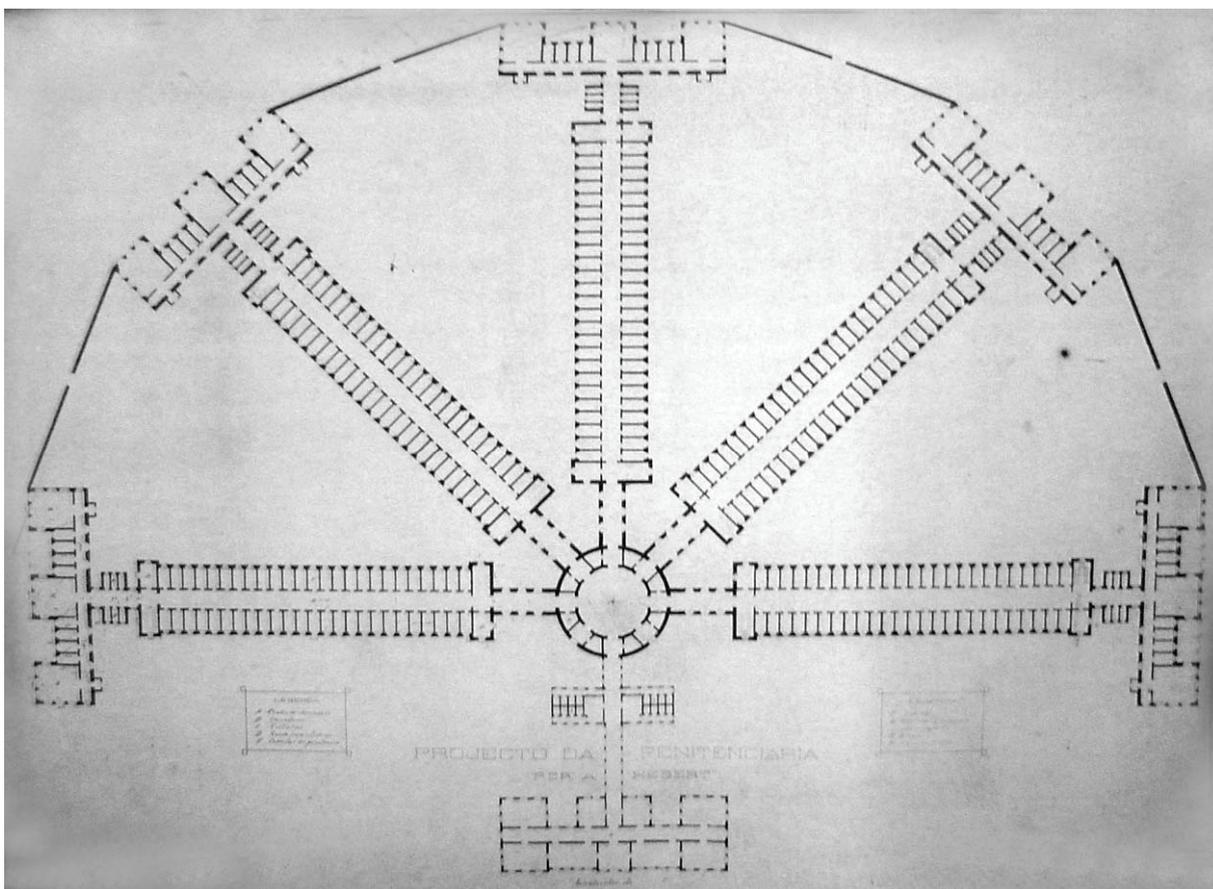


Figura 31: Projeto da Penitenciária por A. Hebert – planta baixa – 1896. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1898, sem número de página.

Em 1898, já se encontrava concluído o levantamento da Chácara das Bananeiras, onde seria implantado o projeto da Penitenciária. Então, foram contratados os serviços de Ignácio Rapates para a execução dos alicerces do edifício. No ano seguinte, todos os materiais para início dos alicerces do edifício estavam no local da obra. No entanto, nada mais foi feito.⁵⁴ A partir do Relatório de Obras Públicas da SOP de 1899, nada mais é mencionado a respeito deste projeto.

O projeto de Hebert apresenta concepção radial e é proposto em dois pavimentos. A implantação possui um prédio retangular designado à recepção e administração,

⁵³ Ver Relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas, 1896, p.06.

⁵⁴ Ver Relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas, 1898, p.37.

unido, por meio de um corredor térreo, a um segundo prédio retangular bem pequeno (que parece abrigar banheiros e vestiários dos funcionários) e, em seguida, a um ponto central de planta redonda em forma de torre. Dessa torre, seguem cinco eixos (com 100 células cada), que têm em sua extremidade edifícios retangulares destinados às atividades de oficina dos detentos. Um corredor com compartimentos menores faz a ligação entre a ala das celas e as oficinas.

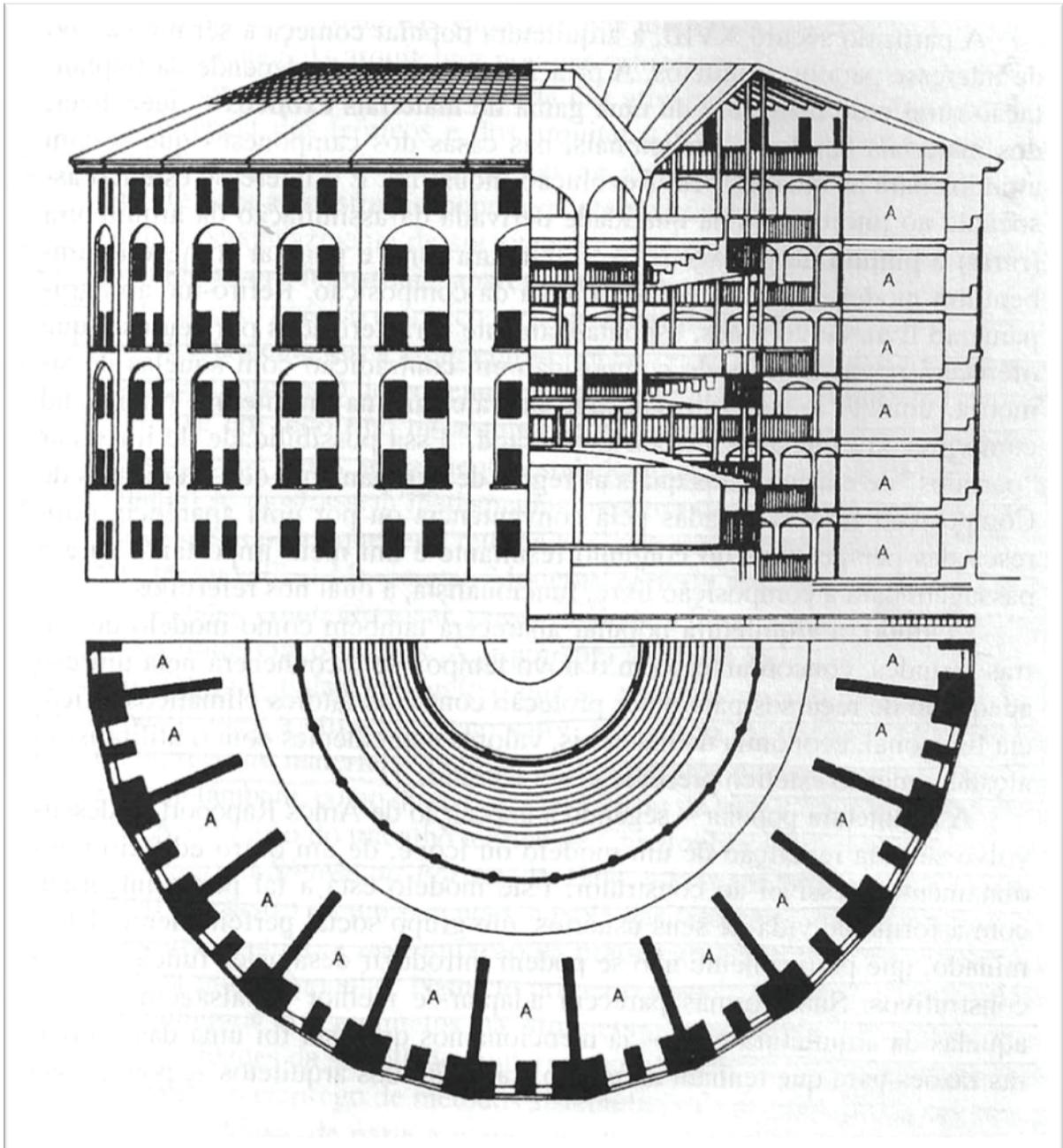


Figura 32: Panóptico, Jeremy Benthan, cerca de 1790. Um disposição funcional produz-se enfatizando uma finalidade do edifício em detrimento de todas as demais; nesse caso, a vigilância de quem ocupa os espaços "A" a partir da torre central. Fonte: MARTINEZ, Afonso Corona. Ensaio sobre o projeto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 99.

Este modelo de implantação que Hebert utilizou, foi instituído por Jeremy Benthan⁵⁵, por volta de 1790, na Inglaterra, e foi chamado de panóptico. O panóptico foi um modelo arquitetônico de prisão, cujo objetivo principal era controlar o indivíduo permanentemente. De uma torre localizada no centro da edificação, os diretores teriam uma visão privilegiada de todo o estabelecimento prisional, para uma vigilância permanente e total dos internos e dos inspetores.



Figura 33: Projeto da Casa de Correção do Rio de Janeiro – planta baixa – 1831. Fonte: Sítio eletrônico da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Rio de Janeiro <www.seap.rj.gov.br>, acessado em abril de 2008.

Figura 34: Foto aérea do edifício da Casa de Detenção de Manaus – fotógrafo Afonso Tadeu. Fonte: VALOIS, Luís Carlos. *Casa de Detenção – Cadeia “Des. Vidal Pessoa”*. Página da Vara de Execuções Criminais do Amazonas. Disponível em <www.internext.com.br/valois/vec>, acessado em abril de 2008.

No Brasil, tem-se notícia de apenas um projeto de penitenciária neste modelo, anterior ao projeto de Hebert: a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Este projeto foi apresentado no final de 1831 por uma Comissão Imperial. Teve suas obras iniciadas, mas foram interrompidas antes mesmo que a primeira ala estivesse concluída. Também de concepção radial, seriam construídos quatro alas axiais em torno de um ponto central (torre).⁵⁶

⁵⁵ Benthan foi um filósofo utilitarista inglês que idealizou o sistema de prisão com disposição circular das celas individuais, divididas por paredes e com a parte frontal exposta à observação do Diretor por uma torre do alto, no centro, de forma que o Diretor “veria sem ser visto”. Isto permitiria um acompanhamento minucioso da conduta do detento, aluno, militar, doente ou louco, pelo Diretor, mantendo os observados num ambiente de incerteza sobre a presença concreta daquele. Essa incerteza resultaria em eficiência e economia no controle dos subalternos, pois tendo invadida a sua privacidade de modo alternado, furtivo, incerto, ele mesmo se vigiaria. Esse sistema permitiria também um controle externo do funcionamento do Panóptico, pois uma simples observação a partir da torre, permitiria a avaliação da qualidade da administração do Diretor, sendo ele também vigiado.

⁵⁶ Informações obtidas no sítio eletrônico da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Rio de Janeiro <www.seap.rj.gov.br>, acessado em abril de 2008.

Somente em Manaus, no ano de 1906, é que foi construído um edifício cujo sistema penitenciário segue o modelo de prisão instituído por Benthan. Este projeto foi elaborado pelos arquitetos Emygdio José Ló Ferreira e pelo Diretor Geral de Obras Públicas do Estado, Dr. J. Estelita Jorge, no período de 1904 a 1906, em estilo neocolonial.⁵⁷

Ambos os projetos (Penitenciária de Porto Alegre e Casa de Detenção de Manaus) foram desenvolvidos por arquitetos ligados às secretarias estaduais de Obras Públicas e apresentam implantações similares, com alas em eixo ligadas a um ponto central (torre), o qual se une, por um corredor, ao prédio destinado à recepção, tendo entre eles outro prédio.

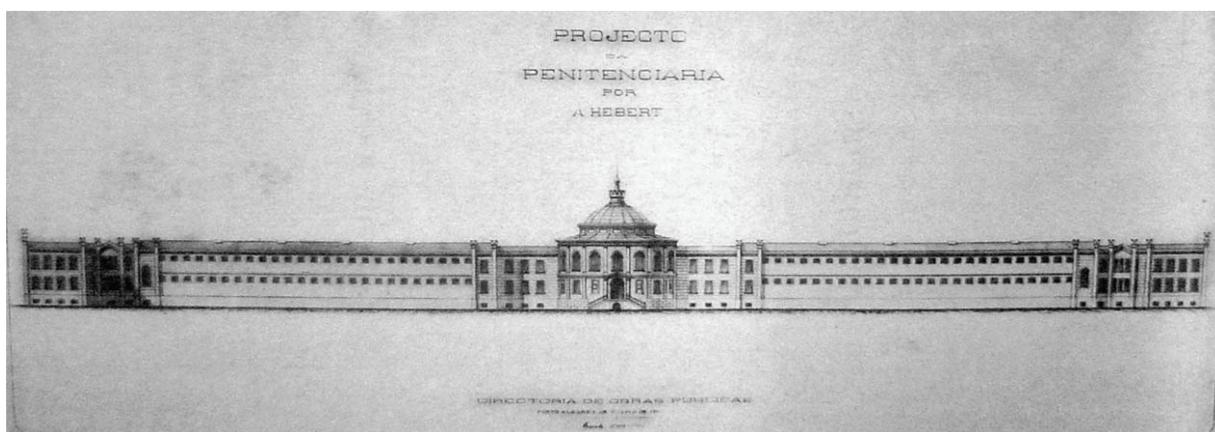


Figura 35: Projeto da Penitenciária por A. Hebert – planta baixa – 1896. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1898, sem número de página.

A fachada encontrada do projeto de Hebert contempla apenas o edifício a partir do corredor térreo que faz a ligação com o prédio de recepção. Esta fachada é dividida em corpo central (torre), alas de ligação (corredores que fazem a ligação da torre com as células), corpos intermediários (onde ficam as células), alas de transição curtas (com compartimentos menores) e volumes de extremidades (que abrigam as atividades de oficinas dos detentos).

O corpo central apresenta abertura em arco pleno intervaladas por pilastras, cuja ordem não é possível definir em função da escala do desenho encontrado, e cobertura em cúpula seguida de lanterna. Este tratamento define o volume central como parte mais importante da hierarquia da composição. As alas de ligação

⁵⁷ VALOIS, Luís Carlos. *Casa de Detenção – Cadeia “Des. Vidal Pessoa”*. Página da Vara de Execuções Criminais do Amazonas. Disponível em <www.internext.com.br/valois/vec>, acessado em abril de 2008.

apresentam janelas em arco abatido na base e no segundo pavimento e pequenas aberturas quadradas no que corresponderia ao porão.

Os corpos intermediários são os únicos que não apresentam acabamento rusticado. São divididos em corpo principal e volumes em ressalto nas extremidades. O corpo principal possui janelas quadradas desprovidas de ornamentos na base e no segundo pavimento. Os volumes em ressalto das extremidades são destacados por janelas em arco abatido na base e no segundo pavimento e pequenas aberturas quadradas no porão, como as encontradas nas alas de ligação. São separadas do corpo principal por pilastras colossais, seguidas de entablamento e encimadas por uma escultura.

As alas de transição curtas, entre as celas e as oficinas, são divididas em corpo principal e corpos laterais. O corpo principal apresenta três janelas retangulares na base e no segundo pavimento e aberturas quadradas no porão. É destacado por um frontão triangular e pilastras colossais seguidas de entablamento encimadas pela mesma escultura dos corpos intermediários. Os corpos laterais também apresentam janelas retangulares na base e no segundo pavimento e aberturas quadradas no porão.

Os volumes de extremidade possuem janelas retangulares na base e no segundo pavimentos e aberturas quadradas na faixa correspondente ao porão. Destaca-se nas extremidades por pilastras colossais seguidas de entablamento e encimadas pelas mesmas peças de escultura não definidas. O coroamento de todo o edifício é dado por um entablamento simples.



Figura 36: Fachada do Hospício São Pedro, projeto de Álvaro Nunes Pereira. Fonte: Recorte da Planta da Cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, 1906. Desenho de Attilio Trebbi. Publicado pela Casa Editora – Livraria do Comercio.

Apesar dos desenhos encontrados não apresentarem escala nem medidas, é evidente que se trata de um projeto de grandes dimensões. O projeto da Penitenciária de Hebert pode ser colocado ao lado do projeto de Álvares Nunes Pereira para o Hospício São Pedro, por suas ligações com as estratégias abstratas de composição arquitetônica da tradição *beaux-arts*.

Este projeto de Hebert demonstra que o arquiteto tinha um conhecimento bastante amplo de programas arquitetônicos monumentais. Pode-se dizer que Hebert trazia esta bagagem, além da sua formação na Europa e da experiência de trabalhos com o Álvaro Nunes Pereira durante o Império.

3.2.3. Projeto de Reforma do Edifício da Assembléia dos Representantes

Descrição original: “Projeto de Reforma do Edifício da Assembléia dos Representantes por Hebert”.

Este projeto do arquiteto Affonso Hebert nunca chegou a ser iniciado. Trata-se do projeto de reforma da Assembléia dos Representantes, localizado na Rua Duque de Caxias, número 1029, do qual foi encontrada a prancha referente aos desenhos das fachadas atuais e fachadas projetadas. Acredita-se que o projeto também contemplasse alterações na planta do edifício, já que uma observação manuscrita no canto superior esquerdo da prancha indica que se tratava de “Duas plantas” e que a prancha encontrada (prancha de fachadas) é a de “Nº 2”.

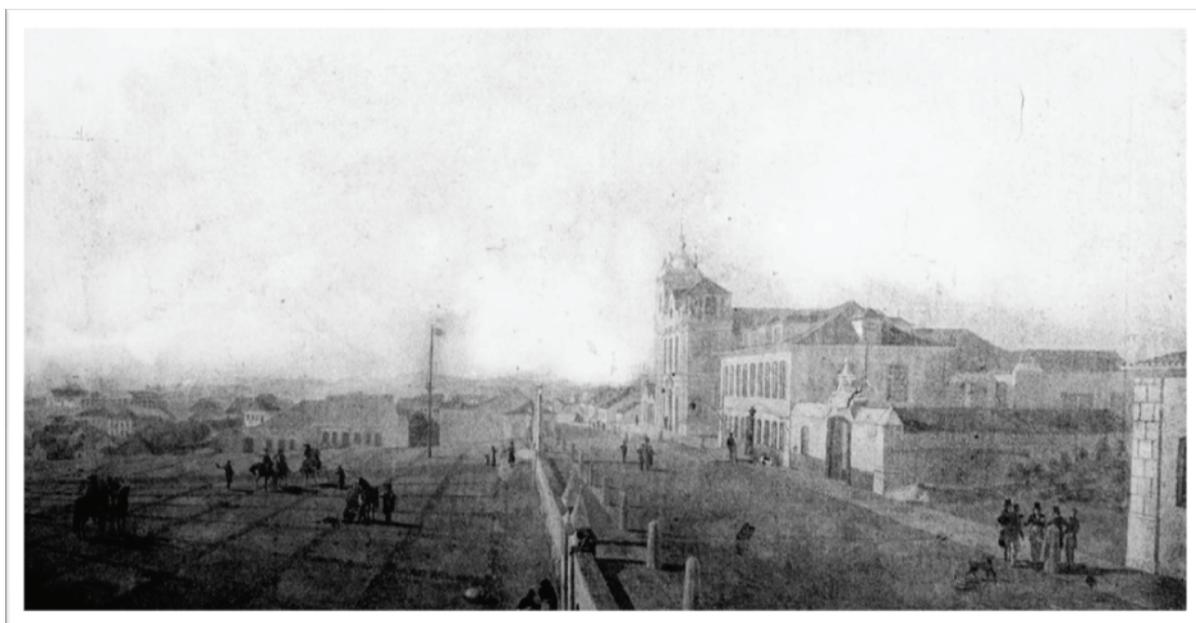


Figura 37: Gravura do Alto da Praia, onde erguiam-se os principais edifícios públicos da cidade. No canto inferior direito, o edifício da Casa da Real Fazenda Portuguesa – 1800. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta.

O projeto é datado de outubro de 1899. Porém, o Relatório da SOP de 1900 (que abrange o período entre primeiro de julho de 1899 e trinta e um de julho de 1900), noticia apenas a execução do rebaixamento do terreno circunvizinho ao edifício da Assembléia dos Representantes até o nível da Rua General Auto e remoção do aterro para a preparação do terreno para o edifício da Mesa de Rendas⁵⁸, sem fazer menção à existência de um projeto de reforma para o edifício da Assembléia dos Representantes.

⁵⁸ Ver Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1900, p. 50.

O edifício em questão, concluído em 1790, foi construído para abrigar a Casa da Real Fazenda Portuguesa e tinha apenas um pavimento. Foi projetado pelo Capitão Alexandre Montanha, sendo realizado durante a administração de José Marcelino de Figueiredo, e fazia parte do conjunto de edifícios públicos do Alto da Praia, atual Praça Marechal Deodoro⁵⁹.

No ano de 1860, recebeu o segundo pavimento e a fachada em estilo neoclássico para receber a Provedoria Real da Fazenda ou Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda, que emprestou o nome ao prédio, e entre 1835 e 1967 a Assembléia Legislativa ali manteve sua sede. Este projeto foi desenvolvido por Georg Karl Phillip Theodor von Normann, e fazia parte do conjunto de edifícios neoclássicos do Império. Em 1981, o edifício foi tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual. Atualmente, serve à Casa Civil do Estado.



Figura 38: Foto do Edifício da Assembléia dos Representantes – por volta de 1900. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em dezembro de 2006.

A fachada principal atual apresenta composição formal retangular, organização simétrica com base térrea sem colunas ou rusticação, corpo principal subdividido por pilastras de ordem jônica e coroamento definido por entablamentos e balaustrada. O

⁵⁹ Ver PESAVENTO, Sandra. *Memória de Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p.25

térreo possui janelas em arco pleno emolduradas e uma porta também em arco pleno, no nível do passeio público, que faz o acesso principal ao edifício. O segundo pavimento é caracterizado por delicadas pilastras de ordem jônica que demarcam o intervalo entre as portas em arco pleno com parapeitos gradeados em metal trabalhado. Todas as aberturas da fachada principal mostram tímpanos oclusos com vitrais sem imagens. O coroamento do edifício é dado por uma cornija elementar com platibanda lisa.

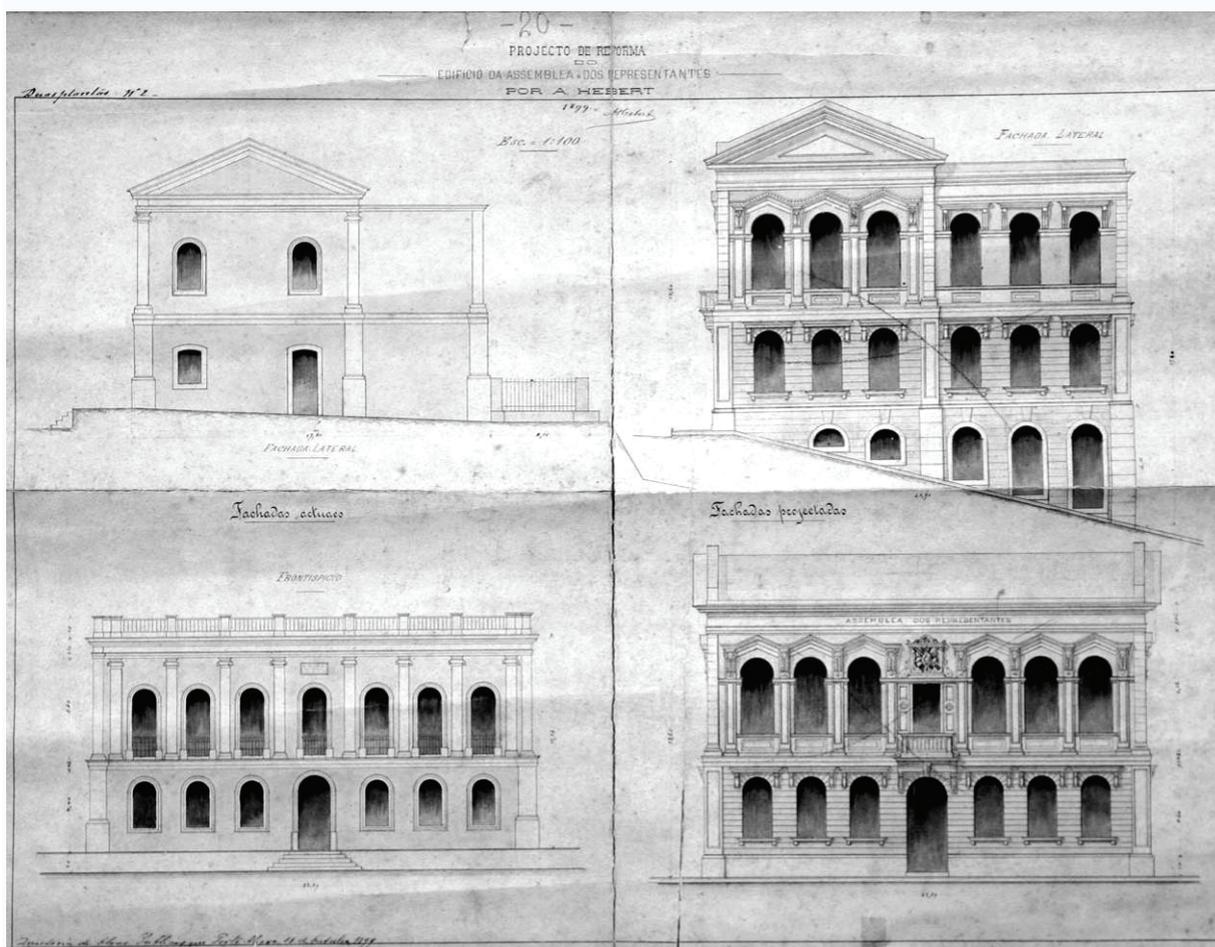


Figura 39: Projeto de Reforma do edifício da Assembléia dos Representantes por A. Hebert – fachadas atuais e fachadas projetadas – outubro de 1899. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A fachada lateral é dividida em duas partes bem distintas. A primeira representa o volume principal da edificação. Nela, o telhado de duas águas é delineado, dando origem a um frontão triangular ornado por quatro óculos. Apresenta aberturas em arco abatido no térreo e aberturas em arco pleno no segundo pavimento. A segunda parte é recuada em relação ao volume principal, não apresenta aberturas nem cobertura aparente.

O projeto de Hebert para a reforma propõe uma alteração na escala do edifício, juntamente com a “atualização” da linguagem das fachadas, quando atribui a elas um estilo mais próximo ao estilo dos demais edifícios públicos que ele próprio projetava nas imediações. Além disso, em função das escavações feitas no terreno vizinho, o arquiteto dá ao edifício um novo pavimento, que não é visível da Rua, mas que amplia a área do subsolo.

Na fachada principal, é proposto um rebaixo do passeio público a fim de eliminar a escadaria de acesso ao edifício e de ampliar a altura de sua base. Ainda na base, é proposta a marcação por um soco liso, seguido por um acabamento rusticado com ampliação das aberturas. As molduras das portas e janelas são substituídas por frisos, mas o arco pleno é mantido. No pavimento superior, o arquiteto cria uma marcação de centro através da alteração na janela que fica imediatamente acima da porta do edifício. Esta abertura é rebaixada para receber um brasão, torna-se retangular e passa a ter uma sacada. As demais aberturas são emolduradas por pilastras e terminações triangulares. O coroamento é substituído por um entablamento simplificado com o nome do edifício.

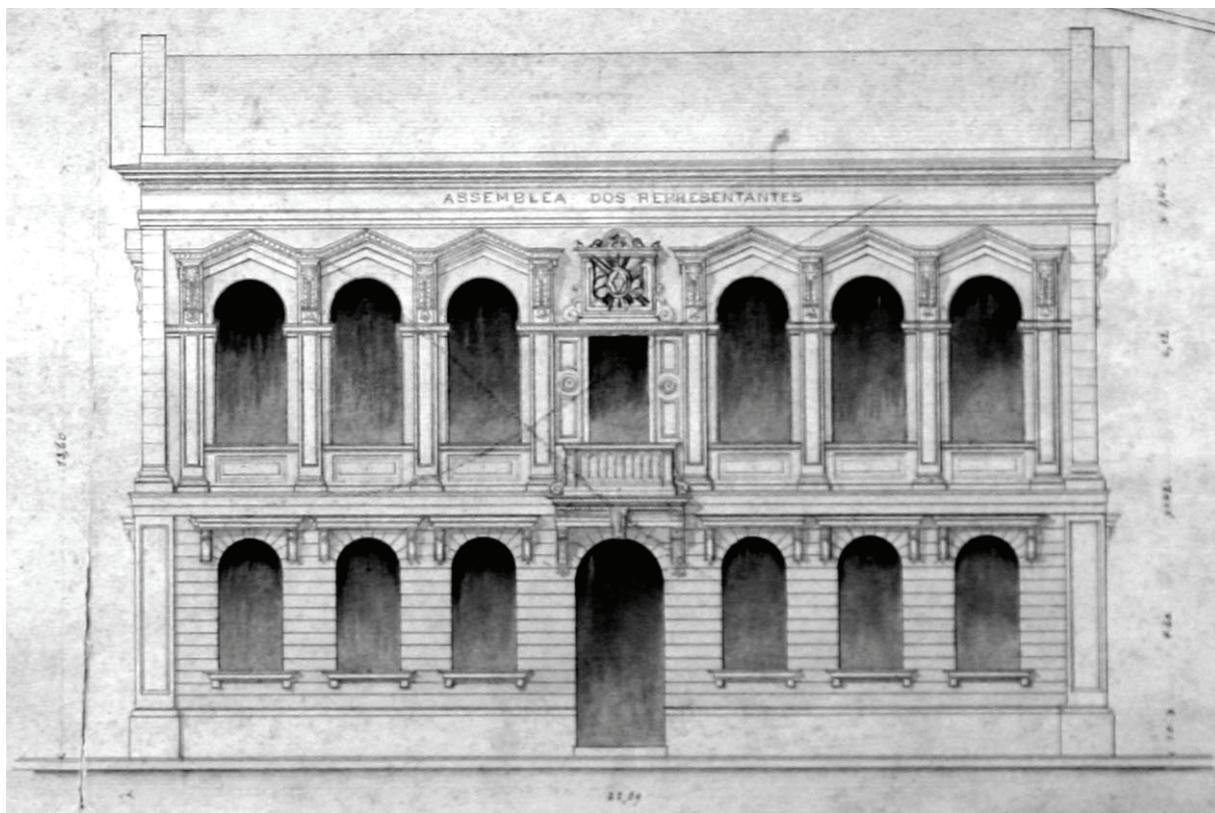


Figura 40: Recorte do Projeto de Reforma do edifício da Assembléia dos Representantes por A. Hebert – fachada principal projetada – outubro de 1899. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Na fachada lateral é onde são encontradas as maiores alterações, principalmente quanto à fenestração. Na base, é proposto um acabamento rusticado e um maior número de aberturas. As duas aberturas em arco abatido são substituídas por seis janelas em arco pleno ornadas por frisos, iguais as janelas propostas na base da fachada principal. No pavimento superior, o arquiteto faz uma leve diferenciação entre as partes da fachada. Na parte correspondente ao volume principal, onde já existiam duas janelas, ele propõe a ampliação destas e a inserção de outra de mesmo formato, seguindo a fenestração proposta na base. As aberturas ganham um emolduramento por pilastras simplificadas e terminação triangular, como as propostas no segundo pavimento da fachada principal. O frontão triangular, resultante do fechamento lateral do telhado, é mantido. Na fachada do volume recuado, são propostas três aberturas com o mesmo formato e tamanho das propostas na fachada da parte principal, porém somente ornamentadas por um friso na parte superior, muito semelhantes às janelas propostas para a base do edifício.



Figura 41: Recorte do Projeto de Reforma do edifício da Assembléia dos Representantes por A. Hebert – fachada lateral projetada – outubro de 1899. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

O novo pavimento criado em função da escavação do terreno vizinho recebe acabamento rusticado e aberturas em arco pleno que seguem a mesma fenestração proposta para a fachada. Estas aberturas variam a sua altura em função do desnível do terreno.

Este projeto representa, claramente, a preocupação do Governo com a modernização arquitetônica da capital gaúcha na República Velha. Em uma época em que a inovação da arquitetura é feita através da construção de edifícios ecléticos, o projeto de reforma para adequação de um edifício traduz a idéia de uma “modernização” estilística.

O prédio da antiga Casa da Real Fazenda Portuguesa revela-se um personagem singular da arquitetura da cidade, ao vestir as diversas roupagens dos estilos característicos de três momentos históricos: a arquitetura colonial portuguesa, o neoclassicismo imperial e, por fim, o ecletismo republicano (neste caso não executado). O projeto também revela o segundo movimento de Hebert no sentido de ampliar a imagem eclética que havia proposto para o palácio com a intenção de dominar mais amplamente a Praça da Matriz. O Monumento a Júlio de Castilhos, o Arquivo Público do Estado e a Biblioteca Pública do Estado levarão este intento mais adiante nos anos seguintes.

3.3. Hebert como Chefe da Seção de Obras Públicas do Estado

Desde alguns anos, devido às circunstâncias de ordem financeira, não tem notado grande desenvolvimento na construção de edifícios públicos sendo, aliás, alguns deles reclamados há muito pela conveniência indispensável à marcha regular dos serviços administrativos.

A construção de escolas públicas para o curso urbano e rural, o prédio para escola complementar do ensino primário, a fundação de colônias para o conveniente tratamento dos alienados e a edificação da penitenciária, satisfazendo as exigências da ciência moderna, são instalações que se impõem desde já, em face do desenvolvimento material e da nossa cultura intelectual.

O novo palácio para o governo, principado há dez anos e atualmente com as obras paralisadas, convém que seja reencetado e concluído, de acordo com as projeto primitivos e com os fundamentos que aconselharam a sua construção. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1897, p. 02)

Em conformidade com o regulamento aprovado por Decreto nº 1018 de 5 de janeiro de 1907 a DOPTC sofre nova adaptação. Passa a se chamar Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas e todos os serviços ficaram distribuídos em quatro diretorias, funcionando harmonicamente entre si, com as seguintes designações, de acordo com a natureza do trabalho que é exercido: 1ª - diretoria central; 2ª - diretoria de obras públicas; 3ª - diretoria de terras e colonização; 4ª - diretoria de viação. Affonso Hebert passa, então, a Chefe da 2ª Seção da Secretaria de Obras Públicas.

Em 1908, Carlos Barbosa Gonçalves⁶⁰ é eleito presidente do Estado, mantendo-se no poder até 1913. Seu termo de governo é favorecido pelo grande crescimento econômico do Rio Grande do Sul, devido ao desenvolvimento das regiões da serra e do planalto através dos imigrantes, cuja atividade econômica se dinamiza pela consolidação da malha ferroviária estadual. A capital gaúcha era o ponto de convergência dessa atividade, que logo se manifestou na construção de fábricas, sedes de empresas comerciais e estabelecimentos bancários.

⁶⁰ Conforme informações biográficas sobre Carlos Barbosa em www.jaguarao.net (Museu Carlos Barbosa), Carlos Barbosa nasceu em Pelotas (1851), mas foi criado em Jaguarão. Barbosa formou-se em medicina no Rio de Janeiro (1875). Em seguida, passou quatro anos em Paris exercendo sua profissão, chegando a ser chefe de clínica no Hospital Wecker, além de ter seu nome citado em periódicos especializados. Em seu retorno, casou-se e exerceu a medicina em Jaguarão, mas logo envolveu-se com o movimento político republicano que triunfaria em 1889. Em 1891 é eleito deputado estadual constituinte, permanecendo como presidente do legislativo até 1907. Em 1893, é nomeado pelo próprio Júlio de Castilhos como vice-presidente do estado. Seu irmão, o engenheiro José Barbosa Gonçalves, foi Secretário da Fazenda e de Obras Públicas no governo Borges de Medeiros, demonstrando os fortes vínculos da família com o castilhismo. Em 1907, Carlos Barbosa é eleito presidente do estado em sucessão a Borges.

Diferente dos anos de governo de Borges de Medeiros, os cinco anos de Carlos Barbosa no poder são marcados por uma intensa atividade construtiva em Porto Alegre, em grande parte patrocinada pelo Estado. Barbosa, logo que assume o governo, retoma o projeto do novo palácio provincial, agora projetado por um arquiteto francês (Maurice Gras). Além disso, promove a construção da Biblioteca Pública (A. Hebert), do Arquivo Público (A. Hebert), reformula a Praça da Matriz com o monumento a Júlio de Castilhos (D. Villares, A. Hebert e A. Trebbi) e dá início as obras do aterro do porto (J. L. F. Santos). Com o aterro, a cidade ganha uma grande área para sua expansão. O início desta obra é marcado pela criação da atual Praça da Alfândega, onde o Governo Central erguerá dois palácios: a Delegacia Fiscal (atual MARGS – T. Wiedersphan e A. Gundlach) e os Correios e Telégrafos (atual Memorial do Rio Grande do Sul, T. Wiedersphan).

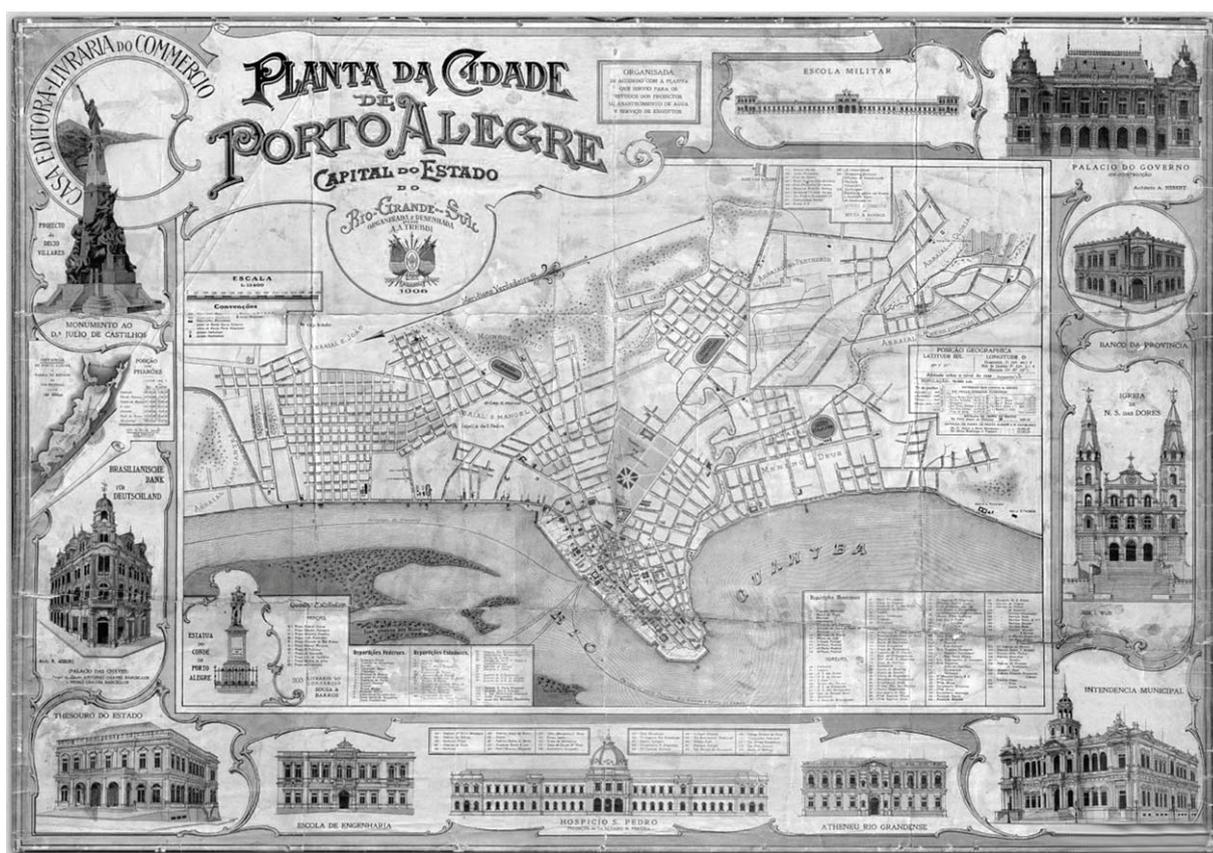


Figura 42: Planta da Cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, 1906. Desenho de Attilio Trebbi. Publicado pela Casa Editora – Livraria do Comercio. Edifícios presentes na imagem: Escola Militar, Palácio do Governo, Banco da Província, Igreja Nossa Senhora das Dores, Intendência Municipal, Atheneu Riograndense, Hospício São Pedro, Escola de Engenharia, Tesouro do Estado, Palácio dos Chaves, e Monumento a Júlio de Castilhos. Fonte: Editora Nova Roma.

Ainda no governo de Carlos Barbosa, são construídas as sedes da Faculdade de Direito (H. O. Menchen), da Faculdade de Medicina (T. Wiedersphan e A. Gundlach),

do Instituto Eletrotécnico (M. Itaqui), do Instituto Júlio de Castilhos (M. Itaqui) e da Faculdade de Agronomia e Veterinária (M. Itaqui). Além disso, seu governo dá início a uma obra simbólica bastante importante para a época: o Templo Positivista.

A construção privada também é bastante numerosa, sendo desta fase a Cervejaria Bopp (T. Wiedersphan), a Confeitaria Rocco (S. Lambertini), o Cinema Guarany (T. Wiedersphan) e uma série de edifícios comerciais e agências bancárias no centro da cidade. Na construção oficial, promovida pelo Governo do Estado, destaca-se o nome de Affonso Hebert e na construção oficial promovida pelo Governo Central, o nome de Theo Wiedersphan, o qual também representa as construções no âmbito privado. Já nas edificações universitárias, o arquiteto mais atuante é Manoel Itaqui. Todos fazem uso da arquitetura eclética nas suas construções, mas com predominância de estilos diferentes.

DOBERSTEIN (1992) denomina esse período como o “Quadriênio Glorioso” (1910-1914), período em que se produziu em Porto Alegre, o verdadeiro *boom* imobiliário que modificou, quantitativa e qualitativamente, a fisionomia arquitetônica da cidade. Ao lado e, às vezes, no lugar da arquitetura oitocentista, começou a aparecer uma arquitetura mais ornamentada e exuberante. O mesmo autor, ao analisar o conjunto de prédios produzidos, verifica uma heterogeneidade de estilos arquitetônicos, o que supõe uma multiplicidade de arquitetos-projetistas e uma diversidade de gostos e preferências de seus patrocinadores.

O sentido do termo ecletismo

De um modo geral, pode-se dizer que a palavra é derivada do verbo grego Ἐκλέγω [Eclego = escolher, tomar] significa uma atitude de acomodação. A escolha corresponde uma Ἐκκληθία [Eclesia = reunião].

De acordo com ROCHA-PEIXOTO (2000), a palavra ecletismo significa a atitude antiga de formar um todo a partir da justaposição de elementos escolhidos entre diferentes sistemas. Uma vez entendido como um método o qual permite que os mais variados elementos lexicais, extraídos de todas as épocas e regiões, possam ser recompostos de diferentes materiais, de acordo com princípios ideológicos, dando origem a obras novas. O ecletismo foi subdividido, por PATETTA (1987), em três correntes principais: a da Composição Estilística que contempla a adoção imitativa de formas que, no passado, haviam pertencido a um estilo arquitetônico único e preciso, e engloba as construções chamadas neoclássicas, neogóticas, neoromânticas, neomouriscas, neomanoelinas, entre outras; a do historicismo

tipológico que implica em escolhas prévias de cunho analógico ou de referências que orientam o estilo quanto à finalidade a que se destina o edifício a ser construído; e a dos pastiches compositivos que se caracteriza por soluções estilísticas até então inéditas, tanto no termo da invenção quanto na mistura de elementos arquitetônicos, gerando obras únicas. A três categorias podem ser encontradas na arquitetura eclética do Brasil.

A seguir, serão analisadas as obras oficiais do Governo do Estado projetadas por Affonso Hebert, durante o período mais ativo de sua vida profissional. Carlos Barbosa, que retirou das mãos de Hebert o edifício de maior importância para o Estado (o Palácio do Governo), por outro lado dá ao arquiteto a incumbência de projetar outros edifícios com funções de extrema importância ao programa modernizador da capital do Estado: o Arquivo Público (1919-1910/1913); o Monumento a Júlio de Castilhos (1911-1913); a Biblioteca Pública (1912/1913); a Assembléia dos Representantes (1912); e a Secretaria da Fazenda (1912).

3.3.1. Arquivo Público do Estado

Descrição original: “Depósitos do Archivo do Estado”.

A primeira referência que se tem de um arquivo público no Estado do Rio Grande do Sul data de 02 de janeiro de 1838, quando o Regulamento Imperial criou uma repartição incumbida de reunir, conservar e catalogar os arquivos administrativos e legislativos e os documentos oficiais, porém, subordinada ao Rio de Janeiro. Essa repartição foi instalada na Secretaria de Estado do Império⁶¹.



Figura 43: Foto do Prédio da Bailante, pertencente à Companhia Hidráulica Porto Alegrense, com o muro a ser substituído citado em seguida ao fundo – por volta de 1900. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em janeiro de 2008.

No entanto, o planejamento de um Arquivo Público, nos moldes dos arquivos nacionais da Europa, surgiu somente no ano de 1905, durante o governo de Borges de Medeiros. No dia 08 de março de 1906, o Arquivo Público do Estado foi criado através do Decreto nº 876, compondo a Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior subordinado. De acordo com a definição apresentada no decreto, o Arquivo deveria: “adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos

⁶¹ Dados retirados do *Processo de Instrução e Tombamento do Arquivo Público nº 35.12.03* – Portaria 06/91 de 13.03.91.

concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul”.

No dia 15 de março do mesmo ano, o Arquivo Público começa a funcionar. Primeiramente é instalado na Escola Complementar, localizada na esquina das Ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano, em Porto Alegre⁶², atual localização do Colégio Sévigné. Em função do grande afluxo de documentos, oriundos de todo o estado, o espaço físico, destinado ao Arquivo, tornou-se insuficiente. Então, no dia 11 de fevereiro de 1909, o Arquivo foi transferido para o prédio da Bailante (figura 43), designado como o nº1 da Praça Marechal Deodoro, que sofreu uma série de ajustes para recebê-lo⁶³.

Pouco mais de um ano da mudança do Arquivo para o prédio da Bailante, o então presidente do Estado, Carlos Barbosa, autoriza a construção de depósitos para o Arquivo Público, conforme mostra o Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1910:

Tornou-se urgente a construção de depósitos para o Arquivo Público, resolveu V. Ex. (Carlos Barbosa), de acordo com as informações do digno Secretário do Interior, e as que lhe foram ministradas por esta Secretaria, que os depósitos seriam construídos dentro dos terrenos adquiridos à Praça Marechal Deodoro, e limitados na altura do nível desta.

Em prolongamento do passeio ao lado do Teatro São Pedro deve a construção penetrar nos referidos terrenos com frente olhando para o norte. O passeio reinará sobre ela em toda a largura, e a parte posterior ficará aterrada. Uma galeria longitudinal separará o muro de sustentação das terras dos depósitos propriamente ditos, de modo a estabelecer uma circulação de ar conveniente para a conservação dos papéis.

Tal é o programa para a organização do projeto de construção que foi confiado à Diretoria das Obras Públicas. Sua realização deve representar sem dúvida um melhoramento local muito sensível, porquanto não se trata simplesmente de construir um edifício que, aliás, fica escondido, mas de modificar também a topografia, de modo a permitir o ajardinamento de um terreno que é vantajosamente situado na vizinhança da praça e do Palácio, e onde o ingresso deve ser franco ao público.

A situação do palácio reclama também, de pronto, que esse ajardinamento se prolongue por sobre o terreno ocupado atualmente pelo Arquivo, e um acordo com a companhia Hidráulica Porto Alegrense para a substituição do muro existente por uma balaustrada de pedra, a fim de que a vista do Palácio do Governo não fique prejudicada. (RELATÓRIO DE OBRAS PÚBLICAS, 1910, p. 06-07)

⁶² Ver Jornal A FEDERAÇÃO, de 26/27 de março e 07 de abril de 1906.

⁶³ Ver Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1909, p.16.

O texto do relatório permite fazer algumas conclusões sobre o caráter do novo edifício e as intenções de Hebert e Barbosa para a área. Primeiramente, o caráter de passeio público do projeto como extensão da Praça com vistas da parte baixa da cidade. Em seguida, o edifício “escondido”, não volumetrizado na Praça. Por fim, a vista livre do Palácio por inteiro.

1ª fase

Todas as diretrizes para a implantação do projeto são confiadas à Diretoria de Obras Públicas e o projeto para os Depósitos do Arquivo Público é desenvolvido sob a orientação do então Chefe da Seção, Affonso Hebert. Os trabalhos preliminares tiveram início em 1º de outubro de 1910 e a construção propriamente dita, em 18 de novembro do mesmo ano.

Embora não tenham sido encontrados desenhos dessa fase assinados por Hebert, o fato de ocupar a chefia da Seção de Obras Públicas fazia dele responsável direto pelo projeto. Além disso, os desenhos da segunda fase, no mesmo estilo arquitetônico da primeira, são por ele assinados. Isso permite considerar Hebert como autor desse projeto desde o início.

A proposta de execução que ofereceu mais vantagens foi a apresentada por João Cattani, que compreendia a mão-de-obra e todos os materiais necessários à execução, com exceção do cimento que seria fornecido pelo Estado. Até setembro do mesmo ano, já se achava concluída a abóboda que forma o teto do edifício⁶⁴.

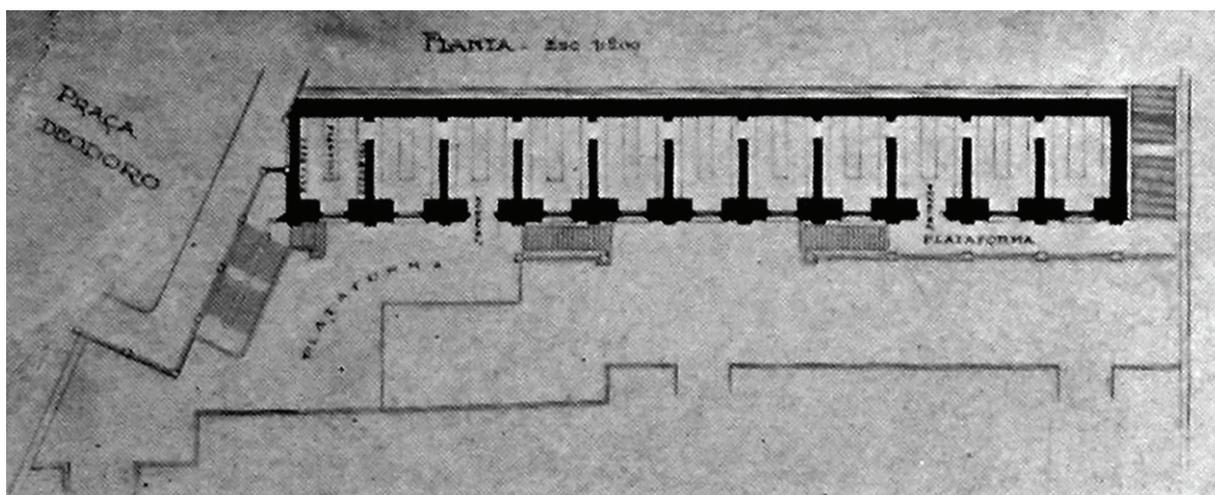


Figura 44: Recorte da reprodução do Projeto dos Depósitos para o Arquivo Público – planta baixa – 1910. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1911.

⁶⁴ Ver Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1911, p.07-08 e 53-55.

De modo a atender o programa já mencionado, Hebert localiza o arquivo como um edifício-arrimo, que se posiciona no desnível entre a Praça da Matriz e a Rua Riachuelo. A parte superior do edifício dá continuidade ao plano da Praça, apresentando piso de mosaico (ladrilho hidráulico) e guarnecida por uma balaustrada. Essa parte cria um belvedere com vista sobre o Guaíba e a cidade à beira do lago.

O arquiteto propõe para o edifício um partido constituído de um bloco retangular com 70 metros de extensão e 6 metros de largura interna, subdividido por contrafortes de 1,15 metros a cada 4,9 metros. A cobertura desse pavilhão é feita por uma abóbada de berço, a qual conforma o teto dos compartimentos. Sobre esta abóbada foi projetado um passeio, cuja espessura serve como proteção térmica do edifício com camada de ar que permite a inspeção quando necessária. Junto às extremidades do edifício são propostas duas escadarias que fazem a comunicação da Praça Marechal Deodoro com a Rua Riachuelo, que fica em um nível bem mais baixo (aproximadamente 10 metros).

O edifício é dividido em onze compartimentos, de 4,90m por 6,00m, cuja comunicação é dada por aberturas junto aos contrafortes do arrimo do terreno ao lado. Na parte central do edifício, surge um embasamento rusticado correspondente a três módulos térreos, cujas portas estabelecem comunicação direta com o exterior. Os acessos considerados principais estão localizados no terceiro e no nono intercolúnios da fachada principal, no pavimento superior, no ponto de chegada das escadarias que sobem do nível mais baixo.

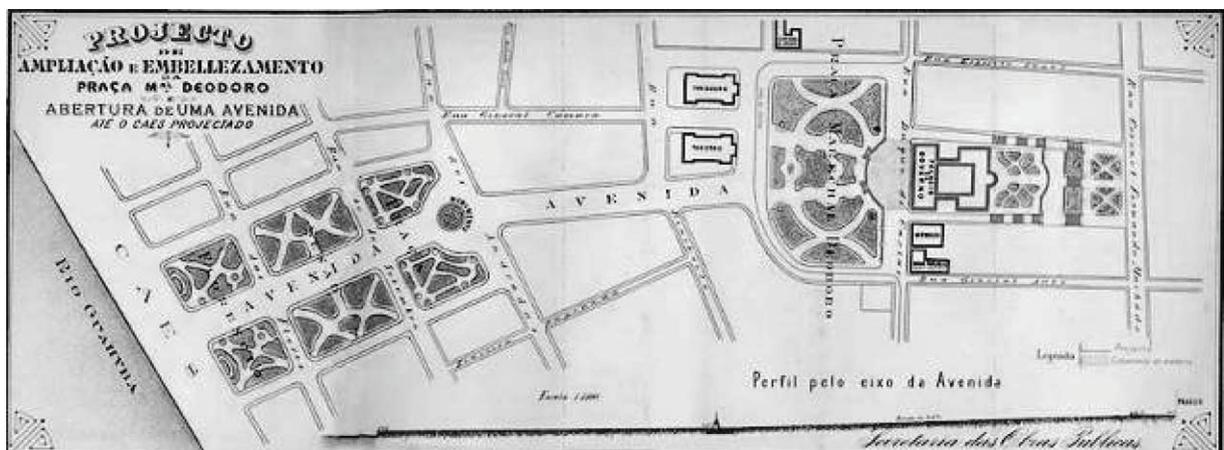


Figura 45: Projeto de ampliação e embelezamento da praça Mal. Deodoro e abertura de uma avenida até o cais projetado, por Atílio Trebbi. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1909.

A existência de escadarias nas duas extremidades da barra mostra que o edifício é resultante de um projeto de desenho urbano. O bloco do arquivo é um belvedere ladeado por escadas que ligam a Praça da Matriz com a parte baixa do centro. Essa estratégia leva a pensar que o fracasso do projeto da avenida projetada (figura 45) por Trebbi para ligar a Praça da Matriz com a Praça da Alfândega (1909), pode ter levado a pensar o Arquivo Público como um edifício-praça de ligação entre os dois espaços⁶⁵.



Figura 46: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 1ª fase – Estantes, Estrutura em ferro vazada e escada deslizante – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

Figura 47: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 1ª fase – Galeria de comunicação entre os compartimentos – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

No interior dos compartimentos, foram propostas estantes, com altura máxima de 6 metros, dotadas de prateleiras feitas em ferro e concreto armado para resistirem ao fogo. À meia altura dessas estantes foi disposta uma estrutura de ferro vazada, para permitir a circulação de ar, sobre a qual desliza uma escada móvel, também em ferro, que serve para a manipulação dos papéis das prateleiras mais altas das

⁶⁵ Ver detalhes sobre o projeto em CALOVI PEREIRA, Cláudio; DIEFENBACH, Samantha Souza; CALOVI, Ricardo. "Acrópole e Ágora: as novas Praças de Porto Alegre na República Velha". In: ABREU, Silvio Belmonte de (Org.); CALOVI PEREIRA, Cláudio. (Org.). *Porto Alegre de papel: avenida e praça (1910-1980)*. Porto Alegre: PROPAR - UFRGS, 2006.

estantes. As aberturas que fazem a ligação entre os compartimentos também abrigam escadas metálicas que dão acesso a essa estrutura de ferro, criando um tipo de galeria bastante agradável ao usuário, pela visual em perspectiva e, também, pela seqüência rítmica das escadarias.

Por se tratar de um edifício com finalidade específica de depósito para documentos importantes, o arquiteto utilizou estratégias de alta tecnologia para a época e inéditas na cidade, como exaustores elétricos em todos os compartimentos para a ventilação adequada; drenagem junto ao muro de arrimo direcionada para uma galeria central de fácil escoamento, para evitar a umidade proveniente de infiltrações; sistema de limpeza a vácuo através da instalação de canalizações ligadas a ventiladores capazes de produzir uma tiragem de 60m³ de ar por minuto, para a manutenção dos documentos; torneiras que podem adaptar uma mangueira em caso de incêndio; e mobiliário em material incombustível em todas as salas, para a segurança dos documentos.⁶⁶

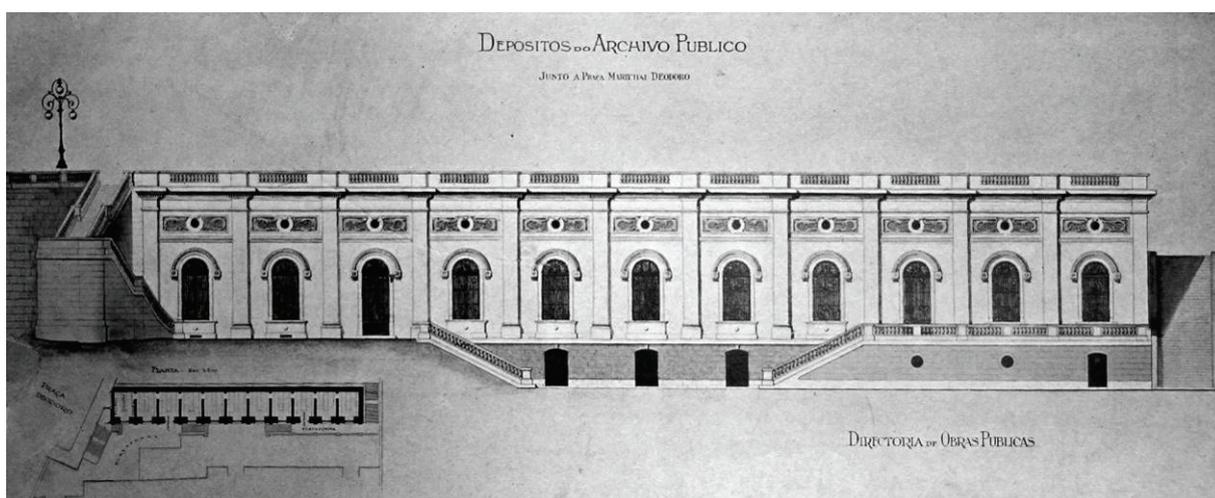


Figura 48: Projeto dos Depósitos para o Arquivo Público – fachada e planta baixa – 1910. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1911.

A única fachada do edifício apresenta organização simétrica com pilastras assentadas em uma base rusticada. A base, que só ocorre nos três intercolúnios centrais, é caracterizada por abertura em arco abatido despojadas de qualquer ornamentação. Já o pavimento principal apresenta aberturas em arco pleno, levemente recuadas, encimadas por um friso que acompanha a verga da abertura. Acima das aberturas e abaixo do entablamento, o arquiteto utiliza um painel emoldurado ornado por aplicações em massa com um óculo no centro (que

⁶⁶ Relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas do Estado de 1911, p. 56-57.

corresponde ao terceiro pavimento). Estes módulos são subdivididos por uma seqüência de doze pilastras planas de capitel simplificado (dórico-toscano). O coroamento do edifício é dado por entablamento seguido de balaustrada que serve de guarda corpo para o belvedere acima, cuja área fazia parte da Praça Marechal Deodoro.

Este edifício, cuja construção foi iniciada a 18 de novembro de 1910, é concluído em 05 de julho de 1912 e entregue à Secretaria do Interior, órgão a qual pertencia por decreto. Seu elevado custo foi atribuído às dificuldades na construção resultantes das más condições do terreno escolhido⁶⁷. Segundo o Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1913, todos os trabalhos executados neste edifício estiveram sob direção e fiscalização do Chefe da Seção, Affonso Hebert⁶⁸.

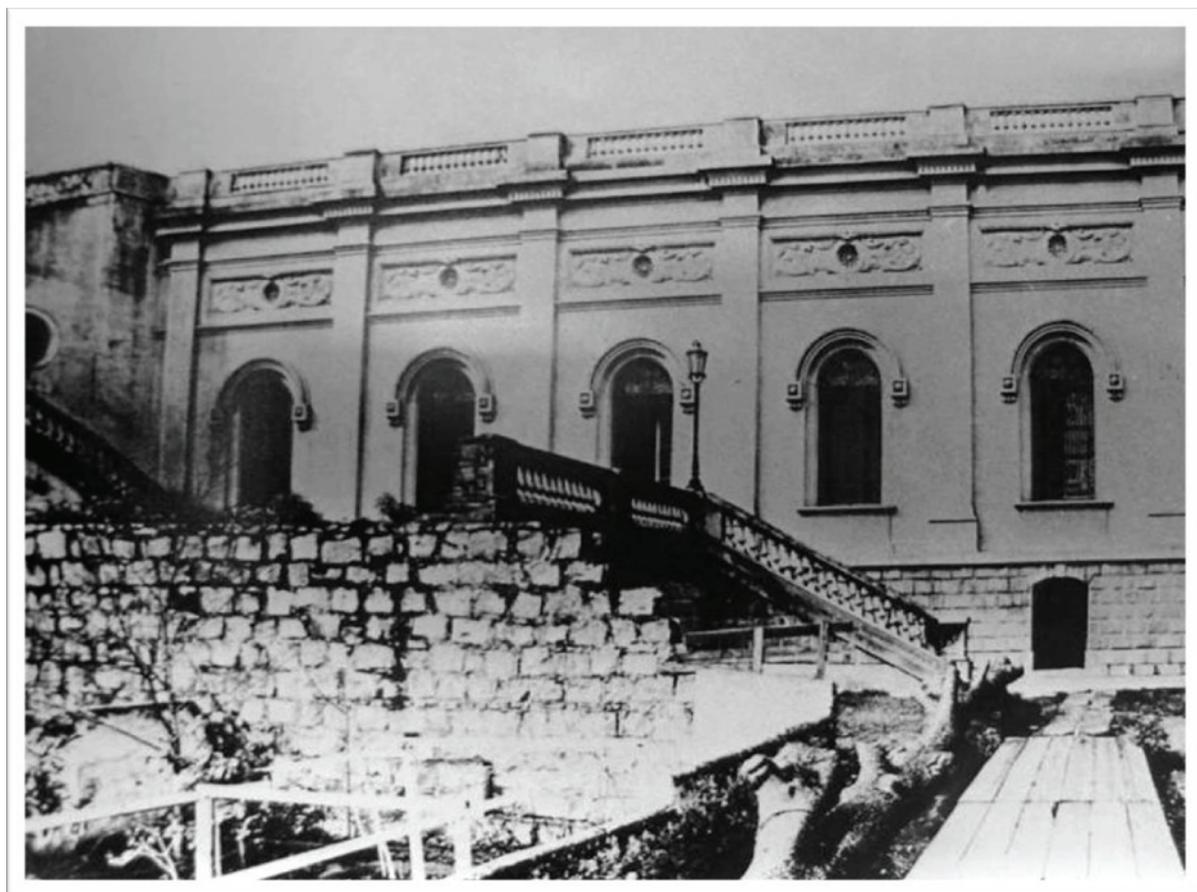


Figura 49: Foto do Arquivo Público do Estado concluído / Edifício 1ª fase – Escadarias e parte da fachada – por volta de 1915. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em novembro de 2007.

2ª fase

⁶⁷ Ver Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1913, p. 06.

⁶⁸ Ver Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1913, p.10-11.

No ano de 1913, o Governo Estadual resolveu construir um novo pavilhão de depósitos no prédio do arquivo de modo a aumentar a sua capacidade. Hebert, como Chefe da Seção de Obras Públicas, confeccionou o projeto para os depósitos da ala esquerda do Arquivo Público. Em 21 de maio de 1914, sob ordens do então presidente, Borges de Medeiros, foram orçadas as despesas necessárias para construção do novo pavilhão no Arquivo Público. Abriu-se concorrência pública para a execução do edifício.

Somente em 23 de janeiro de 1918, foi lavrado o contrato com o Sr. Roberto Roncolli para a execução das obras. Em fevereiro de 1918, deu-se início às obras da ala esquerda do Arquivo Público⁶⁹, que obedece ao mesmo sistema figurativo da edificação existente, tendo, porém, maior capacidade em consequência à declividade do terreno e da maior largura do volume.

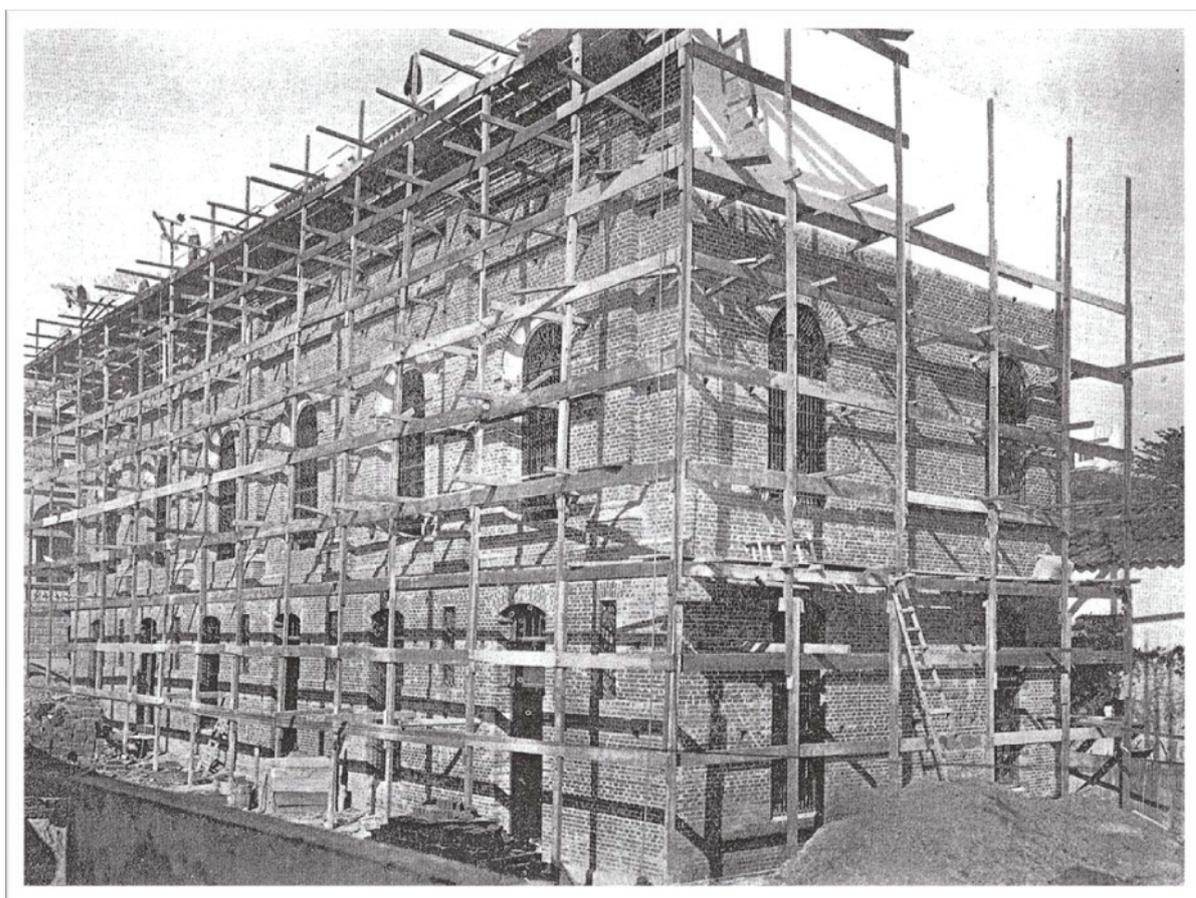


Figura 50: Foto da construção da ala esquerda do arquivo Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – fachadas – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página.

⁶⁹ Ver Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1919, p.06-07.



Figura 51: Foto da ala esquerda do Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – fachada principal (compartimento de ligação recuado) – por volta de 1920. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em novembro de 2007.

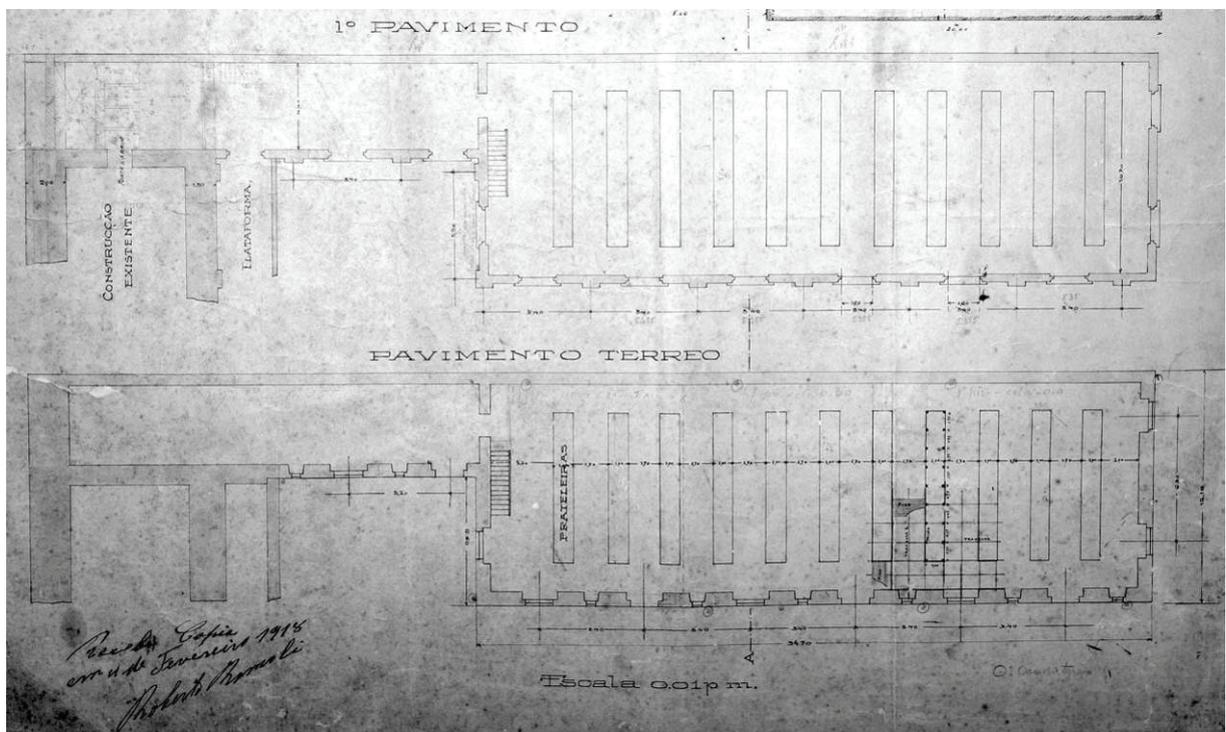


Figura 52: Recorte do Projeto do Arquivo Público | ala esquerda | depósitos – plantas baixas – 26 de julho de 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Affonso Hebert propõe um edifício perpendicular à extremidade direita do edifício existente, formando um “L”. A ligação entre a pré-existência e o novo prédio é feita

através de um compartimento retangular bastante longo e recuado 6,60m em relação à fachada do edifício principal da nova ala.

O acesso ao edifício é dado por três aberturas na base rustificada do novo edifício, uma abertura na base do compartimento de ligação e uma abertura no segundo pavimento acessada pela plataforma da construção existente. Trata-se de um edifício em dois pavimentos, mantendo a altura igual à construção existente. O novo prédio é dividido em dois volumes de altura igual ao edifício antigo, definindo um gabarito unitário.



Figura 53: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – Estantes e escada de ferro deslizante – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

Figura 54: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – Estantes. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em março de 2007.

O volume principal possui 12,10m de largura, 34,70m de comprimento e 13,00m de altura interna. Abriga 11 estantes de 1,00 de largura que vão do piso até o forro. Estas estantes se assemelham a pequenos edifícios em altura, dispostos em série dentro do volume da edificação principal. Este compartimento apresenta-se dividido em 3 pavimentos por uma estrutura de ferro vazada, permitindo a visualização do espaço e das estantes. Em cada corredor existe uma escada, a qual desliza sobre trilhos, também em ferro, que serve para a manipulação dos papéis das prateleiras

mais altas das estantes, tal como na construção mais antiga. A circulação vertical é feita por meio de escadas metálicas e um monta-cargas.

As estratégias de segurança e manutenção utilizadas no primeiro edifício foram repetidas no novo prédio. Estas estratégias incluem exaustores elétricos em todos os compartimentos, para a ventilação adequada; sistema de limpeza a vácuo, através da instalação de canalizações ligadas a ventiladores capazes de produzir uma tiragem de 60m³ de ar por minuto, para a manutenção dos documentos; torneiras, as quais podem ser adaptadas mangueiras em caso de incêndio; e mobiliário em material incombustível em todas as salas, para a segurança dos documentos.



Figura 55: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – Estrutura em ferro vazada e escada de acesso aos pavimentos – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

Figura 56: Foto interna Arquivo Público do Estado / Edifício 2ª fase – Vão do monta-cargas e compartimentação vertical do edifício – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

O compartimento de ligação exige uma escada de acesso interna em função do desnível do terreno. Este compartimento possibilita o acesso ao pátio, à plataforma de acesso do primeiro edifício e ao seu interior. Foi localizado no lugar da escadaria do lado direito do primeiro prédio, que fazia o acesso do antigo terreno da Praça da Matriz, atual terreno da Assembléia Legislativa, à Rua Riachuelo. Sua construção

empobreceu as qualidades urbanísticas do esquema original, deixando o belvedere com um único acesso ao espaço aberto no nível inferior.

A fachada do novo edifício utiliza a mesma linguagem do anterior. Repete-se a base rusticada, que adquire maior expressão ao absorver o desnível do terreno, o plano principal com pilastras e o coroamento com balaustradas. A unidade figurativa articula a diversidade de planos e volumes.



Figura 57: Recorte do Projeto do Arquivo Público | ala esquerda | depósitos – fachada – 26 de julho de 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Em 10 de junho de 1919, as obras foram entregues, provisoriamente, à Secretaria do Interior. Isto se realizou mediante um termo lavrado pela Diretoria de Obras Públicas que fez o empreiteiro se responsabilizar pelas obras por mais seis meses, para que o edifício fosse completamente finalizado. Neste período, foram instalados os aparelhos de limpeza do pó a vácuo e terminaram de ser instaladas as escadas em ferro deslizante.⁷⁰ Os Relatórios da SOP não mencionam a data exata da conclusão das obras deste edifício.

Um levantamento realizado em 1934 mostra os dois edifícios já construídos. Nota-se a fachada da escadaria principal no lado sul, substituída pelo volume de articulação.

⁷⁰ Ver Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras Públicas do Estado de 1920, p.06-07.

Também se percebe a maior espessura das paredes do edifício antigo, que se deve à sua condição de arrimo da extensão da Praça da Matriz.

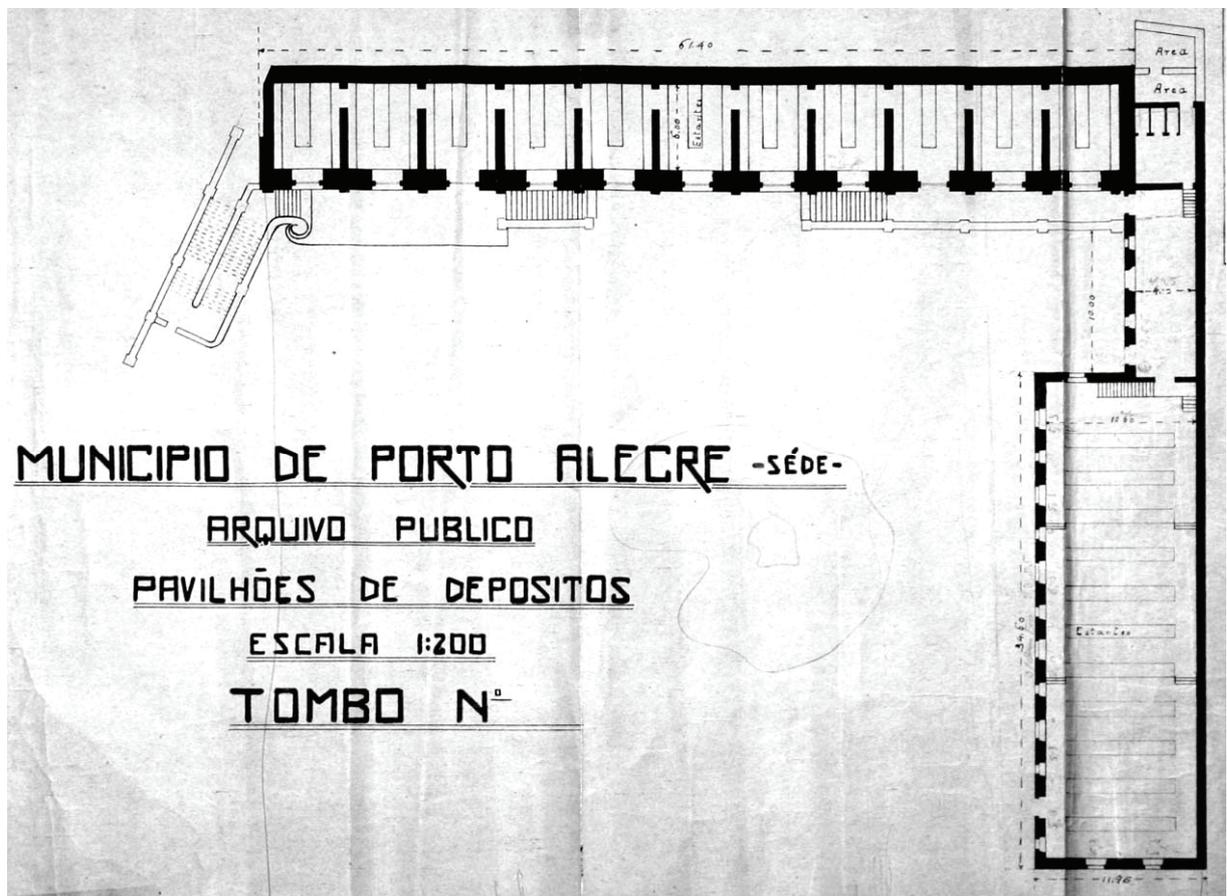


Figura 58: Levantamento dos Pavilhões de Depósito do Arquivo Público – planta baixa – setembro de 1934. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Embora diferentes na escala dos seus elementos, os projetos da primeira (1910) e da segunda (1913) etapa apresentam uma visível preocupação com a unidade. A implantação em “L” gerada pela inserção do segundo edifício criou um espaço que deu origem a um jardim e que, por alguns anos, serviu de transição entre a Praça Marechal Deodoro e a Praça da Alfândega. Esta ligação entre as duas partes foi interrompida pela construção do terceiro edifício, destinado a finalidades administrativas, em 1938⁷¹, e, definitivamente apagada pela construção do anexo do Teatro São Pedro, começada em 2002.

⁷¹ Ver em HOROWITZ, Renata G.. “Restauração do Complexo do Arquivo Público do Estado”. In: *Cadernos de Arquitetura, Vol, 1, (1999)*. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter do Reis, 1999. p. 275.



Figura 59: Edifícios do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – vista aérea a partir do hotel em frente – 2008. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2008.



Figura 60: Edifícios do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – vista aérea a partir do estacionamento ao lado – 2008. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2008.

3.3.2. Projeto de implantação do Monumento a Júlio de Castilhos

A idéia de construir um conjunto escultórico monumental em homenagem ao grande expoente do positivismo gaúcho, Júlio de Castilhos, surgiu logo após o seu falecimento, ocorrido em 24 de outubro de 1903.⁷² Contudo, somente no ano de 1910, o projeto começou a ser concretizado. Conforme a afirmação de Pereira Parobé, então Secretário de Estado:

A homenagem que o Rio Grande do Sul quis prestar ao seu organizador, o eminente estadista Dr. Júlio de Castilhos, fazendo erigir dois monumentos, um funéreo, outro glorificador, está em parte realizada, achando-se quase concluído o primeiro, faltando apenas a colocação das peças de adorno.

A julgar pelo mausoléu, cujo aspecto monumental prende a atenção do visitante e pela maquete do monumento glorificador enviada pelo escultor Décio Villares, com que foi contratada a execução dos dois monumentos, bem se pode avaliar a imponência que terá o último e do mérito do artista que tão bem soube traduzir no mármore e no bronze o alto valor e a vida do – Grande Morto.

Congratulo-me convosco pela escolha do notável artista a quem incumbistes da tarefa, acreditando que igual talvez outro fizesse, melhor não.

Décio Villares concebeu os dois monumentos sob o influxo dos seus elevados sentimentos de artista, da sua admiração pelo egrégio brasileiro e das suas simpatias pelo Rio Grande do Sul; com tais elementos o trabalho não pode deixar de ser admirável. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1905, p.05-06).

Décio Rodrigues Villares nasceu no Rio de Janeiro em 1851. Estudou na Academia Imperial de Belas-Artes, e em 1872 foi para a Europa, onde estudou com Paul Cabanel e com Pedro Américo. Villares morou na Europa (França e Itália) durante nove anos e retornou ao Brasil em 1881. O artista participou da decoração do Templo da Igreja Positivista parisiense com pinturas, como a “Queda do Cristianismo” e a “Virgem da Humanidade” e do desenho da atual bandeira do Brasil, de acordo com a idéia de Teixeira Mendes. Além disso, em 1890, em parceria com Montenegro Cordeiro e Aurélio de Figueiredo, participou da elaboração de um projeto para a reforma do ensino das artes plásticas no Brasil - o chamado “Projeto Montenegro” - cujas diretrizes eram afinadas com os ideais Republicanos e Positivistas. Foi chamado a Porto Alegre para conceber os monumentos em homenagem a Júlio de Castilhos.⁷³

⁷² Ver Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1905, p. 08-09.

⁷³ Ver ALVES, José F. *A Escultura Pública de Porto Alegre: história, contexto e significado*. Porto Alegre: Ed. Artfolio, 2004.

No monumento funerário, Décio Villares propôs uma pirâmide de granito, encimada por uma águia, contendo inscrições como: "A Júlio de Castilhos, o Rio Grande do Sul" e "Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos"; e o escudo do Estado com o lema "Ordem e Progresso". Na base da pirâmide, Villares coloca uma moça sentada representando a pátria. A moça segura, na mão direita, a bandeira nacional e, na esquerda, uma coroa de louros e o escudo do Rio Grande do Sul.



Figura 61: Foto do Monumento Funerário em homenagem a Júlio de Castilhos no Cemitério da Santa Casa, em 1909. Fonte: Família Prati em <www.fotosantigas.prati.com.br>, acessado em novembro de 2007.

Figura 62: Foto do Monumento em homenagem a Júlio de Castilhos na Praça da Matriz, com o Palácio do Governo de Maurice Gras sendo construído ao fundo, por volta de 1913. Fonte: Acervo digital Projeto Monumenta.

Os dois monumentos se assemelham em traços gerais. O Monumento Glorificador⁷⁴ constaria também de uma pirâmide de granito, porém está assentada em um pedestal redondo do mesmo material ao qual se ajustariam diversas figuras esculpidas em bronze, que deviam idealizar os momentos importantes da vida de Júlio de Castilhos.

⁷⁴ Denominação dada ao Monumento a Júlio de Castilhos dos Relatórios da SOP, que será adorada durante o texto quando a autora se referir ao Monumento a Júlio de Castilhos na Praça Marechal Deodoro.

O contrato celebrado entre o Governo e o artista Décio Villares discriminava as obrigações de cada uma das partes na execução do monumento. Foi acordado que caberia ao Governo construir a base e o pedestal do monumento, obrigando-se o escultor ao levantamento da pirâmide de granito e à fixação das figuras em bronze. Para o projeto e execução das obras, o Governo designou o arquiteto Affonso Hebert, chefe da seção da Secretaria das Obras Públicas. Dando começo ao trabalho, Hebert procedeu aos estudos preliminares de nivelamento e locação, já que o terreno da Praça Marechal Deodoro apresenta um declive de 4,8%.

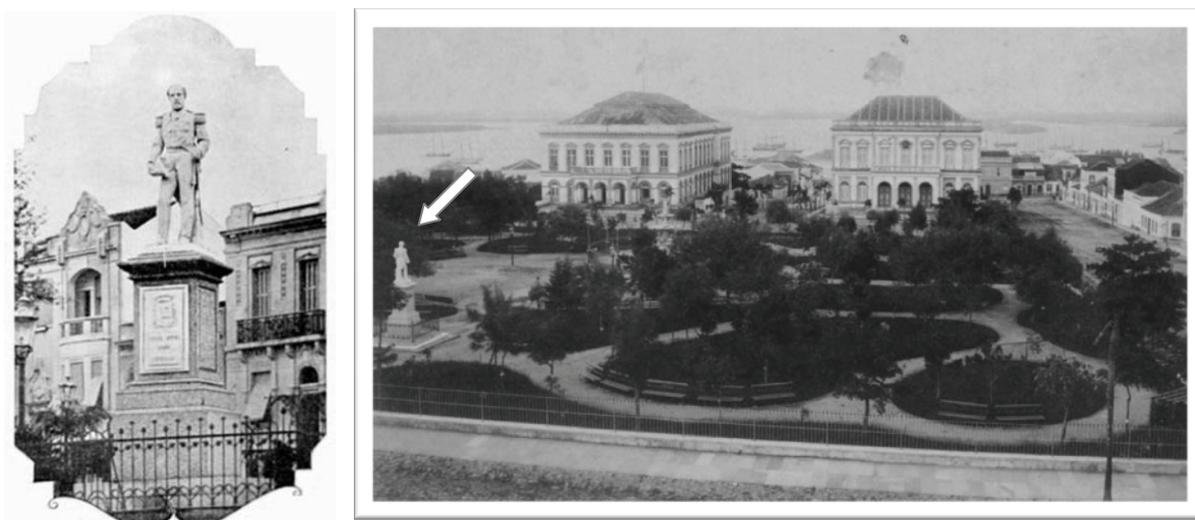


Figura 63: Foto da estátua do Conde de Porto Alegre na Praça Conde de Porto Alegre, 1912. Fonte: Histórico da Praça da Matriz. Disponível em <www.mp.rs.gov.br>, acessado em março de 2007.

Figura 64: Foto da Praça da Matriz, com a estátua do Conde de Porto Alegre em destaque, por volta de 1890. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta.

Em 1910, é iniciada a construção do Monumento Glorificador. Segundo o Relatório da SOP de 1910, a proximidade da estátua do Conde de Porto Alegre⁷⁵ foi a causa da implantação do monumento não coincidir com o centro da Praça Marechal Deodoro, sendo ele colocado alguns metros abaixo, de tal modo que, entre ambos, ficasse um espaço suficiente para serem plantados arbustos. Na Avenida de Trebbi (1909) já mencionada, projetada, mas não executada, já havia sido proposta a implantação deste monumento. No entanto, a avenida que teria seu início no cais do

⁷⁵ Logo após o falecimento do Conde de Porto Alegre, ocorrido em 18 de julho de 1875, a Câmara da Capital, por proposta do Presidente, Vereador Martins Lima, decidiu mandar erigir um monumento em memória do insigne Soldado do Império. Somente dez anos depois a estátua é inaugurada na Praça Marechal Deodoro. Trata-se da primeira obra de escultura em via pública em Porto Alegre. Ver TILL, Rodrigues. *Monumentos de Porto Alegre*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2002. p. 39.

Segundo o histórico da Praça da Matriz no sítio eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul, (disponível em <www.mp.rs.gov.br>, acessado em março de 2007), em 1912 a estátua do Conde de Porto Alegre foi transferida para a Praça Conde de Porto Alegre.

porto e seu término na Praça da Matriz, abrigaria o monumento no encontro desta com a Rua da Praia.⁷⁶

Para dar início às obras, foi cercada a área necessária para a execução do monumento. As escavações para as fundações começaram a ser feitas no dia 6 de julho de 1910.

O terreno da Praça se encontrava em franca decomposição, mostrando-se pouco resistente para as fundações. Este condicionante induziu Hebert a projetar uma base de concreto para sustentar o monumento. A espessura da base, assim preparada, é de 0,50m, com um diâmetro de 7,40m. Sobre essa base, destinada a receber os alicerces do monumento, foram levantadas as alvenarias de pedra bruta até a altura de 4,50m acima do solo, sempre com o mesmo diâmetro de 7,40m.

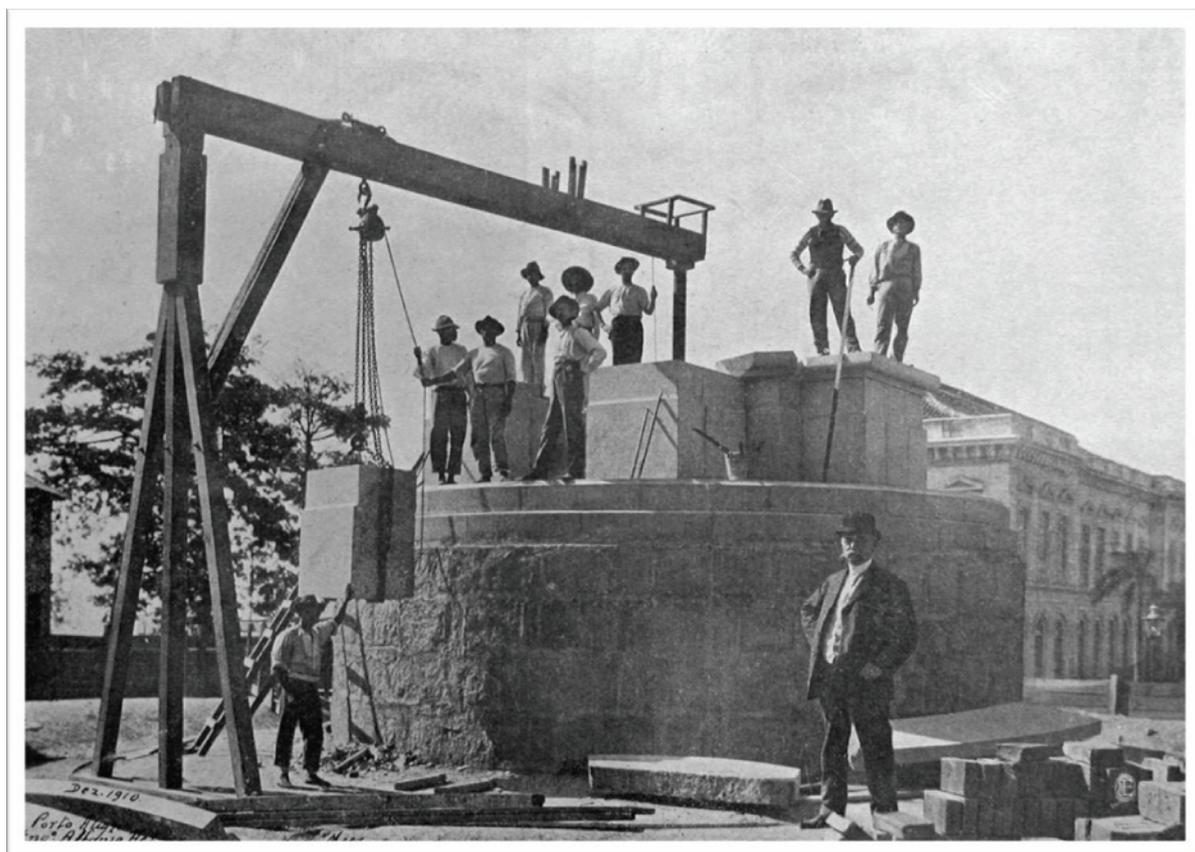


Figura 65: Foto da base projetada e construída por Affonso Hebert, bem com o cadafalso movediço. Hebert se encontra em primeiro plano na fotografia. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta.

Imediatamente acima desta base foram assentadas cantarias de granito apicoado, extraídas das pedreiras de Teresópolis (atual Bairro Teresópolis, em Porto Alegre) e

⁷⁶ Ver discussão em CALOVI PEREIRA, Cláudio; DIEFENBACH, Samantha Souza; CALOVI, Ricardo. "Acrópole e Ágora: as novas Praças de Porto Alegre na República Velha". 2006

trabalhadas nas oficinas de J. Aloys Friederichs. A natureza do serviço de assentamento desses pesados blocos obrigou Hebert a projetar um cadafalso especial movediço sobre um rodado, de forma a poder girar com facilidade em torno do pedestal.

No início de 1911, estão prontos os muros laterais da pequena esplanada do monumento, e deu-se começo ao assentamento dos degraus da escadaria da frente. Assim, o trabalho que cabia ao Governo, perante contrato, já se encontrava concluído. A obra, então, foi entregue ao artista Décio Villares, que, tendo de seguir para a Europa, convidou Affonso Hebert a executar, por sua conta, a parte que lhe cabia. A partir desse momento, o Governo se encarregou de executar toda a obra e não apenas os serviços complementares na base do monumento.

Para a construção da pirâmide, foram escolhidas pedras também de Teresópolis e, como as empregadas no pedestal, preparadas nas oficinas de J. Aloys Friederichs. A importância técnica dessa obra, em que entrava como primeiro fator um andaime adequado, mereceu sério estudo por parte do diretor do serviço, pois se tratava de erguer blocos e figuras, de peso até 2500 kg, a uma altura superior a 20,00m acima do solo.

O assentamento dessas pesadas peças, em posição matematicamente exata, exigiu um andaime constituído de um travejamento especial de madeira, com aparelhamento volante, próprio a mover o material em todos os sentidos para colocá-lo, sem embates e com toda a precisão nos lugares competentes. Concluída parte da pirâmide, começaram a ser colocadas as peças em bronze.

Os trabalhos tiveram curso regular até 2 de abril de 1912, dia em que caiu sobre a cidade um forte temporal, que derrubou o andaime e danificou algumas peças de bronze. Não foi necessário devolver as peças danificadas para a Europa, pois, conseguiram-se, em Porto Alegre, os precisos consertos, com completo êxito. Em maio de 1912, ficou pronta a obra da pirâmide com todas as figuras nos devidos lugares.⁷⁷

⁷⁷ Jornal "A Federação" de 24/01/1913, p. 05.

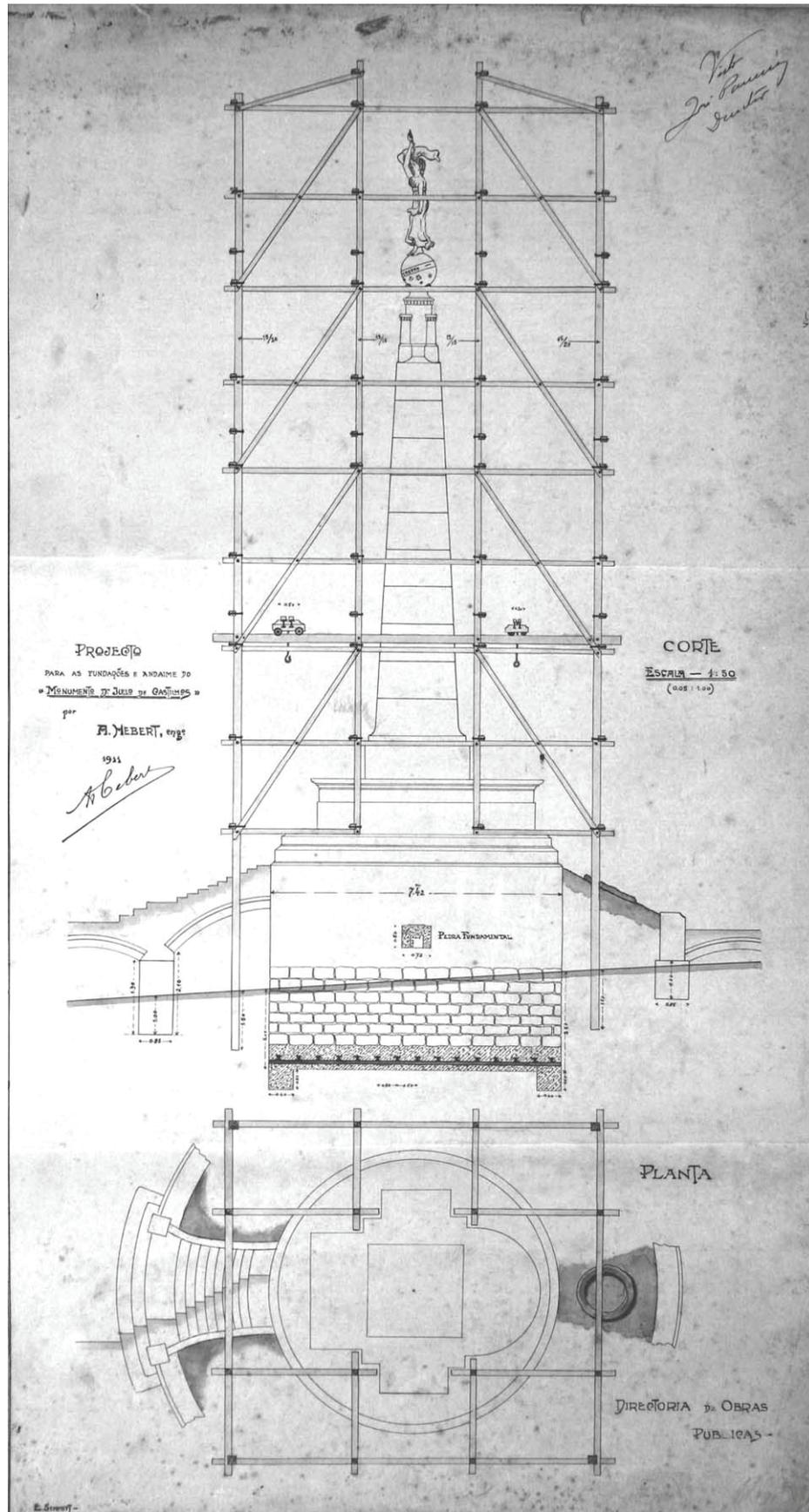


Figura 66: Projeto para as fundações e andaime do “Monumento de Júlio de Castilhos”, por A. Hebert – corte e planta – 1911. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

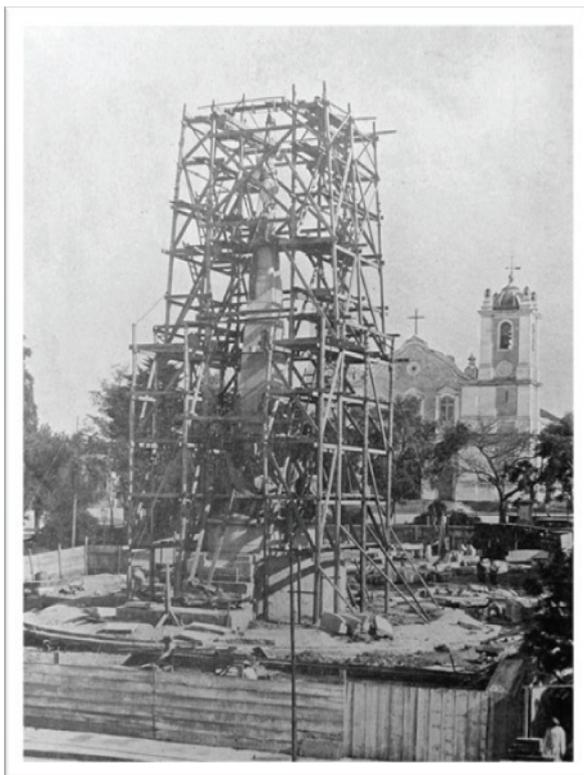


Figura 67: Foto do Monumento a Júlio de Castilhos, com todas as peças de bronze colocadas, mas ainda com o andaime – 1912. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta.

Figura 68: Foto do Monumento em homenagem a Júlio de Castilhos na Praça da Matriz – 1913. Fonte: Acervo digital do Projeto Monumenta.

A SOP mandou, então, organizar o projeto da plataforma que circula o monumento, das escadarias, dos balaústres e objetos de ornamentação. Foi incumbido desse trabalho o Sr Atilio Trebbi, 1º desenhista da Repartição de Obras Públicas, que teve seu desenho aprovado pelo Governo. Mesmo assim, a execução das obras estava a cargo de Hebert.⁷⁸

A altura exata do monumento finalizado, do solo até a extremidade superior da figura da república, ereta no pináculo da pirâmide, é de 22,50m. Todas as figuras de bronze foram modeladas e fundidas na Fondeur D'art Paris, de F. Malessset, em Paris, sob orientação do escultor Décio Villares.

A obra foi concluída em novembro de 1912 e o monumento foi inaugurado em 25 de janeiro de 1913. Talvez, temendo que a maior parte dos presentes não entendesse o que estava vendo, o Governo mandou imprimir, para ocasião, um folheto com a descrição do significado de cada uma das partes do conjunto. É com base neste folheto e na interpretação feita dele pelo professor Arnoldo Doberstein, em seu

⁷⁸ Ver Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1911, p. 56-57.

Caderno de Memória “Porto Alegre 1900 – 1920: Estatuária e Ideologia”, que será explicada a concepção do monumento por Décio Villares.



Figura 69: Imagem publicada pelo jornal “A FEDERAÇÃO” na data da inauguração do Monumento a Júlio de Castilhos – 1913. Fonte: Jornal “A FEDERAÇÃO” de 25 de janeiro de 1913, p. 05.

O monumento devia idealizar a vida de Júlio de Castilhos em três momentos: a fase da propaganda republicana, a fase da organização do governo positivista no Estado e a fase posterior à sua retirada do Governo. Villares pensou o monumento da seguinte forma:

(...) tendo de representar a vida de Júlio de Castilhos nas três fases indicadas, teve de fazê-lo mediante alegorias apropriadas a caracterizar a ação de cada uma, com o grau de importância respectiva, e predominando naturalmente, como a mais decisiva e gloriosa, a da organização política, da qual resultou a Constituição de 14 de julho. A estátua da República devia dominar tudo, como o símbolo dos ideais que resumem a política moderna, de Liberdade, Paz e Fraternidade. Também não podia deixar de figurar, apoiando o estadista, o entusiasmo do povo rio-grandense pela causa republicana. Além disso, era preciso recordar os antecedentes políticos resumidos em Tiradentes e José Bonifácio. E ainda era indispensável, de outro lado, exprimir a dependência da organização autônoma do Rio Grande do Sul à Proclamação da República e, por outro, à evolução ocidental, resumida na Revolução Francesa. (Monumento a Júlio de Castilhos, 1922, p.20-21).

Villares, então, priorizou e racionalizou, tanto quanto possível, o que deveria ser representado antropomorficamente. O que ficou de fora foi apenas lembrado através de datas (Proclamação da República e Revolução Francesa) ou de placas (Tiradentes e José Bonifácio). Os temas a serem representados foram distribuídos em volta de uma pirâmide quadrangular, alongada e seccionada no ápice, ocupando suas faces da seguinte maneira:

(...) a figura da REPÚBLICA, com o feixe de nova luz em uma das mãos e a taboa da lei nova na outra, repousando sobre uma esfera de bronze esverdeado onde se distinguem as vinte e uma estrelas representativas dos Estados Federados brasileiros, mais a constelação do Cruzeiro e a faixa do zodíaco com a divisa política – Ordem e Progresso – concretiza a situação definitiva do planeta, transformado, enfim, em pequenas pátrias republicanas. (Monumento a Júlio de Castilhos, 1922, p.26).

Segundo Doberstein (1992), as vestes esvoaçantes da República imprimem às formas um dinamismo que corresponde à idéia de um sistema de governo que se expande rapidamente pelo mundo, trazendo o Progresso, mas sem subverter a Ordem social anteriormente estabelecida. Enfim, uma REPÚBLICA tal como concebiam os positivistas.

Na face oeste, através de um jovem com os cabelos desalinhados, corpo curvado, comprimindo os rins com o braço esquerdo e com o direito distribuindo exemplares do jornal “A Federação”, é representada a fase da PROPAGANDA REPUBLICANA. Na face norte do monumento, está representada a atuação de Júlio de Castilhos na organização política do Estado, ou seja, uma síntese das convicções de Castilhos sobre poder e governo.

Júlio de Castilhos, sentado, a frente contraída, o olhar que medita ainda na leitura do livro que segura na mão esquerda, a destra apoiada no braço da cadeira, o pé firmado no solo, tem a atitude resoluta de quem está prestes a erguer-se para agir, com a energia que a situação requer. É o momento supremo em que, passadas em revista todas as constituições políticas, como estadista, isto é, como tipo eminente prático, que não tem doutrinas a construir, mas doutrinas que escolher, entre as que vê em torno de si, decide-se a aceitar os fundamentos da Política Científica fundada por Augusto Comte. (Monumento a Júlio de Castilhos, 1922, p.22-23).

Circundando a figura, que representa Júlio de Castilhos, o escultor dispõe as qualidades de caráter necessárias ao estadista para pôr em prática essa política positiva: a coragem, a prudência e a firmeza.

(...) a CORAGEM, ofegante, impaciente, trazendo os ouros da vitória em uma das mãos, com a outra, num gesto largo, incita o estadista a agir. Um dos olhos vendados exprime que ela não vê tudo. (Monumento a Júlio de Castilhos, 1922, p.23).

(...) a PRUDÊNCIA, temerosa, que se esforça por deter a Coragem, apontando-lhe o perigo. Este está simbolizado em um dragão, que sobe rastejando o solo da Pátria, e representa na concepção do artista os escolhos de toda a sorte que os estadistas, têm a vencer para realizarem a sua missão. (Monumento a Júlio de Castilhos, 1922, p.23-24).

(...) a FIRMEZA, ereta, inabalável, a estrutura atlética revestindo a alma de um Brutus, a indicar-lhe que sem a perseverança, isto é, sem o esforço constante, jamais estadista (algum) conseguiu as justas aspirações de domínio, indispensáveis à eficácia social de uma vasta ação política. (Monumento a Júlio de Castilhos, 1922, p.24).

Doberstein destaca, ainda, um detalhe bastante elucidativo que não foi mencionado no folheto: as três chaves que a figura da firmeza empunha na mão direita. Segundo ele, o escultor pretendia aludir aos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) que Castilhos, com pulso firme, manteve sob seu controle.

“a imagem amorosa do Civismo, sobraçando o pavilhão nacional, pendida ternamente sobre a cabeça de Júlio de Castilhos, e simbolizando ali o amor, motor supremo de todas as boas ações”. (Monumento a Júlio de Castilhos, 1922, p.24).

Por fim, no corpo central, na face leste do monumento, está representada a última fase da vida de Castilhos, depois que deixou o governo, através de um velho de longas barbas, resistindo através do tempo. Esta figura faz uma analogia entre Castilhos e o Moisés de Michelangelo (o legislador dos Hebreus). Finalmente, na face sul da pirâmide, o escultor representou, através de tipo popular do gaúcho a cavalo, o prestígio popular que Castilhos obteve durante a sua trajetória política.

Com base na explicação dada por Villares a cada elemento do conjunto escultórico, pode-se afirmar que o monumento constitui uma expressão simbólica do positivismo no estado. A implantação do monumento conforma uma ampla esplanada que abre a vista dos dois monumentos focais da praça (Catedral e Palácio), cuja separação é demarcada pelo obelisco que abriga o grupo escultural.

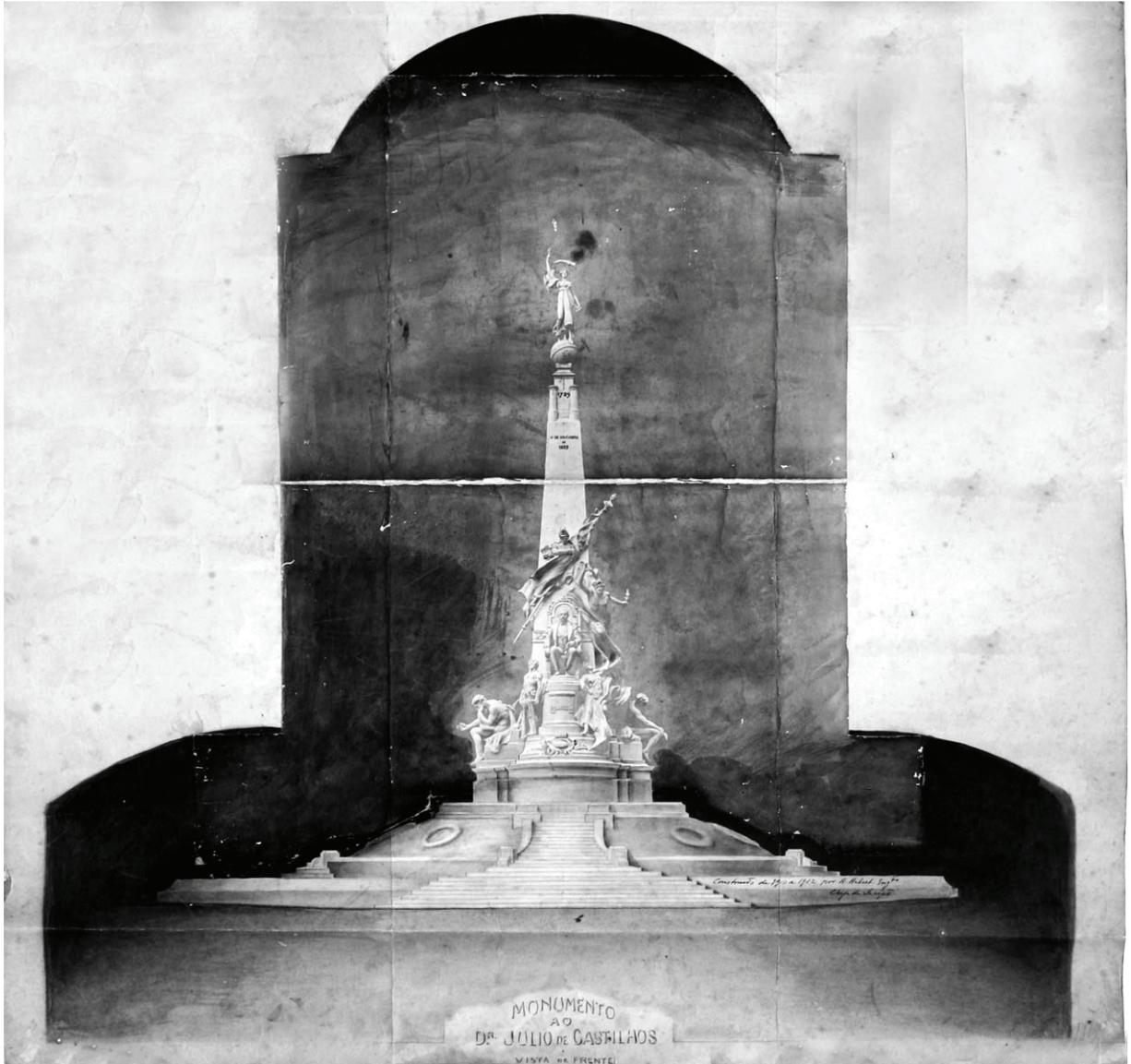


Figura 70: Desenho de Hebert após a conclusão do Monumento a Júlio de Castilhos. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

O desenho radial do piso na parte posterior da esplanada indica a dualidade direcional. Uma escadaria monumental precede a chegada à esplanada, na época situada diante dos edifícios gêmeos do Teatro São Pedro e da Secretaria de Justiça. Desse modo, o monumento estruturava uma seqüência axial de edificações na Praça da Matriz.

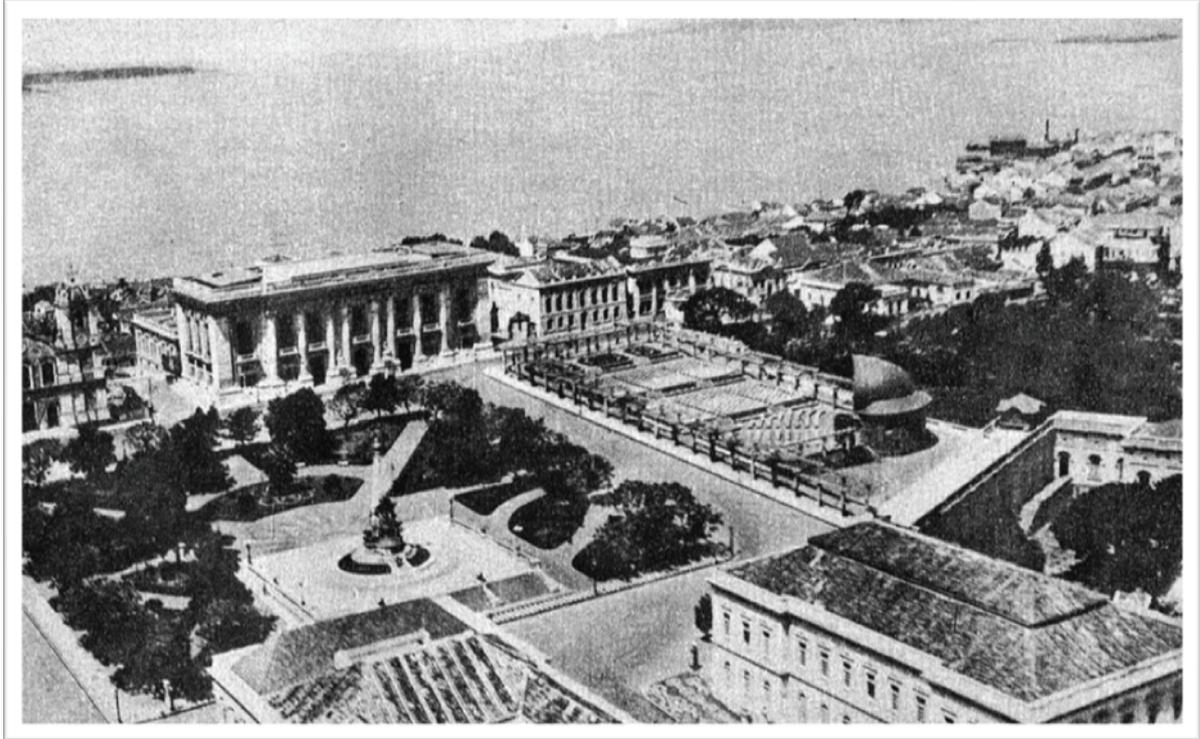


Figura 71: Foto aérea da Praça Marechal Deodoro, após a construção do Monumento a Júlio de Castilhos. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

3.3.3. Biblioteca Pública do Estado

Descrição original: “Bibliotheca Pública”

A primeira notícia que se tem sobre a criação de uma biblioteca pública no Brasil ocorreu em 1810 no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma tentativa de caráter particular, quando alguns negociantes estabeleceram uma sala aberta ao público para a leitura de jornais. Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), foi criado o primeiro Gabinete de Leitura, com a ambição de ser a futura Biblioteca do Estado.

Em 1864, foi apresentado à Assembléia Legislativa, pelo presidente Espiridião Eloy de Barros, um apelo para estabelecer uma biblioteca em Porto Alegre. Passados sete anos, é lançado, dentro da Assembléia Provincial, através do deputado João Pereira da Silva Borges Fortes Filho, o primeiro projeto de lei pedindo a criação de uma biblioteca. A partir desta iniciativa, foi promulgada a Lei Provincial nº 724, de 14 de abril de 1871, criando a Biblioteca Pública. Esta lei foi sancionada pelo então Presidente da Província, Francisco Xavier Pinto Lima.⁷⁹

Entre o período do apelo e a criação da Biblioteca, foi fundada (18 de junho 1868), em Porto Alegre a “Sociedade Parthenon Litterario”. A iniciativa partiu de alguns literatos da cidade que passaram a se encontrar com certa freqüência em livrarias e cafés. A sociedade contava com colaboradores de toda província e permitia o intercâmbio de informações, textos e idéias entre os autores membros, agenciando a circulação de matérias literárias em diferentes jornais que percorreram os mais distantes recantos do Rio Grande do Sul e promovendo um intercâmbio cultural que impulsionou a intelectualidade rio-grandense. Contudo, nunca teve sede própria. Em novembro de 1873, houve uma primeira reunião para a fundação de um espaço próprio para a instituição, em uma região da cidade que mais tarde passou a chamar-se “Partenon”. A sede seria onde se hoje encontra a Igreja Santo Antônio. Nesta reunião, estiveram presentes o presidente da província e o bispo de Porto Alegre.⁸⁰

As atividades da Biblioteca Pública tiveram início em 1877, em uma sala do antigo estabelecimento de instrução primária e secundária (Ateneu Rio-Grandense), onde

⁷⁹ Ver Histórico da Biblioteca Pública do Estado no Relatório sobre a Biblioteca Pública, publicado pelo Governo do Estado.

⁸⁰ Ver FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2006.

permaneceu até 1916, quando foi franqueada ao público, em caráter provisório, a sala de leitura do primeiro pavimento do novo prédio. No dia 8 de março de 1906, o Arquivo Público é criado e a Biblioteca passa a ser a 3ª Seção dessa repartição, com o nome de Biblioteca Pública do Estado. Ainda em 1906, assume a direção da Biblioteca o escritor Victor Silva⁸¹, que iniciou sua atividade com grande dinamismo. Primeiramente, desanexou a Biblioteca da repartição do Arquivo Público, através do Decreto nº 1435, de 11 de fevereiro de 1909, mas mantendo-a ainda ligada à Secretaria do Interior. Em seguida, solicitou ao Governo um edifício próprio para a Biblioteca Pública do Estado.⁸²

O projeto de 1912 – 1ª fase

O Governo ordena que seja construído um edifício para a Biblioteca Pública em um terreno adquirido pelo Estado na esquina das ruas General Câmara e Riachuelo. O projeto ficou a cargo de Affonso Hebert.

A vista da necessidade de ser removida a Biblioteca Pública do edifício da Escola Complementar, que já é pequeno para o fim a que se destina, nesta diretoria foi projetado pelo engenheiro Affonso Hebert um edifício apropriado que mereceu a vossa aprovação.

Sua construção está sendo executada por contrato e por unidade de obra. O edifício é situado no local da antiga União Telefônica à Rua Riachuelo, esquina da do General Câmara.

Foi demolida a velha construção e aproveitados os tijolos na exposição Agro-pecuária e a calça e terra no aterro do Arquivo Público. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1912, p.48-49).

O projeto foi aprovado em 06 de junho de 1911 e a construção foi iniciada em 7 de fevereiro de 1912. O contrato para execução dos trabalhos que foi firmado com o empreiteiro Roberto Roncoli no dia 10 de fevereiro de 1912. A obra foi concluída no mês de novembro de 1914, quando foi apresentada a última medição provisória dos respectivos trabalhos, ficando alguns serviços para serem feitos no ano de 1915.

Durante o segundo semestre do ano passado (1914) foram ultimados alguns trabalhos que se estavam executando na Biblioteca Pública, tais como assentamento de mosaicos, construção de um muro à Rua General Câmara, colocação do linóleo, colocação de vidros, grades de ferro, etc. (...)

⁸¹ Segundo BAKOS (1999), Victor Silva foi um escritor parnasiano que nasceu no Rio de Janeiro em 7 de agosto de 1865. Mudou-se para o Rio Grande do Sul em 1897, após residir em Paris. Foi Promotor Público; inspetor; funcionário da Secretaria do Interior do Estado; Diretor do Teatro São Pedro; e, finalmente, diretor da Biblioteca Pública do Estado de 1906 a 1922. Faleceu em Porto Alegre no dia 13 de dezembro de 1922.

⁸² Ver Relatório sobre a Biblioteca Pública publicado pelo Governo do Estado.

No primeiro semestre deste ano (1915) foram pintadas das escadas, todas as janelas e portas, inclusive as do porão e respectivas grades. Foram modificadas as aberturas da ventilação do porão, colocando-se grades e vidros grossos para servirem de piso. (...) (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1915, p.51-52).

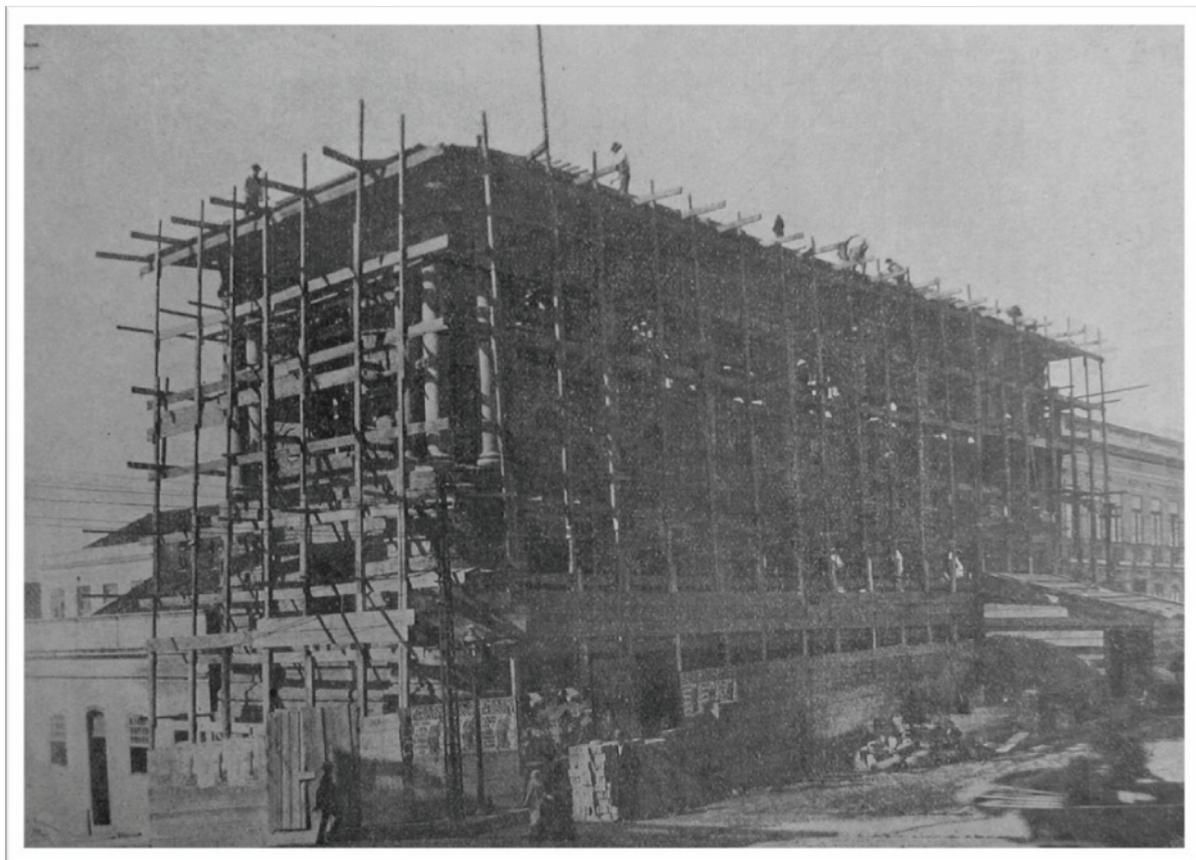


Figura 72: Foto da construção da Biblioteca Pública do Estado | 1ª fase – fachadas – 1912. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1912, sem página.

Deste projeto, foram encontradas apenas as plantas baixas do edifício. O projeto de Hebert apresenta um partido constituído de um bloco retangular de dois pavimentos. O acesso ao edifício se dá por uma porta na extremidade direita da fachada da Rua Riachuelo.

O vestíbulo corresponde a uma unidade especial, distinguida na fachada. Ela abriga o acesso principal e a circulação vertical, através de uma escada de ferro fundido encomendada à fábrica Joly da Alemanha⁸³ que conecta os dois pavimentos. O corpo principal do edifício abrange uma nave longitudinal de 23,00 x 8,00m, dividida em dois pavimentos. Em fachada, essa nave tem tratamento serial, com seis linhas de janelas definindo módulos, separados por trechos de muro no primeiro piso e por semicolunas no segundo piso.

⁸³ Ver Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado de 1913, p. 39.

No primeiro piso, a nave apresenta um vão estreito de acesso entre duas salas (diretor e escriturário), que ocupam o primeiro módulo. Nos demais, está o espaço da primeira sala de leitura, com mesa ao centro e estantes com galeria elevada nas paredes. O mesmo ocorre no segundo piso, onde o salão é um pouco maior pela ausência das salas pequenas no primeiro módulo.

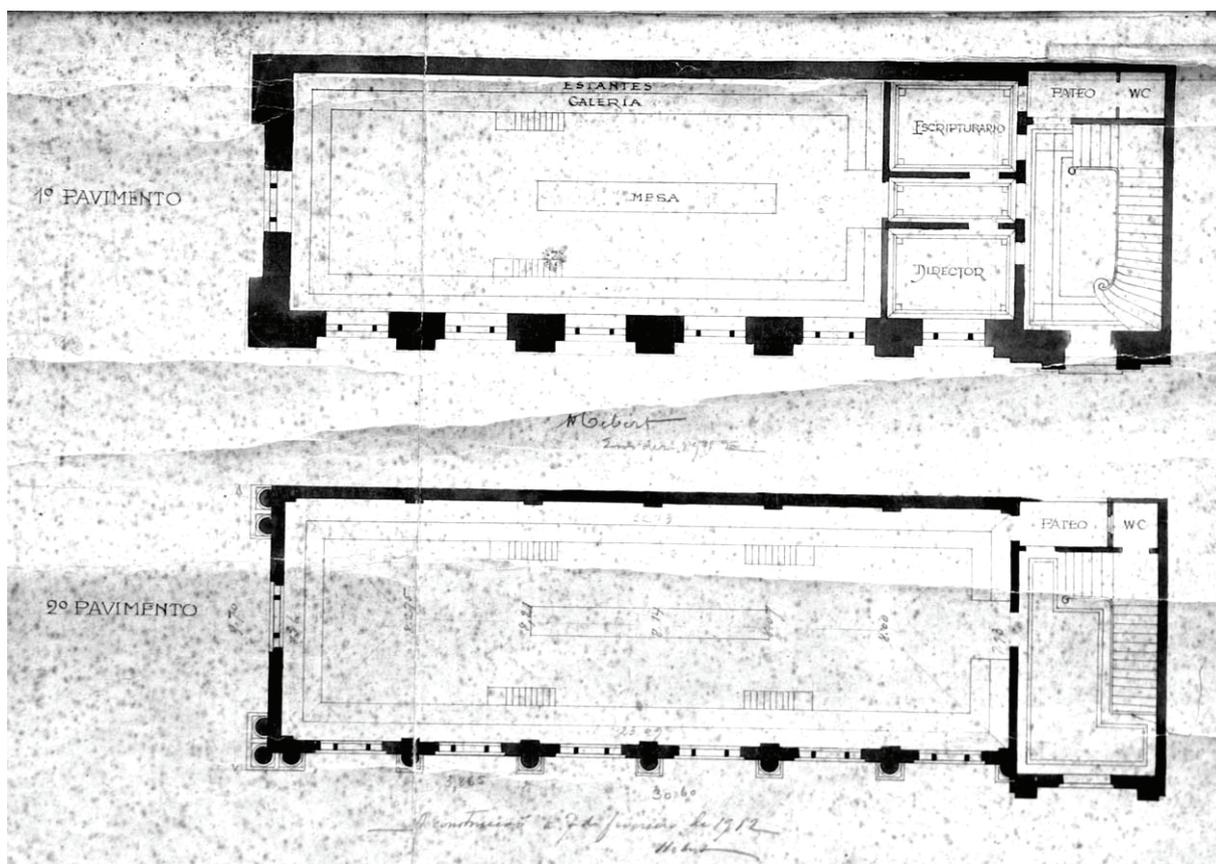


Figura 73: Biblioteca Pública do Estado | 1ª fase – plantas baixas – 7 de janeiro de 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A disposição volumétrica adotada por Hebert para a planta de 1912 é similar à da planta da Biblioteca Medicea Laurenziana de Michelangelo (Florença, 1525-1571 – figura 74). O terreno destinado ao projeto de Hebert é bastante semelhante ao espaço destinado à biblioteca de Michelangelo, um espaço estreito e comprido. Nas duas soluções, foi adotado um volume especial estreito para o acesso, que ainda abriga a circulação vertical do edifício, e uma nave mais longa para as demais atividades.

A fachada principal (Rua Riachuelo) seria dividida em corpo principal e volume de acesso. Através da planta é possível observar que a esquina é definida em ângulo reto, com acumulação de três semicolunas de ordem jônica. Já no edifício atual, a esquina é resolvida em curva, com apenas duas semicolunas de esquina. No

primeiro piso, a solução rusticada em ângulo reto também é substituída por um muro curvo.

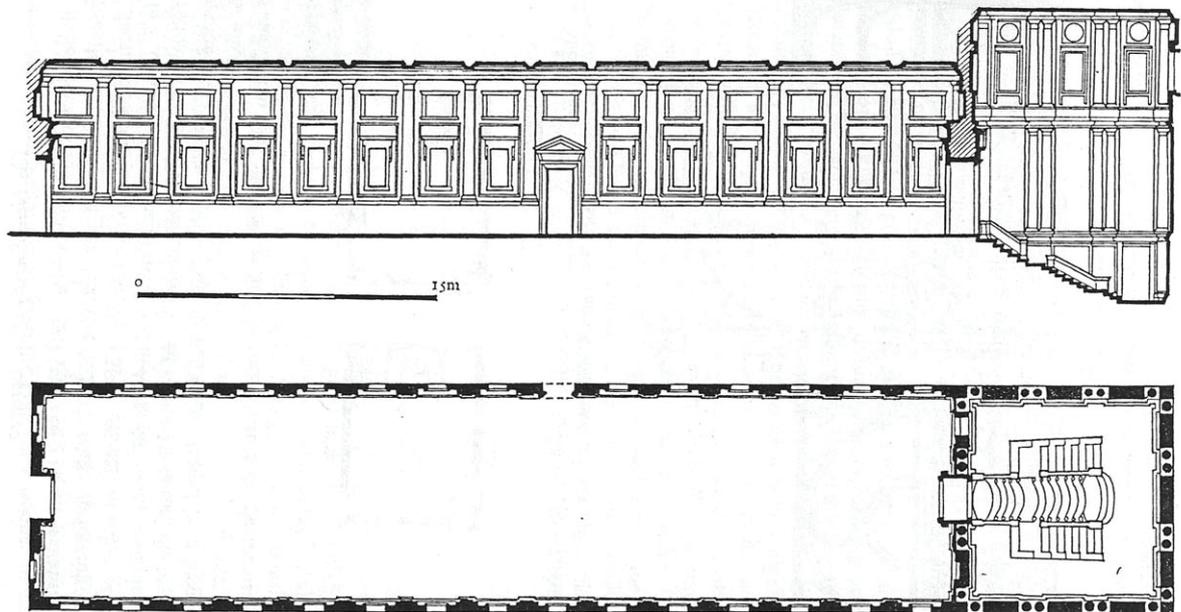


Figura 74: Biblioteca Medicea Laurenziana – Michelangelo - Florença, 1525-1571. Fonte: HEYDENREICH, Ludwig H., LOTZ, Wolfgang. *Architecture in Italy 1400 to 1600*. London: Published by Penguin Books, 1974. p. 244.

A fachada secundária (Rua General Câmara) teria uma solução singular seguindo as plantas de 1912. A face estreita é tratada com uma única linha de aberturas, com predomínio de cheios sobre vazios. No segundo piso, aparecem duplas de semicolunas jônicas emoldurando o muro e sua abertura. Essa solução foi alterada com a idéia de ampliação que surgiu muito cedo.

O projeto previa, ainda, que as janelas seriam encimadas por medalhões contendo os retratos de Laplace, Descartes, Camões, Bichat, Sócrates, Plutarco, José Bonifácio e Gonçalves Dias.⁸⁴ Os medalhões, no entanto, não aparecem na fachada concluída. Tudo indica que os medalhões tenham sido substituídos pelos bustos de mármore entre as janelas da base e superior.

Em 1913, com a biblioteca em plenas obras, o Governo resolveu autorizar o projeto ampliação do edifício. Com a possibilidade dessa ampliação, a fachada da Rua General Câmara foi alterada, passando a contar com quatro janelas (duas em cada andar), a fim melhor integrar a fachada do edifício que estava sendo construído com a futura ampliação. As semicolunas, que apareciam duplicadas nas extremidades

⁸⁴ Jornal "O DIÁRIO" de 08 de julho de 1911, p.4.

agora aparecem sozinhas. Neste mesmo ano, foram encomendados, de Paris, os oito bustos de mármore para adornar a fachada.⁸⁵

O projeto de 1913 – 1ª fase

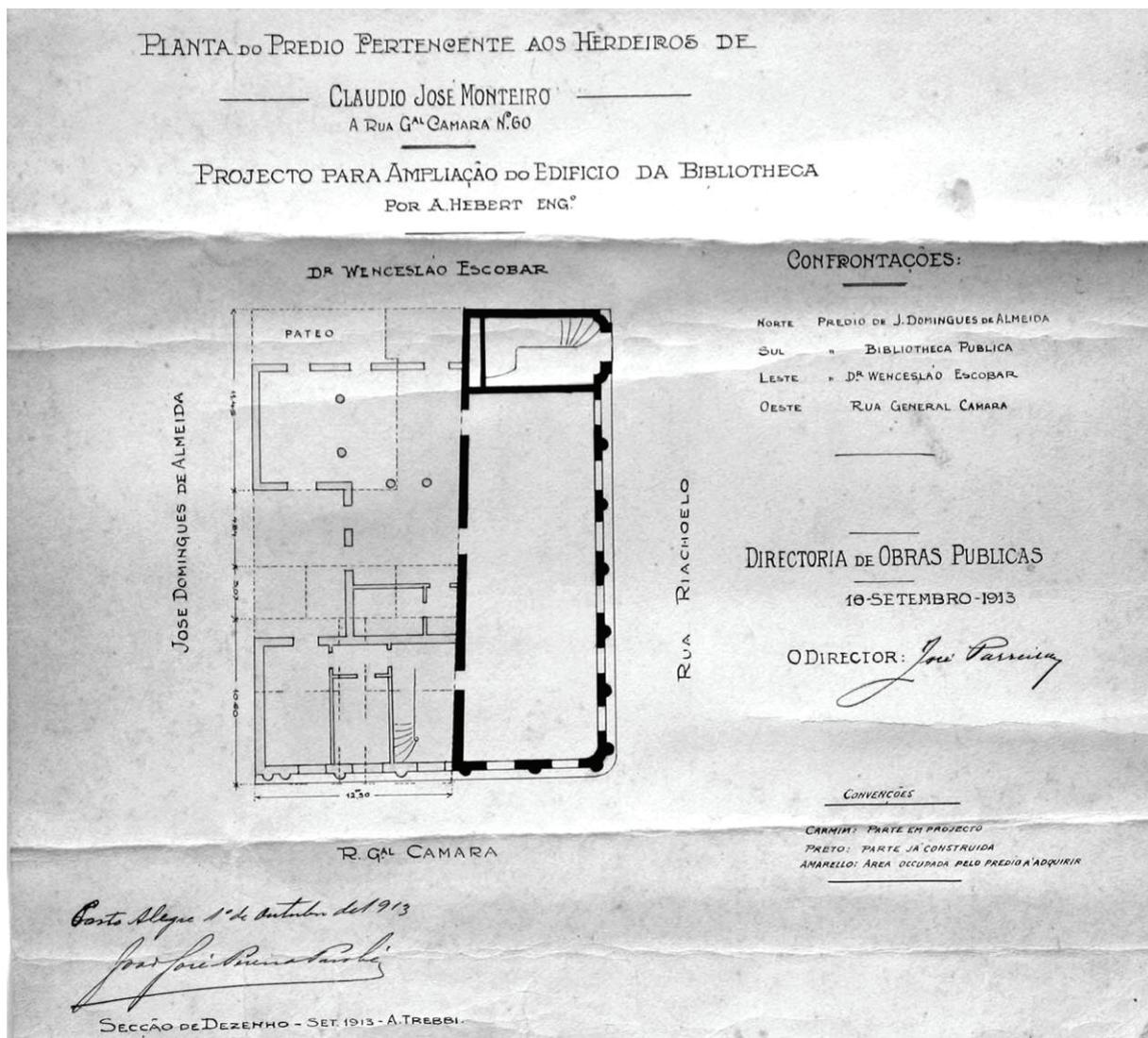


Figura 75: Projeto para ampliação do edifício da Biblioteca, por A. Hebert – planta baixa – 16 de setembro de 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Do projeto de ampliação, proposto por Hebert em 1913, foram encontradas pranchas de planta e fachada. A planta para o projeto descrito como “Planta do prédio pertencente aos herdeiros de Cláudio José Monteiro à Rua General Câmara nº 60 – Projeto para Ampliação do Edifício da Biblioteca por A. Hebert” previa a ampliação do edifício em 12,30m no sentido da fachada da Rua General Câmara e sugeria a compartimentação do novo prédio em sete salas e um jardim. Esta ampliação só

⁸⁵ Ver Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado de 1913, p. 39.

seria construída a partir de 1919. Contudo, sua previsão acarretou mudanças nas fachadas de biblioteca já na construção executada entre 1912-1916 (1ª fase).

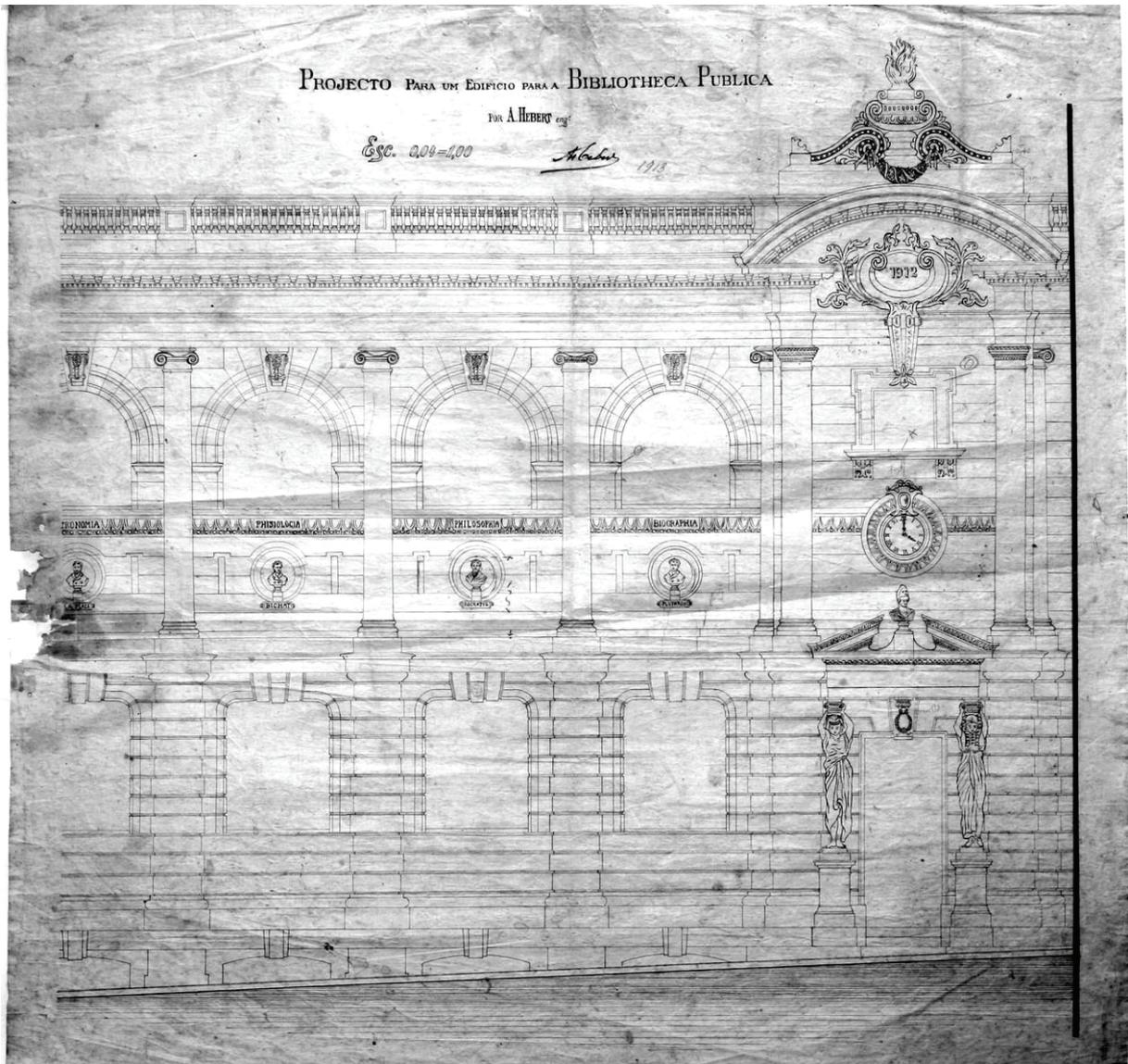


Figura 76: Projeto para edifício da Biblioteca Pública, por A. Hebert – detalhe da fachada principal – 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A prancha de fachada datada de 1913 apresenta apenas parte da elevação da Rua Riachuelo. Porém, uma fotografia publicada em 1918 pela Secretaria de Obras Públicas (figura 76) permite observar que as fachadas apresentam soluções parecidas.

As fachadas apresentam base rusticada sobre a qual se erguem semicolunas de ordem jônica. As aberturas propostas por Hebert são em arco abatido, no subsolo; retangulares, na base; e em arco pleno emoldurado sobre um friso que preenche todo o intercolúnio, no segundo pavimento. No trecho entre as janelas da base e

superior são inseridos bustos em mármore, de expoentes do calendário positivista⁸⁶, totalizando oito bustos. O coroamento do edifício é dado por entablamento seguido de uma balaustrada.



Figura 77: Foto externa da Biblioteca Pública do Estado – detalhe dos bustos na fachada – 2006. Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

O Calendário Positivista

Conforme COMTE (1905), o ano positivista compõe-se de treze meses de vinte e oito dias, ou quatro semanas, cuja totalidade perfaz trezentos e sessenta e quatro períodos diários. Cada um dos meses é dedicado a um dos ciclos marcantes da evolução humana, assinalando por um dos nomes mais expressivos que a história registra. Comte distinguiu os meses da seguinte forma: 1º mês de Moisés (Teocracia inicial); 2º mês de Homero (Poesia antiga); 3º mês de Aristóteles (Filosofia antiga); 4º mês de Arquimedes (Ciência antiga); 5º mês de César (Civilização Militar); 6º mês de São Paulo (Catolicismo); 7º mês de Carlos Magno (Civilização Feudal); 8º mês de Dante (Epopéia moderna); 9º mês de Gutemberg (Indústria Moderna); 10º mês de Shakespeare (Teatro moderno); 11º mês de

⁸⁶ Segundo MOZART (1998), Comte criou o Calendário Positivista pela crescente influência do passado sobre o presente e como uma forma de lembrar dos melhores exemplos que devemos consagrar e recolher, para com eles criar o futuro.

Descartes (Filosofia moderna); 12º mês Frederico II (Política Moderna); 13º de Bichat (Ciência Moderna).

No mês de Moisés, foram escolhidos para Chefes da Semana: Pompilho, Confúcio, Buda e Maomé. As semanas, por sua vez, homenageiam servidores hierarquicamente secundários em relação ao seu patrono mensal. Finalmente, os dias são dedicados a servidores compatíveis com os patronos semanais, podendo-se admitir mais de um em cada período diário. No Calendário, representam-se, pois, os tipos mais eminentes que a evolução social oferece.

Em todos os anos, há sobra de um dia complementar, que a Religião da Humanidade⁸⁷ destina à comemoração universal dos mortos. Nos anos bissextos sobra mais um dia, que é dedicado à comemoração das mulheres santas, na figura de Heloísa.

Tal calendário, denominado “concreto”, é composto por seres reais. À medida que o tempo transcorre, esses representantes do passado poderão ser suplantados em importância relativa por tipos mais eminentes. Esse quadro concreto de preparação humana se tornaria móvel e não fixo. Para preservá-lo pela veneração em seu nicho histórico, ele será substituído pelo quadro abstrato de consagração das diversas etapas sociais, representadas pelas instituições, a saber: 1º mês – A humanidade; 2º mês – O casamento; 3º mês – A paternidade; 4º mês – A filiação; 5º mês – A fraternidade; 6º mês – a domesticidade; 7º mês – O fetichismo; 8º mês – O politeísmo; 9º mês – O monoteísmo; 10º mês – A mulher (providência moral); 11º mês – O sacerdócio (providência intelectual); 12º mês – O patriarcado (providência material); 13º mês – O proletariado (providência geral). Este poderá ser chamado de “quadro sociolátrico” ou “da adoração Universal da Humanidade”.

A colocação dos bustos, na fachada da biblioteca, representa o uso da fachada pública como instrumento eficaz na propaganda da doutrina e no apelo à conversão da sociedade ao positivismo.

A fachada da Rua Riachuelo é dividida em corpo principal e volume em ressaltado na extremidade direita, demarcando o acesso do edifício. O corpo principal apresenta seis intercolúnios, base rusticada com janelas retangulares e pavimento superior destacado por semicolunas de ordem jônica intercaladas a janelas em arco pleno

⁸⁷ A Religião da Humanidade é o sistema religioso criado por Comte, em 1854, como coroamento da carreira filosófica, no qual procurou estabelecer as bases de uma completa espiritualidade humana, sem elementos extra-humanos ou sobrenaturais. A Religião da Humanidade também é conhecida como “Positivismo Religioso”.

emolduradas. Já o volume em ressalto possui caracterização própria, que o destaca do restante do edifício. Na base, também rusticada, é proposta uma abertura em arco pleno emoldurada por duas cariátides seguidas de entablamento, encimadas por um frontão triangular recortado e ornamentado por um busto. O pavimento superior é destacado por pilastras nas extremidades do volume seguidas de entablamento. Este pavimento recebe uma janela retangular emoldurada e, abaixo dela um óculo também emoldurado. O coroamento deste volume é dado por um ático encimado por uma pira esculpida, que abriga uma cartela com volutas com o ano de início da construção do edifício (1912). A fachada da Rua General Câmara repete a linguagem do corpo principal da outra fachada.

Deste modo, o edifício, terminado em 1916, não apresenta a fachada secundária das plantas de 1912. A mudança na fachada secundária se deve à previsão de ampliação do edifício, pois os intercolúnios estreitos se adaptariam melhor à nova extensão da face do edifício. O resultado, neste momento, é mais unitário em seu todo, mas pouco proporcional na fachada da Rua General Câmara.

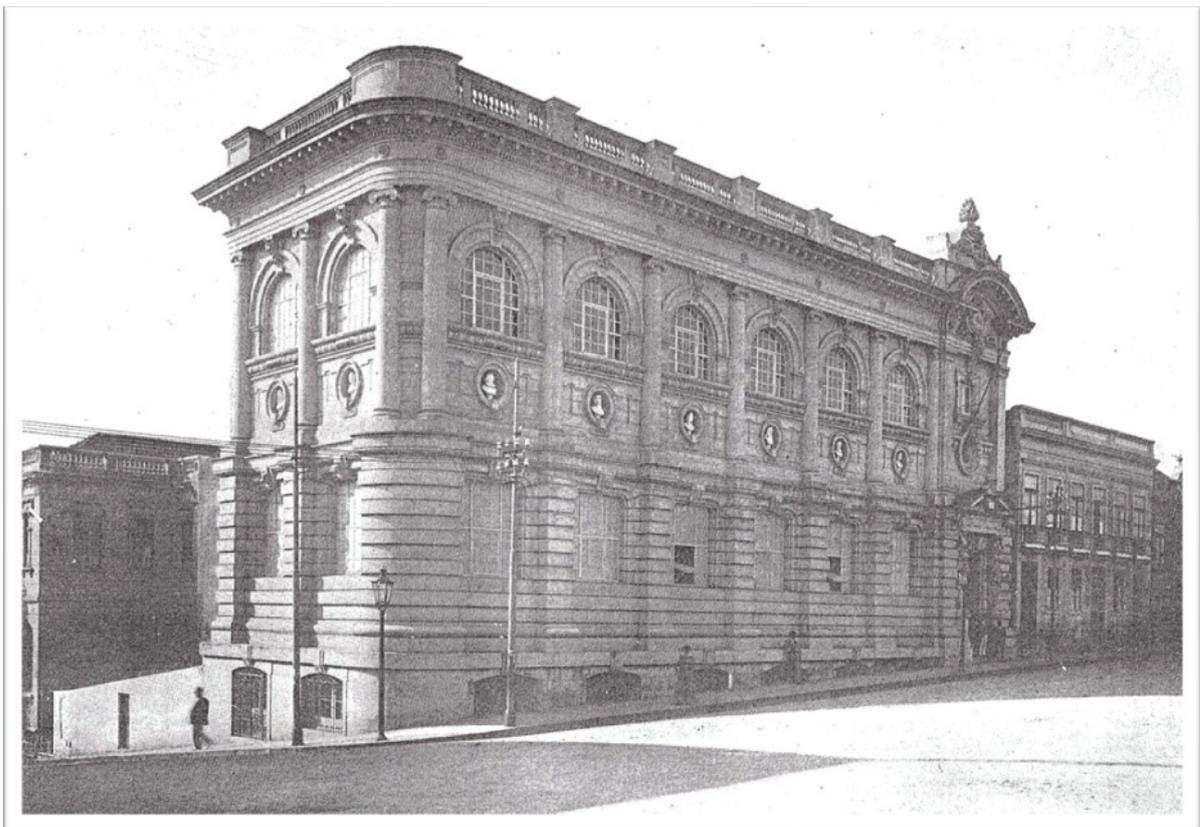


Figura 78: Foto da Biblioteca Pública do Estado | 1ª fase – obra concluída – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página.

As fachadas propostas por Hebert para a Biblioteca lembram as fachadas da Biblioteca Sainte Geneviève (projeto 1839-1842, obra 1845-1851), construída em Paris, por Henri Labrouste. Labrouste propõe um edifício de esquina com dois pavimentos. As fachadas apresentam base rusticada sobre a qual são erguidas pilastras simplificadas. Entre as pilastras, ocupando todo o vão, Henri coloca janelas em arco pleno sobre um friso que vai de pilastra a pilastra. Embora mais planar e menos ornamentado, o edifício de Paris apresenta elementos muito análogos aos utilizados por Hebert no projeto de Porto Alegre. A escala dos edifícios e a marcação de acesso na fachada principal são as principais diferenças entre os edifícios. O projeto de Labrouste apresenta fachada simétrica com acesso pouco enfatizado pelo centro da fachada, enquanto o projeto de Hebert tem fachada dividida em corpo principal e volume em ressalto na extremidade direita, demarcando o acesso.



Figura 79: Foto da Biblioteca Sainte Geneviève (projeto 1839-1842, obra 1845-1851), por Henri Labrouste – Paris. Fonte: Foto de James Austin no Sítio eletrônico A&A – art e architecture, disponível em <www.artandarchitecture.org.uk>, acessado em abril de 2008.

A sala de leitura do térreo da Biblioteca Pública do Estado foi aberta ao público, em caráter provisório, no dia 7 de fevereiro de 1916.⁸⁸ Embora o projeto de ampliação

⁸⁸ Jornal “O DIÁRIO”, de 6 de fevereiro de 1916, p. 02.

tenha surgido em 1913, as obras de ampliação do edifício foram contratadas somente no dia 10 maio de 1919.⁸⁹

A ampliação de 1919 – 2ª fase

Como já mencionado anteriormente, a ampliação da Biblioteca Pública do Estado foi idealizada durante a execução da 1ª fase do edifício (1913). A possibilidade de ampliação do edifício implicou na alteração da fachada da Rua General Câmara, ainda na execução da primeira fase, que passou a ter dois intercolúnios, ao invés de apenas um com colunas duplas.

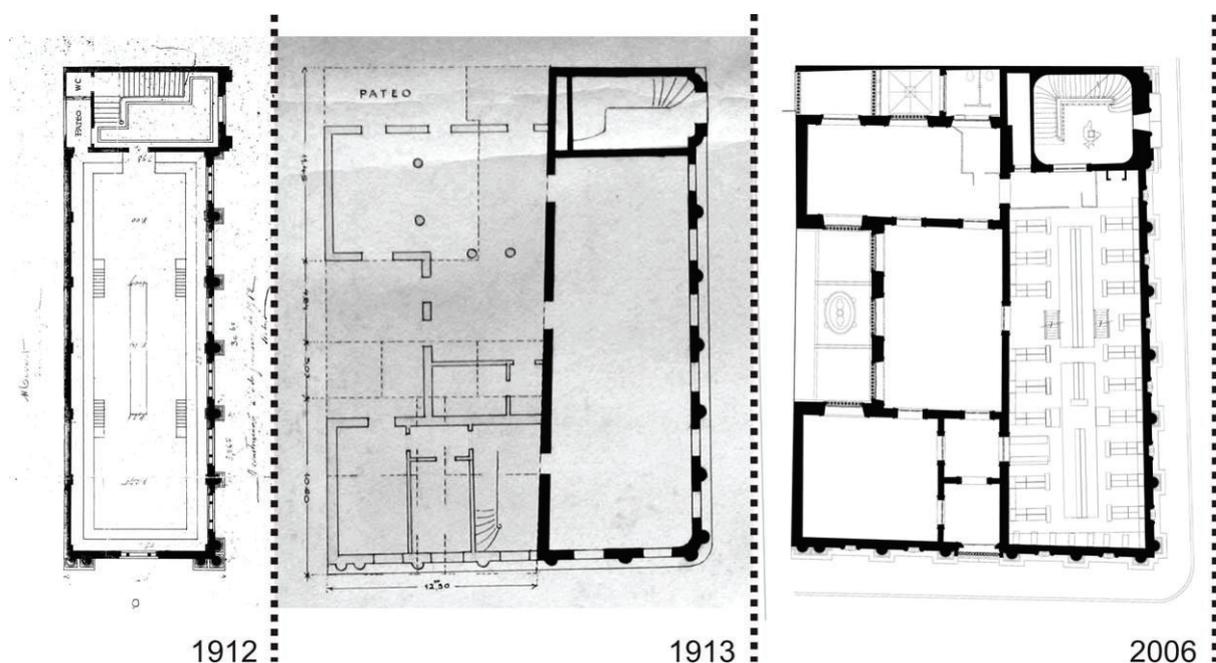


Figura 80: Fases de construção da Biblioteca Pública do Estado – planta segundo pavimento – 1912, 1913 e 2006. Fonte: Montagem da autora.

Em 10 de maio 1919, deu-se início a ampliação do edifício da Biblioteca de acordo com o projeto de Hebert. A estratégia utilizada pelo arquiteto foi a de implantar um bloco em forma de “C” ao lado do bloco existente. Para a execução da ampliação, oito concorrentes apresentaram proposta: Joaquim Gomes Moreira; Joaquim Carvalho de Aragão; Stern & Roncoli; Santiago Borba; Onofre Bellanca; Antônio Duarte Barbosa & Cia; Manoel Itaquy; e Walter Dreschler & Cia. A proposta que ofereceu maiores vantagens foi a de Joaquim Gomes Moreira.⁹⁰

Em meados de junho do mesmo ano, já com as fundações feitas, o empreiteiro deu início às obras. No primeiro semestre de 1920, as obras de aumento do edifício já

⁸⁹ Ver Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1919, p. 07.

⁹⁰ Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1919, p. 09-10.

estavam quase concluídas. Além destas obras, executaram-se outros trabalhos de remodelação e adaptação como: colunas de mármore para serem colocadas nas portas de comunicação entre o edifício antigo e o novo; lustres para a iluminação interna; elevador; alargamento da porta de entrada; substituição da escada de ferro da entrada; estantes de aço para os livros; vigas para reforço estrutural; piso de madeira; e bustos para a fachada da Rua General Câmara.

Em 16 de janeiro de 1920, a fiscalização das obras foi passada para Teófilo Borges de Barros, já que Hebert pede licença da Secretaria para tratamento de saúde⁹¹. Porém, as obras seguem de acordo com o projeto de ampliação proposto por ele.

As obras de ampliação do edifício contratadas com Gomes Moreira são concluídas em junho de 1921, mas as demais alterações ainda estão sendo feitas. O relatório da SOP de 1921 informa estas alterações:

Contratou-se com a firma José Vicente Friederichs (...) a confecção e colocação de 48 colunas com fuste de mármore de Carrara e capitéis em galvano bronze para as arcadas de comunicação entre a parte antiga e a nova do edifício.

Para as salas dos livros foi contratado o fornecimento e a montagem de estantes de aço. Tendo em vista o peso destas estantes houve a necessidade de reforçar o piso por meio de duas vigas longitudinais, de ferro, suportadas por quatro grupos de colunas.

Essas vigas deverão ser revestidas com estuque e decoradas convenientemente e as colinas que tem ossatura de ferro, serão revestidas com mármore de Carrara e terão capitéis de galvano bronze.

Com o fim de tornar mais ampla a entrada do edifício alargou-se a porta e modificou-se conseqüentemente a escada que dá acesso ao piso superior.

Os pisos das diversas salas foram revestidos com parques feitos com madeira do Pará de duas cores e obedecendo a vários desenhos.

Além destes trabalhos foram executadas ornamentações em gesso nos tetos, rodapés de mármore e fizeram-se pequenas obras nos porões e na parte central.

No vestíbulo da entrada da Rua General Câmara instalou-se um elevador de luxo marca Otis. Esse trabalho foi contratado com a firma João Vicente Friederichs (...). A caixa do elevador será oportunamente revestida com madeira, com decorações em galvano bronze e obedecendo ao estilo da peça em que se acha.

Com a firma Emilio Diehl & Cia (...) contratou-se o fornecimento e a colocação de lustres e plafoniers destinados à iluminação do estabelecimento, estando a instalação da rede a cargo da casa Aliança do Sul.

Estes trabalhos ainda não estão concluídos. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1921, p.09-11)

⁹¹ Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1920, p. 03.

O investimento e a expectativa do Estado na obra do edifício são bastante grandes. O Diretor da Seção de Obras Públicas, José Coelho Parreira, menciona essa expectativa nos relatórios: “A Biblioteca Pública, depois de ultimadas suas obras, apresentará um belo conjunto e será um estabelecimento que fará honra ao nosso Estado”⁹².

As obras de alteração no edifício prosseguem no ano de 1921. Neste período, são executados os seguintes trabalhos: colocação, no salão de leitura (1º andar), de oito colunas, revestidas de mármore, para reforço da resistência do piso superior, no salão das estantes de livros (2º andar); pintura decorativa de todas as salas e salões, bem como a pintura externa; alargamento da porta principal da entrada e substituição das cariátides por duas colunas de granito, com o respectivo entablamento; calçamento do passeio em torno do edifício, sobre base de asfalto, para evitar a infiltração de umidade nos porões; iluminação elétrica de todo o edifício, empregando-se lustres de bronze. Segundo o Relatório da SOP de 1922:

Durante o período, que decorreu de Janeiro a Dezembro de 1921, foram executados no edifício da Biblioteca Pública os seguintes trabalhos:

- Colocação de oito colunas, revestidas de mármore, encimadas por capitéis de bronze.
- Estas colunas provieram da necessidade que houve de ser aumentada a resistência do piso que recebe estantes de livros no 1º pavimento. Melhoram muito o aspecto estético do salão de leitura, que se acha presentemente em trabalhos de decoração e pintura.
- Limpeza geral dos soalhos e respectivo enceramento. Este serviço ainda não está terminado.
- Conclusão do jardim, incluindo o tanque e repuxo.
- Pintura decorativa de todas as salas e salões, achando-se já concluído o 1º pavimento e em regular andamento o andar térreo. Cada sala da Biblioteca é decorada em um estilo especial, devendo a respectiva mobília acompanhá-lo.
- Alargamento da porta principal da entrada e substituição das cariátides por colunas de granito, com o respectivo entablamento.
- Colocação sobre os tímpanos de arcos internos de medalhões de bronze, com a efígie de brasileiros ilustres.
- Iluminação elétrica de todo o edifício, com riquíssimos lustres de bronze.
- Calçamento do passeio em torno do edifício, empregando-se uma base de asfalto para evitarem-se as infiltrações da umidade nas paredes do porão.
- Pintura das estantes de aço e aplicação sobre as mesmas de lmapadas elétricas com braços adequados.
- Assentamento de um relógio elétrico luminoso.

⁹² Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1920, p. 11.

Além destes trabalhos foram realizados outros de pequena monta. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1922, p.05-06)

Deste projeto, foram encontradas, apenas, a prancha referente à fachada da Rua General Câmara com data de 12 de junho de 1919 com a descrição de “Projeto do Acréscimo do edifício da Biblioteca Pública em construção – Fachada da Rua General Câmara – por A. Hebert”⁹³ e a prancha referente ao corte transversal do edifício com data de 22 de novembro de 1920 assinada por Borges de Barros.

Com base no que foi encontrado e do edifício atual, é possível afirmar que o projeto de 1913 não é igual ao que foi construído em 1919. O partido em “U” em torno de um poço de ventilação se mantém, mas os compartimentos são diferentes. Em 1919, Hebert assina a nova fachada da Rua General Câmara (figura 80). Portanto, poderia estar também alterando a planta que havia definido em 1913. Em 1920, Borges de Barros assume a fiscalização da execução e assina o corte transversal do edifício (figura 83). Em 1922, é elogiado no Relatório da SOP pelo Diretor das obras públicas, José Coelho Parreira, por alterações feitas ao projeto de ampliação da biblioteca:

Fiscaliza e dirige os trabalhos o Engenheiro Theophilo de Barros. O primitivo projeto da Biblioteca foi grandemente modificado para melhor, sendo as modificações respectivas projetadas pelo Engenheiro Theophilo Borges de Barros. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1922, p. 06)

Diante da documentação encontrada, é possível considerar que existe co-autoria na ampliação executada, cabendo a Hebert a responsabilidade do partido planimétrico e de fachadas; e, a Borges de Barros, as definições e acabamentos nos espaços internos.

Durante o ano de 1922, são concluídos os serviços de pintura decorativa interna, executados por Fernando Schlatter⁹⁴ com ajuda de pintores da comunidade gaúcha; a pintura das estantes de aço; o acabamento das colunas de mármore do grande

⁹³ As demais análises do edifício serão feitas utilizando os desenhos produzidos pela Arquiteta Luísa Durán Rocca para o Levantamento e Diagnóstico da Biblioteca Pública do Estado em 2006.

⁹⁴ Segundo BAKOS (2001), Fernando Schlatter era conhecido como o “pintor de motivos bárbaros”. Nasceu em Lindau, na Bavária, e chegou ao Brasil em 1899. O artista, especializado na Itália em pintura de afrescos, logo que chegou ao Brasil morou um ano em Ijuí, cidade do interior do Rio Grande do Sul, e depois estabeleceu-se definitivamente em Porto Alegre. Tornou-se conhecido e admirado pelo trabalho de pintura que realizou na Intendência Municipal da capital, nas Igrejas das Dores, São José, Rio Pardo, Bom Príncipe e Estrela e de inúmeras mansões da Capital. Notabilizou-se pela capacidade de criação, em telas a óleo, das paisagens das montanhas bávaras, de lagos plácidos e de casas tirolesas.

salão; e as modificações nas canalizações elétricas. No dia 07 de setembro de 1922, é inaugurado o edifício da Biblioteca Pública do Estado como uma das solenidades comemorativas do Centenário da Independência Nacional.⁹⁵

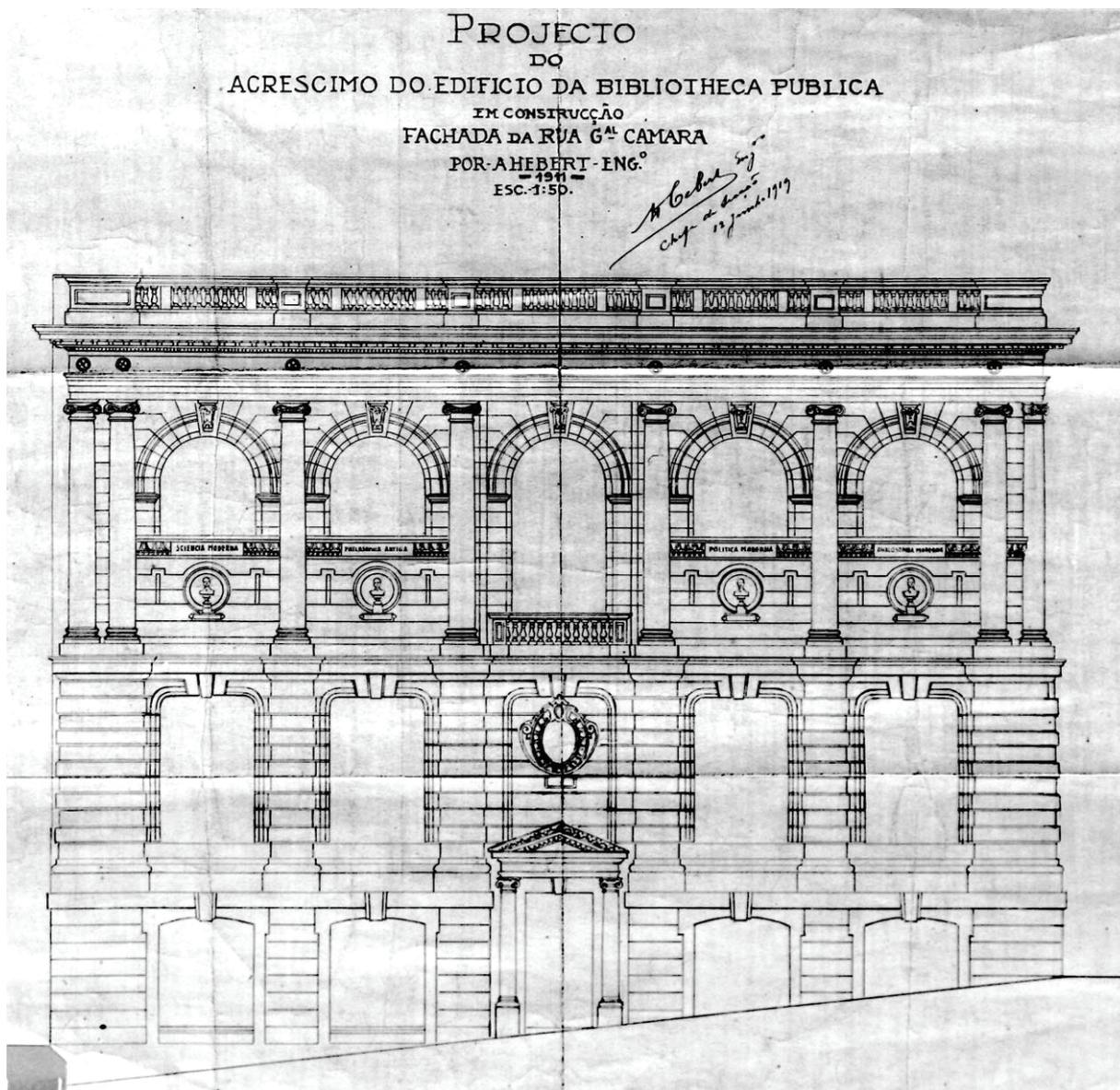


Figura 81: Projeto do Acréscimo do edifício da Biblioteca Pública em construção – Fachada da Rua General Câmara – por A. Hebert – 12 de junho de 1919. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Esta fachada que, com a reforma, é aumentada em três intercolúnios, apresenta organização simétrica. A grande inclinação da Rua General Câmara da origem a um porão que abriga as salas de leitura e o jardim interno. O novo pavimento tem acesso para a rua, o qual é colocado no intercolúnio central. A abertura retangular de acesso é emoldurada por duas semicolunas de ordem jônica seguidas de

⁹⁵ Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1923, p. 30-31.

entablamento encimado por um frontão triangular seguido de uma efígie. No pavimento superior, a abertura em arco pleno ocupa toda a altura vertical dessa faixa e apresenta um guarda-corpo em balaustrada.

Os dois intercolúnios da direita, referentes à primeira fase de construção, são espelhados tendo como eixo o intercolúnio do acesso e a articulação clássica repete as soluções da parte mais antiga. As semicolunas, que são duplicadas na esquina, recebem o mesmo tratamento na extremidade oposta referente à divisa do terreno.

Nesta nova parte da fachada, são colocados mais dois bustos: Bichat e Aristóteles, que foram encomendados da Europa⁹⁶. Neste momento, completa-se a relação de dez bustos que compõem a fachada do edifício hoje. Estes dez bustos, como já mencionado anteriormente, retratam grandes vultos da humanidade, que Comte elegeu como patrono dos meses do calendário positivista.

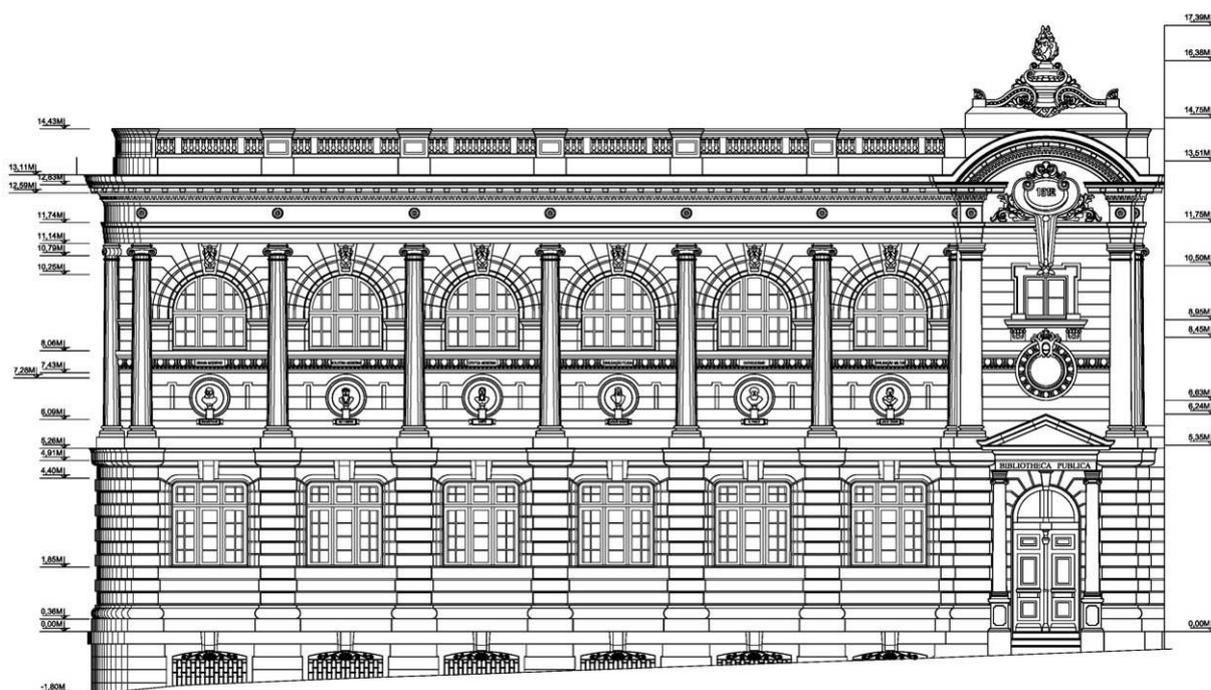


Figura 82: Fachada Sul da Biblioteca Pública do Estado, 2006. Fonte: Desenho de Luísa D. Rocca. In: ROCCA, Luísa Durán. Levantamento e Diagnóstico da Biblioteca Pública Porto de Porto Alegre – RS. Porto Alegre: Monumenta, 2006.

Os três meses que faltam na fachada do prédio são o primeiro (Moisés), o segundo (Homero) e o quarto (Arquimedes). De acordo com as prescrições de Comte, os bustos destes “santos positivistas” deveriam ser colocados nas capelas internas dos Templos da Humanidade. Neste espaço, de acordo com a máxima “os vivos serão

⁹⁶ Jornal “O DIÁRIO” de 23 de março de 1914, p.4.

sempre e cada vez mais governados pelos mortos”, receberiam dos iniciados as honras devidas aos grandes vultos que, pelas virtudes reveladas em suas respectivas áreas de ação, impulsionaram a marcha da civilização.⁹⁷ No caso da Biblioteca Pública, os três bustos ausentes na fachada foram colocados no interior do edifício (na sala da direção).

Na fachada principal do edifício, é mantida grande a maioria do projeto pré-existente, descrito anteriormente. As modificações foram limitadas ao acesso localizado no volume em ressalto na extremidade direita da fachada: a abertura de acesso retangular foi substituída por uma abertura em arco pleno maior; as cariátides, que faziam o emolduramento da abertura, foram substituídas por semicolunas de ordem jônica; e o frontão triangular recortado e ornamentado por um busto, que fazia o coroamento da abertura de acesso, foi substituído por um frontão triangular sem recortes e também sem ornamentos.



Figura 83: Foto da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – obra concluída – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

⁹⁷ Ver DOBERSTEIN (1992), p. 19.

No corte transversal, Barros propõe a disposição das colunas e pilastras de ordem jônica para dar sustentação à “estante de aço de 6 toneladas”⁹⁸ a ser colocada no segundo pavimento. Estes elementos dão uma idéia do cuidado com o tratamento dos espaços internos.

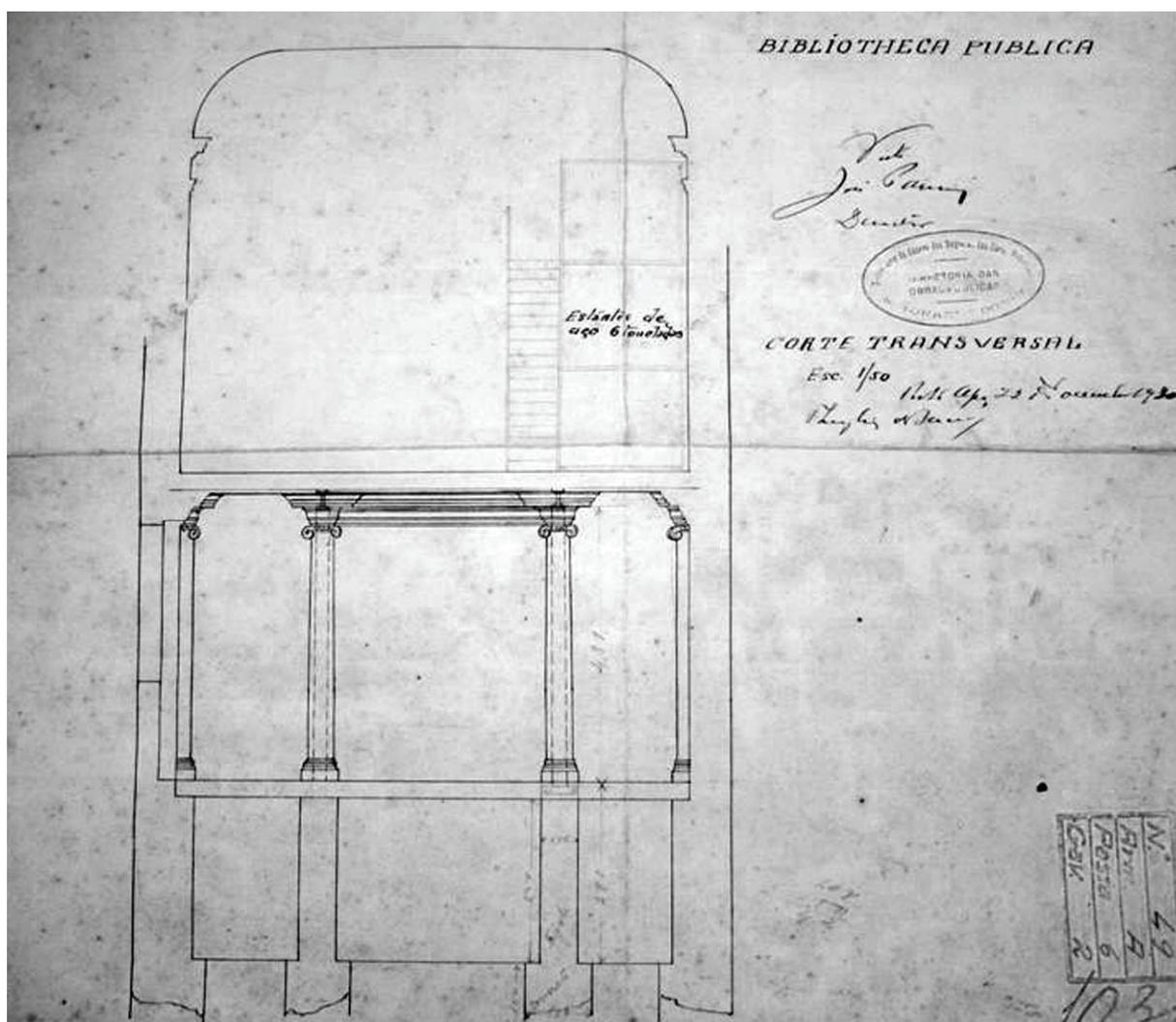


Figura 84: Corte Transversal da Biblioteca Pública - por Teófilo Borges de Barros – 22 de novembro de 1920. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Contudo, são nas plantas que são observadas as maiores alterações. Serão utilizados os desenhos produzidos por ROCCA (2006) para as análises. Este edifício é o único objeto deste trabalho que permite fazer uma análise completa dos espaços internos, demonstrando o ecletismo como uma coleção de ambientes de caracterização exótica e distinta organizados em seqüência espacial.

No pavimento térreo, as modificações começaram a ser feitas pelo compartimento de acesso, que adquire forma quadrada e recebe nova escada. Os pequenos

⁹⁸ Descrição encontrada na prancha do corte transversal.

espaços de pátio e banheiro, anteriormente no fundo do compartimento, são substituídos por um poço de iluminação e ventilação. As salas do escritório e do diretor que faziam a transição entre o compartimento de acesso e a sala de leitura também são eliminadas. O salão nobre ganha oito colunas de mármore (que sustentam o piso com estantes metálicas do pavimento superior). O pavimento ganha três outras grandes salas: o gabinete do Presidente do Estado e duas salas de leitura para senhoras. Estas novas salas localizam-se no setor ampliado e apresentam aberturas para o jardim interno, também criado com a ampliação do edifício.

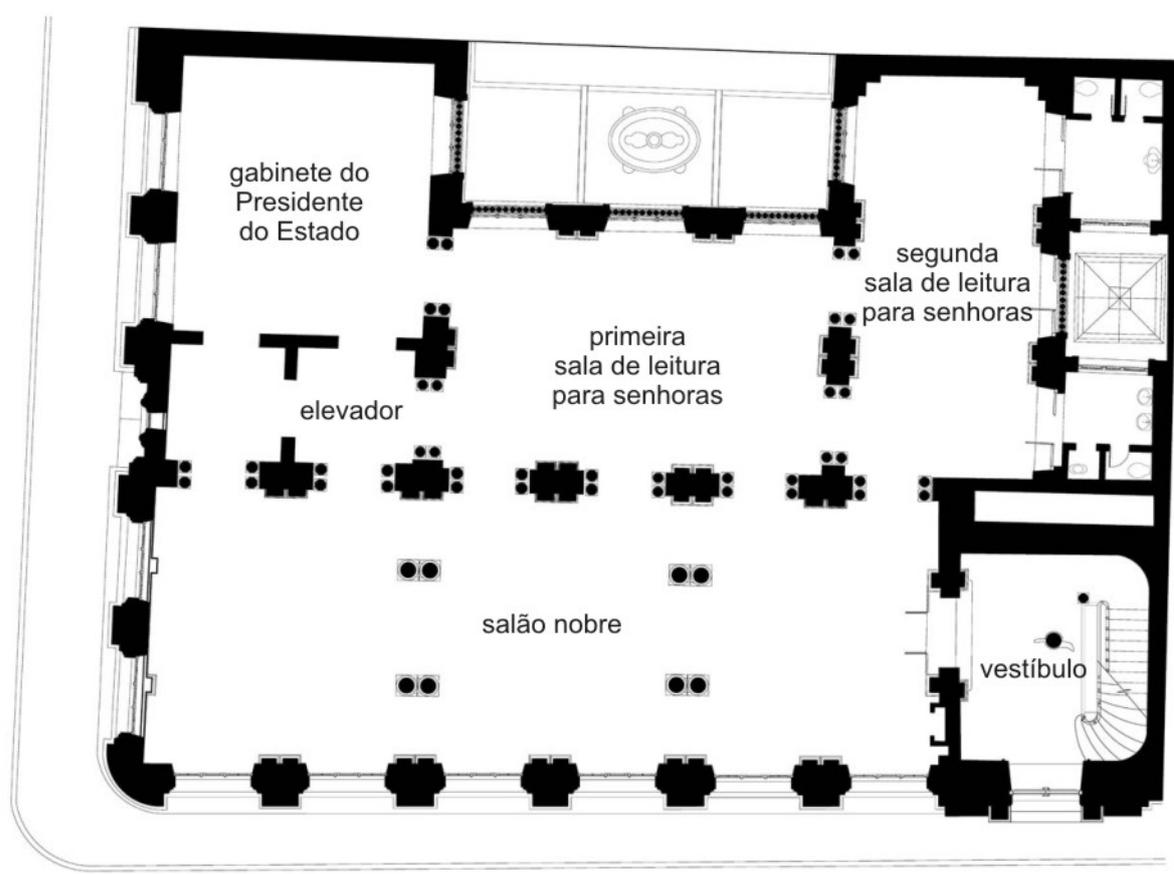


Figura 85: Planta baixa do pavimento térreo - Biblioteca Pública do Estado - 2006. Fonte: Desenho de Luísa D. Rocca. In: ROCCA, Luísa Durán. Levantamento e Diagnóstico da Biblioteca Pública Porto de Porto Alegre – RS. Porto Alegre: Monumenta, 2006.

O novo edifício mostra-se bastante exuberante e permite ao visitante uma viagem por estilos de diversas culturas e épocas. Já na porta principal de entrada, o visitante encontra esculpido um livro contendo as seguintes palavras: “aqui abre-se o espírito do mundo”. O acesso aos compartimentos do térreo e do segundo pavimento é dado primeiramente pelo vestíbulo. Este espaço já adianta ao visitante a exuberância que será encontrada nos outros compartimentos. Trata-se de um

compartimento delimitado por paredes em alvenaria e subdividido verticalmente por lajes metálicas que são acessadas pela nova escada localizada à direita de quem entra no espaço pelo térreo. Ao centro se vê uma figura de bronze dourado representando a “Noite” que suspende em uma das mãos uma luminária rendilhada do mesmo metal. O piso é em mosaico e as paredes são decoradas com paisagens ao estilo das pinturas romanas de Pompéia.



Figura 86: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – compartimento de acesso – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

Figura 87: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – salão nobre – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

O salão nobre é acessado a partir do vestíbulo. Este salão foi designado pelo Governo do Estado, na época, para abrigar conferências importantes. Trata-se de um salão com um tratamento especial, com pintura em verde claro e vermelho sóbrio e ornamentações a ouro. Ao centro, as oito colunas jônicas em pares, que fazem a sustentação do pavimento superior, recebem um tratamento digno de salão nobre. Elas são feitas em mármore com caneluras e capitéis em bronze. Este tratamento é repetido nas pilastras rebatidas nas laterais do compartimento. O teto é dividido em nove caixões ornamentados com guirlandas de rosas em cores suaves, e cada caixão recebe um lustre de bronze. O piso é executado com tacos de madeira nas cores preta e amarela. Nas laterais, são afixadas pinturas em tela e os bustos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

A transição entre o salão nobre e os três salões ao lado ocorrem através de seis arcos plenos apoiados em pares de colunas jônicas em mármore branco e com capitel de bronze, contudo, menores que as do salão principal. Este mesmo tipo de

abertura separa os três salões dispostos ao redor do pátio. Na primeira sala, é repetida a pintura do salão nobre. Esta sala recebe, ao centro, uma grande mesa destinada à leitura e, contornando a sala, mesas pequenas, todas com cadeiras estofadas em couro vermelho. Na segunda sala, a pintura é inspirada nas pinturas da Madame de Pompadour, na cor amarelo-dourado e guarnecida de pequenos ramos em vários tons. Em todas as salas, nas laterais dos arcos, são encravados nas paredes medalhões de bronze com efígies dos líderes brasileiros mortos⁹⁹.



Figura 88: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – salas de leitura para senhoras – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

Figura 89: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – salas de leitura para senhoras – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

Contíguo à primeira sala de leitura das senhoras, fica o gabinete do Presidente do Estado, em estilo Luiz XIV. Nesta sala, as paredes são divididas em painéis com molduras folhadas a ouro que apresentam pinturas de paisagens. No centro da sala, há uma grande mesa de mármore violeta, toda guarnecida de bronze cinzelado, rodeada por poltronas estofadas com um brocado vermelho. Em torno da sala, estão dispostos ainda um sofá e duas poltronas estofadas, também, com brocado vermelho. As janelas são decoradas com relevos em bronze de onde prendem repositórios de rosas de seda. Em função do uso, trata-se da sala mais suntuosa do edifício. A decoração da sala conta ainda com a pintura do retrato de Borges de

⁹⁹ Os medalhões são de José Bonifácio, Visconde do Rio Branco, Teixeira de Freitas, Barão do Rio Branco, Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, Gonçalves Dias; Araújo Porto Alegre, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Raul Pompéia, Olavo Bilac, Benjamim Constant, Julio de Castilhos, Miguel Lemos, José do Patrocínio, Benedito Ottomil, Aloizio Azevedo, Álvares de Azevedo, Félix da Cunha, Tobias Barreto, Osvaldo Cruz, Araújo Ribeiro, Fagundes Varela, Visconde de Taunay, Basílio da Gama, José de Alencar, Victor Meireles, Pedro Américo, Araújo Viana, Carlos Gomes e Castro Alves.

Medeiros, o busto em mármore de Beatriz¹⁰⁰, a pintura da figura pensativa de Júlio de Castilhos, cortinas de veludo e tapetes bordados.



Figura 90: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – Gabinete do Presidente do Estado – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

Figura 91: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – Gabinete do Presidente do Estado – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

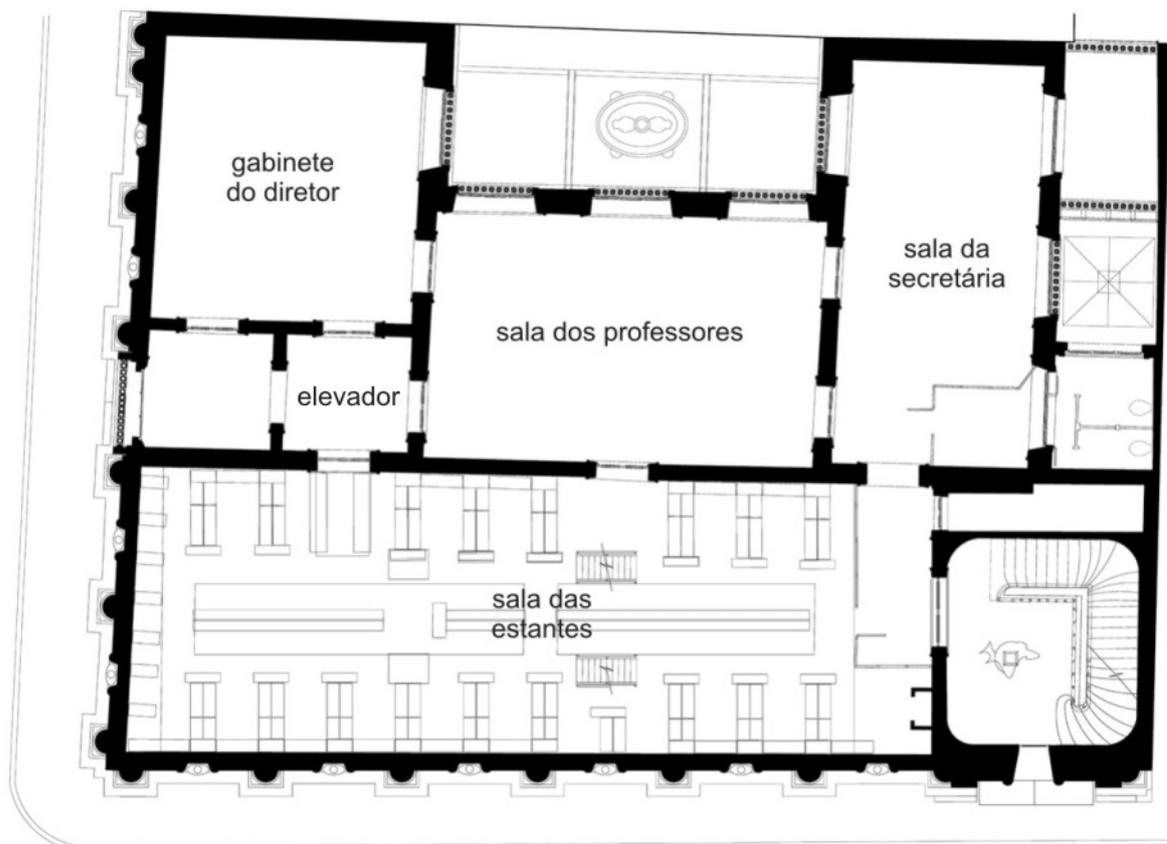


Figura 92: Planta baixa do segundo pavimento - Biblioteca Pública do Estado - 2006. Fonte: Desenho de Luísa D. Rocca. In: ROCCA, Luísa Durán. Levantamento e Diagnóstico da Biblioteca Pública Porto de Porto Alegre – RS. Porto Alegre: Monumenta, 2006.

¹⁰⁰ Beatriz das obras de Dante Alighieri (1265-1321).

Assim como no térreo, o compartimento de acesso ao segundo pavimento também foi modificado. A sala de leitura recebe estantes metálicas para o armazenamento adequado dos livros e um aspecto totalmente distinto do restante da biblioteca, pois nela predomina a organização em estrutura metálica sem qualquer referência a estilos históricos. Percebe-se certa dificuldade de ajuste das galerias metálicas com estantes ao padrão existente de aberturas da sala. O pavimento ganha quatro novas salas: o gabinete da diretoria, em estilo egípcio (acompanhado pela saleta do elevador), a sala para reunião de professores, em estilo mourisco, e a sala da secretária, em estilo pompeiano. Todas estas salas estão na parte nova da edificação.

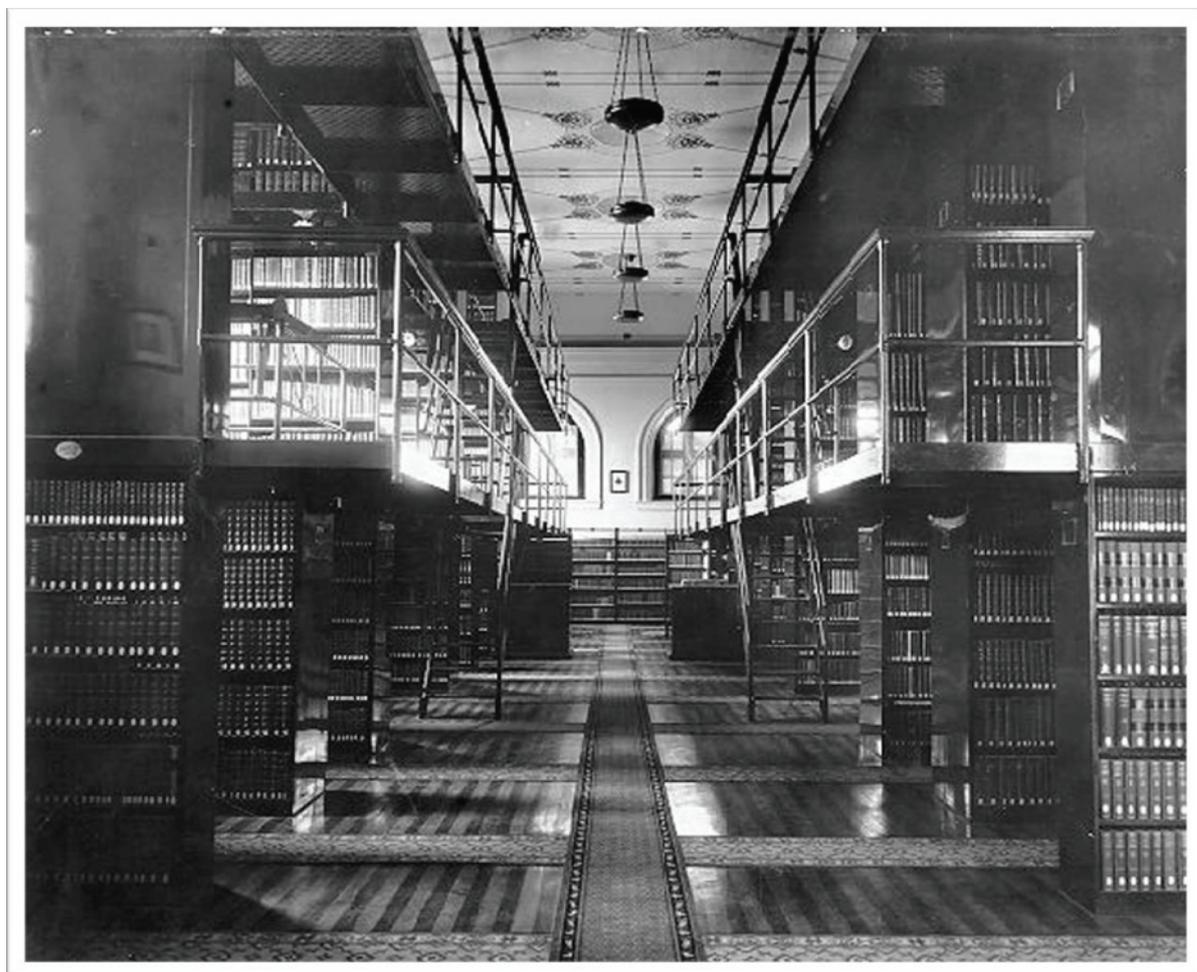


Figura 93: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – sala das estantes – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

O pavimento superior pode ser acessado tanto pelo elevador como pela escada do vestíbulo. A escadaria desemboca em um compartimento de transição entre as salas das estantes e a sala da secretária, já o elevador dá acesso ao gabinete do diretor.

Na sala de armazenamento de livros, Hebert faz uso de estantes metálicas para guardar os documentos, assim como fez nos depósitos do Arquivo Público do Estado. Na sala das estantes, as paredes são esmaltadas de branco e o teto decorado com leves desenhos. As estantes são acomodadas no espaço correspondente ao salão nobre e térreo e foram dispostas em três níveis acessados por escadas e galerias.

A sala da secretária é decorada em estilo pompeiano e pinturas em tela de artistas nacionais. O teto é dividido em seis painéis retangulares com cenas da antiguidade grega, de onde pendem lustres de bronze dourado que seguem a decoração do teto. Desta sala, é possível acessar a sala dos professores.



Figura 94: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – sala da secretária – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

Figura 95: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – sala dos professores – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

A sala dos professores apresenta um rigoroso estilo mourisco do Palácio da Alhambra em Granada, Espanha, com pinturas usando motivos geométricos de tons intensos e variadas cores, onde predominam o ouro e o vermelho. O espaço é iluminado e ventilado, exclusivamente pelo pátio interno do edifício. Do teto, pintado com temas próprios do estilo, pendem duas lanternas em bronze e cristal. No meio da peça, foi colocada uma grande mesa circundada de cadeiras forradas de couro. A sala abriga ainda os bustos de bronze de Camões e Shakespeare, o retrato a óleo de Protásio Alves e telas importantes. A partir desta sala, é possível acessar a sala das estantes e o gabinete da diretoria.

O gabinete da diretoria é decorado em estilo egípcio, onde predominam os tons de vermelho e verde. A decoração apresenta motivos zoomórficos alusivos ao antigo

Egito. O seu mobiliário gótico-florentino é composto por poltronas e canapés estofados de madeira esculpida, mostrando os monstros simbólicos da “Divina Comédia”. O mobiliário e os elementos decorativos são inspirados na obra de Dante e com apelos relacionados à filosofia de Comte. Nesta sala, são encontrados os bustos que completam o calendário positivista na fachada do edifício.

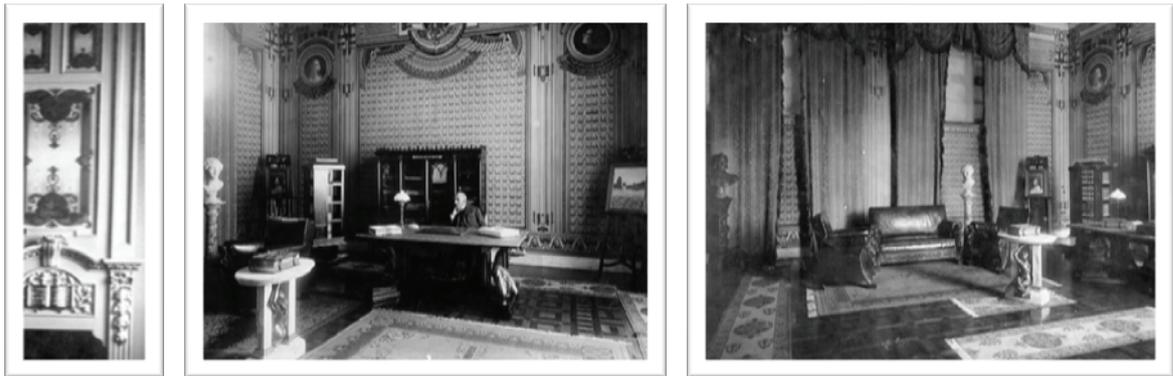


Figura 96: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – elevador – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

Figura 97: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – sala da direção – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

Figura 98: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – sala da direção – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

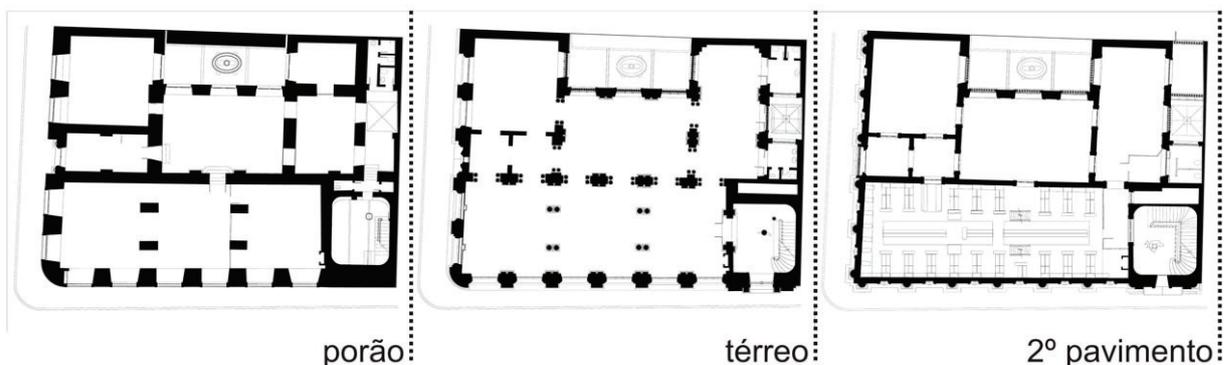


Figura 99: Plantas da Biblioteca Pública do Estado, 2006. Fonte: Desenho de Luísa D. Rocca. In: ROCCA, Luísa Durán. Levantamento e Diagnóstico Biblioteca Pública Porto de Porto Alegre – RS. Porto Alegre: Monumenta, 2006.

As salas de leitura para os homens foram localizadas no porão. Delas, é possível acessar o jardim interno, no qual se vê, ao centro, uma fonte, trabalho do escultor Gaudenzi, e grande quantidade de vasos com plantas. Neste pavimento, ficam localizados também os banheiros femininos e, novamente, a saleta do elevador.¹⁰¹

¹⁰¹ A descrição de todos os espaços internos da biblioteca, contou com o apoio do texto “A remodelação da Biblioteca Pública”, publicado pelo jornal “Correio do Povo” em 29 de agosto de 1922 (p.08) e com o Álbum da Biblioteca Pública de 1922.

As salas do térreo e segundo pavimento oferecem um percurso através de ambientes configurados distintamente, constituindo uma espécie de jornada histórico-cultural que mostra os valores plásticos de diferentes lugares da civilização humana. Neste sentido, a biblioteca pública apresenta uma genuína experiência eclética de espaços internos.

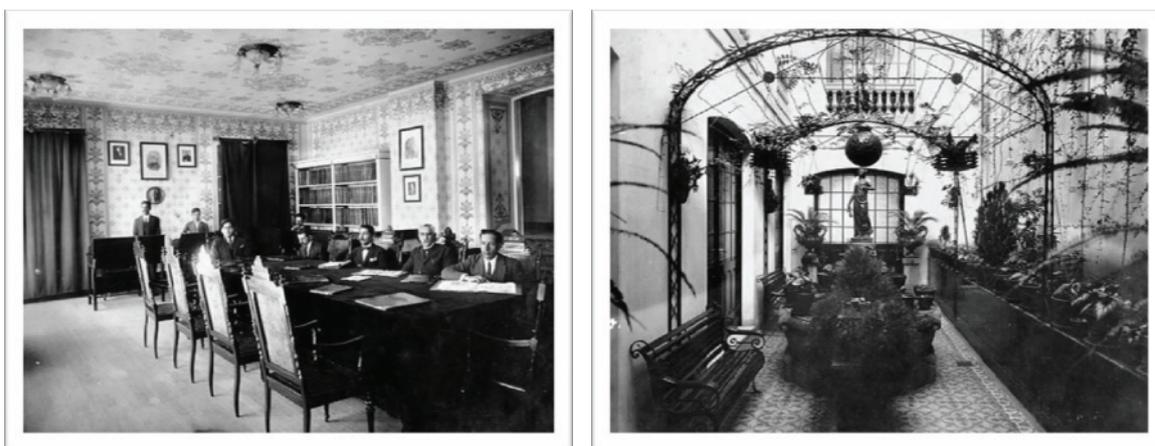


Figura 100: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – sala de leitura – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

Figura 101: Foto interna da Biblioteca Pública do Estado | 2ª fase – jardim interno – 1922. Fonte: Álbum de inauguração da Biblioteca Pública, 1922, sem página.

Com a concepção do projeto feita e com a maioria das peças para a obra encomendadas, Hebert se afasta da fiscalização da obra da biblioteca, deixando-a a cargo de Teófilo Borges de Barros. Neste momento, estavam sendo feitas todas as decisões relativas à decoração interna do edifício. Barros conduziu esta etapa e concluiu a obra a tempo das comemorações do Centenário de Independência ocorridas em 1922. O corte do salão principal (figura 84) comprova que Borges de Barros teve papel importante no projeto dos espaços internos da Biblioteca. Mesmo assim, esta é uma das obras mais representativas de Hebert e, também, do Governo do Estado.

Em 1986, o prédio da Biblioteca foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Em 2000, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente, o edifício passa por uma cuidadosa restauração coordenada pelo Projeto Monumenta em Porto Alegre/RS. A seguir serão apresentadas algumas imagens coloridas da decoração interna de alguns espaços do edifício, os quais ainda se mantêm original.

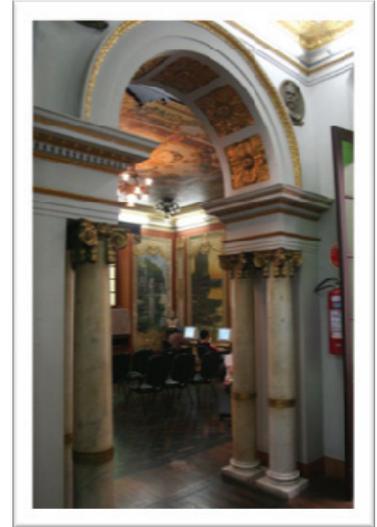
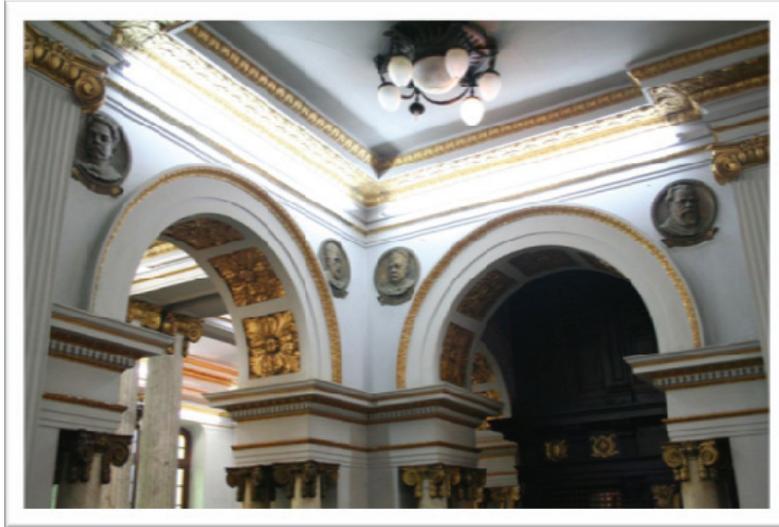


Figura 102 e Figura 103: Detalhes do interior da atual sala de leitura, antigo salão nobre do edifício | Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

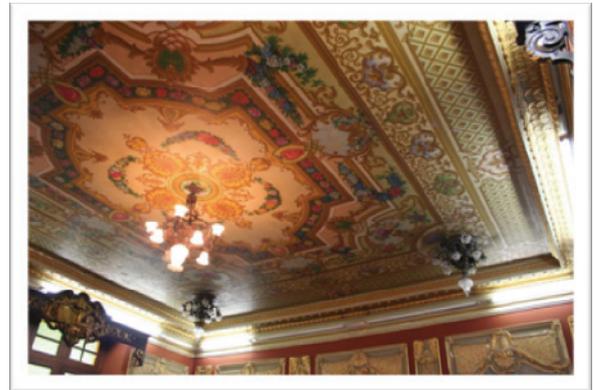
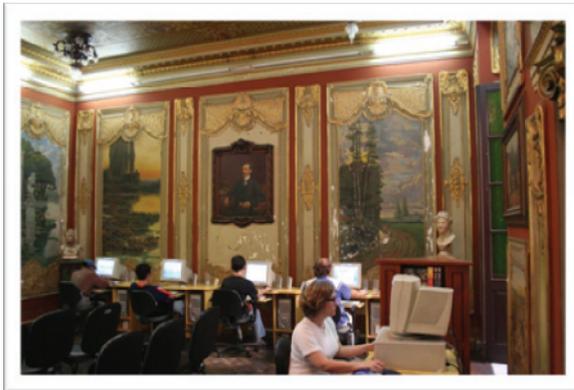


Figura 104 e Figura 105: Detalhes do interior da atual sala de acesso à internet, antigo gabinete do presidente do Estado | Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

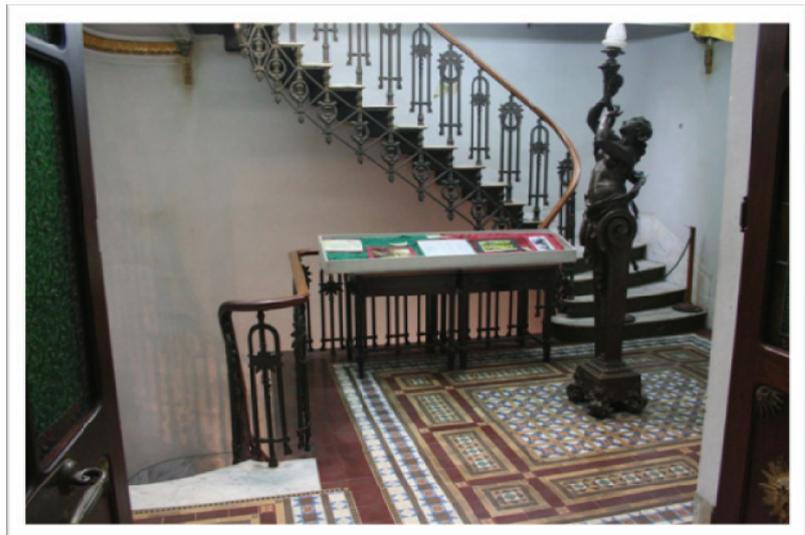


Figura 106 e Figura 107: Detalhes internos do vestíbulo e escadaria | Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

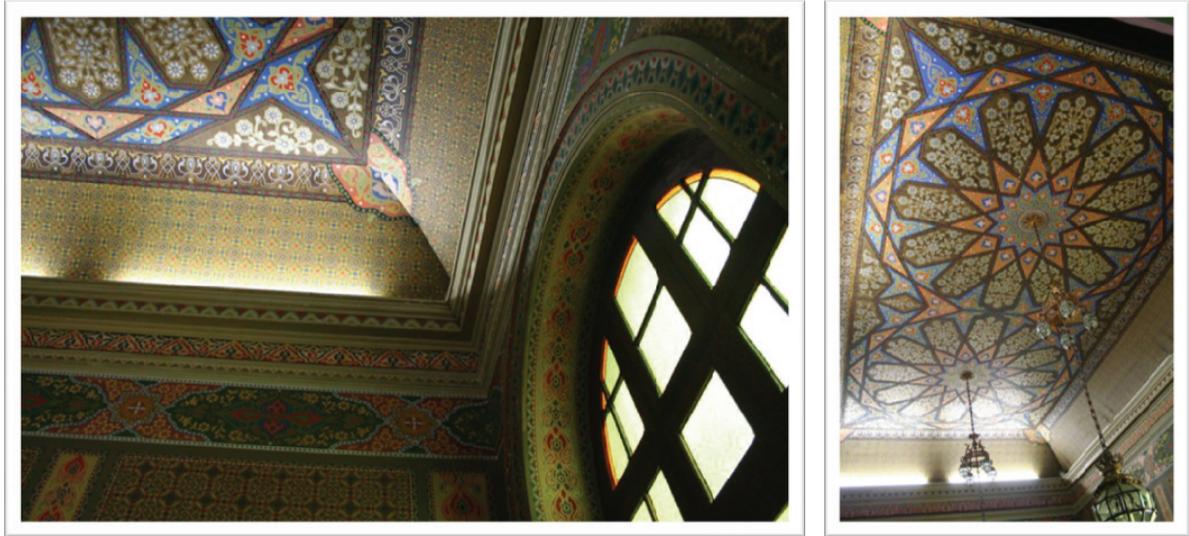


Figura 108 e Figura 109: Detalhes da pintura interna da atual sala da administração, antiga sala de reunião de professores | Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.



Figura 110: Detalhe da pintura inteira da ante-sala do elevador do segundo pavimento | Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.
Figura 111: Ante-sala do elevador e elevador do pavimento térreo | Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

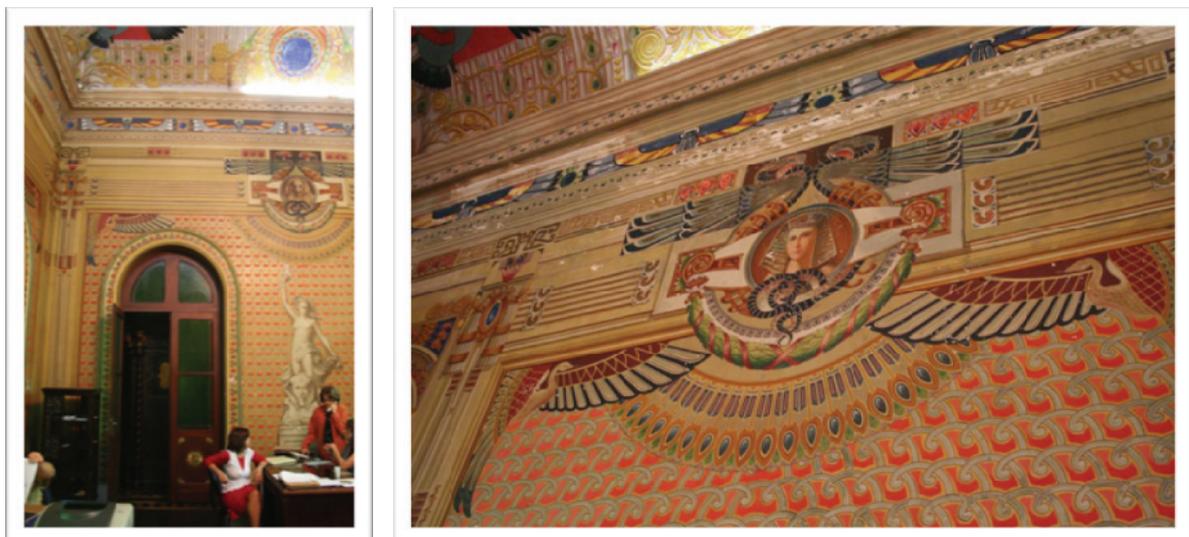


Figura 112 e Figura 113: Detalhes da pintura interna da atual sala da direção, antiga sala do diretor | Fonte: Fotografia de Ricardo Calovi – 2006.

3.3.4. Projeto para a Assembléia dos Representantes do Estado

Descrição original: “Edifício da Assembléia dos Representantes”.

A Assembléia dos Representantes é mais um dos projetos propostos durante o governo de Carlos Barbosa. O edifício começou a ser esboçado por Affonso Hebert no ano de 1912. Seu projeto foi autorizado pelo Governo no dia 27 de novembro de 1911 através da Lei nº129. No entanto, nunca chegou sequer ser iniciado, nem mencionado nos Relatórios da Secretaria de Obras Públicas do Estado posteriores a 1912.

A lei nº 129 de 27 de novembro de 1911 autorizou o Presidente do Estado a despendar até a quantia de 500 contos com a construção de um edifício destinado a nele funcionar a Assembléia dos Representantes.

Foi organizado um projeto de execução, mas a dificuldade da escolha do local não permitiu que fossem atacadas as obras este ano. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1912, p.08)

Deste edifício, foram encontrados os seguintes documentos: um desenho em perspectiva, não datado, desenhado por A. Trebbi; uma planta baixa do segundo pavimento, de maio de 1912; um esboço da fachada principal, de 1912; e um corte transversal esquemático, também de 1912.

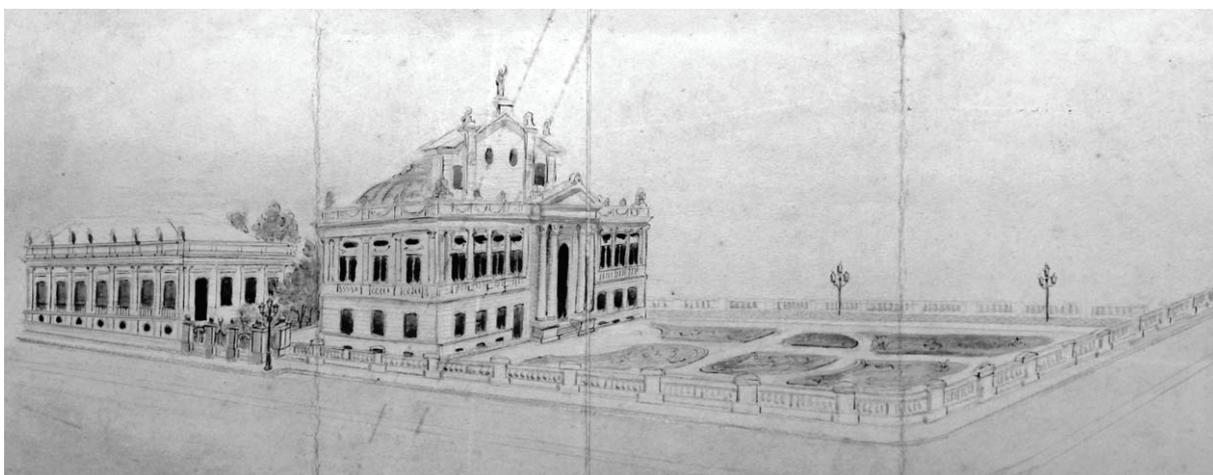


Figura 114: Edifício para a Assembléia dos Representantes, de A. Hebert. Desenho de A. Trebbi – perspectiva – 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Não existem informações quanto ao local escolhido para a construção. Entretanto, ao se observar o desenho em perspectiva da volumetria do prédio, percebe-se que, atrás do edifício projetado, está desenhado um edifício com sete intercolúnios que se parece muito com o edifício do “Solar dos Câmara” na Rua Duque de Caxias, em Porto Alegre. Isso indica que o edifício para Assembléia dos Representantes deve

A planta encontrada do projeto diz respeito ao *piano nobile* do edifício. Ao acessar o edifício pelo acesso principal, encontra-se a escada de quatro lances, com dois braços, que leva ao vestíbulo do edifício, o qual se encontra bem no centro da planta. A partir do vestíbulo, é possível acessar, através de duas portarias, as demais salas do andar. À esquerda: a Sala de Recepções, a Sala das Comissões, o Salão, os Sanitários e a Tribuna dos Repórteres. À direita: a Biblioteca, outro Salão, a Sala do Expediente, os Sanitários e a Tribuna Reservada. Esta última e a Tribuna dos Repórteres têm acesso direto para a Sala do Congresso. Ao fundo da planta, em formato semicircular está localizada a Sala do Congresso.

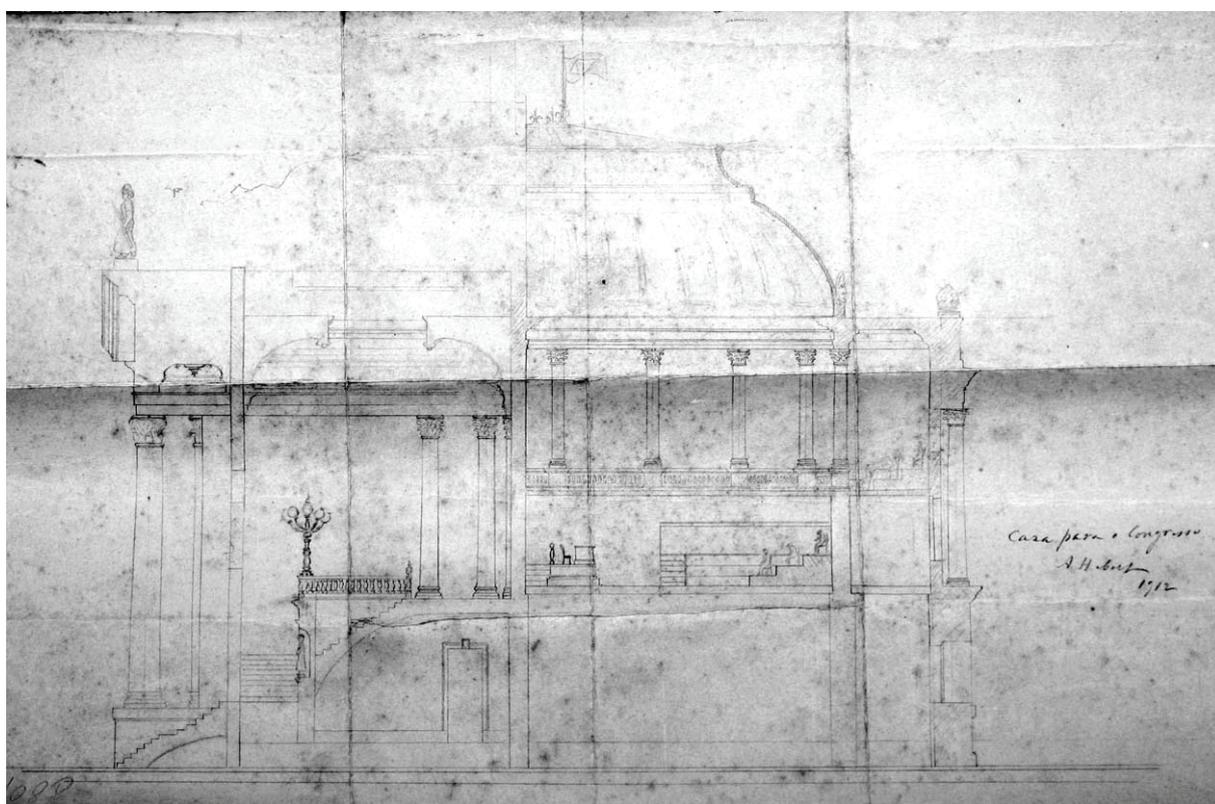


Figura 116: Edifício para a Assembléia dos Representantes, de A. Hebert – corte transversal esquemático – 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

O corte longitudinal permite a identificação do pavimento da planta como sendo o principal. Ele mostra uma seqüência espacial que começa no nível térreo, desde o exterior, onde as colunas colossais de ordem coríntia marcam o acesso. Segue-se a escadaria do amplo vestíbulo, que leva ao nível superior, onde aparecem seis colunas coríntias de menor dimensão, que demarcam os acessos principais. A seqüência termina no espaço principal do edifício, que abriga a assembléia de representantes do Estado. O grande salão em formato semi-cilíndrico apresenta três fileiras de tribunas e uma mesa diretora, sendo circundado por colunas coríntias

menores que as do vestíbulo. A cobertura do edifício aparece ainda em fase de estudo, mas o desenho dá a entender que a Sala do Congresso seja coberta por uma semi-cúpula. O corte permite, ainda, a identificação da graduação de escala das colunas coríntias utilizadas para destacar cada compartimento.

A fachada principal apresenta organização simétrica com corpo principal central, demarcando o acesso, alas laterais, e superfície totalmente rusticada que dá unidade às partes. O volume de entrada está em projeção sobre a linha da fachada, apresentando um pórtico colossal de ordem coríntia terminado em frontão que abriga a escadaria de acesso principal ao edifício e uma grande abertura em arco pleno.

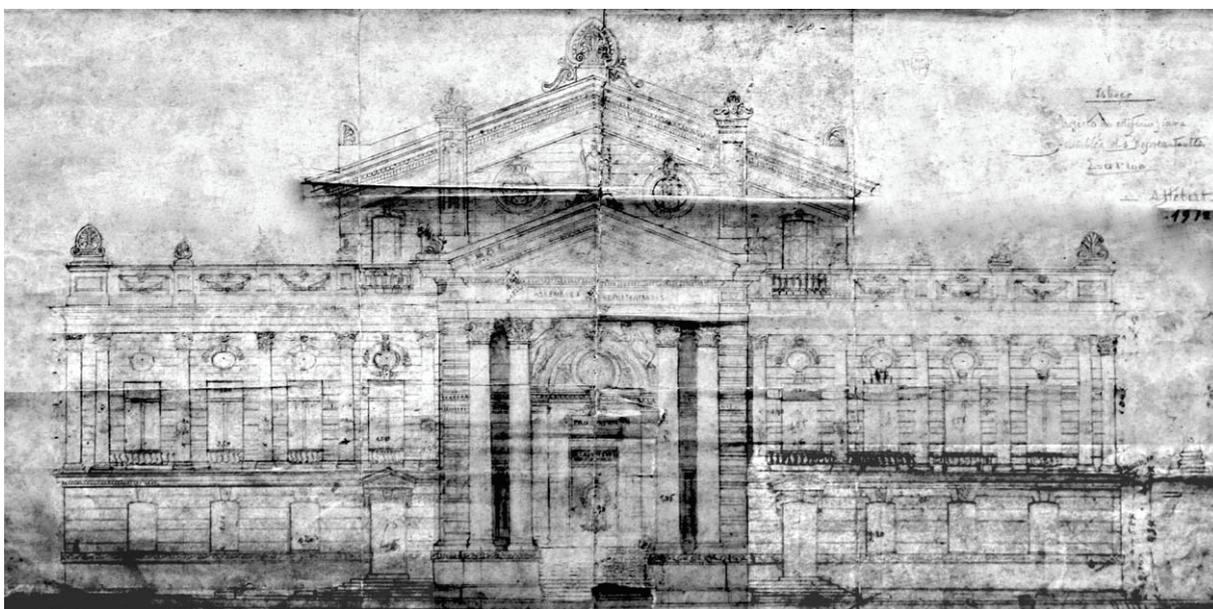


Figura 117: Edifício para a Assembléia dos Representantes, de A. Hebert – esboço da fachada principal – 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

As alas laterais são dispostas simetricamente em relação ao volume de acesso e são compostas de quatro intercolúnios cada. Apresenta colunas de ordem coríntia seguidas de entablamento, que se erguem sobre a base e intercalam as aberturas retangulares destacadas por balcões de balaústres e encimadas por óculos ornamentados. Estas colunas são duplicadas nas extremidades das fachadas. A base é caracterizada por aberturas em arco abatido e um soco de superfície lisa. As entradas secundárias em arco abatido são encimadas por um frontão triangular. Esta diferenciação aparece, também, no coroamento do edifício, quando o arquiteto propõe o entablamento seguido de balaustrada, enquanto no restante do edifício é feito por uma platibanda cheia com aplicações decorativas.

Em plano mais recuado, ergue-se a terminação da cobertura da sala da assembléia, como se fora um novo frontão ampliado. O jogo de frontões maiores e menores relembra as fachadas das igrejas de Palladio, em Veneza. Ao contrário dos projetos do Palácio (1896/1897), este edifício é mais clássico em sua composição e menos eclético em sua ornamentação.

3.3.5. Projeto para a Secretaria da Fazenda do Estado

Descrição original: “Secretaria da Fazenda”.

O edifício para a Secretaria da Fazenda foi projetado por Affonso Hebert durante o segundo semestre de 1912. O prédio previa acomodações para a Mesa de Rendas, para a Diretoria de Higiene e para a Bolsa.

Este edifício fazia parte de um conjunto de palácios projetados para ocupar o aterro do porto diante da Praça da Alfândega. O projeto da área surgiu em 1909, com a idéia de uma avenida que ligaria a estação portuária de passageiros até a Praça da Matriz. Em 1910, consolidou-se o projeto da avenida desde o porto até a Praça da Alfândega, abrigando quatro palácios públicos: Correios e Telégrafos (1910), Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (1913), Alfândega e Secretaria da Fazenda (1924).



Figura 118: Projeto do Porto de Porto Alegre – Secretaria das Obras Públicas – Diretoria de Viação – 1910. Fonte: Relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas de 1910, sem página.

Em dezembro de 1912, foi aberta a concorrência para a execução das obras, tendo como base o orçamento organizado por Hebert. A proposta de Domingues Rocco foi escolhida por oferecer maiores vantagens. Porém, este não iniciou as obras dentro

do prazo estipulado. Então, em ofício nº 1423 de 16 de junho de 1913, o contrato foi rescindido pela Diretoria de Obras Públicas do Estado.¹⁰³

Em agosto de 1913, conforme requisição da Secretaria da Fazenda e por determinação da Secretaria de Obras, providenciou-se a construção de um galpão, destinado ao depósito da Mesa de Rendas da capital. Anexo ao depósito, foi construído um trapiche. Tanto o depósito quanto o trapiche foram feitos com material fornecido pelo Governo do Estado.¹⁰⁴

Uma nova concorrência em edital foi publicada em 24 de janeiro de 1914. Novamente a proposta de Domingues Rocco foi aceita. Este se comprometeu a executar a obra pelo mesmo valor orçado na concorrência anterior e a começar a obra dois meses após a assinatura do contrato.¹⁰⁵

Ainda em 1914, a Secretaria da Fazenda solicitou à Secretaria de Obras Públicas a construção de um aumento do trapiche da Mesa de Rendas, destinado a receber um guindaste elétrico. Este aumento abrangeu somente a área necessária ao funcionamento do guindaste e respectiva manobra.¹⁰⁶

A partir desse momento, nada mais se mencionou a respeito do edifício da Secretaria da Fazenda projetado por Hebert. Em 1922, foram iniciadas as obras da Secretaria de Fazenda, já de acordo o projeto elaborado pelo arquiteto Teófilo Borges de Barros.

Do projeto de Hebert para a Secretaria da Fazenda, foram encontrados os seguintes documentos: Planta do 1º pavimento, sem data; Planta do 2º pavimento, com data de novembro de 1912; Fachada Principal, sem data; Fachada Posterior, sem data; e Fachada Lateral, sem data.

O projeto de Hebert constitui um bloco único de dois pavimentos. Apresenta planta retangular (56,00m de largura por 44,00m de profundidade), com pátio central e volumes em projeção nas extremidades do edifício e no centro das fachadas principal e posterior. Hebert utilizou a mesma estratégia de partido no projeto para o Palácio do Governo de 1897: bloco único de dois pavimentos, planta retangular com pátio central e volumes em destaque nas extremidades do edifício.

¹⁰³ Ver Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1913, p.11.

¹⁰⁴ Ver Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1914, p. 68-69.

¹⁰⁵ Ibidem, p.68.

¹⁰⁶ Ver Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1915, p. 52.

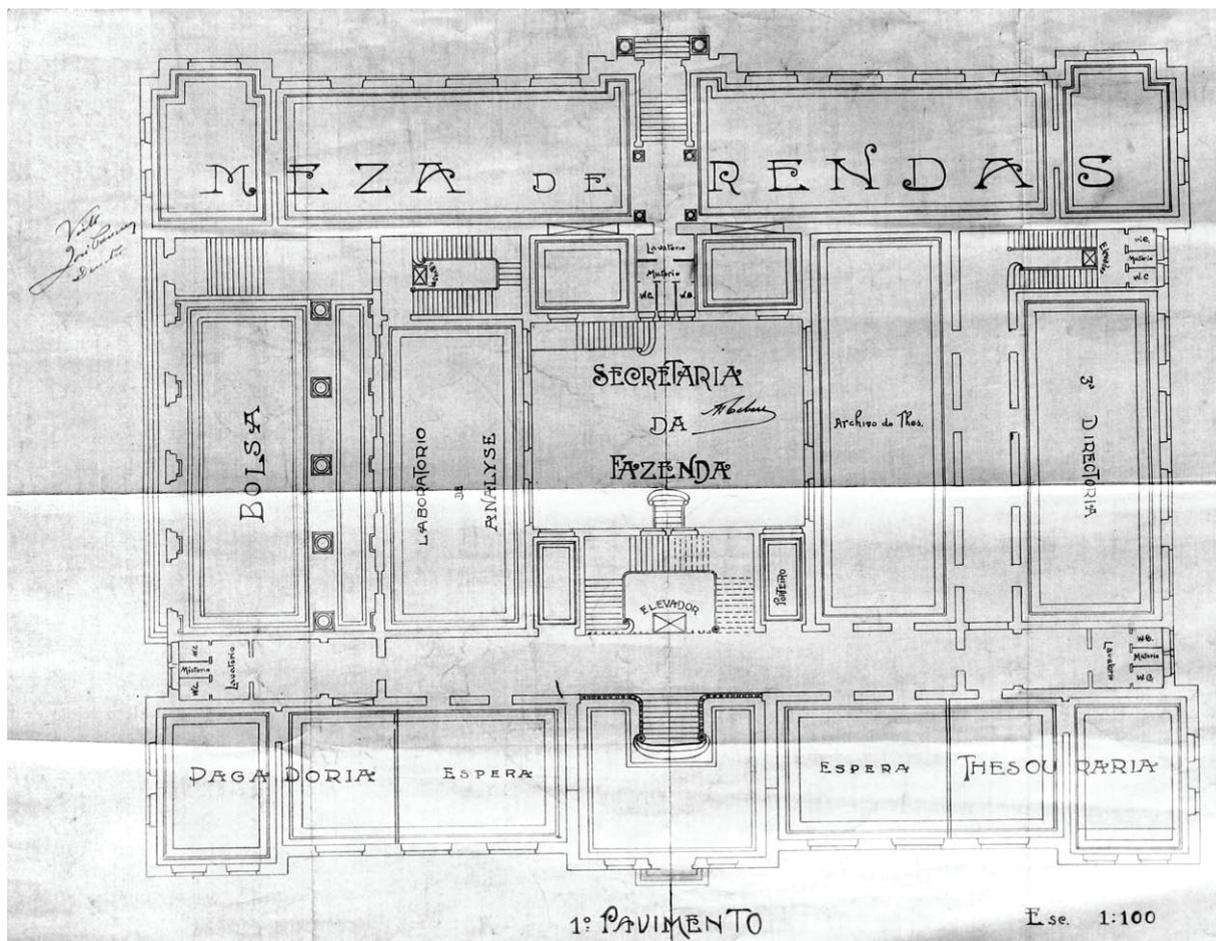


Figura 119: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – planta do primeiro pavimento – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A planta do edifício foi esquematizada em três faixas transversais separadas por eixos de circulação. O prédio pode ser acessado pelo centro da fachada principal (atividades da Secretaria da Fazenda, propriamente dita), pela fachada lateral (Bolsa) e pelo centro da fachada posterior (Mesa de Rendas). Ao acessar o edifício pela porta principal, encontra-se o vestíbulo e uma escadaria monumental de um lance que conduz ao extenso corredor transversal que leva a grande parte dos compartimentos. Em seqüência à escada de acesso, fica a escada principal do edifício, com três lances, que contorna o poço do elevador, e, nos dois lados da escada encontram-se as salas da portaria. O pátio interno, com finalidade de iluminação e ventilação, pode ser acessado por uma porta atrás do elevador. Ao acessar o corredor longitudinal, encontra-se, à direita, a Sala da Pagadoria (com Espera própria) e à esquerda, a Sala da Tesouraria (também com Espera própria).¹⁰⁷ Nas duas extremidades do corredor, Hebert localiza os banheiros do

¹⁰⁷ É curioso notar a parede em traço fino que é colocada dividindo os dois salões da fachada principal de forma bastante artificial.

andar. É também interessante notar que apenas um compartimento da faixa central do edifício abre para este corredor: a Sala do Arquivo do Tesouro.

O acesso pela fachada lateral permite ao usuário o ingresso direto à faixa central do edifício (Sala da Bolsa), e, através de um acesso ao lado (com escada), ao Laboratório de Análises. Outra escadaria secundária com elevador dá acesso ao piso superior. Do outro lado do pátio, estão o arquivo e a 3ª diretoria, acessados pela entrada principal.

A ala voltada para o porto abriga a Mesa de Rendas do Estado, possuindo subdivisão similar à da ala principal do outro lado. O acesso, embora menor, é demarcado por duas colunas que suportam um frontão, seguido por uma sala quadrada com quatro colunas que distribuem os fluxos internos.

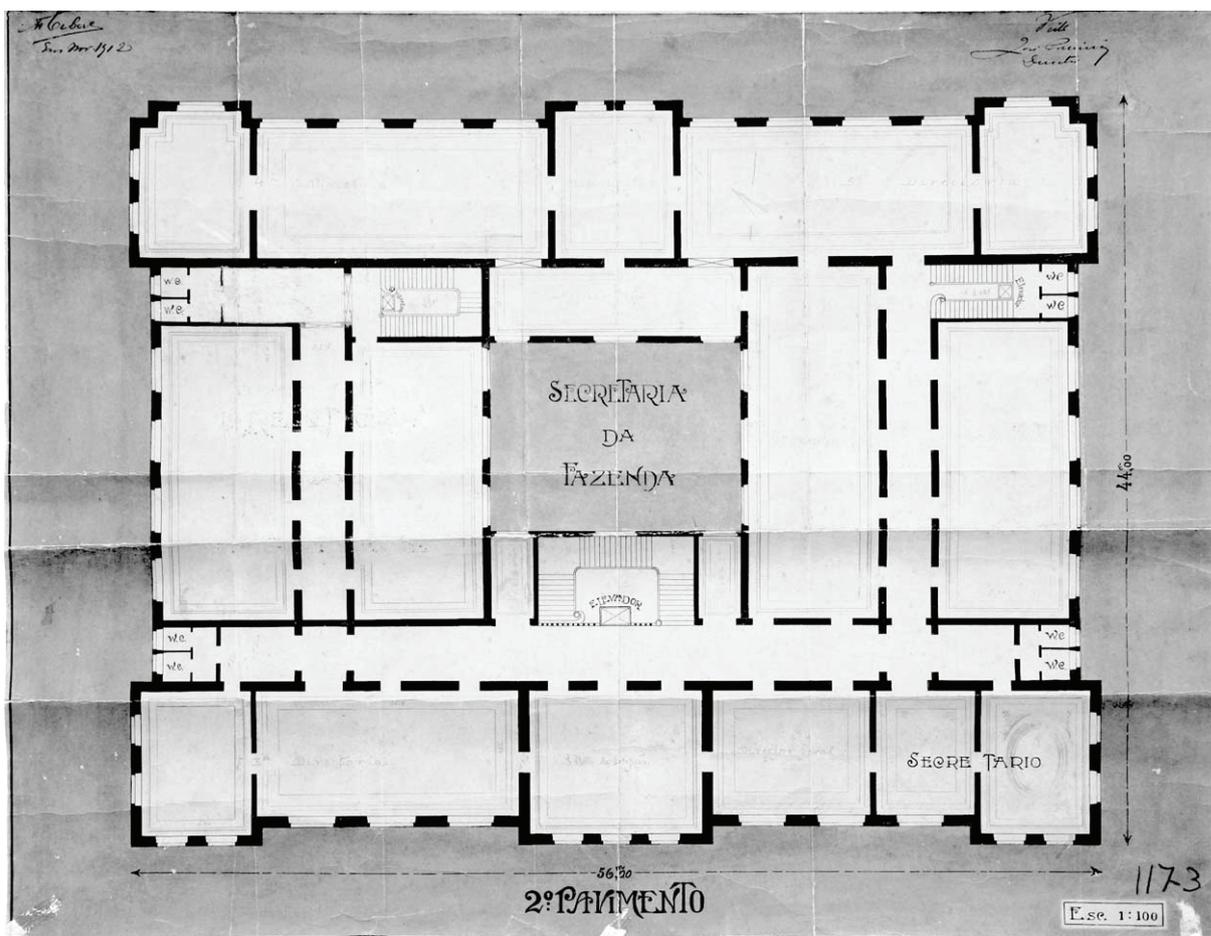


Figura 120: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – planta do segundo pavimento – novembro de 1912. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A planta encontrada do segundo pavimento não traz nome nos compartimentos, mas demonstra que mantém o mesmo zoneamento encontrado na planta do primeiro pavimento: salas da Secretaria da Fazenda junto à fachada principal e lateral

esquerda; salas da Bolsa e Diretoria de Higiene junto à fachada lateral direita; e salas da Mesa de Rendas junto à fachada posterior do edifício. A previsão de espaços independentes para as diferentes acomodações foi uma exigência do projeto.

A fachada principal da Secretaria da Fazenda demonstra certa semelhança com o segundo esboço de fachada para o Palácio do Governo no que diz respeito à organização das partes e ao telhado utilizado no edifício. A fachada apresenta organização simétrica com corpo central, alas intermediárias e volumes em ressaltado nas extremidades. Todavia, existe uma diferença: as alas intermediárias são bem maiores e o volume de entrada, menor. Todas as partes do edifício apresentam acabamento rusticado e cobertura independentes com telhados tipo mansarda.

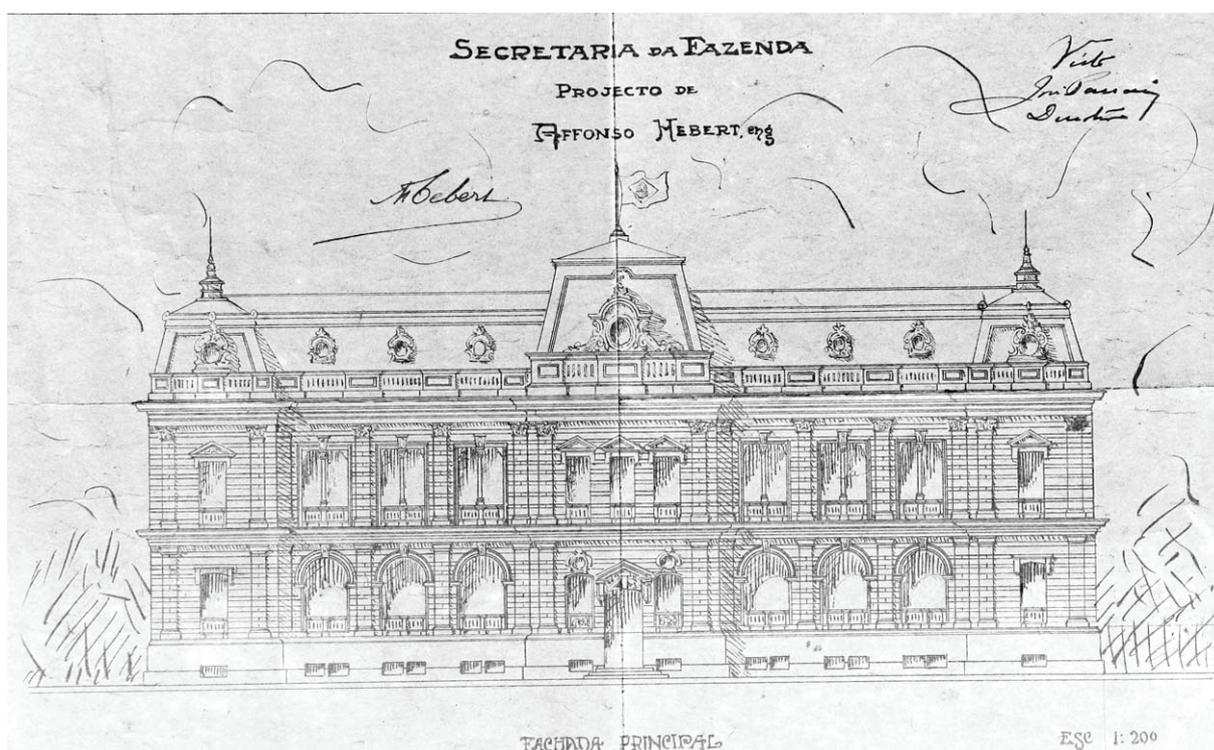


Figura 121: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – fachada principal – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

O edifício se apresenta em base alta, que corresponde à parte dos porões com aberturas retangulares. Sobre esta base, ergue-se o primeiro piso caracterizado pelas janelas em arco pleno e pelo portal de entrada que rasga o embasamento e é encimado por frontão. No segundo piso, as janelas são retangulares com pequenas colunas no centro. No pavimento central, surgem três janelas menores com frontões. Toda a fachada apresenta acabamento rusticado, incluindo as pilastras, que têm capitel dórico no primeiro piso e coríntio no segundo piso. Os pavilhões laterais

repetem as janelas menores do pavimento central. A cobertura em telhado tipo mansarda se volumetriza, criando uma terceira faixa longitudinal, onde os pavilhões central e lateral são correspondidos por projeções.

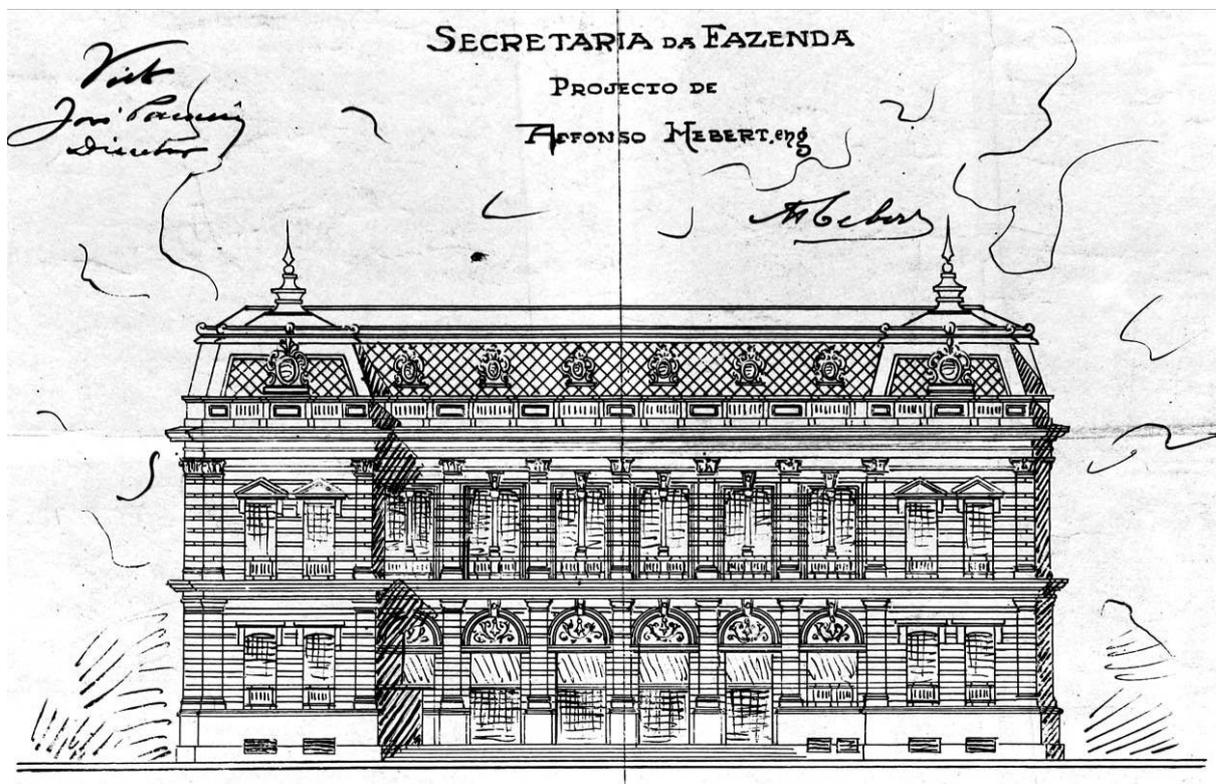


Figura 122: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – fachada lateral – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A fachada lateral também apresenta organização simétrica, porém somente com corpo principal e volume em ressalto nas extremidades. O corpo principal é formado por seis intercolúnios e apresenta as mesmas características das alas intermediárias da fachada principal. Porém, aqui as aberturas da base apresentam bandeira decorada. Esta fachada é bastante importante, pois se abre para a Avenida Sepúlveda e tem a entrada da bolsa de Negócios, local de concorrência de público e dotado de um salão com cinco colunas em fileira.

Os volumes em ressalto das extremidades recebem, novamente, pilastras que demarcam a saliência. As aberturas repetem a solução dada ao ressalto da extremidade da fachada principal, porém aparecem duplicadas nos dois pavimentos. O coroamento é dado pela platibanda que intercala elementos cheios e vazados, seguida do telhado em mansarda.

A fachada posterior, voltada para o porto, apresenta a mesma organização que a fachada principal: corpo central, alas intermediárias e volumes em ressalto nas

extremidades, porém, o tratamento é diferente. O corpo central apresenta, novamente, pilastras que destacam o volume. A base recebe um pórtico de colunas dóricas que demarca o acesso à Mesa de Rendas, dado por uma abertura retangular com bandeira. Esta é a única oportunidade que Hebert emprega colunas no exterior do edifício. O pavimento superior é caracterizado por duas janelas retangulares encimadas por frontão retangular. Outra diferença, é a ausência de projeção mais alta na cobertura, como ocorre na fachada principal.

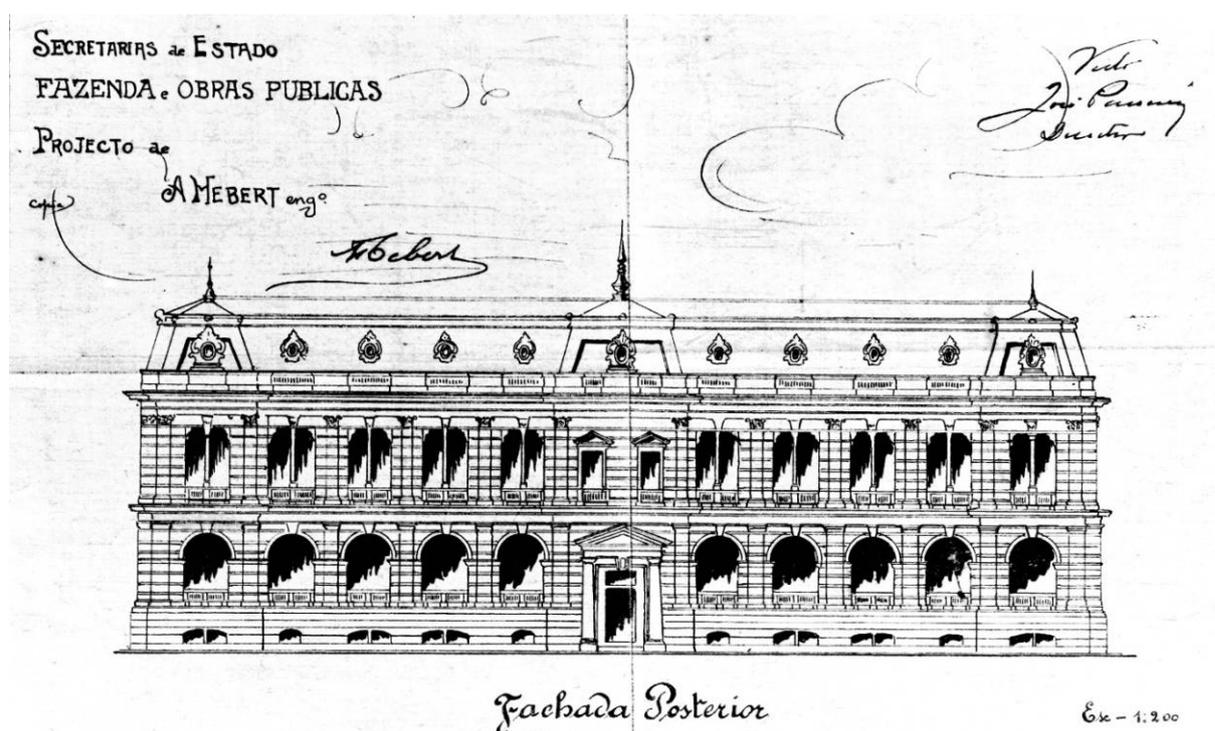


Figura 123: Projeto para a Secretaria da Fazenda, por A. Hebert – fachada posterior – sem data. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

As alas de transição, formadas de quatro intercolúnios e os volumes em ressalto das extremidades, formados por um intercolúnio, apresentam a mesma caracterização da fachada lateral.

A cobertura do edifício é feita por telhados tipo mansarda independentes para cada parte da fachada. Esses telhados são ornados por óculos que, nas alas de transição, acompanham o intercolúnio proposto; e apresentam um pináculo nos volumes central e de extremidade.

Como foi mencionado acima, o projeto de Hebert para a Secretaria da Fazenda não saiu do papel. Foi construído no mesmo local um edifício projetado por Teófilo Borges de Barros em 1924. Ao contrário de Hebert, que propõe um edifício

composto de um bloco único, Borges de Barros propõe para um lote dois edifícios distintos separados por uma rua interna.



Figura 124: Foto do edifício da Secretaria dos Negócios da Fazenda por Teófilo Borges de Barros, década de 1930. Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre e Moysés Velinho.

3.4. O final da trajetória de Hebert

Em 25 de janeiro de 1913, Borges de Medeiros retorna ao Governo do Estado e permanece até 25 de janeiro de 1928. Borges dá continuidade ao esforço de transformar a Porto Alegre provinciana da era imperial numa cidade com ares metropolitanos. Durante o seu Governo, são construídos pelo Estado, na cidade: a ampliação do Arquivo Público do Estado (A. Hebert); a Escola Elementar na Praça General Osório, atual Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dorneles (A. Hebert); a ampliação do edifício da Biblioteca Pública do Estado (A. Hebert); a Escola Complementar na Rua General Auto, atual Escola de 1º e 2º Graus Paula Soares (T. B. Barros); O Panteon do Estado (não construído, T. B. Barros); a Secretaria da Fazenda (T. B. Barros); e a Secretaria de Obras Públicas (T. B. Barros). Na universidade são construídos: o Instituto de Meteorologia, atual prédio da Rádio da Universidade (A. A. Stern); o Instituto de Química (autor desconhecido); e o Instituto Parobé (C. Hoogenstraaten).

A construção privada também cresce. Nessa fase são construídos os edifícios: do Jornal “A Federação” (atual Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa de, T. B. Barros); Edifício Ely (T. Wiedersphan); Hotel Majestic (atual Casa de Cultura Mário Quintana, de T. Wiedersphan); Banco Nacional do Comércio (atual Santander Cultural, de T. Wiedersphan); Livraria do Globo (Boni), Auditório Araújo Viana (Schlupmann), Cine-Teatro Imperial (de Lucca, Weindoerfer), entre outros.

Com a aposentadoria compulsória de Hebert, o cargo de Chefe da Seção de Obras Públicas foi confiado ao arquiteto Teófilo Borges de Barros. Até então, o trabalho de Barros na Diretoria era resumido a tarefas supervisionadas por Hebert e fiscalização de obras. Quando Hebert ficou enfermo, Barros foi chamado para substituí-lo por ser o funcionário mais antigo e que mais tempo trabalhou ao seu lado.

As obras produzidas Hebert, neste período, limitam-se à Escola Elementar na Praça General Osório (1913-1922); e a ampliação do edifício da Biblioteca Pública do Estado (1913/1919-1923), analisado juntamente com a primeira fase de construção do edifício. A seguir, será analisado o projeto da Escola Elementar da Praça General Osório, a última obra conhecida da trajetória profissional de Hebert.

3.4.1. Escola Elementar da Praça General Osório

Descrição: “Projeto de um edifício para Escola Elementar na Praça General Osório, por A. Hebert”

O projeto da Escola Elementar começou a ser desenvolvido por Affonso Hebert durante o segundo semestre de 1913. Neste mesmo ano, foi aberta concorrência pública para a execução da obra. Das propostas apresentadas ¹⁰⁸, foi escolhida a propostas de Manoel Itaquy e Roberto Roncoli, que se comprometeram a começar as obras após um mês da assinatura do contrato e concluí-las dentro do prazo de 20 meses, salvo caso força maior. O contrato previa medições mensais, de acordo com a qualidade das obras realizadas, fazendo a retenção de 10% em cada medição, conforme o Regulamento da Diretoria de Obras Públicas do Estado.¹⁰⁹

As obras de execução foram começadas em fevereiro de 1914. Em junho do mesmo ano, o Governo suspendeu-as em função da guerra, mantendo-se paralisadas por dezenove meses. Em dezembro de 1915, as obras foram retomadas com a verba das medições limitadas.

Em janeiro de 1916, foi feita a primeira medição, ou a quinta, a partir do começo da obra. No mês de junho, foi paga a nona medição aos empreiteiros. Neste mês, o edifício já estava com todas as paredes no respaldo do telhado. No entanto, segundo o relato Diretor José Coelho Parreira em 1916, a verba destinada à Escola Elementar seria reduzida, atrasando o andamento da obra. Neste mesmo Relatório, o Diretor faz um apelo ao Presidente para a conclusão de alguns serviços, antes da redução da verba.

(...) é pena que tenhamos que reduzir a metade as futuras medições do atual semestre, para podermos agir dentro da verba que dispomos.

Parece de bom aviso que se, pelo menos, tratássemos de cobrir o edifício e fazer a esquadria dos vãos exteriores. Para isso bastaria o governo se resolvesse a gastar mais o seguinte (...) no total de 33:141\$000.

Esta importância precisaria ser acrescida à verba de 30:000\$000, que já foi concedida. Seria uma medida de alcance, porque conservaria o que já foi feito, livrando assim as alvenarias da ação as intempéries. (...) (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1916, p.27-28)

¹⁰⁸ Apresentaram propostas para a execução do edifício: João Bade, Manoel Itaquy e Roberto Roncoli, José Hruby, Domingos Berolotti e Francisco Tomatis, Germano Brand, Engenheiros Ahrons, Tellini & Filhos e Santiago e Borba & Cia.

¹⁰⁹ Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1914, p. 71-72.

O apelo foi atendido. No segundo semestre de 1916, as obras já estavam bastante adiantadas e o resultado parece agradar ao Diretor da Secretaria de Obras Públicas do Estado:

(...) Todos os pisos, dos diversos pavimentos estão prontos para receberem o *linoleum* ou qualquer outro revestimento que se lhes queira dar.

As esquadrias externas estão prontas e executadas com muita precisão e bom material.

Os revestimentos das paredes internas também estão concluídos.

A fachada está sendo revestida, já se achando prontificado um terço da sua superfície (...)

Esta construção, um bom projeto do arquiteto Affonso Hebert, tem sido realizada com esmero e capricho, sob sua direção. É um edifício sólido e bem adequado ao fim que se destina. (Relatório de Obras Públicas do Estado, 1917, p. 527-528)

Em 1918, os empreiteiros se recusaram a prosseguir os trabalhos pelos preços contratuais e, havendo fracassado a tentativa de acordo por arbitramento, foi rescindido o contrato. O Governo revisou o orçamento das obras necessárias para a conclusão do edifício e abriu nova concorrência pública.¹¹⁰

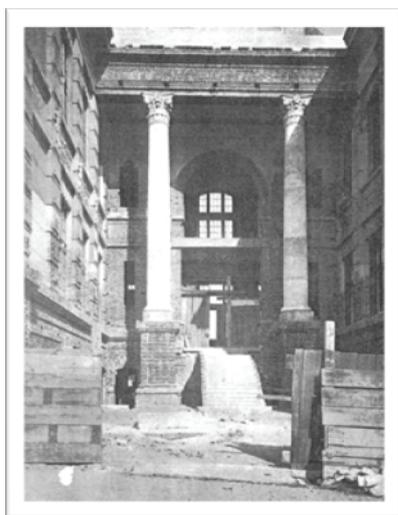


Figura 125: Foto da Escola Elementar da Praça General Osório em construção – acesso principal – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página.

Figura 126: Foto da Escola Elementar da Praça General Osório em construção – fachada lateral, junto à Praça e fachada principal – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página.

Foram recebidas três propostas para a conclusão das obras da Escola.¹¹¹

Novamente, foi aceita a proposta do empreiteiro Manoel Itaquy, que concluiu as obras e se comprometeu pelos reparos no edifício até 10 de dezembro de 1920,

¹¹⁰ Relatório da Secretaria de Obras Públicas, 1918, p. V.

¹¹¹ Manoel Itaquy, João Cattani e Walter Dreschler encaminharam proposta para a conclusão das obras da Escola complementar.

mesmo que este já tivesse sido entregue, provisoriamente, para a Secretaria do Interior.¹¹²

A Escola Elementar passou a ser chamada de Colégio “Fernando Gomes” a partir dos Relatórios da SOP do ano de 1919. Durante o ano de 1920, foram feitos alguns reparos como o revestimento de todos os pisos com *linolium*, a substituição de vidros quebrados; o revestimento do teto das salas com lona (a fim de ser evitada a ressonância em função do elevado pé-direito); a adaptação de compartimentos na fachada leste para abrigar a moradia do porteiro do estabelecimento e a construção de escadas de madeira entre o porão e o primeiro pavimento. Em 18 de março de 1920, foram instaladas as aulas e entregue, definitivamente, o edifício à Secretaria do Interior.¹¹³

Em junho 1921, foi contratada a Casa Lux para fazer a instalação elétrica nos compartimentos da ala esquerda e nos porões. Em novembro do mesmo ano, trabalhou-se no preparo do terreno fronteiro ao Colégio, que pertence ao estado, a fim de ser aproveitado para o recreio das crianças.¹¹⁴

No mês de janeiro de 1922, foram instaladas duas estátuas de ferro bronzeado, importadas da França. Estas estátuas ocuparam os pilares externos da escada principal da entrada. Durante o mês de março, procedeu-se o desaterro e nivelamento do terreno fronteiro ao edifício do Colégio. E em agosto do mesmo ano, foi assentada a decoração em mosaico no frontão principal.¹¹⁵

Em 1946, a instituição passou a se chamar Escola Técnica Feminina Senador Ernesto Dornelles, abrigando os cursos industrial e técnico para moças em regime de internado e semi-internado. Foram ministrados cursos de artes; serviços, confecções e contabilidade doméstica; e nutrição. Na década de 1980 a instituição se tornou Escola Técnica Estadual e começou a aceitar alunos de ambos os sexos. Atualmente a escola oferece o ensino médio e o ensino técnico profissionalizante em Decoração, Nutrição e Prótese Dentária.¹¹⁶

¹¹² Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1919, p. 09-10.

¹¹³ Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1920, p. 10.

¹¹⁴ Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1921, p. 11.

¹¹⁵ Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1922, p. 08.

¹¹⁶ Ver Histórico da escola em comemoração aos seus 60 anos. Porto Alegre: Escola Estadual Senador Ernesto Dornelles: Secretaria, 2006.

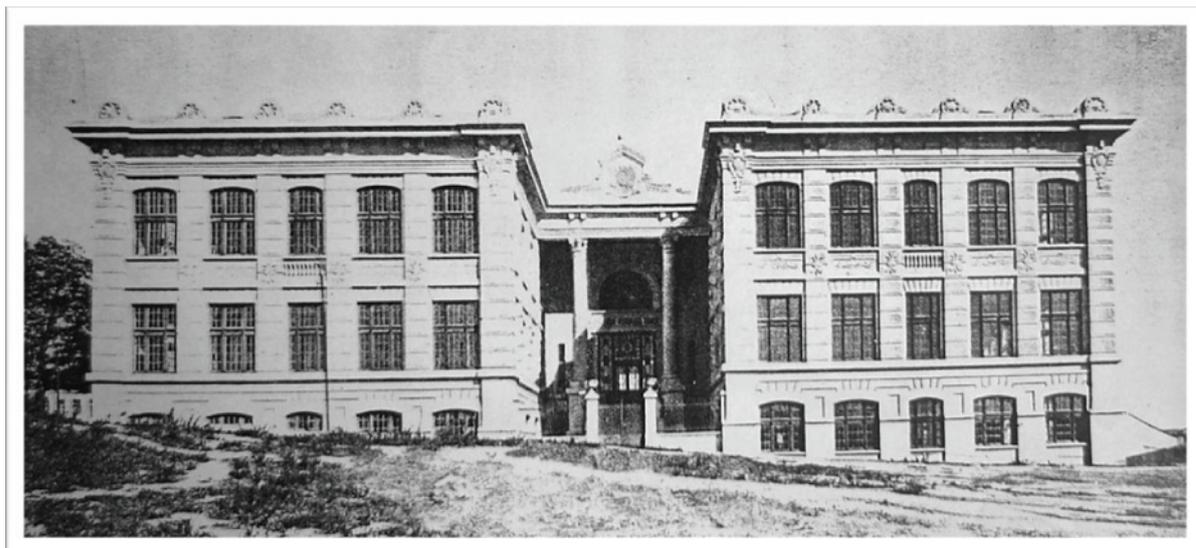


Figura 127: Escola Elementar da Praça General Osório – fachada lateral, junto à Praça – 1918. Fonte: Álbum da cidade de Porto Alegre: comemorativo do 1º Centenário da Independência 1822-1922, sem página.

Deste edifício foram encontradas: uma prancha do “Projeto de um edifício para Escola Elementar na Praça General Osório, por A. Hebert” contendo a fachada principal, um corte simplificado e a planta do pavimento térreo, datada de setembro de 1913; um corte referente ao projeto de “Esgotos para Edifício do Colégio Elementar, por Hebert”, de março de 1914; e uma prancha contendo “Detalhes da Fachada do Edifício do Colégio Elementar, por A. Hebert”, de 20 de abril de 1914. Foram utilizadas, ainda, plantas do edifício provenientes de um levantamento realizado em 1935: planta do porão, planta do térreo, planta do segundo pavimento e plantas das galerias.

O edifício da Escola Elementar foi projetado para abrigar alunos de internato. O projeto de Hebert constitui um bloco único com porão, pavimento térreo, segundo piso e galerias. Apresenta uma implantação em “U” com pequeno pátio de acesso voltado para frente, junto ao alinhamento, em um lote que constitui um quarteirão ao lado da Praça General Osório ¹¹⁷, sendo o acesso principal pela Rua Duque de Caxias.

O ingresso ao edifício ocorre exclusivamente pela fachada principal, através do pátio em recesso. No bloco central do edifício uma galeria com duas colunas colossais de

¹¹⁷ Segundo AMARAL (2001) A Praça General Osório é conhecida como “Alto da Bronze”, o espaço foi um largo até o início do século XX. Em 1887 foi ajardinada, e em 1926, foi transformada no primeiro “Jardim de recreio de Porto Alegre”. O aspecto atual da Praça lhe foi concedido em 1970. Na praça existem as placas “Alto da Bronze” e General Osório.

ordem coríntia demarca monumentalmente o acesso principal. Nas duas laterais da escadaria principal, duas escadas menores levam para o nível do porão ¹¹⁸.

Todos os pavimentos (exceto as galerias) apresentam a mesma compartimentação e zoneamento. O sistema de circulação horizontal é feito por corredores dispostos em “H”, como na maioria dos projetos de Hebert. Já a circulação vertical é feita pela escada principal de cinco lances, localizada no centro do edifício.

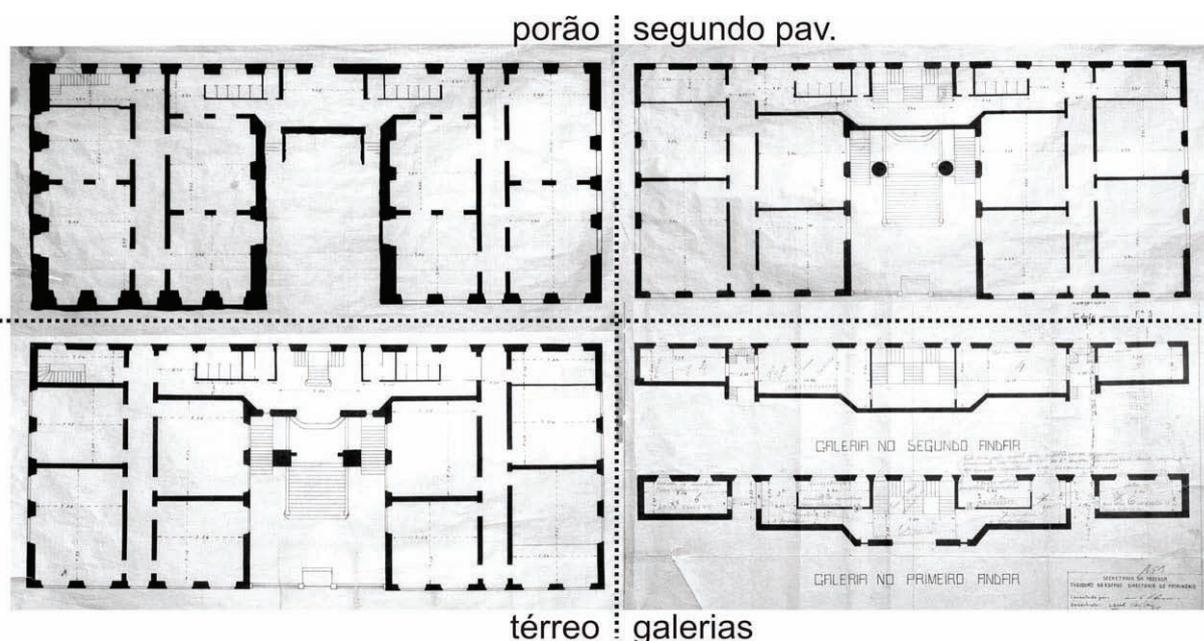


Figura 128: Escola Elementar, levantamento realizado em 1935 – montagem com recortes das plantas: porão, primeiro pavimento, segundo pavimento, galerias – 1935. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Trata-se de uma planta simétrica tripartida: um tramo central e dois corpos laterais iguais. No tramo central está localizada a escada e nas suas laterais estão os banheiros. Segundo WEIMER (2003), a Escola Elementar foi o primeiro edifício escolar com banheiros em todos os andares ¹¹⁹. Nos corpos laterais estão as salas, junto à parede mais externa e duas junto à parede do pátio interno, separadas por um corredor.

Em função do elevador pé-direito (em torno de 6,60m¹²⁰), foram criadas galerias para o térreo e segundo pavimento. Estas galerias se sobrepõem à área do corpo central e se estendem sobre as salas da fachada posterior e podem ser acessadas pela

¹¹⁸ Esta disposição de acessos é também encontrada no projeto de Hebert para a Assembléia dos Representantes de 1912.

¹¹⁹ Ver WEIMER (2003), p. 218.

¹²⁰ Não foram encontradas razões que justificassem a adoção de tal pé-direito. Entre as hipóteses estariam razões de ordem higiênica ou o possível uso de mezaninos. Todavia, a questão permanece em aberto.

escada principal e por escadarias secundárias simetricamente dispostas entre os banheiros e as salas de menor área junto nas esquinas da fachada de fundo com as fachadas laterais.

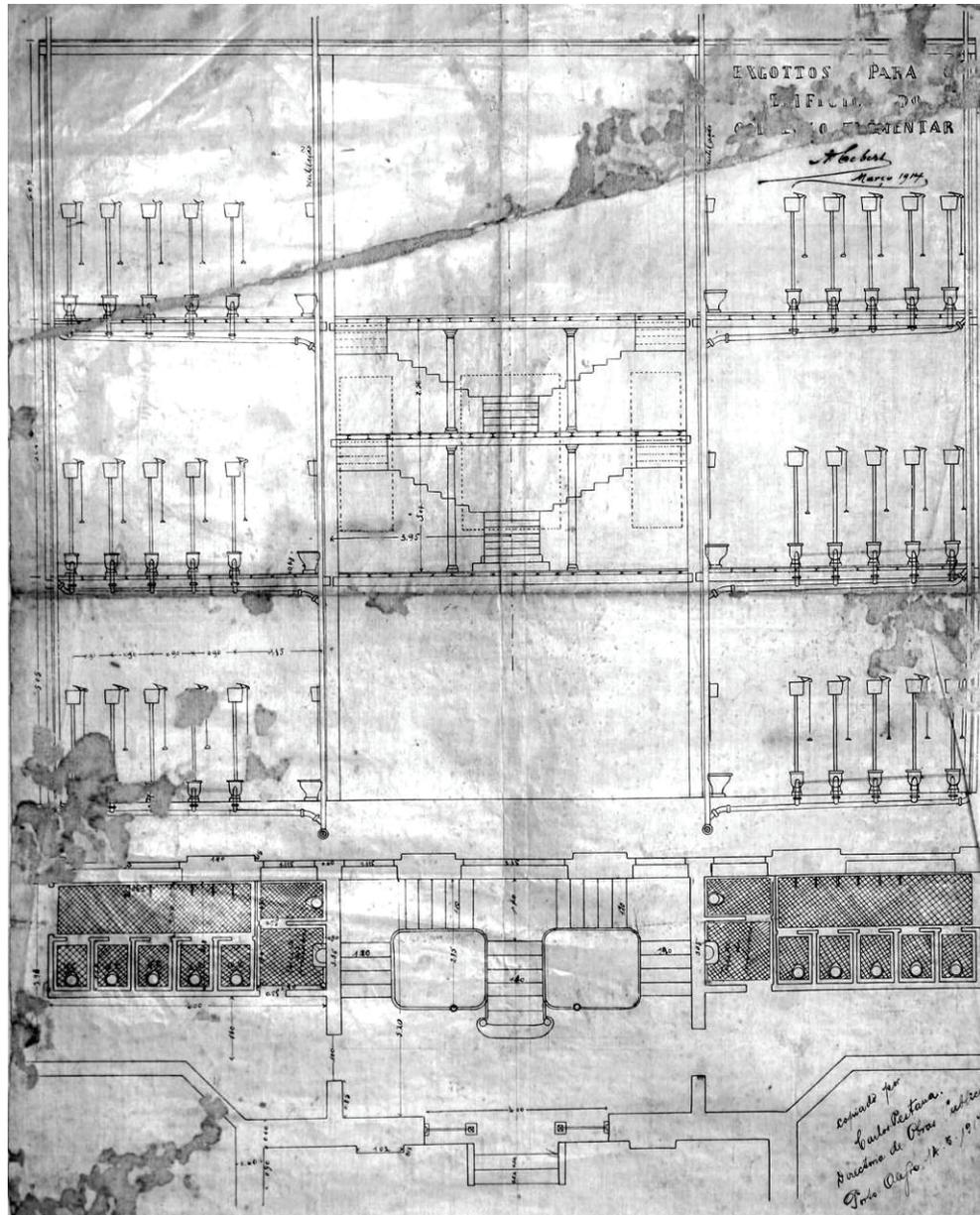


Figura 129: Projeto para a Escola Elementar, por A. Hebert – Esgotos para Edifício do Colégio Elementar, por Hebert – março de 1914. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A fachada principal apresenta organização simétrica com um corpo central e alas laterais e superfície totalmente rusticada. O tramo central é bastante recuado em relação às alas laterais, configurando, assim, um pátio interno à sua frente. O volume é destacado pelo recorte do pátio que dá acesso ao átrio, o qual é demarcado por duas colunas de ordem colossal coríntia e encimado por um ático

com o brasão do Estado. Esta entrada de notável monumentalidade é pouco freqüente na obra de Hebert¹²¹.

Na primeira fachada apresentada por Hebert, este volume era encimado por um ático ornado com a data do edifício. A abertura de acesso é retangular em ferro e encimada por um mural de mosaico em arco pleno. As aberturas que dão acesso ao subsolo, em arco abatido, iluminam e ventilam o portão.

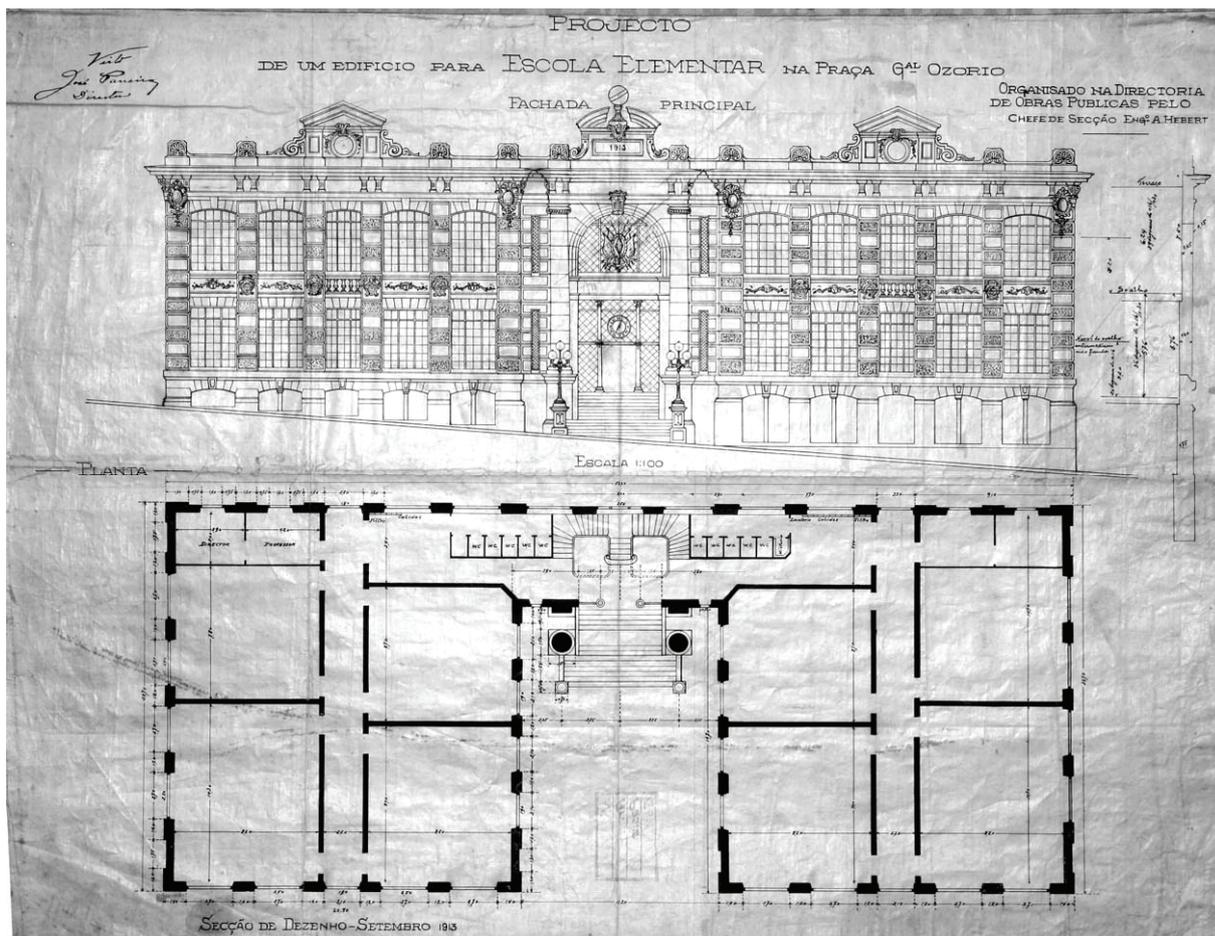


Figura 130: Projeto para a Escola Elementar, por A. Hebert – fachada principal, corte de pele e planta do térreo – setembro de 1913. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

As alas laterais são formadas por cinco intercolúnios demarcados por pilastras rusticadas, de ordem imprecisa. As pilastras das extremidades, um pouco mais largas e mais salientes que as pilastras intercaladas entre as janelas, são encimadas por um óculo decorado junto ao entablamento. O intercolúnio central, referente ao corredor, é menor que os demais. Na primeira fachada apresentada por Hebert, esse detalhe era demarcado na cobertura por um coroamento diferente dos demais,

¹²¹ O projeto de Hebert para Assembléia dos Representantes de 1912 faz uso de uma entrada monumental.

com um óculo emoldurado seguido de um frontão triangular. No entanto, no detalhe da fachada definitiva, assim como no edifício finalizado, esse destaque não aparece, favorecendo a unidade do edifício. A base é caracterizada por aberturas que variam sua altura em função do desnível do terreno. As janelas referentes ao pavimento térreo são retangulares, mas as referentes ao segundo pavimento são em arco abatido, com guarda-corpo decorado com aplicações, exceto o da janela central que apresenta balaustrada. O coroamento destas alas é dado por um entablamento, seguido de uma platibanda cheia, com ornamentações de conchas que obedecem ao intercolúnio proposto nos demais pavimentos.

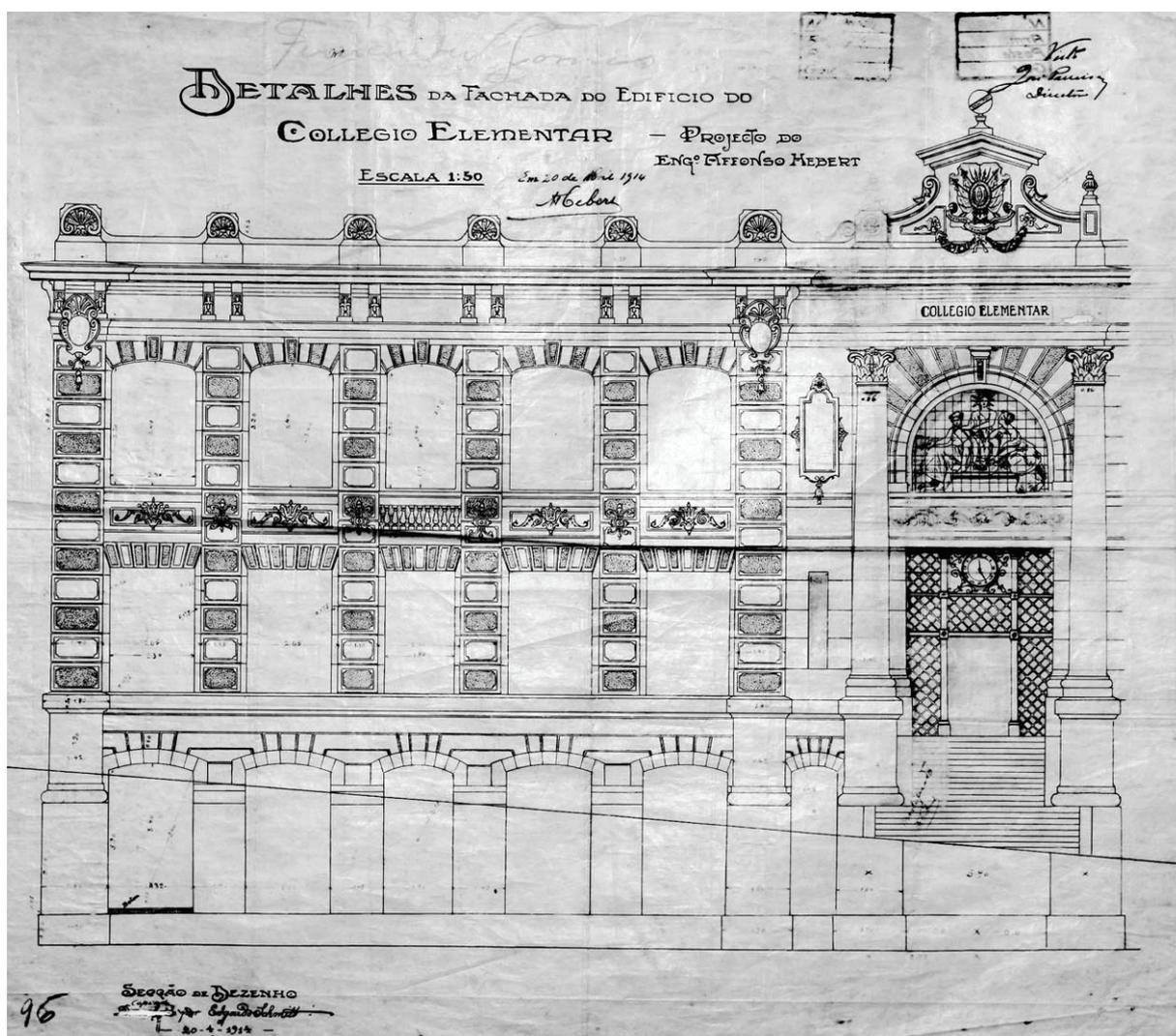


Figura 131: Projeto para a Escola Elementar, por A. Hebert – detalhe da fachada principal – abril de 1914. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

As demais fachadas do edifício seguem a solução dada às alas laterais. As fachadas laterais são formadas por seis intercolúnios, sendo os das extremidades cegos, ou seja, sem aberturas e com acabamento liso.

A fachada posterior é formada por treze intercolúnios intervalados por pilastras rusticadas, individualizados em três grupos: cinco intercolúnios de diferentes dimensões nas extremidades da fachada e três intercolúnios também diferentes entre si no centro, demarcando uma porta de acesso secundário. Essa divisão é feita por pilastras um pouco mais largas e mais salientes que as outras, que vêm encimadas por um óculo decorado junto ao entablamento. Essas mesmas pilastras são encontradas nas extremidades de todas as fachadas. O coroamento dado a essa fachada é o mesmo das fachadas laterais e das alas laterais.

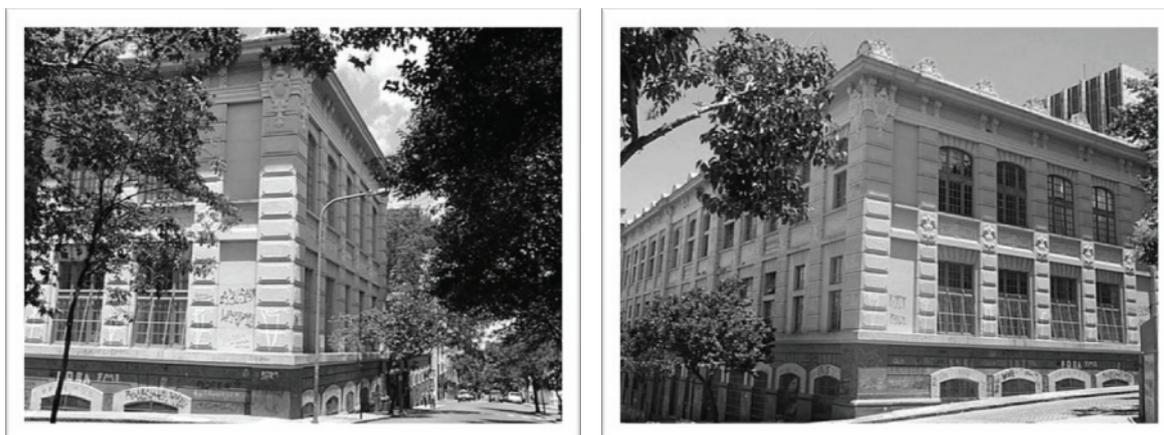


Figura 132: Foto da Escola Elementar da Praça General Osório – fachada lateral esquerda e fachada principal, a partir da Rua Duque de Caxias – 2006. Fonte: Foto da autora.

Figura 133: Foto da Escola Elementar da Praça General Osório– fachada lateral direita e fachada de fundos, a partir da esquina das Ruas General Vasco Alves e Fernando Machado – 2006. Fonte: Foto da autora.

O projeto de Hebert para a Escola Elementar apresenta um ecletismo bastante exótico onde a referência clássica se manifesta nas colunas da entrada. De resto, o edifício apresenta uma profusão de elementos que relembram a fachada do projeto para o Palácio do Governo.

Este edifício é bastante semelhante em composição ao edifício da Escola Complementar da Rua General Auto (atual Escola de 1º e 2º Graus Paula Soares) projetado por Teófilo Borges de Barros, em 1918¹²². Os dois edifícios apresentam: planta em forma de “U”, com pátio voltado para frente do edifício, e fachada principal de organização simétrica com um corpo central e alas laterais.

No entanto, os dois edifícios, embora ecléticos, diferem bastante em linguagem. Borges de Barros propõe fachadas ecléticas de base clássica, articulados por uma

¹²² Ver Relatório da Secretaria Obras Públicas do Estado, 1919, p. 10.

ordem coríntia colossal. Já Hebert projeta fachadas ecléticas exóticas, que utilizam elementos e ornamentos mais diversificados, sem rigor na referência utilizada.

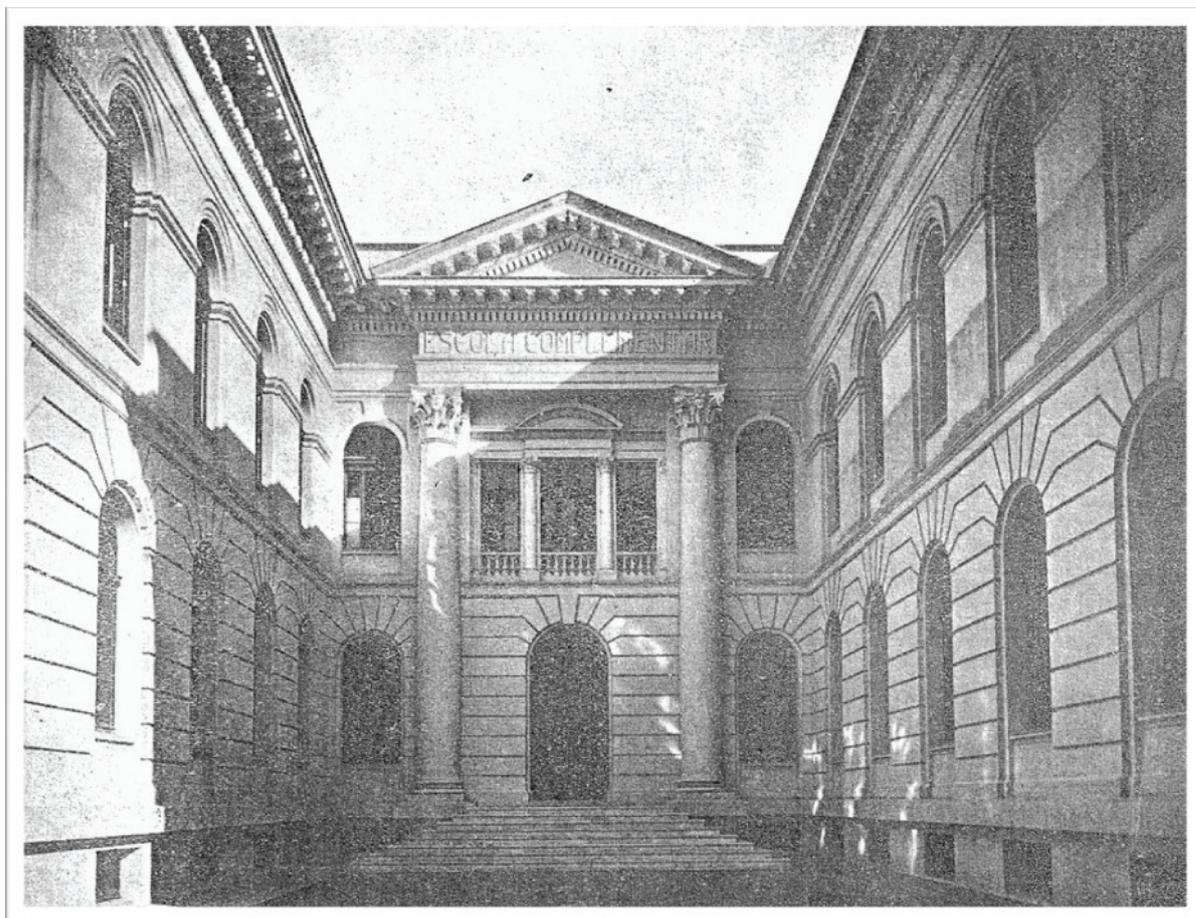


Figura 134: Foto da Escola Complementar da Rua General Auto, por Teófilo Borges de Barros, concluída – acesso principal – 1922. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1922, sem página.

Considerações Finais

4. Considerações finais

Com o advento da República, o anseio de sintonizar o poder constituído com o novo cenário urbano, que simbolizasse a modernidade, estimulou a construção civil em vários âmbitos da sociedade gaúcha, nas esferas públicas: estadual e municipal, no contexto eclesiástico e na iniciativa privada. Neste estudo, buscou-se interpretar a arquitetura produzida pelo poder público do estado Rio Grande do Sul durante os primeiros anos da República em Porto Alegre, através da análise das obras do arquiteto Affonso Hebert.

Durante este período, o ecletismo foi adotado como linguagem arquitetônica, sendo considerado o meio de expressão genuíno de uma nova ordem relativa à instauração da República como sistema de Governo. Esta adoção foi favorecida pelas repercussões da Revolução Industrial, que influenciaram na consolidação do capitalismo como sistema produtivo, e ainda relacionado ao processo de urbanização daí decorrente, comandado pela burguesia como classe dominante. O ecletismo como linguagem expressou a ascensão da nova classe, tornando o mito da modernidade e do progresso uma aspiração legítima de todo o conjunto da sociedade. No aspecto simbólico e ideológico, o ecletismo representou a superação de valores monárquicos através da apropriação das imagens do passado pela burguesia emergente.

Autores como DOBERSTEIN (1992) e WEIMER (1983) dão conceitos diferentes para a arquitetura produzida na época. DOBERSTEIN (1992) defende que a arquitetura produzida em Porto Alegre, nas duas primeiras décadas do século XX, manifesta a ideologia de dois grupos patrocinadores. Na estatúria fachadista e monumental oficial, traduziu-se o ideário positivista do grupo que controlava o aparelho do Estado, enquanto que, na estatúria fachadista civil, plasmou-se a ideologia de seus patrocinadores, seja enquanto homens de negócios, seja enquanto descendentes de imigrantes. WEIMER (1983), por outro lado, argumenta que existiam duas arquiteturas diferentes. Uma delas era a arquitetura civil, com volumes mais recortados e onde o jogo de claro e escuro admitia muitos cinzas intermediários. Decorada com obras de escultura, rica, variada, sua forma era mais aberta e onde as cúpulas de cobre eram elementos indispensáveis para imprimir maior dinâmica da forma. A outra era a arquitetura oficial, mais rígida e geométrica. Com platibandas horizontais que escondiam o telhado e o tratamento das fachadas

era mais contido e subordinado às regras clássicas, onde Vignola era a fonte da inspiração. Esta era representada pelos profissionais liberais que tentavam interpretar as aspirações das classes em ascensão, enquanto aquela era representada por arquitetos das obras públicas que tentaram interpretar as ideologias dos políticos.

Embora sejam inegáveis as influências ideológicas e políticas na construção civil, é difícil ligar diretamente um determinado estilo de arquitetura a grupos políticos específicos. A adoção de estilos parece muito mais ligada a fatores culturais do que políticos ou econômicos.

O ecletismo em Porto Alegre apresenta várias correntes. O poder público, seguindo a tradição neoclássica da arquitetura oficial do Império, adota uma base clássica em suas realizações. O fato de Hebert ter trabalhado com Álvaro Nunes Pereira explica estas conexões em seus primeiros anos de trabalho. Contudo, Hebert também estava atento à arquitetura eclético-clássica produzida na Europa desde meados do século XIX. Por estas associações com a antiguidade grega e romana, o classicismo era o estilo mais naturalmente vinculado aos novos regimes republicanos do século XX.

Outras vertentes ecléticas vigentes na capital gaúcha nesta época eram o neogótico, o neobarroco e o art nouveau (“Arte Nova”). O neogótico aparece na arquitetura eclesiástica, que é introduzida na Capela do Divino Espírito Santo (1882/84) e tem seqüência numa série de outras Igrejas (Igreja Luterana da Praça Otávio Rocha, Capela do Menino Deus, Catedral Anglicana, Igreja São Pedro, etc.). O neogótico surge em Porto Alegre como expressão de uma tendência no mundo ocidental desde o século XX, que privilegiou este estilo para a arquitetura eclesiástica. O neobarroco tem papel de destaque na configuração urbana de Porto Alegre nesta época. Ele se deve ao predomínio alemão na iniciativa privada da cidade. Arquitetos de origem alemã (Theo Wiedersphan, Hermann Menchen, etc.) fizeram grandes projetos para empresas (em sua maioria alemãs) e para o Governo Federal. A linguagem neobarroca destas obras se vincula ao contexto formativo dos arquitetos alemães. O art nouveau é mais episódico em Porto Alegre, ocorrendo em alguns prédios isolados e de forma mais intensa na obra de Manoel Itaquí, no campus central da UFRGS.

Cabe ainda mencionar que neste período passam a surgir estruturas metálicas incorporadas aos edifícios. Algumas dessas estruturas são partes importadas como

a escadaria da Biblioteca Pública do Estado. Todavia, existem obras onde a estrutura metálica assume um papel compositivo importante. Neste sentido, destaca-se o projeto de Hebert para o Arquivo Público do Estado, cujos interiores são articulados por séries de escadarias metálicas, interligando pisos do mesmo metal.

Hebert transita entre um ecletismo mais limpo (Arquivo Público, Secretaria da Fazenda, Penitenciária e Biblioteca Pública) e outro mais carregado (projetos para o Palácio do Governo e Escola Elementar da Praça General Osório). O primeiro ecletismo tem referências claras à tradição clássica, apresentando colunas com capitéis clássicos e demais elementos (frontões, molduras, bases, nichos, balaustradas e entablamentos). O segundo tipo de ecletismo é mais variado nas referências ornamentais, com a presença de motivos exóticos e referências menos claras à tradição clássica. Alguns projetos, como o projeto para a Assembléia dos Representantes, parecem ficar entre estes dois extremos.

Apesar de seu pioneirismo na introdução do ecletismo classicista em Porto Alegre, os maiores méritos de Hebert talvez estejam na área do desenho urbano. Suas fachadas são composições que organizam cenários para o viver urbano. A primeira fase da Biblioteca Pública aparenta ser uma tela com pouca espessura que traduz, em sua decoração, os valores do classicismo e da doutrina positivista. Porém, o grande destaque, nesse sentido, é o projeto para o Arquivo Público, o qual é concebido como um edifício-arrimo que cria praças em desnível, interligando as partes alta e baixa do centro da cidade. Embora no presente essas qualidades não sejam mais visíveis, imagens de época mostram as qualidades urbanas da intervenção, que talvez seja o maior legado de seu criador.



Figura 135: Foto aérea da Praça Marechal Deodoro, após a construção do Monumento a Júlio de Castilhos. Fonte: Acervo da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Figura 136: Foto da Biblioteca Pública do Estado | 1ª fase – obra concluída – 1918. Fonte: Relatório de Obras Públicas da Secretaria de Obras do Estado de 1918, sem página.

Referências Bibliográficas

Livros

ALVES, José Francisco. *A Escultura Pública de Porto Alegre: história, contexto e significado*. Porto Alegre: Ed. Artfolio, 2004.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. *Espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana*. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 23, n. 1, p. 109-121, set. 2001.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Um olhar sobre o antigo Egito no novo mundo: a biblioteca pública do rio grande do sul, 1922*. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v. XXVII, n. 2, p. 153-173, 2001.

_____. (Org.). *Os escritores que dirigiram a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BELLO, Helton Estivalet. *O ecletismo e a imagem da cidade: caso Porto Alegre*. 1999. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. *Introdução à arquitetura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. *Os espaços do poder na arquitetura do período positivista no Rio Grande do Sul: o Palácio do Governo*. Porto Alegre, 1990. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 1990.

BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BRITTO, Lemos. *A nova constituição brasileira: promulgada em 16 de julho de 1934*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1934.

CALOVI PEREIRA, Cláudio; DIEFENBACH, Samantha Sonza; CALOVI, Ricardo. “Acrópole e Ágora: as novas Praças de Porto Alegre na República Velha”. In: ABREU, Silvio Belmonte de (Org.); CALOVI PEREIRA, Cláudio. (Org.). *Porto Alegre de papel: avenida e praça (1910-1980)*. Porto Alegre: PROPAR - UFRGS, 2006.

CALOVI PEREIRA, Cláudio; BARBOSA, Rinaldo; DIEFENBACH, Samantha Sonza; et CALOVI, Ricardo. *Arquitetura de Porto Alegre no período positivista*. Porto Alegre: Memorial do RS/PROPAR-UFRGS, 2007.

COMTE, Augusto. *Catecismo Positivista*. Tradução e notas de Miguel Lemos, 3ª edição. Rio de Janeiro, 1905.

CORONA, Fernando. *50 anos de formas plásticas e seus autores*. In: Enciclopédia Riograndense. Canoas: Regional, 1957. V III.

_____. *Palácios do Governo do Rio Grande do Sul: histórico de projetos, construção, obras de arte e seus autores*. Porto Alegre: [s.n], 1973.

COUTO E SILVA, Major Morency do; PIRES, Arthur Porto; SCHIDROWITZ, Leo Jeronimo (Orgs.). *Rio Grande do Sul – A imagem da terra gaúcha – obra documentária do estado sulino, fronteira extrema do Brasil: sua história e evolução, seu trabalho criador, sua paisagem e seus homens*. Porto Alegre: Editora Cosmos Ltda.

CRUZ COSTA, João. *Contribuições ao estudo das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Bras, 1967.

CZAJKOWSKI, Jorge Daniel (org.). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

DOBERNSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. *Porto Alegre 1900-1920: estatuária e ideologia*. Porto Alegre: SMC, 1992.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2006.

HERRLEIN JR., Ronaldo. *A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação*. Economia e Sociedade, Campinas - SP, v. 22, p. 85-103, 2004.

HEYDENREICH, Ludwig H., LOTZ, Wolfgang. *Architecture in Italy 1400 to 1600*. London: Published by Penguin Books, 1974.

HOROWITZ, Renata G.. *Restauração do Complexo do Arquivo Público do Estado*. In: Cadernos de Arquitetura, Vol, 1, (1999). Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter do Reis, 1999. p. 271-279.

JARDIM, Aquino Jardim. *A Biblioteca Pública Estadual como marco da influência positivista no Rio Grande do Sul*. 1982. Monografia de conclusão de curso em História das Artes – Faculdade de Música Palestrina, Porto Alegre, BR-RS, 1982.

LACAVA, Adriana Vianna. *Palácio Piratini: dos projetos à concretização do sonho republicano*. 2002. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2002.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. WEIMER, Günter. SILVA, Geraldo Gomes da. PATETTA, Luciano. CASTRO, Jose Liberal de. DERENJI, Jussara da Silveira. FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel: Edusp, 1987.

MARTINEZ, Afonso Corona. *Ensaio sobre o projeto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

MOURA, Noah. *História da Biblioteca Pública*. Porto Alegre: Secretaria da Educação e Cultura, sem data.

OLIVEIRA, Lea. *Levantamento histórico do Palácio do Governo*. Porto Alegre: Secretaria de Obras Públicas, 1962.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. *O espírito eclético*. 2002. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2002.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. *Memória de Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PINTO, Celi R. J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Illustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

ROCCA, Luísa Durán. *Levantamento e Diagnóstico Biblioteca Pública Porto de Porto Alegre – RS*. Porto Alegre: Monumenta, 2006.

SASTRE, Rodolfo Marques. *Arquitetura no Rio Grande do Sul: Período Colonial e seus antecedentes*. 2007. Trabalho final de disciplina (Arquitetura do Rio Grande do Sul – Prof. Cláudio Calovi Pereira). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2002.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1993. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 1993.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: AGE Editora da Universidade, 1998.

SOUZA, Célia Ferraz de. *O plano geral de melhoramentos de Porto Alegre: da concepção às permanências*. 2004. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, BR-SP, 2004.

TARGA, Luiz R. P.. *Violência revolucionária e fundação do Estado burguês*. In TARGA, L. R. P. (org.). *Gaúchos & paulistas*. Porto Alegre: FEE, 1996.

_____. *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, FEE e Lajeado: UNIVATES, 1998.

TAUNAY, Afonso de E. *A Missão Artística de 1816*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

TILL, Rodrigues. *Monumentos de Porto Alegre*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2002.

TREVISAN, Leonardo. *A República Velha*. São Paulo: Global, 1982.

WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul, 1892/1945*. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2004.

_____. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na Colônia e no Império*. Santa Maria: Editora UFSM, 2006

_____. *Arquitetura*. 4ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

_____. *A vida cultura e a arquitetura na República Velha rio-grandense 1889 – 1945*. Porto Alegre: EDIPUCSRS, 2003.

_____. “Estruturas sociais gaúchas e arquitetura”. In: WEIMER, Günter (org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *O positivismo gaúcho e sua arquitetura*. Porto Alegre: UFRGS: Faculdade de Arquitetura, 1985.

Álbuns

Álbum da cidade de Porto Alegre: comemorativo do 1º Centenário da Independência 1822-1922. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1922. Não paginado. Broch. Ilustrado.

Álbum da inauguração da Biblioteca Pública do Estado. 1922

Dicionários

ALBERNAZ, Maria Paula. LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. São Paulo: Editor Vicente Wissenbach, 1997-1998.

KOCH, Wilfried. *Estilos de arquitetura*. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 1982.

Documentos

Histórico da escola em comemoração aos seus 60 anos. Porto Alegre: Secretaria da ESCOLA ESTADUAL SENADOR ERNESTO DORNELLES, 2006. 1 disquete, 3 ½ pol. Microsoft Word. (Fonte: Biblioteca da Escola).

Instruções para o tombamento dos conjuntos urbanos da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega, Ministério da Cultura, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2000. (Fonte: IPHAE)

Participação de Falecimento de um estrangeiro. Intendência Municipal de Nice: Cartório do Estado Civil nº195, 27 de junho de 1925.

Relatório sobre a Biblioteca Pública, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria dos Estados dos Negócios da Educação e da Cultura, sem data. (Fonte: IPHAE)

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Diretoria de Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1891.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Diretoria de Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1893.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1894.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1895.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1896.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1897.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1898.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1899.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1900.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1901.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1902.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1903.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1904.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1905.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1906.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Tipografia da Livraria O Globo, 1907.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Tipografia da Livraria O Globo, 1908.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Tipografia da Livraria O Globo, 1909.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Tipografia da Livraria O Globo, 1910.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Tipografia da Livraria O Globo, 1911.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Tipografia da Livraria O Globo, 1912.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1913.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Tipografia da Livraria O Globo, 1914.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1915.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Obras Públicas do Estado. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1916.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Obras Públicas do Estado. Porto Alegre: Editora O Diário, 1917.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Obras Públicas do Estado. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1918.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Obras Públicas do Estado. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1919.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Obras Públicas do Estado. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1920.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Obras Públicas do Estado. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1921.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Obras Públicas do Estado. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1922.

Relatório de Obras Públicas, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Obras Públicas do Estado. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas A Federação, 1923.

Folhetos

Monumento a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, Governo do Estado, 1922.

Depoimentos

Entrevista com o Sr **Sizínio Kanan Hebert**, bisneto de Affonso Hebert, em março de 2008.

Entrevista com a Sta **Sandra Hebert Bastos**, bisneta de Affonso Hebert, em março de 2008.

Entrevista com o Sr **Afrânio Cappeli**, nomeado “guardião” do Templo Positivista em Porto Alegre, que há 25 é o responsável por cuidar do prédio de propriedade da Igreja Positivista do Brasil, em outubro de 2006.

Jornais

Jornal “A Federação”;

Jornal “O Diário”;

Jornal “Correio do Povo”.

Sítios eletrônicos

Administração Penitenciária do Governo do Rio de Janeiro, disponível em <www.seap.rj.gov.br>;

A&A – art e architecture, disponível em <www.artandarchitecture.org.uk>;

Casa Rosada, disponível em <www.casarosada.gov.ar>;

Enciclopédia Britânica Online, disponível em <www.britannica.com>;

Famiglia Prati, disponível em <www.fotosantigas.prati.com.br>;

Ministério Público do Rio Grande do Sul, disponível em <www.mp.rs.gov.br>;

Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Rio de Janeiro, disponível em <www.seap.rj.gov.br>;

Vara de Execuções Criminais do Amazonas, disponível em <www.internext.com.br/valois/vec>

Wikipédia, disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Casa_Rosada>

Locais de pesquisa

Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado;

Arquivos do Projeto Monumenta;

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho;

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul;

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul;

Biblioteca Pública do Estado;

Mapoteca da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul;

Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa – Solar dos Câmara;

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa;